



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**
Instituto de Geografia
Programa de Pós-graduação em Geografia



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Victor Dantas Santana

**A CHINA E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
Topologia e uso do território pela COFCO International**

**Uberlândia
2025**

Victor Dantas Santana

**A CHINA E O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO:
Topologia e uso do território pela COFCO International**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Mirlei F. Vicente Pereira

Uberlândia

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S232
2026

Santana, Victor Dantas, 1999-
A China e o agronegócio brasileiro [recurso eletrônico] :
topologia e uso do território pela COFCO International / Victor
Dantas Santana. - 2026.

Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.105>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente, 1981-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 577, PPGGEO				
Data:	03 de fevereiro de 2026	Hora de início:	14h:00min	Hora de encerramento:	16h:50min
Matrícula do Discente:	12412GE0016				
Nome do Discente:	Victor Dantas Santana				
Título do Trabalho:	A China e o agronegócio brasileiro: Topologia e uso do território pela COFCO International				
Área de concentração:	Dinâmicas Territoriais e Estudos Ambientais				
Linha de pesquisa:	Dinâmicas Territoriais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se na Sala [On-line - www.conferenciaweb.rnp.br], no Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: [Matheus Eduardo Souza Teixeira - UFJ-GO](#); [Ricardo Abid Castillo - UNICAMP-SP](#) e [Mirlei Fachini Vicente Pereira - IGESC/UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Mirlei Fachini Vicente Pereira - IGESC/UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mirlei Fachini Vicente Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 03/02/2026, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Eduardo Souza Teixeira, Usuário Externo**, em 03/02/2026, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Abid Castillo, Usuário Externo**, em 03/02/2026, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cassia Martins de Souza, Coordenador(a)**, em 04/02/2026, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6937814** e o código CRC **DD04087A**.

Victor Dantas Santana

A China e o agronegócio brasileiro: topologia e uso do território pela COFCO International

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Uberlândia, 03 de fevereiro de 2026.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo (Unicamp)

Prof. Dr. Matheus Eduardo Souza Teixeira (UFJ)

A todos que amo, por bons motivos.

Em especial à Maggie, em memória, por estar
“sempre presente na sua ausência”.

AGRADECIMENTOS

Àqueles que são uma parte de mim.

Àqueles que suportaram o processo e minimizaram as intercorrências.

Àqueles que abriram as portas da pós-graduação e as mantiveram abertas.

Àqueles que, direta e indiretamente, contribuíram com minha formação e com esta redação.

Aquele que me orientou, pelo primor de suas contribuições e por sua dedicação, rigor e respeito incorrigíveis.

À banca examinadora, pelo esmero no trabalho de avaliação, da qualificação à defesa, e pela gentileza de cada uma de suas contribuições.

À Universidade Federal de Uberlândia, por não deixar de ser “um bem público a serviço do Brasil”.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela concessão da bolsa de mestrado.

“Se o que nos consome fosse apenas fome
Cantaria o pão
Como o que sugere a fome
Para quem come”

José Chagas, “Os Telhados”.

RESUMO

Em 2014, a constituição da COFCO International, fruto da aquisição das empresas Nidera e Noble Agri, representou uma requalificação estratégica do grupo estatal chinês COFCO no mercado internacional de *commodities* agrícolas. A nova *trading company* assumiu um papel geoeconômico central para o Estado de orientação socialista, ao incrementar o controle da China sobre as cadeias de suprimento de alimentos e matérias-primas agrícolas. Foi assim que a estatal chinesa passou a atuar no Brasil, importante produtor e exportador destas mercadorias. Diante disso, e dada a centralidade com que a agricultura e a segurança alimentar se inserem no mundo atual, o trabalho teve como objetivo analisar as ações e a topologia da COFCO Intl. no território brasileiro, visando compreender, a partir deste dado concreto, as relações Brasil-China no âmbito do agronegócio contemporâneo. A metodologia compreendeu o levantamento, análise e mapeamento, na escala do território nacional, dos dados cadastrais vinculados à corporação junto às entidades públicas responsáveis pelo registro empresarial no Brasil, a partir dos quais foi possível avaliar a topologia da empresa e reconstituir a evolução espaço-temporal de seus estabelecimentos (matrizes e filiais) e suas respectivas atividades econômicas e posições na estrutura organizacional da COFCO. A análise, fundamentada nos conceitos de circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação espaciais, permitiu associar cada subsidiária da empresa a um circuito produtivo (algodão, café, soja/cana-de-açúcar) e identificar seus sistemas de movimento e a hierarquia territorial dos lugares mobilizados pela empresa. O comércio atacadista de soja mostrou-se central para a companhia, com menor destaque para o café e o algodão, ainda que todos estejam diretamente vinculados à demanda chinesa e à produtividade brasileira, enquanto as operações sucroenergéticas limitam-se aos ativos que foram herdados. A expansão da corporação para as regiões do Matopiba e Centro-Oeste, com destaque para Mato Grosso, é conduzida pela soja e acompanha a expansão dos *fronts* agrícolas brasileiros, ao passo que os demais segmentos acionam espaços marcados pela especialização, em geral municípios com expressiva produção no contexto de cada circuito. Por fim, conclui-se que, ante as ações e a topologia da COFCO Intl., o Brasil não tira proveito do potencial das relações sino-brasileiras, mantendo sua posição primário-exportadora, ao deixar de articular um projeto nacional de desenvolvimento que seja capaz de dialogar com as novas dinâmicas introduzidas pela China na ordem global.

Palavras-chave: COFCO; topologia de empresa; circuito espacial produtivo; relações Brasil-China.

ABSTRACT

In 2014, the establishment of COFCO International, resulting from the acquisition of Nidera and Noble Agri, represented a strategic requalification of the Chinese state-owned COFCO Group within the international agricultural commodities market. The new trading company assumed a central geoeconomic role for the socialist-oriented state by increasing China's control over supply chains of food and agricultural raw materials. It was in this context that the Chinese state-owned enterprise began operating in Brazil, an important producer and exporter of these goods. In light of this, and given the centrality of agriculture and food security in the contemporary world, this study aimed to analyze the actions and the corporate topology of COFCO Intl. within Brazilian territory, seeking to understand, from this concrete case, Brazil–China relations in the sphere of contemporary agribusiness. The methodology involved surveying, analyzing, and mapping, at the national scale, the registration data linked to the corporation in the public entities responsible for corporate registration in Brazil, from which it was possible to assess the company's topology and reconstruct the spatiotemporal evolution of its establishments (headquarters and branches), their respective economic activities, and their positions within COFCO's organizational structure. The analysis, grounded in the concepts of productive spatial circuits and spatial cooperation circles, made it possible to associate each subsidiary with a productive circuit (cotton, coffee, soy/sugarcane) and to identify their movement systems and the territorial hierarchy of the places mobilized by the company. Wholesale soybean trade proved central to the company, with lesser prominence for coffee and cotton, although all are directly connected to Chinese demand and Brazilian productivity, while sugar-energy operations remain limited to inherited assets. The corporation's expansion into the Matopiba and Centro-Oeste regions, particularly Mato Grosso, is driven by soybeans and accompanies the expansion of Brazilian agricultural frontiers, whereas the other segments activate spaces marked by specialization, generally municipalities with significant production within each circuit. Finally, it is concluded that, given the actions and corporate topology of COFCO Intl., Brazil fails to take advantage of the potential of Sino–Brazilian relations, maintaining its position as a primary-exporting country by refraining from articulating a national development project capable of engaging with the new dynamics introduced by China in the global order.

Keywords: COFCO; corporate topology; productive spatial circuit; Brazil-China relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. COFCO INTL.: CARACTERIZAÇÃO DO AGENTE E NOTAS METODOLÓGICAS.....	20
1.1. A China Oil And Foodstuffs Corporation: Breve caracterização	20
1.2. O mecanismo de avaliação da COFCO no Brasil – Nota metodológica	24
2. A COFCO INTL. E SUA INSERÇÃO NOS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS DE <i>COMMODITIES</i> NO BRASIL	37
2.1. A COFCO Intl. Cotton Ltda. e sua inserção no Circuito Espacial Produtivo do Algodão	41
2.2. A COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos Ltda. e sua inserção no Circuito Espacial Produtivo do Café.....	51
2.3. A COFCO Intl. Brasil SA e sua inserção nos Circuitos Espaciais Produtivos Sucroenergético e da Soja	63
3. A COFCO INTL., LOGÍSTICA E SISTEMAS DE MOVIMENTO NO BRASIL ..	79
3.1. COFCO Intl. Transportes	83
3.2. COFCO Intl. Portos e Participações, Terminal 12 A SA e TEC - Terminal Export COFCO Ltda.....	103
4. HIERARQUIA TERRITORIAL, FLUXOS DE INFORMAÇÃO E DE CAPITAL: CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO CORPORATIVA DA COFCO INTL. NO BRASIL	113
4.1. Hierarquia dos lugares e o papel dos centros financeiros e de comando.....	116
4.2. Fluxos de capitais e balanço patrimonial da COFCO Intl. no Brasil	126
5. A COFCO INTL. NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: AVALIANDO SIGNIFICADOS DE SUAS AÇÕES E TOPOLOGIA NO BRASIL	137
5.1. Transformações na Ordem Liberal Internacional.....	139
5.2. A OMC no contexto da Ordem Liberal Internacional.....	143
5.3. Relações Brasil-China: exemplo de contraposição à ordem liberal internacional	

5.4. Entre a subordinação e as possibilidades de uma relação ganha-ganha: pensando alternativas a partir das ações da COFCO Intl. no Brasil	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICE A – QUADRO COM OS ESTABELECIMENTOS DA COFCO INTL. BRASIL SA INAUGURADOS ANTES DE 09/2014	188
APÊNDICE B – QUADRO COM OS ESTABELECIMENTOS DA COFCO INTL. BRASIL SA INAUGURADOS APÓS 09/2014	192

INTRODUÇÃO

Levando-se em consideração as transformações na ordem internacional e as atuais funções desempenhadas pelo Brasil na divisão internacional do trabalho, o que a presença da *China Oil and Foodstuffs Corporation* (COFCO Corp.; 中糧) no território brasileiro revela sobre as relações Brasil-China no âmbito do agronegócio? Esta é a questão principal que conduz nossa pesquisa nesta dissertação, a que pretendemos compreender e quiçá responder ao longo das seções que compõem nosso trabalho.

Neste sentido, nosso objetivo de pesquisa é, essencialmente, compreender os sentidos da atuação da maior empresa chinesa voltada ao agronegócio, a COFCO Corp., no território brasileiro neste início de século. A avaliação parte também da compreensão dos mecanismos e estratégias traçadas pela COFCO Corp. para sua inserção no Brasil, bem como para o estabelecimento de sua atual topologia no país, ou seja, a lógica que revela pontos e redes nos espaços acionados para a produção e circulação de mercadorias, em diferentes segmentos do setor agrícola.

Assim, visamos avaliar as expressões do uso do território¹ pela empresa, a partir de seus diferentes segmentos de atuação, no contexto de uma ordem internacional em crise, e de manutenção da inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, ou seja, buscamos compreender de que modo a COFCO Corp. se estabelece e usa o território brasileiro, quais suas lógicas, princípios e objetivos e quais os potenciais conflitos envolvidos neste processo. Isto nos permite avaliar, com base em uma situação geográfica concreta, o atual estágio das relações Brasil-China, no âmbito do agronegócio globalizado.

Em 1949, quando Mao Zedong (毛澤東) proclamou a República Popular da China, a COFCO Corp. foi fundada. A empresa estatal passou por uma série de reformulações antes de corresponder exatamente à instituição que está em atividade atualmente. Todavia, dentro das fronteiras jurídico-administrativas da China, a COFCO Corp. tem sido indiscutivelmente a maior empresa de agronegócio a operar no país. Ela detém o monopólio do mercado interno chinês e ocupa uma posição política e econômica estratégica na produção, circulação e consumo de alimentos, acompanhando e proporcionando o desenvolvimento político e o planejamento econômico da nação (expressão central do socialismo com características chinesas). Portanto, trata-se de uma campeã nacional constituída ao longo de décadas de investimentos e subsídios públicos chineses. Formar e manter Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) faz

¹ “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas [...] mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (Santos; Silveira, 2006, p. 21).

parte da política econômica da China há décadas. Essas empresas, como a COFCO Corp., expressam o controle do Partido Comunista da China (PCCh) sobre a economia chinesa e orbitam ao redor dos objetivos políticos domésticos e internacionais do país.

Ainda que a origem de seu ingresso no mercado internacional remonte às reformas econômicas e institucionais graduais iniciadas por Deng Xiaoping (鄧小平) no fim da década de 1970, é o ano de 2014 que marca a entrada da empresa no mercado mundial. Foi nesse momento que o conglomerado chinês instituiu uma subsidiária dedicada à gestão de suas operações e ativos no exterior, a COFCO International (COFCO Intl.; 中粮国际). Com sede na Suíça, em Genebra, essa subsidiária adquiriu, logo após sua constituição, as ações majoritárias de duas firmas importantes para o agronegócio globalizado: a Noble Agri e a Nidera. Assim, a estatal chinesa incorporou ativos em dezenas de países, incluindo o Brasil. Portanto, ao tratarmos das ações e da topologia da COFCO Corp. no território brasileiro, referimo-nos, na realidade, à COFCO International (COFCO Intl.), única subsidiária do conglomerado que efetivamente atua no país².

A COFCO Intl. atua na compra, venda, armazenamento, processamento e distribuição de *commodities* agrícolas, a saber, grãos (milho, trigo, cevada e sorgo), oleaginosas (girassol, soja e palma), açúcar, café e algodão, além de operar uma rede logística marítima e terrestre de grandes dimensões. Em alguns países e segmentos do agronegócio, a empresa também controla diretamente outras etapas do processo produtivo, como o cultivo e o beneficiamento de gêneros agrícolas, a partir de suas plantas agroindustriais e propriedades rurais, o que é atípico entre as *trading companies*.

Com uma população estimada em 1,4 bilhão de habitantes em 2023 (Organização das Nações Unidas, 2024), a China figura entre os países mais populosos do mundo e dispõe de um mercado doméstico robusto. Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se destaca como um dos principais importadores globais, o país também se consolida como uma grande potência exportadora. Não por acaso, já em 2009 a China havia se tornado “o principal parceiro comercial do Brasil, tanto para as importações (17,9%) quanto para as exportações (18,6%)” (Wilkinson; Wesz Jr.; Lopane, 2016, p. 3, tradução nossa).

A soja é uma das mercadorias que melhor representam a importância da China para o mercado brasileiro. Em 2025, por exemplo, mais de 79% da soja exportada pelo Brasil foi adquirida pela China (Comex Stat, 2026). Sendo a principal mercadoria do agronegócio

² Consequentemente, ao longo deste trabalho, distinguimos a COFCO Intl., subsidiária que atua fora da China, da COFCO Corp., com sede em Beijing, que corresponde ao conglomerado como um todo.

brasileiro, o interesse econômico pela soja mobiliza importantes sistemas de objetos e de ações no país. Nesse sentido, não há como ignorar o impacto da China no arranjo e configuração atual do território brasileiro. Portanto, a COFCO Intl. está exatamente na interseção entre a demanda chinesa e a oferta brasileira de *commodities* agrícolas.

Conforme brevemente apresentado, a COFCO Intl. apresenta-se como um agente econômico de relevância global para o sistema agroalimentar contemporâneo, o que confere complexidade e desafios de pesquisa à nossa situação de análise, dada a importância e centralidade do Brasil para a atual configuração da empresa. Assim, como avaliar a dimensão e as expressões da COFCO Intl. no Brasil a partir da Geografia, ou ainda poderíamos dizer, a partir do próprio território?

Milton Santos (2023 [1996]) reconhece o espaço geográfico como objeto de estudo privilegiado da Geografia. Em sua última conceitualização, o espaço geográfico é definido como o conjunto, solidário, contraditório e indissociável dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações. Para Santos (2023 [1996]), a riqueza da Geografia está justamente em sua capacidade de pensar, a um só tempo, os objetos, as ações e as suas correlações e encadeamentos históricos, pois é a amplitude desta definição que abrange a totalidade concreta em sua dialética ininterrupta de vir a ser³.

Desse modo, a nosso ver, é a categoria de análise território⁴, ou ainda, e amparados nas reflexões de Santos (2023 [1996], 2006b, 1998), a ideia de “território usado”⁵, sinônimo de espaço geográfico, que oferece um caminho metodológico adequado aos objetivos deste trabalho. Esta noção de território captura o que há de essencial à categoria, uma porção do espaço que comporta ao mesmo tempo materialidade e ação, poderes/disputas e vivências/práticas sociais. Desse modo, o território, porque usado, é uma instância social, continente e conteúdo da história humana, onde ela se realiza e manifesta sua existência, é o espaço de tudo e de todos (pessoas, empresas, instituições etc.). Trata-se, portanto, de uma definição híbrida de território, passível de revisão constante, pois, sendo o território sujeito⁶ e

³ Para o autor “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção de realidade” (Santos, 1981, p. 135).

⁴ Adotamos a definição de Santos e Silveira (2006, p.19), na qual “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada”, ou simplesmente “território usado”.

⁵ “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise” (Santos, 2006a, p.14).

⁶ “Sem dúvida, as relações políticas assumem papel de destaque no uso do território, mas o próprio território é um agente organizador da sociedade na medida em que ele se impõe como um verdadeiro prático-inerte às ações sociais. O conceito de prático-inerte é bastante operacional para a compreensão do “território usado”. O território resulta do trabalho humano, porém essa *forma-conteúdo* (SANTOS, 1985) também governa o homem. Depois de

objeto da construção social (humana) da realidade, ele comporta uma dialética própria e está sempre se transformando – trata-se de uma totalidade em constante processo de totalização.

Nesse sentido, entendemos que o conteúdo do território mudou com o papel que a ciência, a tecnologia e a informação assumiram na concepção do mundo atual e de suas dinâmicas (Santos, 2004, 2006a, 2023 [1996]). A existências de agentes cujo poder de fato é global, majoritariamente corporações multinacionais, como a COFCO Intl., tornou-se fator de desorganização/desagregação dos territórios, já que elas impõem ao restante da sociedade uma multidão de nexos individualistas⁷. Até mesmo o papel dos Estados nacionais e sua relação com o território são ressignificados, em consonância com os paradigmas do período e do meio técnico-científico-informacional⁸ (Santos, 2023 [1996]). Em síntese, sob a égide da mais-valia global, os Estados capitalistas têm atuado como servos das corporações e, por isso, ficamos autorizados a falar na existência de um uso corporativo do território (Santos, 2002).

Não obstante, Silveira (1999) apresenta a definição de uma situação geográfica como uma ferramenta analítica que torna possível e eficiente o esforço investigativo que se fundamenta no imperativo da noção de totalidade e totalização associadas à ideia de território usado, como discutido. Nesse sentido, a autora orienta que se faça a seleção e a hierarquização das variáveis que compõem a situação geográfica do objeto de estudo almejado.

Com base em Santos (2023 [1996]), a situação geográfica pode ser interpretada como um conjunto de eventos que se materializam e se sucedem, mas que são concomitantes e codependentes. Estes eventos são um conjunto de ações chamadas a se realizar. Por isso, uma situação geográfica é sempre *sui generis*, um retrato único da realidade num determinado espaço e num determinado tempo.

Antes de delimitar e hierarquizar as variáveis mais significativas para cada objeto de estudo, segundo Silveira (1999), é preciso ter a noção de que a situação geográfica supõe “uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico” (Silveira, 1999, p. 22). Quando vista nestes termos, a situação geográfica abarca também a percepção das escalas que envolvem o fenômeno estudado, ou seja, a questão da escala de abrangência/influência e a questão da escala de ocorrência. Assim, a situação geográfica é uma

trabalhada a matéria se humaniza, por isso há uma simbiose entre as ações humanas e os objetos. Depois de humanizados os objetos condicionam o trabalho, nesse sentido o território produzido (trabalho morto) não seria passível diante de novas obras em processo de sedimentação (trabalho vivo)” (Cataia, 2011, p. 123).

⁷ Assim, o território também pode ser lido como a arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, sendo o Estado nacional o mediador por excelência dessa disputa (Santos, 1998).

⁸ “O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização” (Santos; Silveira, 2006, p. 21).

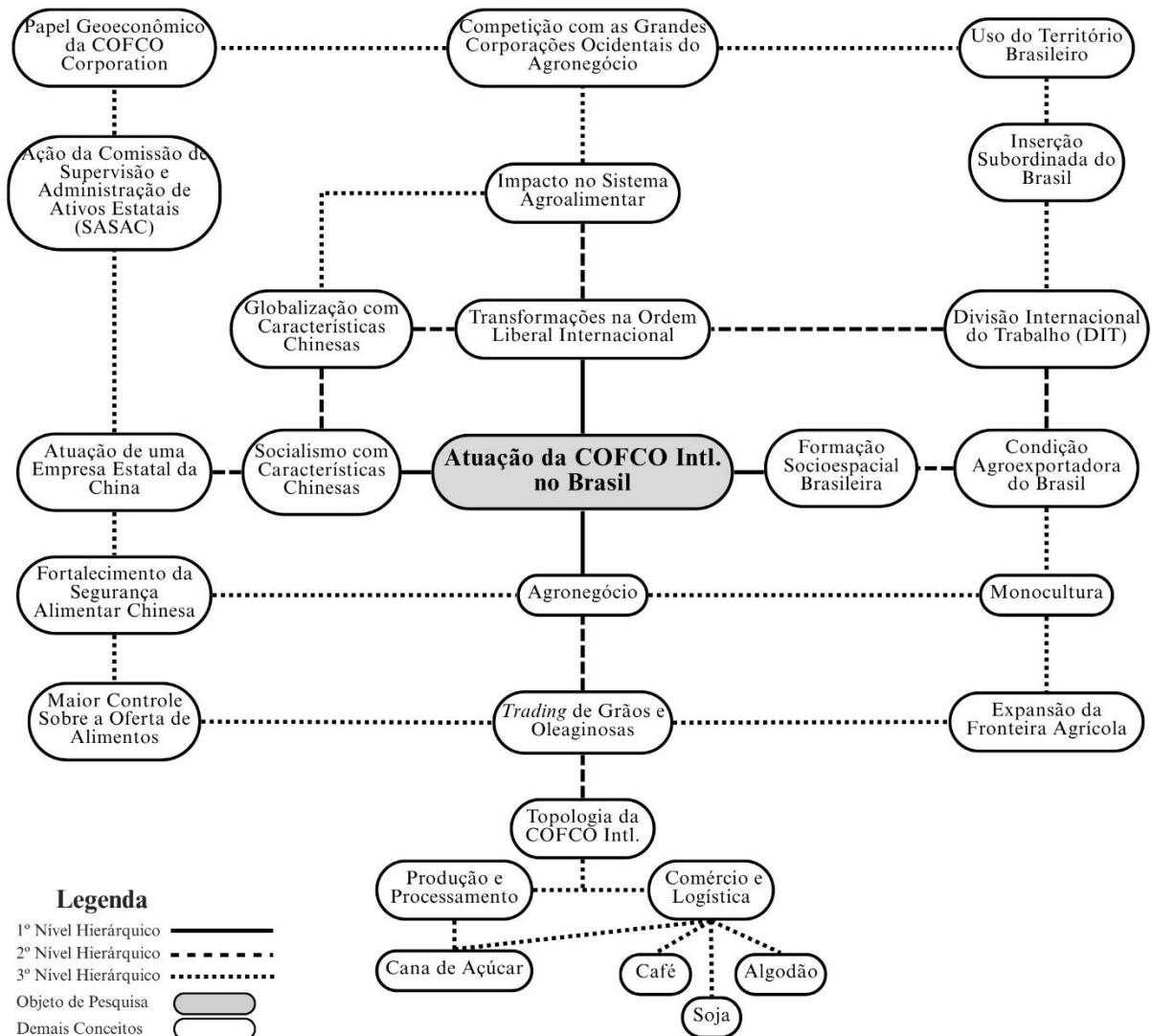
ferramenta metodológica capaz de acessar o sistema de eventos, historicamente construídos, que se relacionam com quaisquer objetos de estudo da Geografia. Nesse sentido, a situação geográfica é uma opção de método que complementa a análise da topologia da COFCO Intl., ao mesmo tempo que o entendimento da topologia da empresa revela outras dinâmicas, de amplitude ainda maior, pois constitui uma parte importante das relações Brasil-China no âmbito do agronegócio.

Nesse caso, a situação geográfica que interessa à nossa análise é composta, portanto, não só pela topologia da COFCO Intl. no Brasil, mas da própria condição do país como grande exportador de *commodities* e também da condição da China como principal mercado de destino da produção agropecuária brasileira. Há, portanto, um sistema de eventos histórica e geograficamente determinados que levamos em consideração ao analisar a atual topologia da COFCO Intl. no Brasil. As transformações na ordem internacional e as funções do Brasil na divisão internacional do trabalho contextualizam e situam o panorama geral sob o qual se processa o fenômeno que investigamos. A topologia que a corporação chinesa estabelece no território brasileiro se relaciona, concomitantemente, com as formações socioespaciais (Santos, 1977) brasileira e chinesa. Esta estatal está intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento e com a política doméstica e internacional de seu país de origem. Do mesmo modo, os sistemas de objetos e os sistemas de ações mobilizados por ela no Brasil existem em função da própria posição e desenvolvimento do território brasileiro no espaço mundial, e resultam dos mecanismos possíveis pelo qual a empresa acessa o território. “É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele operam dependem da sua própria constituição” (Santos; Silveira, 2006, p. 22). Assim, o uso do território pela COFCO Intl. no Brasil e sua racionalidade se justificam também pelo desenvolvimento histórico deste espaço, que oferece as possibilidades historicamente construídas para seus usos atuais e futuros.

A Figura 1 apresenta sinteticamente os principais conceitos e eventos que compõem a situação geográfica avaliada. Ela delimita, hierarquiza e relaciona as variáveis que consideramos mais significativas para que se compreenda a totalidade na qual se insere e com a qual se relaciona nosso objeto de estudo. Seu intuito é delimitar, dentro de um horizonte de eventos potencialmente infinito, o que há de essencial para que se opere a pesquisa dentro de seu contexto. Há, por um lado, o desenvolvimento histórico da COFCO Intl. dentro do contexto do socialismo chinês e, por outro lado, a formação socioespacial do Brasil, que atende à sua “vocação” agroexportadora na periferia do sistema capitalista mundial, ou seja, torna o território brasileiro interessante e central para a economia do agronegócio mundializado. Novamente, é a topologia da COFCO Intl. e suas atividades econômicas que conectam Brasil e China e situam

essa relação bilateral no contexto das transformações que a ordem internacional tem enfrentado nas últimas duas décadas.

Figura 1 – Organograma da Situação Geográfica de Análise



Fonte: Elaboração do autor

Pari passu à compreensão da situação geográfica, é necessário definir o conceito de topologia, especialmente trabalhado por Corrêa (1991, 1998). Etimologicamente, a palavra topologia deriva dos termos de origem grega “topo” e “logia”, significando o estudo dos lugares, e as lógicas de alocação de infraestruturas e ações sobre a superfície terrestre. Todavia, no contexto da ciência geográfica, há mais rigor metodológico em sua definição. Assim, para nós, este conceito de topologia envolve a compreensão de que “as grandes empresas organizam suas atividades criando circuitos espaciais de produção” (Santos; Silveira, 2006, p.153). Tais empresas definem e redefinem suas localizações com base em políticas microeconômicas (internas à sua organização), mas também macroeconômicas (em sua relação com o poder

público e demais agentes privados), noção semelhante e complementar ao que a definição de uma situação geográfica da análise propõe.

Portanto, a topologia refere-se às grandes empresas e aos processos produtivos dispersos pelo território que elas regulam. Desse modo, é a lógica, a dinâmica e a evolução da dispersão dos fixos e fluxos ligados aos processos produtivos de grandes corporações que constituem a topologia de uma empresa.

Corrêa (1991, p.140) afirma que “as grandes corporações desempenham papel fundamental na organização do espaço”. Para ele as grandes corporações são os mais importantes agentes da reorganização espacial no mundo capitalista. Nesse sentido, o autor destaca cinco características dessas empresas, por ocasião de sua expansão e consolidação espaciais: (1) sua ampla escala de operações; (2) sua natureza multifuncional; (3) a segmentação da corporação; (4) suas múltiplas localizações; (5) e seu poder de pressão econômica e política.

Ele também identifica dois outros tipos de espacialidade que são de fundamental importância para a compreensão da organização espacial das empresas e de suas dinâmicas, isto é, de sua topologia: “o primeiro refere-se àquele derivado dos processos de integração internos a cada corporação; o segundo diz respeito aos impactos que a ação das corporações gera sobre a organização espacial preexistente” (Corrêa, 1991, p. 141).

Por isso, com base em Corrêa (1998), entendemos que as grandes empresas, em escala mundial, possuem territorialidades próprias, relações com o espaço baseadas em suas respectivas redes de lugares, pontos no território, pois consideram a importância relativa de cada sítio para a maior eficiência locacional de suas operações. Elas desenvolvem e atualizam práticas que almejam sua permanência no território e a expansão de suas fronteiras, pois a situação de cada lugar pode mudar rapidamente, já que o que lhes atribui competitividade depende das circunstâncias momentâneas do mercado, cada vez mais voláteis (Santos, 2001). Assim, Corrêa (1998) reconhece que há, por parte das empresas, uma “busca infundável de um território ideal, isto é, um território que a cada momento fosse o mais rentável” (Corrêa, 1998, p. 256). Deste modo, e com a amplitude das variáveis que compõem o meio e o período técnico-científico-informacional (Santos, 2023 [1996]), os centros de comando das empresas estão sempre repensando suas políticas e usando os territórios nacionais das mais diversas maneiras.

É possível afirmar que cada empresa possui sua própria divisão territorial do trabalho e que essa divisão do trabalho possui manifestação geográfica, pois toda e qualquer atividade necessita de pontos no território que constituam sua base material. Em síntese, a lógica que rege a divisão territorial de cada empresa, segundo suas atividades, é o que constitui sua topologia, definida a partir de suas expressões geográficas como sendo “a distribuição no território dos

pontos de interesse para a operação dessa empresa” (Santos, 2001, p. 37). Assim, quanto maior o poder, complexidade e expressão territorial da empresa, maior tende a ser a necessidade de ela distribuir territorialmente suas etapas produtivas, o que se reflete em uma topologia mais intrincada.

É assim que pretendemos chegar ao entendimento da topologia e uso do território pela COFCO Intl. no Brasil. Para isso, realizamos levantamento das localizações dos ativos da empresa chinesa em todo o país. Os objetos e lugares que compõem os circuitos produtivos nos quais a empresa se insere, os processos internos e a integração da corporação, bem como os seus objetivos políticos e econômicos, nos permitem analisar como a COFCO Intl. aciona e usa o território brasileiro. Portanto, buscamos reunir informações que sejam capazes de caracterizar a territorialização desta empresa no Brasil, ou seja, o que há de mais importante nos sistemas de objetos e nos sistemas de ações mobilizados por ela.

A topologia da COFCO Intl. no Brasil envolve uma totalidade multifacetada e multiescalar, a nosso ver difícil de ser decifrada, inclusive no que tange ao acesso aos dados. Com a metodologia adotada, pretendemos ser capazes de capturar o movimento da realidade em sua concreticidade (Kosík, 1969). De modo que as categorias de análise, os conceitos e as ferramentas metodológicas empregadas nesta pesquisa servem para tornar possível o ato de pensar a totalidade, onde singular e universal se revelam, interagem e se explicam ao mesmo tempo.

Enfim, é esse esforço de análise que orienta a organização textual dessa dissertação, que se divide em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira seção, apresentamos com mais detalhes a COFCO Corp. e seu processo de internacionalização, que levou à criação de uma subsidiária responsável exclusivamente pelas operações internacionais do grupo chinês, a COFCO Intl.. Em complemento, compreendendo o objeto de estudo e as dificuldades que ele impõe a sua investigação, descrevemos e detalhamos os principais aspectos da metodologia que criamos e que utilizamos ao longo deste trabalho.

A atuação da estatal chinesa no território brasileiro é avaliada diretamente na segunda, terceira e quarta seções. Trata-se de uma estratégia metodológica para capturar, a partir da topologia da empresa propriamente dita, ou seja, da análise de como a COFCO Intl. se estabelece no território brasileiro, as suas lógicas, princípios ou objetivos, bem como os potenciais conflitos envolvidos neste processo. Buscamos reunir informações que caracterizem a territorialização desta empresa no país, ou, em outras palavras, o que há de mais importante nos sistemas de objetos e nos sistemas de ações, conforme proposto por Santos (2023 [1996]),

por ela mobilizados e praticados no território brasileiro. Para isso, apresentamos os dados territoriais e econômicos que revelam sua topologia no Brasil (quais são, como são e onde são desempenhadas suas atividades econômicas, como estão distribuídos seus objetos fixos no território e quais os usos que a empresa lhes destina). Acreditamos que associar a topologia da empresa aos conceitos de sistemas de movimento (Santos, Silveira, 2006; Contel, 2006), circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação espaciais (Santos, Silveira, 2006; Castillo; Frederico, 2010), captura e revela a dinâmica da divisão territorial do trabalho operada pela própria empresa, nos lugares que são acionados por ela. Embora componham um mesmo processo, optamos por dividir essas discussões em três momentos distintos, exclusivamente para fins analíticos.

Ao longo dessas três seções, também desenvolvemos a hipótese de que a COFCO Intl., para garantir sua inserção no mercado das *tradings* agrícolas do Brasil, controlado há décadas por grandes corporações ocidentais, têm adotado estratégias de controle de ativos já existentes (via fusões e aquisições de outras empresas), reconfigurando-os para atender a suas demandas e expandindo significativamente suas potencialidades. Também compreendemos que há uma relação direta entre as *trading companies*, como a COFCO Intl., e as etapas produtivas propriamente ditas. A circulação e o comércio atacadistas de *commodities* agrícolas vincula-se ao modo pela qual o agronegócio avança a sobre novas regiões de fronteira, resultando, por sua própria lógica indelével, dentre outras coisas, na exploração da natureza e do trabalho. É nesse sentido que buscamos relacionar a topologia da COFCO Intl. no Brasil aos biomas predominantes em cada ponto no território acionado pela empresa, sejam em espaços já convertidos ou não em áreas de agricultura moderna, pois ao buscar conformar novas territorialidades a empresa é também artífice dos impactos territoriais causados pela atividade agroexportadora no Brasil.

Na segunda seção, discutimos como a COFCO Intl. se insere em diferentes circuitos espaciais produtivos, dedicando cada umas de suas subsidiárias a um segmento (algodão, café, açúcar e soja). Na terceira seção, apresentamos os sistemas de movimento acionados pela empresa no Brasil, isto é, quais são suas subsidiárias responsáveis por controlar e operar objetos e sistemas técnicos que permitem a circulação eficiente dos bens comercializados por ela. Já na quarta seção, reunimos questões que integram os círculos de cooperação espacial associados às práticas da COFCO Intl. e nos quais ela se insere, como mais um importante agente do agronegócio mundializado, o que envolve a hierarquia territorial da rede de lugares que formam a sua topologia, os fluxos de capital e informação da empresa que circulam por esses espaços e alguns outros aspectos de suas estratégias de gestão corporativa no Brasil.

Na quinta e última seção, tecemos considerações acerca do que a topologia e as ações da COFCO Intl. no Brasil significam para as relações sino-brasileiras, especialmente no âmbito do agronegócio, no atual contexto de transformação da ordem internacional. Devido ao caráter socialista da política econômica chinesa, a COFCO Intl. é significativamente diferente de seus pares ocidentais e, dado o contexto atual das relações internacionais, este fator pode permitir que o Brasil avance em direção a uma relação ganha-ganha com a China, mais vantajosa do que o paradigma vigente (Lamoso, 2024). Assim, a partir da importância do agronegócio para a economia política do território brasileiro, das ações e topologia da COFCO Intl. no Brasil, da política externa chinesa e das transformações na ordem internacional, propomos um debate sobre novas oportunidades para repensar e eventualmente redefinir a inserção da empresa no país e as funções desta na divisão internacional do trabalho

1. COFCO INTL.: CARACTERIZAÇÃO DO AGENTE E NOTAS METODOLÓGICAS

1.1. A China Oil And Foodstuffs Corporation: Breve caracterização

Em 1949, no mesmo ano em que foi fundada a República Popular da China (RCP), a empresa que hoje se chama COFCO Corporation Limited foi fundada. A COFCO Corp. faz parte do rol das maiores e mais importantes empresas estatais da China (COFCO, 2017a). Ela participou das diferentes políticas econômicas e institucionais que o Partido Comunista da China (PCCh) desenvolveu ao longo de mais de sete décadas (COFCO, 2017c).

Seja sob a liderança dos *chairmen* Mao Zedong (毛澤東), tocando políticas econômicas de estilo soviético, ou de seu sucessor Deng Xiaoping (鄧小平), dando continuidade às políticas de abertura e reforma econômica iniciadas no governo anterior, a COFCO Corp. permaneceu como um ativo importante e central para os princípios da política chinesa, especialmente aqueles voltados ao desenvolvimento do modo de produção socialista e à soberania do Estado chinês.

Desde então, a principal atividade econômica da COFCO Corp. é a comercialização de gêneros agrícolas, mas, ao longo das décadas, a empresa também diversificou seus ativos, atuando em diferentes segmentos do setor alimentício, bem como nos setores imobiliário e financeiro. Por se tratar de uma empresa voltada à produção, comercialização e distribuição de bens agrícolas, ela esteve, desde sua criação, diretamente ligada às políticas de desenvolvimento agrícola e agrário da China (COFCO, 2017c). A revolução socialista chinesa, assim como outras revoltas populares no país, foi marcada pela organização e luta do campesinato. As reformas institucionais e econômicas que constituíram a China moderna também se apoiaram no desenvolvimento e aperfeiçoamento das relações e estruturas do campo, no contexto de uma sociedade que se industrializava e se urbanizava (Jabbour; Gabrielle, 2021). A importância da COFCO Corp. também reside na necessidade de garantir a segurança alimentar do país (Wesz Junior; Escher; Fares, 2021), cuja população enfrentou momentos de penúria causados por diferentes conjunturas históricas recentes (colonização, guerra, extremos ambientais etc.) e que é, ainda hoje, um dos mais populosos do mundo.

Atualmente, a COFCO Corp. possui 18 subsidiárias atuando em diferentes atividades econômicas, majoritariamente ramos do agronegócio e do segmento alimentício (COFCO, 2017d). A *joint venture* da estatal chinesa com a Coca Cola merece destaque, por representar o controle de capitais e os limites que as reformas econômicas da China estabeleceram face à

liberalização imposta pelo Consenso de Washington, por exemplo, e que foi adotada em outros países periféricos. Este empreendimento foi firmado nos anos 2000, antes da China ingressar na OMC, mas num contexto de intensa propagação dos ideais de “globalização” e de “fim da história”. A COFCO Corp. detém 65% das ações da empresa e sua franquia cobre 81% da área geográfica e atende 49,4% da população da China (COFCO, 2017b).

Foi somente em dezembro de 2001 que a China assinou o seu acordo de ingresso paulatino na OMC, marcando sua inserção definitiva no mercado mundial. Este órgão é símbolo das instituições multilaterais e do liberalismo econômico instituídos pela hegemonia estadunidense na ordem internacional desde o fim da URSS. Por isso, cogitou-se que esse movimento terminaria com a completa sujeição dos chineses aos paradigmas do capitalismo ocidental. Em retrospecto, tal expectativa não se confirmou, pois a China não adotou as reformas econômicas que se esperava e o sucesso do socialismo chinês têm forçado o neoliberalismo ocidental a lidar com os seus próprios limites e contradições (Bachand, 2020).

Desde então, a estatal tem adotado estratégias de integração de suas cadeias de valor, visando fortalecer ainda mais os seus negócios e tornando-os mais competitivo (COFCO, 2017a). Da proclamação da RPC até o final do século XX, o mercado chinês gestou o desenvolvimento de suas empresas estatais, protegendo-as da concorrência e do assédio dos capitais internacionais. Mas para dar seguimento à sua estratégia econômica de inserção no mercado internacional – como a entrada na OMC – tornou-se necessário que as estatais deixassem de ser lucrativas apenas no ambiente de completa proteção estatal e que fossem capazes de sobressair neste novo meio econômico. Em síntese, adotou-se a estratégia de manter as grandes empresas, conquanto fossem competitivas, e formar os Grandes Conglomerados Empresariais-Estatais (GCEE) que tornar-se-iam o atual núcleo da economia chinesa, onde está a COFCO Corp. (Jabbour; Gabrielle, 2021).

Para dar conta e tornar bem-sucedida, como observa-se atualmente, sua estratégia de moldar as grandes empresas estatais a esta nova dinâmica econômica, no contexto de sua inserção no mercado internacional, a China criou a Comissão de Supervisão e Administração de Ativos do Estado (SASAC). Trata-se de uma burocracia, estabelecida em 2003, cujo objetivo é o gerenciamento dos ativos estatais controlados pelos GCEE do país. A SASAC atuou na adequação das estatais chinesas ao ambiente competitivo da dinâmica capitalista internacional, condição distinta do protecionismo antes vivenciado no mercado doméstico – por isso o ano de 2003 representa um dos marcos institucionais mais importantes da história da COFCO Corporation. O bureau também atua na melhoria da governança e desempenho das estatais, além de garantir a persecução dos interesses do PCCh no âmbito empresarial e de tornar a

propriedade pública o núcleo ao redor do qual a economia chinesa orbita. De acordo com Jabbour e Gabriele (2021, posição 5481) a SASAC “é a manager do socialismo de mercado chinês” e, em conjunto com o controle público do sistema financeiro, é um dos pilares do socialismo com características chinesas. Sob a gestão da SASAC, cada vez mais o setor privado da China tem se tornado linha auxiliar do planejamento estatal, pois orbita uma economia cujo motor e núcleo são os GCEE. Para tornar os GCEE mais dinâmicos, competitivos e compatíveis com o mercado, assegurando que esse processo não se assemelhasse às privatizações que sucederam o fim da URSS, uma das mais importantes novidades institucionais criadas pela SASAC foi a abertura controlada da possibilidade destas estatais atuarem no mercado de ações. Assim,

por intermédio do mercado de ações, um determinado GCEE podia avaliar o “clima do mercado” a respeito do seu desempenho e, a partir disso, balizar a sua atuação. [...] É interessante notar que, mesmo que um GCEE tenha uma grande parcela de ações sob o controle do Estado, ele pode abrir mão, sob a coordenação da Sasac, de ir ao mercado de ações em busca de financiamento. Trata-se de uma forma de avaliar as condições do mercado em que ele atua e se desenvolve (Jabbour; Gabrielle, 2021, posições 5529-5532)

Depois disso, a COFCO Corp. não abriu seu capital para o mercado de ações, mas apenas o de algumas de suas subsidiárias. Isso exemplifica como, em conjunto com as outras estatais, que hoje formam esses CGEE geridos pela SASAC, a COFCO Corp. fez parte das várias etapas de desenvolvimento socioeconômico da China, desempenhando diferentes funções desde que foi fundada. Por isso, a empresa não deixaria de acompanhar, como agente, um novo momento de inflexão na política chinesa.

Em 2013, Xi Jinping (习近平) foi eleito como novo *chairman* da China. Em 2021, uma resolução do PCCh, por ocasião de seu centenário, comparou a governança de Xi Jinping às eras de Mao Zedong e Deng Xiaoping. O atual líder do PCCh é tido como o principal teórico do “Socialismo com Características Chinesas na Nova Era”. Seu pensamento e prática política são considerados a atual vertente do marxismo contemporâneo adotada pelo Estado chinês (Conselho de Estado da República Popular da China, 2021). À Xi Jinping se atribui o amadurecimento do socialismo chinês, a ascensão geopolítica da China e seu papel de liderança na construção de uma ordem internacional verdadeiramente multilateral, baseada em relações pacíficas, soberanas e de ganhos mútuos entre os países (Oliveira Junior, 2013).

É nesse ínterim que a COFCO Corp. lançou uma nova e arrojada estratégia de internacionalização⁹. Em 2014, com o intuito de fortalecer as cadeias de valor de seus negócios

⁹ Desde sua fundação, a COFCO Corp. celebra acordos bilaterais com outros países e suas companhias, mesmo que até a década de 1980 fossem majoritariamente acordos com países não alinhados.

principais (grãos, óleo, açúcar e algodão), otimizar o acesso da empresa às ofertas mundiais destas mercadorias e diminuir sua dependência de outras *tradings* do agronegócio internacional, a COFCO Corp. fundou a COFCO International¹⁰. Sediada em Genebra, na Suíça, a COFCO Intl. é a subsidiária da estatal chinesa responsável pelo comércio e logística internacionais da corporação. Assim, é a COFCO Intl. quem representa a estatal chinesa em suas operações no exterior e quem executa a política de aumentar o controle direto da China sobre o fornecimento de grãos, tendo em vista a segurança alimentar do país – uma vez que a produção doméstica não é autossuficiente em alguns segmentos, como no complexo agroindustrial soja-carne¹¹ (Wesz Junior; Escher; Fares, 2021).

Wilkinson, Wesz Jr e Lopane (2016) afirmam que a estratégia chinesa neste segmento econômico é eliminar o quanto for possível os intermediários, diminuindo assim a sua dependência das grandes empresas monopolistas do Atlântico Norte. Os autores também destacam que a China busca controlar, ela mesma, a cadeia produtiva das *commodities* que mais pesam em sua pauta de importação, como a soja. Nesse sentido, é a COFCO Intl. a vanguarda desta política externa chinesa: ela disputa fatias de mercado com seus pares capitalistas, mas valoriza a segurança alimentar de sua nação, ao invés do simples lucro de seu quadro de acionistas.

A COFCO Intl. foi fundada como uma *holding* de capital fechado, para atuar como *trading* de *commodities* agrícolas, concorrendo com empresas como ADM, Bunge, Cargill e Dreyfus (comumente referidos como “ABCD do agronegócio global”)¹². A COFCO Corp. é a maior *shareholder* da COFCO Intl., mas a empresa também conta com a participação de outros acionistas¹³, como o fundo soberano chinês, fundos de investimento privados e até mesmo capital estatal de Singapura (Fares, 2019).

¹⁰ Assim como a aquisição da Syngenta pela ChemChina, “isso indica uma tendência – e uma ambição nacional – da China de tornar-se um *global player* agroindustrial, com controle sobre as cadeias globais de valor *agri-food*” (Jabbour; Gabriele, 2021, posições 3937-3938).

¹¹ Uma das contrapartidas do atual estágio de desenvolvimento do socialismo chinês foi o aumento da necessidade do país de acessar o mercado internacional para suprir suas demandas internas, antes abastecidas pela produção doméstica. Isto é, a China tornou-se mais dependente do mercado internacional de bens agrícolas. Contudo, o país tem buscado mitigar a volatilidade desse mercado e os riscos que essa dependência impõe a sua soberania e ao seu desenvolvimento (Wilkinson; Wesz Jr.; Lopane, 2016).

¹² Na esfera do agronegócio mundializado, a atuação da COFCO Intl. no Brasil revela, geograficamente, como a ascensão da China ameaça diretamente interesses geoeconômicos do Atlântico Norte. O Brasil é um dos mais importantes núcleos do regime agroalimentar mundial na atualidade. Desse modo, a COFCO Intl. é o instrumento do PCCh que trava este embate geoeconômico entre a China e o Ocidente.

¹³ COFCO Corp., Hopu, Temasek, Affirma Capital, Fundo Nacional de Seguridade Social, Cosco Shipping, China Chengtong, China Life e o Fundo de Parcerias Público-Privadas da China (COFCO Intl., 2025b).

No mesmo ano em que foi fundada, a COFCO Intl. adquiriu 51% das ações da Noble Agri e da Nidera¹⁴, empresas de Hong Kong e dos Países-Baixos, respectivamente, que já atuavam no segmento de compra, venda e transporte de mercadorias agrícolas, com ativos em dezenas de países. A partir dessas operações de fusão e aquisição¹⁵, atualmente a COFCO Intl. está presente em 36 países e possui uma receita global de U\$38,5Bi (COFCO Intl., 2024a, 2025c).

Dentre os países que a COFCO Intl. se fez presente está o Brasil. Nidera e Noble Agri já atuavam no país desde, aproximadamente, o início do século XXI. A subsidiária da estatal chinesa, responsável pelo comércio internacional da companhia, têm buscado se consolidar no país desde então. Dada a importância do agronegócio brasileiro para a economia mundial e a, à época, já consolidada posição da China como principal parceira comercial do país neste segmento, o Brasil tem recebido vultosos investimentos da companhia. Nesse sentido, a COFCO Intl. tem buscado melhorar seu posicionamento no mercado brasileiro¹⁶ para assegurar que a China tenha acesso direto aos fornecedores de grãos do Brasil.

Ao acessar o território brasileiro, por meio dos ativos que incorporou, a COFCO Intl. configura sua própria topologia no país. A empresa está no Brasil há mais de 10 anos e faz um uso corporativo deste espaço, segundo sua própria racionalidade, participando de diversos circuitos espaciais produtivos e seus respectivos círculos de cooperação. Por se tratar de uma empresa estatal, atrelada à economia política socialista da China, em alguns aspectos a COFCO Intl. difere de seus pares ocidentais (ABCD). Ao menos esses são alguns dos elementos que uma análise geográfica da topologia da COFCO Intl. no Brasil pode nos esclarecer.

1.2. O mecanismo de avaliação da COFCO no Brasil – Nota metodológica

Como discutido, a COFCO Corp. é uma das maiores empresas estatais da China e está entre os GCEE mais antigos e importantes do país. Seu conglomerado conta com mais de uma dezena de subsidiárias, que atuam em diferentes ramos alimentícios e do agronegócio. Há algumas subsidiárias da COFCO Corp. que até mesmo possuem capital aberto em bolsa de

¹⁴ Posteriormente, em 2016 e 2017, respectivamente, a empresa chinesa concluiu a aquisição de 100% das ações.

¹⁵ Além dessas operações, o conglomerado chinês tem adotado outras estratégias para sua internacionalização, como *brownfield investments* (BI), *Hands-on Control*, *joint-ventures*, contratos de longo prazo e investimento significativo em infraestrutura e logística (Wilkinson; Wesz Jr; Lopane, 2016; Oliveira, 2017; Wesz Jr; Escher; Fares, 2021).

¹⁶ Os grãos brasileiros já correspondem à maior parte das exportações mundiais de toda a empresa e 80% das *commodities* brasileiras comercializadas pela COFCO Intl. têm como destino direto a China: somente em 2024 a empresa exportou mais de 17 milhões de toneladas e a expectativa é que esta cifra chegue a 18 milhões de toneladas em 2025 (Mano, 2025); e em 2021, 40% dos investimentos mundiais da COFCO Intl. foram no Brasil, que conta com 2/3 dos funcionários de toda a companhia (COFCO Intl., 2021a).

valores, como a COFCO Biotechnology na Bolsa de Valores de Shenzhen, a COFCO Sugar na Bolsa de Valores de Shanghai, COFCO Joycome Foods e a Mengniu Dairy na Bolsa de Valores de Hong Kong.

Todavia, a própria COFCO Corp. permanece sendo uma empresa de capital fechado. Suas ações não são negociadas publicamente e pertencem inteiramente ao estado chinês. De modo semelhante, a COFCO Intl., que integra nosso objeto de pesquisa, não negocia suas ações em nenhuma das bolsas de valores, embora possua mais de um acionista. Nesse sentido, o acesso às informações corporativas de ambas as empresas é limitado, pois não são compilados relatórios referentes aos seus respectivos empreendimentos no Brasil ou no mundo, tendo em vista o interesse de acionistas e de agências que fiscalizam o cumprimento das normas internacionais sobre governança corporativa e boas práticas empresariais.

Em linhas gerais, empresas de capital fechado não possuem a obrigação legal de divulgar uma série de informações. Por isso, na maioria dos casos, não são tornados públicos os dados sensíveis das operações destes tipos de companhia. Além disso, para o conjunto daquelas informações que devem ser públicas – como a Demonstração do Resultado do Exercício para as Sociedades Anônimas (S.A.) registradas no Brasil –, há um esforço premeditado por torná-las de difícil acesso e investigação. Esta dificuldade se torna ainda maior quando se trata de empresas estrangeiras juridicamente estabelecidas em paraísos fiscais, como é o caso da COFCO Intl., cuja sede está em Genebra e o endereço legal está registrado nas Ilhas Cayman. Não obstante, os grandes conglomerados multinacionais costumam operar através de uma rede complexa de firmas e, ainda que todas pertençam ao mesmo grupo econômico, identificá-las e compreendê-las dentro do contexto de suas respectivas estruturas organizacionais é uma dificuldade à parte.

Portanto, o acesso a dados que revelem a topologia da COFCO Intl. é restrito e dificultado. Assim, para que fosse possível e viável investigar a estrutura societária da empresa, a lógica de uso corporativo do espaço e sua divisão territorial do trabalho, foi necessário recorrer a fontes indiretas e secundárias. Notícias da imprensa formal, relatórios de ONGs, registros governamentais e jurídicos e dados de outras pesquisas foram triangulados com informações disponibilizadas em sites, redes sociais e relatórios corporativos organizados e divulgados pela própria COFCO Intl..

Foi nesse sentido que buscamos estabelecer uma metodologia própria, que fosse capaz de nos aproximar ao máximo da real e complexa topologia estabelecida pela corporação chinesa no Brasil. Sabemos que nosso empreendimento tende a se tornar obsoleto em seus aspectos mais descritivos, já que os dados que levantamos constituem apenas um recorte estático de uma

realidade em constante movimento. Mas buscamos, na medida do possível, interpretar a essência da dinâmica que constitui a atual topologia da COFCO Intl. no país. A empresa está no Brasil há mais de uma década e a evolução espaço-temporal de sua topologia é um vetor que aponta para algo mais amplo e menos volátil, que é o sentido de suas operações no território brasileiro.

Para identificar os espaços e infraestruturas acionados por cada uma das empresas ligadas à COFCO International Limited no Brasil, acessamos diferentes bases de dados, sejam elas de órgãos oficiais ou repositórios de serviços privados, cujas atividades econômicas são gerir e disponibilizar tais informações, de cunho público. A principal fonte de acesso foi a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim)¹⁷. Além disso, quando possível, as informações obtidas por meio da Redesim foram conferidas em documentos disponibilizados pelas Juntas Comerciais¹⁸ de cada uma das UF que a COFCO Intl. mantém matriz no país. Por fim, a partir de documentos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)¹⁹, confirmamos e reforçamos as informações referentes às pessoas jurídicas da COFCO Intl. no Brasil, enquanto que para a maioria das empresas sediadas no exterior buscamos informações nos respectivos órgãos nacionais de registro e em repositórios do Identificador de Entidade Jurídica (LEI)²⁰.

As consultas na Redesim foram realizadas em janeiro de 2025. Todos os dados de acesso público de cada pessoa jurídica foram armazenados para consultas posteriores, evitando assim o manuseio de informações voláteis e constantemente atualizadas pela corporação perante a Receita Federal ou outros órgãos de registro. No mesmo período, cruzou-se o levantamento baseado na Redesim com o repositório de empresas terceirizadas que armazenam e processam esses mesmos dados ao longo dos anos. Isso nos permitiu identificar todas as filiais – extintas ou em atividade – de cada uma das empresas controladas pela COFCO Intl.

¹⁷ Criada pela Lei n. 11.598/2007, a Redesim é a rede de sistemas informatizados responsável pela padronização e integração do registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas no Brasil. Seus objetivos incluem garantir autenticidade e publicidade a estes atos jurídicos. Ela está vinculada ao Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP) e ao Ministério da Economia. A Redesim comunica-se automaticamente com sistemas de outras instituições, como os órgãos de registro, as administrações tributárias nos âmbitos federal, estadual e municipal e os órgãos licenciadores.

¹⁸ As Juntas Comerciais são órgãos públicos, vinculados às Secretarias de Estado da Fazenda, responsáveis pelo registro público de empresas e de suas respectivas atividades. Há uma Junta Comercial em cada UF e no Distrito Federal.

¹⁹ O CADE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça, cujas atribuições são dadas pela Lei n. 12.529/2011. Uma de suas competências é analisar atos de concentração econômica entre grandes empresas, como as operações fusão e aquisição.

²⁰ O LEI, sigla para *Legal Entity Identifier*, é um código alfanumérico definido pela ISO 17442 para facilitar a identificação de entidades jurídicas em âmbito internacional.

As pesquisas na Redesim são feitas a partir do nome empresarial ou do nome fantasia de cada pessoa jurídica, além do CNPJ completo. Todavia, consultas pelo nome empresarial só retornam informações das 19 matrizes ligadas à COFCO Intl.. Já as consultas pelo nome fantasia revelam matrizes e filiais, mas tão somente àquelas em que esse dado consta no comprovante de situação cadastral. Assim, a Redesim indicou 185 CNPJs diferentes para a COFCO Intl.. Já com base no repositório de empresas terceirizadas, foi possível identificar as filiais de todas as matrizes da COFCO Intl. a partir dos 8 primeiros dígitos de seus CNPJs: a busca retornou 446 empresas distintas ligadas à COFCO Intl., entre matrizes e suas filiais, ativas ou baixadas na Receita Federal – este número não corresponde à totalidade dos CNPJs que a COFCO Intl. já teve no Brasil, mas justifica a necessidade desta pesquisa cruzada. Os dados da pessoa jurídica e o quadro societário de cada uma das empresas foram individualmente conferidos na Redesim, para garantir sua existência, relação com a COFCO Intl., autenticidade e precisão. As plataformas privadas também permitem identificar informações referentes às atividades econômicas primárias e secundárias, além do endereço de todas as empresas que foram baixadas na Receita Federal – informações que não estão disponíveis na Redesim.

Todavia, não foi possível verificar cada uma destas informações em todas as juntas comerciais das UF em que a COFCO Intl. possui matriz, pois apenas a Junta Comercial de São Paulo (JUCESP) disponibiliza gratuitamente a ficha cadastral completa das empresas e a cópia digitalizada dos documentos arquivados por elas (atas de reuniões, deliberações dos acionistas e diretores, procedimentos e justificativas de incorporação, laudo de avaliações contábeis, entre outros). Ainda assim, já que as principais matrizes estão cadastradas na JUCESP, em alguns casos foi possível obter documentos relativos às matrizes de outros estados, especialmente informações sobre as datas de quando as últimas foram incorporadas pelas primeiras. Além de confirmar e validar as informações obtidas pela Redesim, os documentos da JUCESP revelam mais informações das matrizes da COFCO Intl., como os pormenores dos processos de incorporação de outras empresas, a participação em porcentagem do quadro de acionistas, os procuradores da COFCO Intl. no Brasil, seus diferentes endereços e, em alguns casos, informações contábeis relevantes e seu histórico pregresso (anterior à aquisição definitiva da Nidera e da Noble Agri pela COFCO Intl.).

Na pesquisa, também identificamos uma empresa chamada COFCO Agropecuária. Todavia, além do nome, não conseguimos relacioná-la à COFCO Intl. de nenhuma maneira. Suas atividades econômicas, natureza jurídica, endereços, formas de contato, datas de abertura, situação cadastral e quadro de sócios não estão vinculados diretamente à COFCO Intl. e não

seguem os padrões que notamos nas fichas cadastrais de outros CNPJs da *holding*. A empresa, embora de São Paulo, também não consta na JUCESP.

O CADE, por sua vez, disponibiliza ao público, omitindo informações confidenciais, os documentos da análise do ato de concentração em que a divisão de sementes da Nidera (Nidera Seeds/COFCO Intl.) foi incorporada à Syngenta Crop Protection AG (Syngenta/ChemChina)²¹. Nestes documentos, identificamos mais empresas ligadas à COFCO Intl. (Brasil, 2017-2018). Em alguns casos, tratavam-se dos antigos nomes empresariais de firmas já identificadas pelas pesquisas anteriores. Evidenciou-se a particularidade de uma das empresas domiciliadas no exterior, a COFCO Brazil Overseas S.A., cuja análise será feita em outro momento. Mas três novas empresas não constavam nas pesquisas descritas anteriormente, qual sejam: Bom Brasil Óleo de Mamona (já incorporada por outra matriz da COFCO Intl.), Terminal 12A S.A. (empresa ativa, não incorporada por outra do grupo COFCO)²² e a Cereal Sul Terminal Marítimo S.A. (já incorporada por outra matriz da COFCO Intl.). Estes são casos de empresas que pertenciam à Nidera ou à Noble Agri no Brasil, mas, com exceção das empresas incorporadas, os nomes empresariais não remontam à COFCO de nenhum modo e por isso escaparam à pesquisa inicial – reforçando a necessidade de pesquisar e comparar as informações de diferentes fontes.

Por fim, validamos e reforçamos as informações obtidas mais uma vez, agora com os dados da plataforma Global Legal Entity Identifier Foundation (GLEIF). Parcela significativa das empresas do grupo COFCO possuem um número LEI, código que padroniza informações de entidades jurídicas em nível global. Algumas das entidades jurídicas da COFCO Intl. no Brasil constam nesta base de dados, especialmente as empresas em atividade e sediadas no exterior. A ferramenta permite identificar a relação hierárquica das entidades que possuem um número LEI, seus endereços legais e suas sedes, antigos nomes, e os órgãos nacionais nos quais possuem registro.

Infelizmente, assim como não obtivemos os dados das juntas comerciais, exceto a do estado de São Paulo, não conseguimos acessar as informações públicas dos órgãos estrangeiros que registraram cada uma das entidades da COFCO Intl. que atuam no Brasil, mas que possuem endereço legal no exterior. Somente o Registro Comercial do Cantão de Genebra fornece informações gratuitas, semelhante aos dados da Redesim. São pagos em moeda estrangeira o

²¹ A operação proposta e deferida pelo CADE envolveu “única e exclusivamente a atuação da Nidera no segmento de produção de sementes de milho e soja” (Brasil, 2017-2018, p.22).

²² No dia 30 de maio de 2025 o CNPJ da Terminal 12A foi baixado, pois a empresa foi incorporada pela COFCO Intl. Portos Participações.

acesso às fichas registradas em: Comissão de Serviços Financeiros das Ilhas Virgens Britânicas, Registro Geral das Ilhas Cayman, Câmara de Comércio Neerlandesa, Direção Geral de Registros do Uruguai e Divisão de Corporações de Delaware.

Ao todo identificamos 25 empresas diferentes que fazem ou fizeram parte da COFCO Intl. no Brasil, desde que foi fundada e adquiriu a Nidera e a Noble Agri. Algumas entidades jurídicas foram extintas voluntariamente, outras foram incorporadas por empresas do grupo. Dentre os 25 CNPJs registrados na Receita Federal, existem duas fundações ou associações domiciliadas no exterior, e ambas não estão atualmente em atividade. Por isso e por sua natureza jurídica, que envolve a mera posse e uso de imóveis, aeronaves ou outros bens sujeitos a registro de propriedade, optamos por não tratar destas entidades jurídicas em específico ao longo da pesquisa.

Até junho de 2014, quando a COFCO Intl. iniciou suas atividades adquirindo 51% das ações da empresa de Hong Kong e dos Países-Baixos, haviam 18 entidades jurídicas no Brasil, 12 ligadas à Noble Agri e 6 ligadas à Nidera, dentre *holdings* de instituições não-financeiras, com participações em outras empresas, e atividades produtivas, comércio e serviços ligados à agroindústria (armazém, transporte e operação logística, cultivo e processamento de grãos, consultoria e etc.).

Após esta data e até maio de 2022 foram abertas cinco novas entidades jurídicas, com atividades econômicas similares àquelas já desempenhadas por Nidera e Noble Agri. Somente duas destas novas empresas foram inauguradas após 2017, quando a COFCO Intl. oficialmente detinha a totalidade das ações de suas ambas predecessoras.

Identificamos que atualmente existem ao menos 15 CNPJs ativos relacionados à COFCO Intl. no Brasil, sendo que somente 7 possuem domicílio legal no país. A maioria das matrizes estão no estado de São Paulo, inclusive a mais relevante para as operações da COFCO Intl.: a COFCO Intl. Brasil SA. Também há matrizes nos estados de Minas Gerais e Mato Grosso. Somente a COFCO International Portos Participações LTDA se ocupa integralmente da atividade de *holding* de instituições não-financeiras. Em linhas gerais, como será discutido de modo aprofundado ao longo do trabalho, especialmente na quarta seção, fica claro a preferência pela cidade de São Paulo para os centros de comando e gestão da COFCO Intl. no Brasil – como já indicaria a função desta metrópole na rede urbana nacional.

Desse modo, são 8 empresas domiciliadas no exterior com cadastro no Brasil e que possuem ou possuíram, no período analisado, relação direta com as atividades econômicas da COFCO Intl. no país. Destacamos que 7 das empresas com domicílio no exterior são *holdings* de instituições não-financeiras que detêm ou detiveram parte das ações das empresas com

domicílio fiscal no Brasil. A exceção é COFCO Americas Resources Corp., cuja atividade principal é o comércio atacadista. Também destacamos a COFCO Brazil Overseas S.A: esta é a única empresa com sede no exterior cuja totalidade das ações cabe a uma empresa sediada no Brasil, a COFCO International Brasil SA.

Todas as empresas ativas relacionadas à COFCO Intl. estão listadas no Quadro 1, a seguir. Esta relação contempla tanto as empresas domiciliadas no Brasil quanto as empresas com domicílio fiscal no exterior. Todavia, desde que a estatal chinesa se tornou a única acionista destas 15 sociedades, iniciou-se um processo de reorganização administrativa, operacional, financeira e jurídica, com o objetivo declarado de otimizar sua estrutura e torná-la mais eficiente.

Até mesmo o nome e a identidade visual das várias marcas foram alterados para os padrões da COFCO Intl. e passaram a ser tratados como uma única empresa em suas páginas oficiais, redes sociais e entrevistas à imprensa. Nomes como Rostock, Kursk, Casa Nobre Comércio e Armazenagem de Grãos ou termos que identificavam as empresas à Noble Agri e à Nidera foram, todos, alterados nesse processo de reestruturação que segue em curso.

Por serem empresas de um mesmo grupo, as fusões e incorporações que ocorreram desde então visaram reestruturar as operações da COFCO Intl. no Brasil e dinamizar sua economia empresarial: simplificando sua estrutura, reduzindo gastos e despesas operacionais e com pessoal e gerindo com mais eficiência os ativos, os passivos, e as obrigações legais entre outras ações que justificam esse processo contábil e burocrático.

Quadro 1 – Dados gerais dos CNPJs ativos da COFCO no Brasil (em janeiro de 2025)

Nome Empresarial (Origem)	Localização da Matriz	Nº de Filiais	Atividades Principais
COFCO Intl. Brasil S.A. (Noble Agri)	São Paulo/SP	137	Comércio atacadista ¹ , cultivo ² e fabricação ³
COFCO Intl. Comercio e Armazenagem de Graos Ltda. (Noble Agri)	Alfenas/MG	9	Comércio atacadista de café em grãos
COFCO Intl. Portos Participações Ltda. (Noble Agri)	São Paulo/SP	0	Holdings de instituições não-financeiras
COFCO Intl. Transportes Ltda. (Noble Agri)	Sorriso/MT	22	Transporte rodoviário de carga e logística
COFCO Intl. Cotton Ltda. (Noble Agri)	São Paulo/SP	5	Comércio atacadista de algodão
TEC – Terminal Export COFCO Ltda. (COFCO)	São Paulo/SP	0	Operador Portuário
Terminal 12 A S.A. (Noble Agri)	São Paulo/SP	0	Operador Portuário
COFCO Intl. Holding South America B.V. (Nidera)	Países-Baixos	–	Holdings de instituições não-financeiras
COFCO Resources S.A. (Noble Agri)	Suíça	–	Holdings de instituições não-financeiras
COFCO Agrichem Inc. (Noble Agri)	Ilhas Virgens Britânicas	–	Holdings de instituições não-financeiras
COFCO Intl Netherlands B.V. (Nidera)	Países-Baixos	–	Holdings de instituições não-financeiras
COFCO Brazil Overseas S.A. (Noble Agri)	Uruguai	–	Holdings de instituições não-financeiras
COFCO Americas Resources Corp. (Noble Agri)	EUA	–	Comércio atacadista
Fanosiki Group Ltd. (Noble Agri)	Ilhas Virgens Britânicas	–	Holdings de instituições não-financeiras
Stock In Profits Ltd. (Noble Agri)	Ilhas Virgens Britânicas	–	Holdings de instituições não-financeiras

¹Soja e outros grãos não especificados. ²Cana de açúcar, Milho e Soja. ³Açúcar em Bruto, Alcool e Fertilizantes/Adubo.

Fonte: Brasil, 2017-2018; GLEIF, 2025; JUCESP, 2025; Redesim, 2025. Organização do autor

Dentre os vários argumentos que são apresentados nos documentos que celebram os processos de incorporação que ocorreram até então entre as empresas que pertencem ao grupo COFCO Intl., destacamos as noções de racionalização e busca de melhor integração operacional entre as atividades econômicas complementares. Os textos que justificam os processos de incorporação são idênticos, com exceção do documento de incorporação da COFCO Intl. Grãos

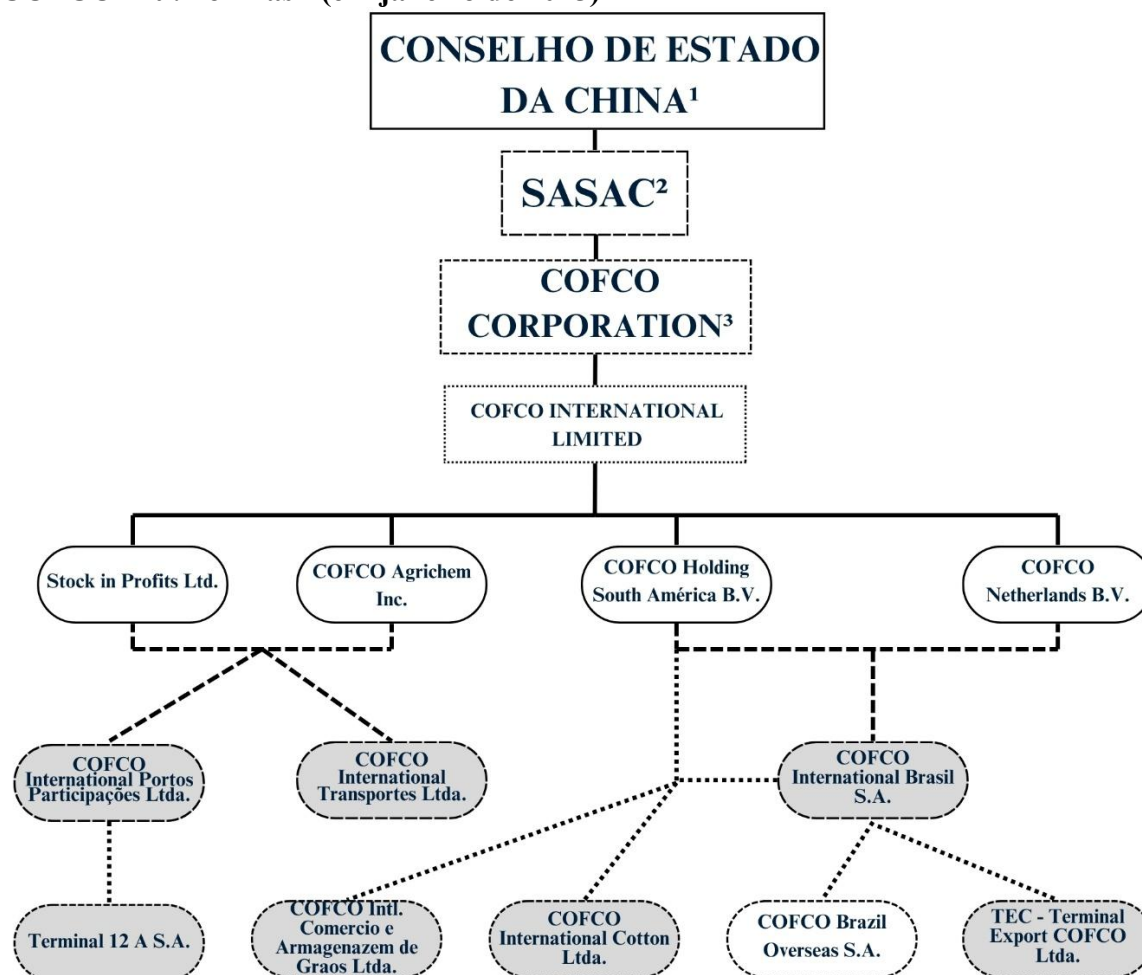
e Oleaginosas Ltda.. Nele, com duas alíneas extras, argumenta-se claramente que este processo contribui e facilita a futura expansão de todos os negócios da companhia. Também se pontua que a busca por vantagens estratégicas e por competitividade reforçam e consolidam a empresa face aos desafios do mercado nacional e internacional, aumentando sua capacidade de inovação tecnológica e de desenvolvimento de novos produtos.

Portanto, apesar do grupo COFCO Intl. possuir uma estrutura organizacional dividida em várias subsidiárias, com um capital social diversificado e diferentes participações societárias, trata-se de uma única corporação que busca racionalizar a integração horizontal e vertical de sua cadeia produtiva. Desse modo, ainda que, para fins de pesquisa e análise da topologia da COFCO Intl. no Brasil, façamos distinção entre as diferentes subsidiárias, entendemos de fato que se trata de uma mesma corporação, que deve, portanto, ser interpretada e entendida em sua integralidade.

A Figura 2 apresenta a atual estrutura organizacional da COFCO Intl. no Brasil. Apresentamos, em nível hierárquico, a relação entre as diferentes entidades jurídicas da corporação. A estrutura ilustra sinteticamente como a empresa está organizada para gerenciar suas diversas operações no país. É possível traçar suas atividades econômicas no Brasil (comércio, armazenagem de grãos, cultivo, logística rodoviária e portuária, produção de álcool, de açúcar...) até às entidades jurídicas que pertenciam à Nidera e à Noble Agri, nos Países-Baixos e nas Ilhas Virgens Britânicas, respectivamente, e que detêm o controle direto das ações das empresas com sede e operações no país. Acima destas empresas está a COFCO Corp., estatal chinesa que está sob supervisão direta do SASAC – órgão do conselho de Estado da China (principal instituição do poder executivo do país).

A hierarquia organizacional da corporação mostra a relação entre as diferentes entidades que a compõem, conectando Brasil e China por intermédio de paraísos fiscais no Caribe e no Atlântico-Norte. Em outras palavras, as regiões produtivas mais dinâmicas do Brasil, desde os espaços agrícolas consolidados até aos novos fronts de expansão (Santos; Silveira, 2006), conectam-se com o mercado consumidor chinês nesta intrincada rede corporativa. Por mais que o Norte Global seja acionado pela COFCO Intl. para as práticas de elisão fiscal necessárias à concorrência intercapitalista, trata-se da expansão e do fortalecimento de relações socioeconômicas de caráter Sul-Sul.

Figura 2 – Estrutura organizacional das empresas ligadas às atividades produtivas da COFCO Intl. no Brasil (em janeiro de 2025)²³



○ Subsidiárias da COFCO International domiciliadas no Brasil.

○ Subsidiárias da COFCO International domiciliadas no exterior.

¹ Trata-se do órgão executivo e administrativo máximo do Estado chinês.

² Sigla em inglês para da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado da China.

³ Acionista majoritário da COFCO International.

Fonte: Brasil, 2017-2018; GLEIF, 2025; JUCESP, 2025; Redesim, 2025. Elaboração do autor

Como é possível observarmos, o oligopólio ocidental – expresso, por exemplo, pelas empresas ABCD (ADM/EUA, Bunge/EUA, Cargill/EUA e Louis Dreyfus/Países-Baixos) – não é em nenhum momento acionado como intermediário da compra e venda de *commodities* agrícolas entre o Brasil e a China nesta hierarquia organizacional. Logo, o aumento da fatia de mercado da COFCO Intl. e de suas operações no Brasil, projetados por seus investimentos produtivos e em infraestrutura, tendem a intensificar relações Sul-Sul em detrimento das

²³ Desde o dia 30 de maio de 2025 a empresa COFCO Intl. Portos Participações incorporou a empresa Terminal 12A, que por isso deixou de compor a estrutura organizacional das empresas ligadas às atividades produtivas da COFCO Intl. no Brasil. Como não identificamos nenhuma outra atividade produtiva ligada à COFCO Intl. Portos Participações, uma *holding* de instituições não-financeiras, ela também não mais integraria esta estrutura organizacional.

relações Norte-Sul tradicionais. Isso pode significar mais autonomia para ambos países, resultando em melhores condições de negócios, econômica e politicamente.

No topo da hierarquia, está a o Conselho de Estado da China, que por ser um órgão executivo e administrativo do governo central, é sempre comandado por membros do PCCh²⁴. Dentre seus ministérios, comissões e outras repartições está a SASAC, como o principal vínculo do governo central com a gestão das empresas e ativos estatais, responsável, por exemplo, por gerir o processo de internacionalização da COFCO Corp.. Portanto, é justamente nesta ordem hierárquica que, na sequência, tem-se a COFCO International Limited. Abaixo da COFCO Intl. Ltd. estão as *holdings* de instituições não-financeiras Stock in Profits Ltd., COFCO Agrichem Inc., COFCO Intl. Holding South América BV. e COFCO Intl. Netherlands BV.. Estas empresas pertenciam à Nidera e à Noble Agri e se fundiram à COFCO Intl., como está indicado no Quadro 1. São elas, empresas com sede no exterior, que controlam as ações das entidades jurídicas da COFCO Intl. no Brasil. Estas entidades jurídicas da COFCO Intl. no exterior também têm se reorganizado administrativa, operacional, financeira e juridicamente.

Nesse nível da hierarquia organizacional, já não é mais possível notar a divisão que existia entre Nidera e Noble Agri. O capital social e as atividades das empresas e de suas subsidiárias se misturam e respondem, atualmente, a um único comando. Os respectivos nomes empresariais também foram alterados neste processo, desvinculando-se totalmente de seus antigos acionistas.

Ainda há outras empresas com cadastro ativo no país, mas que nossa pesquisa não encontrou relação alguma com as atividades produtivas da COFCO Intl. no território brasileiro em janeiro de 2025. Por isso estão indicadas no Quadro 1, mas não aparecem na estrutura organizacional da Figura 2, são elas: COFCO Resources SA, COFCO Americas Resources Crop. e Fanosiki Group Ltd. Isso ocorre porque, no processo de reorganização dos ativos, seus respectivos capitais sociais foram cedidos às empresas remanescentes²⁵. Processos semelhantes ocorreram ao longo das incorporações e baixas dos diferentes CNPJs que compõem a COFCO Intl., mas a descrição detalhada destes processos não atende aos objetivos desta pesquisa. Importante é a percepção de que Noble Agri e Nidera fundiram-se por completo na estrutura

²⁴ Em 2025, Li Qiang (李强) é o primeiro-ministro da China, cargo mais alto do Conselho de Estado.

²⁵ Por exemplo, em 2022 a COFCO Intl. Brasil SA pertencia à Stock in Profits Ltd (1,7%), à COFCO Agrichem (17,4%), à COFCO Intl. Holding South América BV. (80,6%) e à COFCO Intl. Netherlands BV. (0,3). No início de 2025, a composição do capital social da COFCO Intl. Brasil SA é a seguinte: COFCO Intl. Holding South América BV. (99,7%) e COFCO Intl. Netherlands BV. (0,3) – Stock in Profits Ltd. e COFCO Agrichem cederam suas ações e deixaram a sociedade.

organizacional da COFCO Intl. e que o capital social da companhia se distribui de modo desigual por estas quatro entidades com sede no exterior.

No Brasil, por sua vez, as atividades da corporação chinesa distribuem-se entre 7 empresas. Há a COFCO Intl. Portos Participações, que é a única acionista da empresa Terminal 12 A SA, que até 2023 era responsável pela maior parte das operações da COFCO Intl. no Porto de Santos. Também há, em posição de destaque, a COFCO Intl. Transportes LTDA, que não possui participação em outras empresas, e concentra as atividades de transporte rodoviário de carga e logística do grupo COFCO Intl. – não notamos indícios de que ela pode ser incorporada neste processo de reorganização empresarial.

Já a COFCO Intl. Brasil SA é a empresa que consideramos ser a principal entidade jurídica da COFCO Intl. no Brasil, isto ficará evidente ao longo das próximas seções. Sua posição de destaque já é indicada pela Figura 2: além de ter o maior número de filiais da empresa chinesa no país, é a única acionista da TEC - Terminal Export COFCO LTDA – responsável pelo arrendamento de áreas, infraestruturas e instalações portuárias públicas localizadas no Porto Organizado de Santos. Ela também é a única acionista da COFCO Brazil Overseas SA, *holding* de instituições não-financeiras com sede no Uruguai. Ainda, a COFCO Intl. Brasil possui 99% de participação societária nas empresas (1) COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos LTDA e (2) COFCO Intl. Cotton LTDA, em conjunto com a COFCO Intl. Holding South América BV.

Ao longo das próximas seções, para fins de análise e síntese da topologia da COFCO Intl. no Brasil, a COFCO Intl. Portos Participações e sua única subsidiária, a Terminal 12 A SA, serão apresentadas como uma única empresa, pois trata-se de uma *holding* de instituições não-financeiras e de seu único ativo²⁶. As empresas que gerenciaram os ativos portuários da COFCO Intl. no Brasil são discutidas em conjunto com a TEC - Terminal Export COFCO LTDA, que é a atual responsável por esses objetos, para indicar a evolução dos investimentos da corporação chinesa nesse segmento específico. Já a COFCO Intl. Transportes LTDA será analisada de modo independente, completando a discussão sobre os sistemas de movimento acionados pela COFCO Intl. no Brasil.

Por sua vez, as outras subsidiárias da COFCO Intl. Brasil SA serão apresentadas como entidades jurídicas diferentes (COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos LTDA e COFCO Intl. Cotton LTDA), pois suas atividades econômicas são substanciais e/ou distintas o

²⁶ Desde o dia 30 de maio de 2025 a empresa COFCO Intl. Portos Participações incorporou a empresa Terminal 12 A.

suficiente de sua *holding* direta²⁷. Cada uma delas se insere em um circuito espacial produtivo distinto, de modo que conciliamos as discussões de cada subsidiária com um circuito.

No caso específico da COFCO Intl. Brasil SA, apresentamos a empresa a partir de suas inserções nos circuitos espaciais produtivos da soja e da cana-de-açúcar, visto de forma conjunta, pois ela é a empresa que concentra e se destaca ao mesmo tempo em ambas atividades. Além disso, ao fazê-lo, é possível comparar a evolução conjunta dos ativos da corporação nestes segmentos, em relação às heranças da Noble Agri e da Nidera – como será detalhado, a corporação chinesa, embora tenha se mantido no circuito sucroenergético, tem clara predileção pelas atividades de *trading* de soja, em detrimento do cultivo, processamento e comércio dos produtos derivados da cana-de-açúcar.

Em todos os casos, ponderamos sobre os biomas, já convertidos ou não em áreas de agricultura moderna, que a topologia de cada subsidiária da COFCO Intl. aciona, por entender que as *tradings*, responsáveis em grande parte pela comercialização e circulação dos volumes de *commodities* agrícolas movimentados no Brasil, contribuem com os impactos socioambientais causados pelos circuitos agroindustriais que atuam no país.

Reforçamos, novamente, que a pesar de segmentar a análise da topologia e das ações da COFCO Intl. entre diferentes subsidiárias, sistemas de movimento e circuitos espaciais produtivos, alguns aspectos da empresa só podem ser percebidos quando se considera a corporação como um todo. Também existem dimensões da corporação que são comuns a cada um desses recortes que criamos. Buscamos reunir estas discussões, que não constam nas demais seções ou são abordadas de modo superficial, na quarta seção. Nela, avaliamos a hierarquia dos lugares que compõem a rede da COFCO Intl. no Brasil e os fluxos de informação e de capital da companhia, sendo este último um dos poucos fluxos imateriais passíveis de quantificação e capazes de revelar a evolução da empresa no mercado brasileiro.

É somente na quinta e última seção que avaliamos de modo mais aprofundado os significados das ações e da topologia da COFCO Intl. no Brasil, à luz da ordem global e do socialismo chinês, percebendo-a em sua integralidade, ou seja, considerando o conjunto de subsidiárias que atuam no território brasileiro e no exterior, contrapomos a situação geográfica atual às possibilidades que tem se aventado atualmente.

²⁷ Enquanto isso, a COFCO Intl. Holding South América BV não será objeto direto de nossa investigação, visto que é uma empresa domiciliada no exterior e, por mais que seja subsidiária direta da COFCO Intl. Brasil SA, não desempenha atividades produtivas no país, embora componha a topologia da empresa em escala internacional.

2. A COFCO INTL. E SUA INSERÇÃO NOS CIRCUITOS ESPACIAIS PRODUTIVOS DE *COMMODITIES* NO BRASIL

O período técnico-científico-informacional gerou condições históricas para que a divisão territorial do trabalho se acentuasse, ao permitir uma maior especialização produtiva das regiões e dos lugares, articulados por centros de gestão de fluxos materiais e imateriais dispersos pelo território (Santos, 2023 [1996]). É por isso que a circulação se tornou um aspecto central dessa nova dinâmica, pois é ela quem viabiliza, atingindo a melhor relação custo-benefício entre a redução do tempo e os custos envolvidos, o movimento de grandes volumes de informações, capitais, mercadorias e pessoas, por exemplo, necessários às diferentes etapas do processo de produção, distribuição, troca e consumo.

É possível considerar que cada atividade econômica e, até mesmo, que cada empresa configuram suas respectivas divisões territoriais do trabalho, já que, para ambas, é imprescindível acessar lugares, pontos no território, que lhes deem sustentação, que lhes ofereçam aptidões específicas e necessárias aos seus processos produtivos. “Visto assim, o território aparecerá como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias” (Santos; Silveira, 2006, p. 290).

Todavia, Santos e Silveira (2006) alertam para o fato de que a divisão territorial do trabalho pode revelar apenas um retrato estático do espaço geográfico. Levando em consideração o papel da circulação para a compreensão do mundo globalizado, é preciso, na visão dos autores, considerar os movimentos que a divisão territorial do trabalho enseja. Por isso eles propõem uma abordagem baseada no conceito de circuitos. Como a segmentação espacial é intensa e quase sempre não está baseada em relações de contiguidade, mas de verticalidade, adota-se o conceito de circuitos espaciais da produção, definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, capazes de oferecer “uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território” (Santos; Silveira, 2006, p. 143). Os circuitos espaciais da produção são, assim, capazes de revelar como cada empresa ou instituição usa o território ao seu modo, ao mesmo tempo que considera a relação hierárquica que existe entre os lugares, sejam eles espaços de mandar ou de fazer. Nesse sentido, quem detém o poder são àqueles agentes que controlam ou regulam a circulação, determinando a produção e colocando-a em movimento.

Castillo e Frederico (2010) compreendem que os circuitos espaciais da produção se tornaram fundamentais para compreender o uso que as empresas fazem do território. Os autores consideram que as grandes corporações são importantes agentes na unificação das etapas

produtivas, articulando diferentes lugares que abrigam diferentes segmentos produtivos e cuja geolocalização não é contígua, pois se a produção está dispersa no espaço geográfico, em diferentes pontos do território, são as grandes corporações que articulam politicamente esses espaços. Em sua definição, “os circuitos espaciais de produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente” (Castillo; Frederico, 2010, p. 464).

Dantas (2016) define os circuitos espaciais produtivos de modo semelhante. O autor considera que a circulação, deslocamento de bens materiais e de pessoas, é a base para o funcionamento dos circuitos produtivos, pois é ela que “permite as trocas e transferências, que dinamiza os processos e possibilita as interações entre os lugares nos autorizando a falar em circuito espacial” (Dantas, 2016, p. 196).

Assim, o conceito de circuito espacial produtivo sintetiza e relaciona, ao mesmo tempo, as ações e os objetos, as dimensões técnicas e as políticas/normativas, a circulação de bens materiais e imateriais, que indicam o uso que as grandes corporações e os segmentos econômicos fazem do território. Trata-se de uma abordagem que pressupõe movimentos, isto é, circulação, ao mesmo tempo que insere o espaço geográfico no núcleo deste debate, revelando as “implicações sócio-espaciais da adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica dos fluxos” (Castillo; Frederico, 2010, p. 468).

O circuito espacial produtivo não leva em consideração somente o espaço como dimensão social e o papel da circulação na articulação de diferentes lugares e etapas produtivas, ele enfatiza também determinados ramos da atividade econômica (Castillo; Frederico, 2010). Antes da realização da mercadoria, o processo produtivo envolve uma gama de agentes políticos e econômicos que se integram ao longo do sistema produtivo de um mesmo bem ou produto. Esses agentes buscam os lugares que abrigam as formas e os conteúdos que lhes são mais funcionais, já que é a combinação dos atributos técnicos e normativos de cada lugar que dão sustentação à produção. É nesse sentido que o lugar se torna essencial para a compreensão dos circuitos espaciais, pois “é no lugar que se dá a combinação única entre produção, circulação, troca e consumo” (Dantas, 2016, p. 196).

Os lugares se diferenciam por seu conteúdo e localização, pela densidade e variedade de objetos técnicos e informacionais que abrigam. Diferentes configurações territoriais dão aos lugares especificidades, aptidões distintas que atendem à diferentes agentes e à diferentes

circuitos espaciais produtivos. As exigências espaciais de produtividade para cada produto não são as mesmas, de modo que um lugar pode ser ótimo para dada etapa de determinado circuito produtivo, mas não atender à outras etapas ou outros circuitos (Santos, 2001). Por isso a localização não é meramente um ponto, mas um recurso, explorado pelas grandes corporações (Castillo; Frederico, 2010; Dantas, 2016). Quanto maior o poder político e econômico de cada corporação, maior sua facilidade para acessar os lugares que lhes são estratégicos. Além disso, devido às ideologias e às dinâmicas capitalistas, os próprios lugares e regiões têm se especializado e competido entre si para abrigar as atividades econômicas mais proeminentes (Santos, Silveira, 2006; Castillo, 2024).

Nesse sentido, todo circuito espacial produtivo se articula em função de determinado segmento econômico, que envolve a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, mas é a etapa produtiva que mais guarda vínculo com o lugar de onde tira as condições para sua realização (Dantas, 2016). Como será discutido ao longo dessa seção, a atuação da COFCO Intl. nas etapas produtivas é restrita a alguns segmentos apenas, são suas operações de *trading* as maiores responsáveis por determinar o formato de sua topologia no Brasil. Ainda assim, a atividade de comércio atacadista, que se dá em escala nacional, está diretamente vinculada à etapa produtiva e tem até mesmo a capacidade de fomentar a produção (Silva; Garrefa, 2016). É isto que confere às grandes *tradings*, como a COFCO Intl., um certo comando político sobre a produção, a partir de suas normas e demandas, que se alastram à montante do circuito produtivo (Santos; Silveira, 2006).

Além da relação direta que há entre produção e comércio atacadista, a COFCO Intl. atua como uma empresa *business-to-business*²⁸, em contanto direto com as firmas que representam e são elas próprias os produtores rurais. Em linhas gerais²⁹, representantes da corporação chinesa vão até esses empreendimentos rurais para negociar os valores e os termos do contrato de compra e venda, sendo que o pagamento pode ser feito em três diferentes modalidades: mercado de vendas futuras³⁰, *barter*³¹ ou *spot*³². Esses fatores implicam a necessidade de que a empresa esteja próxima aos principais lugares e regiões que integram os circuitos espaciais produtivos nos quais atua. Assim, as especialidades e especificidades de cada ponto no

²⁸Empresa para empresa ou B2B, refere-se ao modelo de negócios em que as empresas comercializam apenas entre si, ao invés de tratar com o consumidor final.

²⁹Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025.

³⁰Contrato padronizado para compra/venda de *commodities* agrícolas em data futura, com preço fixado antecipadamente.

³¹Modalidade de crédito que envolve a troca direta de insumos agrícolas por *commodities* na pós-colheita, sem transação monetária.

³²Pagamento à vista com entrega quase imediata das *commodities* agrícolas.

território, no que tange às demandas do processo produtivo propriamente dito, estão diretamente relacionadas às escolhas locacionais da COFCO Intl..

Nesse sentido, há praticamente uma subsidiária da COFCO Intl. para cada segmento de *commodity* em que a corporação atua, permitindo que a empresa participe e se insira, ao mesmo tempo, em diferentes circuitos espaciais produtivos – as especializações territoriais casam-se com as ações de corporações cuja base operacional é geograficamente repartida (Santos; Silveira, 2006). Assim, desde que chegou ao Brasil, a estatal chinesa tem reconfigurado sua topologia em busca de localizações que lhes sejam mais vantajosas (Corrêa, 1998).

Ainda de acordo com Castillo e Frederico (2010) e Dantas (2016), outro aspecto do conceito de circuitos espaciais da produção é sua associação intrínseca com os círculos de cooperação espacial, tidos como o conjunto de fluxos de capitais, ordens e informações que garantem a organização necessária para articular os agentes e os lugares dispersos pelos circuitos produtivos. Ainda que os círculos de cooperação se estabeleçam dentro dos circuitos espaciais produtivos e ambos sejam, em algum grau, indissociáveis, já que todo deslocamento implica em circulação-comunicação, os círculos podem ser reduzidos aos fluxos de informação, diferentemente dos circuitos (Dantas, 2016; Castillo, Frederico, 2010; Santos, Silveira, 2006).

Todavia, na presente seção não abordamos com ênfase os círculos de cooperação nos quais a COFCO Intl. se insere, se não na medida em que é impossível desassociá-los dos circuitos espaciais produtivos. Este aspecto da topologia e das ações da COFCO Intl. no Brasil são melhor abordados na quarta seção. De modo semelhante, por mais que a circulação seja a base para o funcionamento do circuito espacial produtivo, os sistemas de movimento da COFCO Intl. no Brasil serão discutidos na seção seguinte. Essa divisão obedece aos fins analíticos e de redação deste trabalho e não à fragmentação dos conceitos em suas diferentes dimensões.

Nesse sentido, o objeto central desta seção é a natureza daquilo que é comercializado e movimentado pela COFCO Intl. no Brasil e sua relação com as especificidades de cada ponto no território acionado pela empresa. Assim, nos tópicos seguintes abordamos separadamente cada segmento a partir de sua respectiva subsidiária, quais sejam: COFCO Intl. Cotton, para o circuito do algodão; COFCO Intl. Comércio e Armazenagem, para o circuito do café; e COFCO Intl. Brasil, para os circuitos da soja e do açúcar.

2.1. A COFCO Intl. Cotton Ltda. e sua inserção no Circuito Espacial Produtivo do Algodão

Em agosto de 2015, foi fundada a sociedade empresarial limitada SF Nineteen Participações³³. Sediada em São Paulo, a empresa possuía como objeto social a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, com a possibilidade de gerir e alugar bens imóveis próprios, além de bens móveis, como máquinas e equipamentos agrícolas sem operador. Neste mesmo mês, a SF Nineteen Participações alterou sua sede para São José do Rio Preto e inaugurou suas primeiras filiais em Sebastianópolis/SP, Meridiano/SP, Potirendaba/SP e Catanduva/SP – todas estas unidades exerciam as mesmas atividades econômicas da matriz.

Porém, foi somente em maio de 2018 que esta empresa passou mudanças mais significativas. Inicialmente, ela adotou seu nome atual³⁴, passando a se identificar como COFCO International Cotton Ltda.. Em seguida, ela transferiu sua sede de volta para a cidade de São Paulo/SP. A mudança mais relevante, contudo, ocorreu em seu objeto social: a empresa deixou de atuar com aluguel de bens imóveis próprios, de maquinário e equipamentos agrícolas e encerrou suas atividades de administração e participações em outras sociedades. Assim, o objeto social da COFCO Intl. Cotton, nos termos de seu atual contrato social, passou a ser a importação, exportação, distribuição e comércio atacadista de algodão, bem como a importação, exportação, distribuição, venda, revenda, compra, fracionamento e acondicionamento de produtos agrícolas e seus derivados, como algodão, milho e soja, dentre outros. Em síntese, a partir desta data, esta subsidiária da COFCO Intl. passou a desempenhar as atividades

³³ O capital social da empresa era dividido entre as sócias Rostock Participações Ltda. (99%) e Kursk Participações Ltda. (1%). Ambas eram entidades jurídicas do grupo Noble Agri no Brasil. A Rostock Participações permanece em atividade e é responsável por atividades de *holdings* de instituições não-financeiras, atualmente responde pelo nome empresarial de COFCO International Portos Participações Ltda.. Já a Kursk Participações era a empresa do grupo responsável pelas atividades de fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais, mas, já com o nome empresarial de COFCO International Fertilizantes Participações, foi incorporada em setembro de 2021 pela COFCO International Brasil SA. Entre sua fundação e agosto de 2024, a SF Nineteen Participações (atual COFCO Intl. Cotton) sofreu modificações em seu quadro societário. Em setembro de 2015, Rostock Participações Ltda. e Kursk Participações Ltda. deixam de ser sócias da empresa e cedem suas quotas para a Stock in Profits Ltd. (99%) e para a Noble Agrichem Inc. (1%) – ambas empresas também pertenciam ao grupo Noble Agri e essa movimentação tratou-se de uma mera operação de redistribuição de seus ativos; Stock in Profits Ltd. e Noble Agrichem (atualmente COFCO Agrichem) permanecem em atividade e compõem a estrutura organizacional da COFCO Intl. no Brasil. Já em janeiro de 2018, a Stock in Profits cedeu todas as suas quotas para a COFCO Intl. Brasil. Somente em agosto de 2024 é que a COFCO Agrichem deixou de ser acionista da COFCO Intl. Cotton, cedendo suas quotas para a COFCO Intl. Holding South America BV. Assim, a participação do capital social da COFCO Intl. Cotton tornou-se a atual (janeiro de 2025), com a COFCO Intl. Holding South América BV detendo 1% das quotas e com a COFCO Brasil SA detendo 99% das quotas restantes.

³⁴ Antes disso, em setembro de 2016 a SF Nineteen Participações alterou seu nome empresarial para COFCO Agri Resources Brasil Ltda. Em janeiro de 2018 houve uma nova mudança: a empresa passou a se chamar COFCO International Resources Brasil Ltda..

econômicas de comércio atacadista de matérias-primas agrícolas, com destaque absoluto para o algodão³⁵.

Como resultado, em maio de 2018, a COFCO Intl. Cotton encerrou todas as suas filiais anteriores - vinculadas ao antigo objeto social - e, em junho do mesmo ano, inaugurou as suas primeiras unidades voltadas à comercialização de algodão nos municípios de Rondonópolis/MT, Luís Eduardo Magalhães/BA, Jataí/GO³⁶ e Santos/SP. Em outras palavras, a partir de um novo interesse mercadológico e de uma nova norma, a empresa reorientou sua topologia em busca de novos pontos no território, agora visando se estruturar sobre os lugares mais competitivos do circuito espacial produtivo do algodão.

Conforme o Quadro 2, para além das já mencionadas unidades que foram encerradas em 2018, a empresa teve outras duas unidades. A filial que estava no Cerrado de Corrente/PI foi inaugurada em setembro de 2018 e extinta em julho de 2022. Já a filial que estava em Maringá/PR, em área de Mata Atlântica, foi inaugurada em outubro de 2018 e encerrada em outubro de 2024 – junto com a realocização de outras subsidiárias, o encerramento dessa filial dá indícios de que a COFCO Intl., como um todo, tem preterido a região Sul do Brasil.

Quadro 2 – Todos os estabelecimentos vinculados à COFCO Intl. Cotton

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante
Alfenas	MG	26/10/2018	–	Mata Atlântica
Catanduva	SP	14/09/2015	18/05/2018	Mata Atlântica
Corrente	PI	13/09/2018	14/07/2022	Cerrado
Jataí	GO	19/06/2018	–	Cerrado
Luís Eduardo Magalhães	BA	18/06/2018	–	Cerrado
Maringá	PR	29/10/2018	30/10/2024	Mata Atlântica
Meridiano	SP	26/08/2015	18/05/2018	Mata Atlântica
Potirendaba	SP	26/08/2015	18/05/2018	Mata Atlântica
Rondonópolis	MT	13/06/2018	–	Cerrado
Santos	SP	20/06/2018	–	Mata Atlântica
São Paulo*	SP	13/08/2015	–	Mata Atlântica
Sebastianópolis do Sul	SP	26/08/2015	18/05/2018	Mata Atlântica

*Matriz

Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Organização do autor

Desse modo, entre outubro de 2018 e julho de 2022, a COFCO Intl. Cotton teve oito unidades em atividade, contando com matriz em São Paulo/SP. Assim, neste período, metade

³⁵ A COFCO Intl. Cotton tem os CNAEs de comércio atacadista de soja, açúcar, cereais e leguminosas beneficiados e de matérias-primas agrícolas não especificadas, mas o destaque desta subsidiária da COFCO Intl. é o comércio atacadista de algodão. Não obstante, algumas unidades da COFCO Intl. Brasil e da COFCO Comércio e Armazenagem de Grãos também possuem o registro para estas mesmas atividades econômicas, incluindo o comércio atacadista de algodão, mas em ambas esta última não consta como atividade principal e não possui destaque dentre as atividades de suas respectivas matrizes, como será discriminado.

³⁶ Por um período, entre agosto de 2018 e outubro de 2021, a filial de Jataí alterou o endereço de sua sede para Itumbiara/GO, onde atuou até retornar ao seu município de origem.

dos estabelecimentos estavam localizadas no bioma Cerrado e metade na Mata Atlântica – apesar de ter se alterado entre julho de 2022 e dezembro de 2024, esta proporção se mantém em 2025.

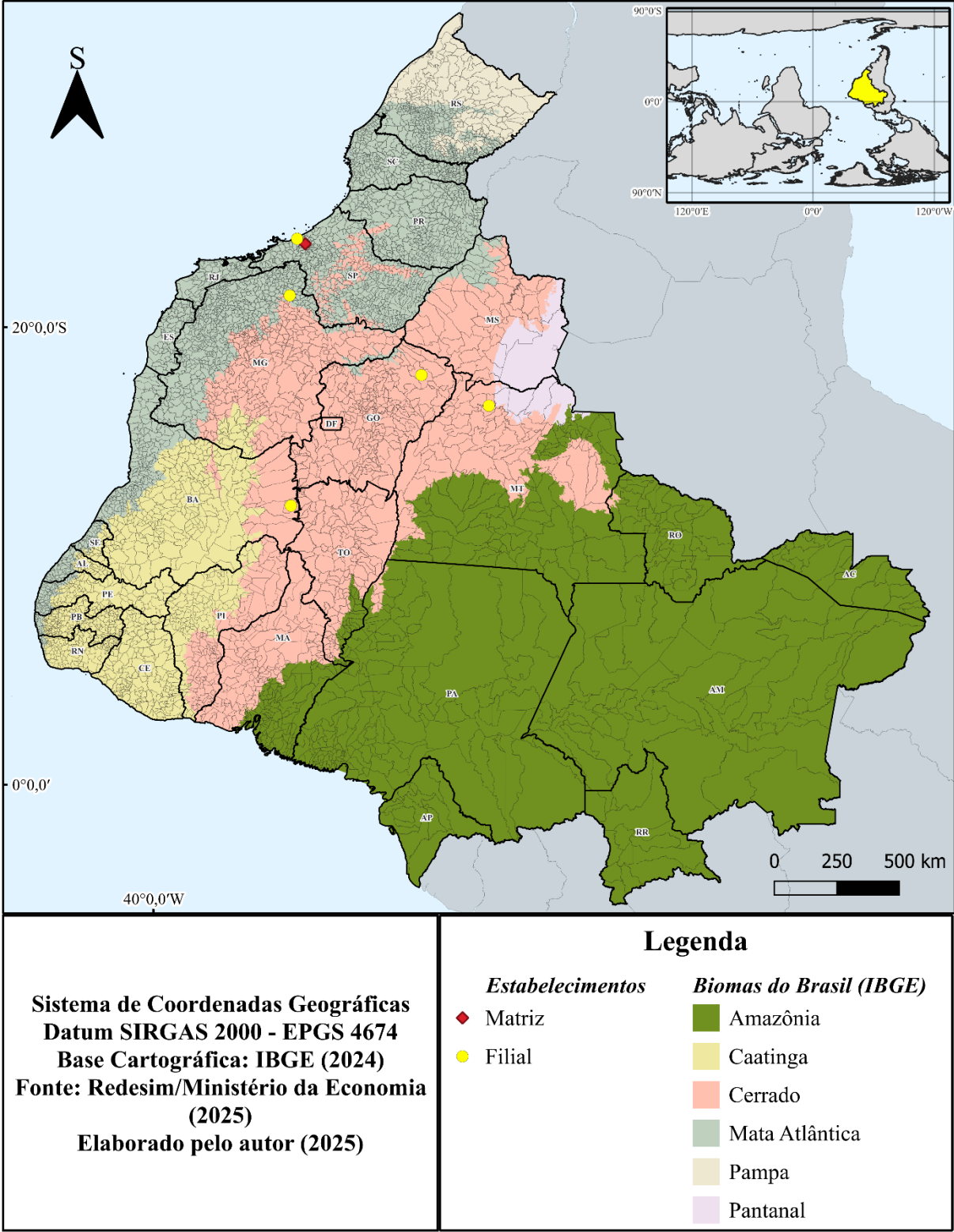
Destacamos que nenhuma das unidades da COFCO Intl. Cotton, ou qualquer outra subsidiária da COFCO Intl., possuem unidades responsáveis pelo cultivo, beneficiamento ou produção de algodão. De modo que todas as filiais da subsidiária em questão atuam como *trading*, dedicam-se exclusivamente às atividades de comércio atacadista dessa *commodity*. Assim, as localizações de cada uma de suas salas comerciais estão relacionadas às possibilidades de compra e venda desta mercadoria, ainda que, por sua natureza, elas se relacionem e afetem as produções regional propriamente dita.

Desde 2023 a COFCO Intl. é a maior exportadora de algodão do Brasil e umas das maiores exportadoras de algodão com certificações de programas de sustentabilidade do mundo, uma vez que mais da metade do algodão transacionado pela empresa possui alguma certificação (COFCO Intl., 2023b). A empresa compra fardos de algodão de produtores rurais e descaroçadores e os vende diretamente para fábricas têxteis ao redor do mundo. O Brasil é primordial para as operações da COFCO Intl. Cotton, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de um algodão que atenda a suas metas de sustentabilidade (COFCO Intl., 2025a). Ainda que não tenhamos obtido acesso à dados que indiquem a participação do algodão brasileiro nas operações mundiais da COFCO Intl., suas atividades no Brasil são extremamente relevantes, pois constam em todos os materiais de divulgação da empresa, com pouco ou nenhum destaque para as atividades desenvolvidas em outros países, exceção feita à seus armazéns nos EUA (nas cidades de Memphis, em Tennessee, Greenville, na Carolina do Sul e em Dallas, no Texas).

A topologia da COFCO Intl. Cotton no Brasil dialoga com a evolução histórica da produção de algodão no território brasileiro. As novas áreas ocupadas com a cotonicultura e os ganhos recentes de produtividade podem justificar a lógica de distribuição das unidades desta subsidiária, isto é, sua topologia. Nesse sentido, sintetizando o Quadro 2, o mapa a seguir (Figura 3)³⁷ indica a localização dos municípios que possuíam estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Cotton no Brasil em janeiro de 2025.

³⁷ Por ocasião do Tripla Fórum Internacional da Governança do Sul Global, realizado em Fortaleza, em junho de 2025, o IBGE lançou oficialmente, de modo inédito, um mapa-múndi com o Sul no topo da imagem (IBGE, 2025a). Inspirados e amparados pela iniciativa do IBGE, todos os mapas elaborados para esta dissertação seguem a mesma perspectiva, “porque na realidade nosso *norte é o Sul*. Não deve haver norte, para nós, senão por oposição ao nosso Sul. Por isso pomos agora o mapa ao contrário, e assim temos a ideia correta de nossa posição, e não como querem no resto do mundo” (García, 1944, p. 213, tradução nossa).

Figura 3 – Estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Cotton (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

Bélot, Barros e Miranda (2016) e Alcantara, Vedana e Vieira Filho (2021), descrevem três ciclos históricos da evolução da produção de algodão no Brasil. O primeiro ciclo durou do final do século XVIII até o fim da década de 1980. Ele foi caracterizado pela produção extensiva

de algodão arbóreo³⁸, no Nordeste, e acompanhou, em conjunto com a pecuária extensiva, a ocupação dos territórios no interior do semiárido nordestino. O segundo ciclo, o mais curto, foi do fim da década de 1980 até meados da década de 1990. A produção de algodão herbáceo³⁹ com emprego de mão de obra familiar em São Paulo e no Paraná são suas características (em comparação com o primeiro ciclo, o cultivo de algodão arbóreo caiu, já em comparação com o terceiro ciclo, a aplicação de insumos químicos viria a ser inferior, como o nível de mecanização). Assim, por sua vez, o terceiro ciclo⁴⁰ teve início ao fim da década de 1990 e perdura até hoje. Ele é definido pela mecanização completa do cultivo de algodão herbáceo, enquanto o algodão arbóreo foi quase extinto. Também há uso intensivo de insumos químicos e técnicas modernas de rotação de cultura e combate às pragas. A mão de obra familiar foi substituída pela lógica corporativa e as pequenas propriedades pelo latifúndio. No atual ciclo, a produção de algodão deslocou-se do Sul e do Sudeste para as áreas de Cerrado do Centro-Oeste, especialmente para Mato Grosso e Goiás, e para o Matopiba, com destaque para a Bahia (Severino *et al.*, 2019). A produção no Nordeste permanece importante, mas sem atingir os níveis de produtividade das outras regiões.

Alcantara, Vedana e Vieira Filho (2021) apontam que, no atual ciclo de cultivo do algodão, a produtividade brasileira aumentou indiscutivelmente, ao passo que houve redução da área cultivada. Nos últimos 10 anos a produtividade média aumentou em cerca de 20% (Santos, 2019). Este aumento na produtividade se explica pelo maior controle da praga do bicudo-do-algodoeiro, pelo alto grau de tecnificação dos cultivos, pelas técnicas e tecnologias desenvolvida pelo sistema nacional de inovação, com destaque para a Embrapa, e por um arranjo institucional mais propício à inovação e melhoria nos processos de produção de algodão, com a colaboração e a criação de diversas entidades públicas e privadas, como a ABRAPA⁴¹.

A consolidação do Cerrado como a principal região produtora de algodão, desde a década de 1990, só foi possível pela passagem de um sistema de produção manufatureiro para

³⁸ Variedade arbórea, de cultivo permanente.

³⁹ Variedade arbustiva, de cultivo anual.

⁴⁰ Outro marco importante deste período foi a internacionalização do mercado de algodão do Brasil. Ao fim da década de 1980, a produção e exportação de algodão brasileiro foi prejudicada pela praga do bicudo-do-algodoeiro, pelos altos custos de produção e pelo protecionismo estadunidense à sua cotonicultura, que causou oscilações nos preços internacionais (Alcantara; Vedana; Vieira Filho, 2021). Após esse período, houve uma série de transformações institucionais e produtivas que elevaram os ganhos de produtividade e permitiram a expansão competitiva da cotonicultura brasileira. Nesse sentido, o Brasil denunciou os EUA e ganhou uma ação na OMC, após contestar os subsídios estadunidenses à sua cotonicultura. O Brasil recebeu o direito de retaliar o comércio dos produtos estadunidenses e firmou um acordo compensatório que, grosso modo, ajudou a fundar e subsidiar, por um curto período, o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), além de intensificar a produção e exportação de algodão brasileiro (Alcantara; Vedana; Vieira Filho, 2021).

⁴¹ Associação Brasileira dos Produtores de Algodão.

um sistema amplamente tecnificado, adotando um modelo empresarial, em propriedades de grande porte com mecanização completa do processo produtivo (Brasil, 2024b; Alcantara; Vedana; Vieira Filho, 2021). Nas últimas duas décadas, foram feitos investimentos em pesquisas e em tecnologias aplicadas que tornaram isso viável. Também houve um fomento à profissionalização dos pequenos produtores. De modo semelhante aos pacotes tecnológicos que possibilitaram a ocupação do Cerrado com grãos e oleaginosas e um drástico aumento em sua produtividade, a cotonicultura se beneficiou das inovações que permitiram explorar as grandes extensões de terras planas e de climas favoráveis ao algodão do Planalto Central brasileiro (Severino *et al.*, 2019).

Além disso, a interiorização do algodão se intensificou nesse período, pois ele se tornou viável como segunda safra para produtores de soja (Alcantara; Vedana; Vieira Filho, 2021). Estes produtores já se beneficiavam dos avanços tecnológicos que permitiram combinar as características edafoclimáticas do Cerrado com as possibilidades de mecanização. Assim, na medida em que o algodão se torna uma alternativa viável e lucrativa como segunda safra em relação à soja⁴², sua produção deve acompanhar a colonização do Cerrado e o avanço dos *fronts* agrícolas.

Desse modo, em 2024 o Brasil se tornou o maior exportador de algodão do mundo, haja visto

a qualidade do produto, os avanços nos métodos para controle de pragas e doenças tropicais, a obtenção de variedades mais produtivas, o desenvolvimento de sistemas eficientes de produção e a destacada organização da cadeia produtiva dos produtores brasileiros de algodão [...] (Severino *et al.*, 2019, p. 2)

Em duas décadas, desde o início do terceiro ciclo da cotonicultura no Brasil, o país deixou de ser um dos maiores importadores de algodão do mundo para se tornar o maior exportador, superando os EUA (Brasil, 2024b; Silva, 2024). Segundo o chefe-geral da Embrapa Algodão, as perspectivas são promissoras para os produtores e exportadores de algodão (Santos, 2019). Pelo lado da oferta, a produção de algodão do Brasil tem crescido em produtividade e em área plantada nos últimos anos. Além disso, 92% da área plantada de algodão não é irrigada, de modo que mais de 80% do algodão produzido no Brasil possui algum tipo de certificação

⁴² As práticas de rotação de culturas e de controle biológico são necessárias para que a cotonicultura brasileira seja sustentável ambiental e economicamente (Santos, 2019; Severino *et al.*, 2019). Estas práticas, desenvolvidas e incentivadas pela Embrapa, têm o objetivo de reduzir os ônus do cultivo de algodão em zonas tropicais. De acordo com Severino *et al.* (2019), apesar do ciclo reduzido e da possibilidade de explorar a terra o ano todo, na agricultura tropical a intensidade e os danos dos ataques de pragas, de doenças e de plantas daninhas são maiores do que nas zonas temperadas. A longo prazo, os agentes biológicos se tornam resistentes aos insumos agrícolas atuais e os métodos convencionais se tornam tecnologicamente anacrônicos, ambientalmente inviáveis ou economicamente dispendiosos.

socioambiental (Silva, 2024; Abrapa, 2023), indo ao encontro da crescente demanda por este tipo de matéria-prima. Nesse sentido, o aumento da renda média do cidadão asiático e a crescente preferência por produtos bioeconômicos têm aumentado a demanda por tecidos de algodão, em detrimento das fibras sintéticas (Severino *et al.*, 2019).

Como citado, atualmente a produção de algodão está concentrada no Cerrado. Os principais estados produtores são Mato Grosso, Bahia, Goiás, Maranhão e Mato Grosso do Sul (Brasil, 2024b; Brasil, 2023b). Segundo relatório produzido pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Brasil, 2023b), sozinho, o estado de Mato Grosso contempla cerca de 70% da área plantada de algodão, com destaque para as regiões Oeste, Médio Norte e Sudeste do estado, onde está o município de Rondonópolis/MT. Foi neste município que a COFCO Intl. Cotton inaugurou sua primeira unidade, desde que passou a comercializar algodão em 2018.

Por sua vez, o oeste do estado da Bahia corresponde a 21% da área utilizada pela cotonicultura brasileira (Brasil, 2023b; Severino *et al.*, 2019). Assim, não é coincidência que a segunda unidade da COFCO Intl. Cotton a ser inaugurada em 2018 tenha sido em Luís Eduardo Magalhães. O município está localizado na bacia do Rio Grande, no extremo oeste da Bahia. Ele é um dos destaques do agronegócio na região do Matopiba⁴³.

Em 2018, também foi inaugurada uma unidade da COFCO Intl. Cotton no município de Jataí/GO. Goiás é um dos estados que mais produz algodão no Brasil. Em 2023, a safra de goiana correspondeu a 1,7% da produção nacional, sendo o quinto estado que mais produziu neste período (Brasil, 2023b). Ainda que Jataí/GO não esteja entre os dez municípios que mais produzem algodão em seu estado, sua produção é significativa⁴⁴. Além disso, boa parte da produção está no Sudoeste de Goiás⁴⁵, que envolve a região imediata de Jataí-Mineiros. De modo que municípios próximos, como Chapadão do Céu/GO, Rio verde/GO, Perolândia/GO, Montividiu/GO e Caiapônia/GO são alguns dos maiores produtores do estado (Goiás, 2025).

Diferentemente de Rondonópolis/MT, Luís Eduardo Magalhães/BA e Jataí/GO, a região de Alfenas/MG não é significativa para a produção de algodão no Brasil. O município mineiro conta com uma unidade da COFCO Intl. Cotton, a única em todo o estado. Alfenas/MG está

⁴³ Em abril de 2025, por exemplo, Luís Eduardo Magalhães/BA recebeu um evento preparatório para a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que contou com a participação ativa dos filiados regionais da Abrapa (Abrapa, 2025).

⁴⁴ Em 2024, no município de Jataí, a área colhida de algodão herbáceo foi de 400 hectares, com 1,6 mil toneladas produzidas (caroço), cujo valor atingiu a marca de 6 milhões de reais (IBGE, 2025c).

⁴⁵ Em 2024, no Sudoeste de Goiás, a área colhida de algodão herbáceo, a quantidade produzida em caroço e o valor da produção corresponderam a mais de 50% do total do estado, respectivamente: 36,4 mil hectares, 146,9 toneladas e 585,2 milhões de reais (IBGE, 2025c).

localizado ao Sul de Minas Gerais, enquanto as principais regiões produtoras⁴⁶ são o Noroeste (48%) e o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (34%) (Machado, 2022; Minas Gerais, 2023).

Porém, ainda que a COFCO Intl. Cotton atue no comércio atacadista de algodão, isto é, na compra e venda desta mercadoria, ao invés do cultivo e produção, a distância de seu estabelecimento comercial em Minas Gerais para as regiões produtoras de algodão chama a atenção. A empresa possui unidades de suas outras subsidiárias no Triângulo Mineiro, por exemplo, ou seja, mais próximas aos produtores rurais que vendem à COFCO Intl. suas mercadorias. Algumas destas outras unidades, ainda que não se dediquem exclusivamente ao comércio de algodão, possuem registro no CNAE para tal.

Assim, não é claro o papel da unidade de Alfenas/MG na divisão do trabalho da COFCO Intl. no Brasil. A atividade de comércio atacadista não depende diretamente da proximidade com os fornecedores. Todavia, na Bahia, no Mato Grosso e em Goiás esta relação é evidente: a COFCO Intl. Cotton possui ao menos um estabelecimento nas regiões onde a cotonicultura é mais desenvolvida nestes estados. Não obstante, uma explicação possível é que o estabelecimento de Alfenas/MG pode desempenhar mais funções administrativas e de gestão, comandando as demais filiais, do que o comércio atacadista propriamente dito.

Porém, exemplo de que a proximidade com os produtores locais não é uma questão para as atividades econômicas da COFCO Intl., é o contrato que a empresa assinou com cooperativas do Rio Grande do Norte (COFCO Intl., 2024c). Nenhuma das subsidiárias da empresa chinesa possuem filiais neste estado, o que indica que a extensão de suas operações no Brasil supera o limite dos lugares diretamente acionados por sua topologia, em seus respectivos circuitos espaciais produtivos. Nesses casos, o interesse – e poder da COFCO Intl. – são as possibilidades de colocar a produção de cada um dos segmentos em movimento, ganhando com a compra e venda de mercadorias.

Por fim, tem-se a unidade de Santos/SP e a matriz em São Paulo/SP. A produção de algodão no estado de São Paulo é marginal desde que o bicudo-do-algodoeiro infestou as plantações da região e a cotonicultura se deslocou para o Cerrado, e tornou-se mais intensiva em tecnologia e informação, baseada em grandes propriedade rurais (Severino *et al.*, 2019; Alcantara, Vedana, Vieira Filho, 2021; Bueno, Caser, 2015). Na safra de 2021/2022, por

⁴⁶ Segundo a Associação Mineira dos Produtores de Algodão (Amipa, 2023), a cotonicultura em Minas Gerais tem crescido em produtividade e em área plantada. A produtividade e a qualidade do algodão mineiro têm se destacado à nível nacional, como resultado de décadas de investimento público através do Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Algodão (Proalminas), embora o estado produza apenas 1,8% de todo o volume nacional (Machado, 2022).

exemplo, a produção paulista correspondeu a 0,5% do volume nacional⁴⁷, embora a área cultivada tenha tido a maior expansão percentual no país (Zeferino; Ramos, 2022).

Portanto, a justificativa para os estabelecimentos de Santos/SP e de São Paulo/SP são, respectivamente, o Porto Organizado de Santos, principal nó logístico⁴⁸ para as exportações marítimas do país, e a centralidade de São Paulo, única grande metrópole nacional, como centro financeiro e de gestão empresarial⁴⁹.

Nesse sentido, mais de 90% da pluma de algodão exportada pelo Brasil parte do Porto Organizado de Santos (Abrapa, 2024), onde a COFCO Intl. opera e expande o terminal de grãos sólidos vegetais STS 11. Não obstante, o contrato de arrendamento do terminal não prevê que a COFCO Intl. deva pagar qualquer valor adicional à Autoridade Portuária de Santos pela movimentação de algodão, como o faz para soja, farelo de soja, milho e açúcar (Brasil, 2022a). Provavelmente, a maior parte do algodão comercializado e exportado pela empresa aciona este terminal em seu percurso logístico.

Segundo Dantas (2025), a estimativa da Abrapa para a safra de 2025 é de que sejam produzidas 3,9 milhões de toneladas de algodão, sendo que 2,9 milhões de toneladas devem ser exportadas, isto é, quase 75% do algodão produzido no Brasil deve ter como destino o mercado exterior. De acordo com a Abrapa (2023), entre as safras de 2017 e 2023, o Brasil foi o quarto maior produtor de algodão do mundo, mas apenas o sétimo país no quesito consumo doméstico, diferentemente de Índia e China que são os maiores produtores e consumidores de algodão, mas não são grandes exportadores. Os principais destinos do algodão brasileiro neste período foram a China (31%), o Vietnã (15%), Bangladesh (12%), Turquia (11%), Paquistão (10%) e Indonésia (10%), que são países que possuem importantes parques industriais da indústria têxtil e um mercado consumidor em ascensão – por isso os maiores produtores são também grandes importadores de algodão.

Ainda que a China tenha a maior produção e a maior importação de algodão do mundo, houve uma queda recente nas importações chinesas. Severino *et al.* (2019) levantam a hipótese de que isso deve-se à transferência das indústrias menos intensivas em tecnologia da China para

⁴⁷ Atualmente, a cotonicultura se concentra nos municípios de Avaré/SP, Votuporanga/SP, Itapeva/SP, Presidente Prudente/SP, Limeira/SP, Fernandópolis/SP e Araçatuba/SP (Zeferino; Ramos, 2022). Não há, nestes municípios, nenhuma unidade da COFCO Intl. que atua no comércio atacadista de algodão. Mas há, no estado de São Paulo, outros municípios com unidades que possuem cadastro para esse tipo de atividade.

⁴⁸ Sobre tipologia e topologia de nós logísticos, ver Braga e Castillo (2013).

⁴⁹ De modo que, ainda que não seja um dos maiores produtores de algodão do Brasil, o estado de São Paulo tem se destacado nas exportações dessa *commodity*, junto com Mato Grosso e Bahia (Bueno, 2025) – o que contrasta com os volumes produzidos em cada estado, enquanto São Paulo corresponde a cerca de 2% do volume nacional, Mato Grosso e Bahia somados produzem mais de 90% do algodão brasileiro. Trata-se, portanto, da valorização da localização das sedes de empresas exportadoras, em detrimento dos espaços onde a produção de fato é realizada.

países vizinhos, onde a mão de obra é mais barata. Eles destacam que o consumo de algodão tem se concentrado em países populosos, para atender suas demandas internas e suprir as exportações de suas indústrias têxteis para países desenvolvidos, enquanto a produção de grãos e oleaginosas, como o algodão, tem se concentrado em alguns países altamente produtivos, que exportam estas *commodities*.

É neste contexto que a COFCO Intl. Cotton aciona o território brasileiro. O fato de a empresa ter se tornado a maior exportadora de algodão do Brasil em 2023⁵⁰ está relacionado com o aumento da produção e da produtividade da cotonicultura brasileira e com o peso da demanda asiática, especialmente da China, por esta matéria-prima (COFCO Intl., 2023b). Ao acessar o mercado produtivo no Brasil, a COFCO Intl. elimina os intermediários entre a oferta brasileira e a demanda chinesa. Os investimentos em infraestrutura logística e integração completa de sua cadeia produtiva também conferem ganhos de escala às suas atividades econômicas.

Os EUA são o segundo maior exportador de algodão do mundo, atrás do Brasil. A questão tarifária entre EUA e China, que se acirrou em 2025, pode influenciar negativamente a estabilidade das cadeias de valor internacionais da cotonicultura. Ao centralizar sua capacidade de adquirir a produção brasileira, a COFCO Intl. permite à China diminuir sua demanda pela mercadoria estadunidense, embora a corporação tenha ativos importantes na América do Norte. Ao competir pelas fatias de mercado das *trading companies* estadunidenses, a COFCO Intl. reduz e evita, deste modo, os efeitos negativos dos embates sino-americanos.

Assim, o comércio Brasil-China, por meio da COFCO Intl., confere estabilidade, previsibilidade, controle e soberania aos negócios chineses. Há também um fortalecimento das relações Sul-Sul, ao substituir as empresas do Atlântico Norte como intermediárias. Isto tem reforçado o Sul Global⁵¹ como um mercado regional global, dado o peso para a economia internacional da produção agrícola, industrial e dos serviços que circulam entre as estas nações.

⁵⁰ Desde que a empresa chegou ao Brasil e passou a atuar no circuito espacial produtivo do algodão, houve um aumento de mais de 200% na distribuição de juros sobre o capital próprio da COFCO Intl. Cotton aos seus acionistas, quando comparamos os resultados dos exercícios sociais de 2018 a 2021 e de 2022 a 2024.

⁵¹ Estamos cientes de que o Sul Global não constitui um bloco homogêneo; essa questão é discutida ao longo da dissertação, especialmente na seção cinco.

2.2. A COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos Ltda. e sua inserção no Circuito Espacial Produtivo do Café

Em julho de 2007 foi fundada uma das sociedades limitadas que atualmente compõem a *holding* COFCO Intl. no Brasil, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos Ltda.⁵². Mas o marco para entender as ações e topologias atuais dessa subsidiária é o ano de 2018, pois foi quando a empresa passou a estabelecer novas territorialidades. Foi nesse ano que identificamos uma mudança radical na atividade econômica principal da empresa: de armazém geral para *trading* especializada no comércio de café em grãos⁵³.

Como indicado no Quadro 3, até janeiro de 2025, essa subsidiária possuía nove unidades em atividade, mais sua matriz em Alfenas/MG, fundada em 2007. A Figura 4 permite a visualização de como se dá a distribuição espacial destas unidades ativas.

Quadro 3 – Todos os estabelecimentos vinculados à COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante
Alfenas*	MG	12/07/2007	–	Mata Atlântica
Linhares	ES	14/06/2018	–	Mata Atlântica
Linhares	ES	26/11/2021	–	Mata Atlântica
Luís Eduardo Magalhães	BA	21/07/2011	–	Cerrado
Luís Eduardo Magalhães	BA	21/06/2018	–	Cerrado
Manhuaçu	MG	22/09/2022	–	Mata Atlântica
Maringá	PR	17/04/2019	30/11/2024	Mata Atlântica
Patrocínio	MG	24/05/2023	–	Cerrado
Santos	SP	20/06/2018	–	Mata Atlântica
São João da Boa Vista	SP	08/04/2022	–	Mata Atlântica
Varginha	MG	22/09/2022	–	Mata Atlântica

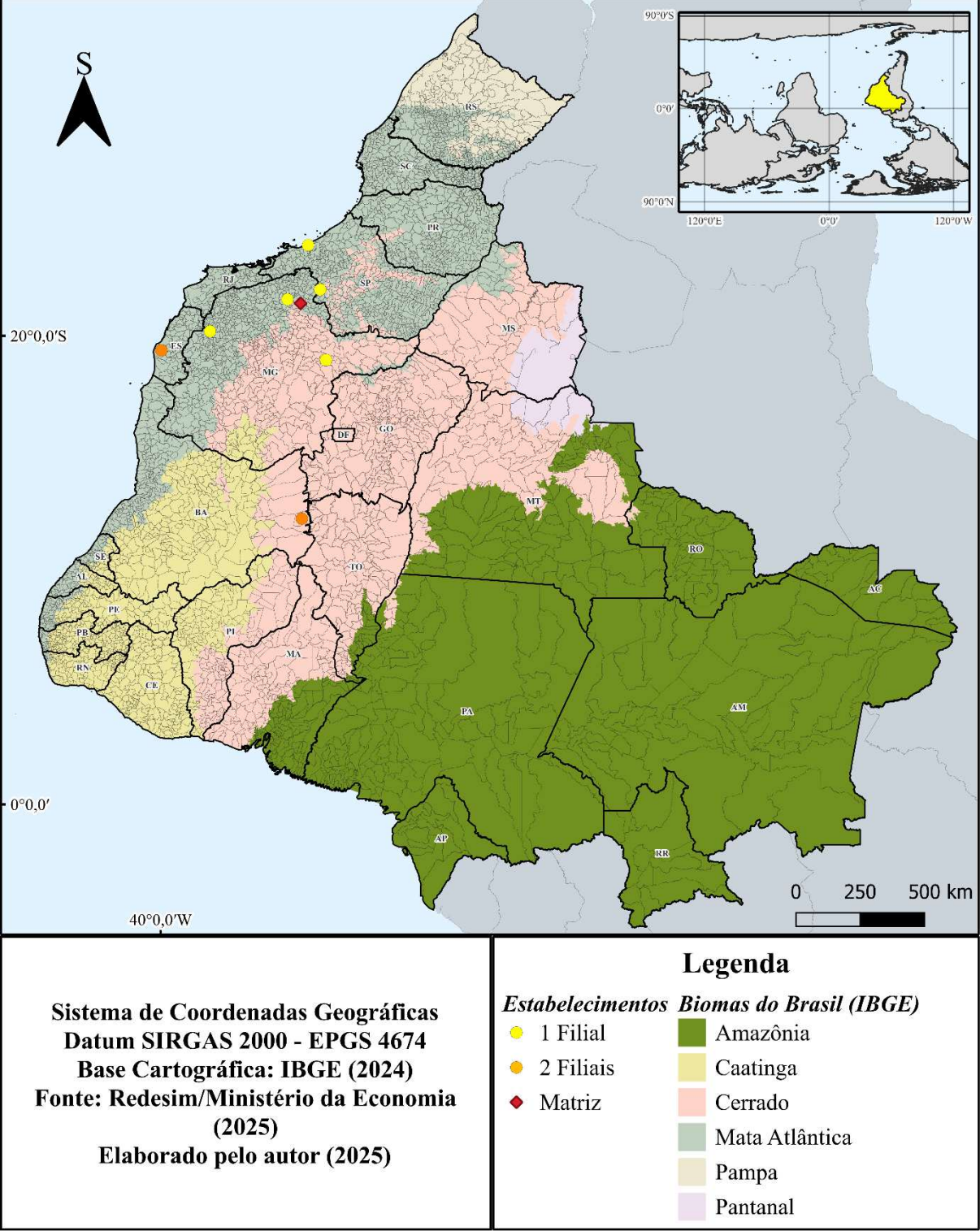
*Matriz

Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Organização do autor

⁵² Atualmente, a matriz desta subsidiária está localizada em Alfenas/MG, de modo que a empresa está cadastrada na Junta Comercial de Minas Gerais (JUCEMG), que não disponibiliza gratuitamente os documentos arquivados pela empresa, sua ficha cadastral ou certidões de teor específico e de inteiro teor. Desse modo, não foi possível investigar a evolução histórica da sociedade, seu quadro de sócios, atividades econômicas, nomes empresariais e distribuição de dividendos, dentre outras coisas. Ainda assim, identificamos outros dois nomes empresariais já utilizados por essa mesma entidade jurídica: quando ainda pertencia ao grupo Noble Agri, a empresa atendia pelo nome Casa Noble Comércio e Armazenagem de Grãos, após a operação de fusão e aquisição da COFCO Intl., a empresa passou a se chamar COFCO Agri Comércio e Armazenagem de Grãos. Foi somente a partir de junho de 2018 que ela adotou seu nome empresarial atual.

⁵³ Esta especialização funcional deu-se após o grupo chinês adquirir a totalidade das ações do grupo Noble Agri (2016) e iniciar um processo de reorganização de seus ativos no Brasil. Isto pode ser observado no histórico de abertura das filiais e em suas atividades econômica principais: a primeira filial, inaugurada na gestão da Noble Agri, é a única cuja atividade principal é a de armazém geral, enquanto que, após 2018, todas as outras unidades que foram inauguradas têm como atividade principal o comércio atacadista de café em grão. Atualmente, esta empresa ainda possui os cadastros para as atividades de armazém geral, com emissão de *warrant*, depósitos de mercadorias para terceiros e *holding* de instituições não-financeiras. É possível que estas duas últimas atividades sejam resquícios dos CNAEs registrados pela Noble Agri, pois, a partir do histórico e das atividades que desempenham as outras subsidiárias do grupo COFCO Intl., é improvável que a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos ainda atue de modo significativo em ambos segmentos.

Figura 4 – Estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos (em janeiro de 2025)



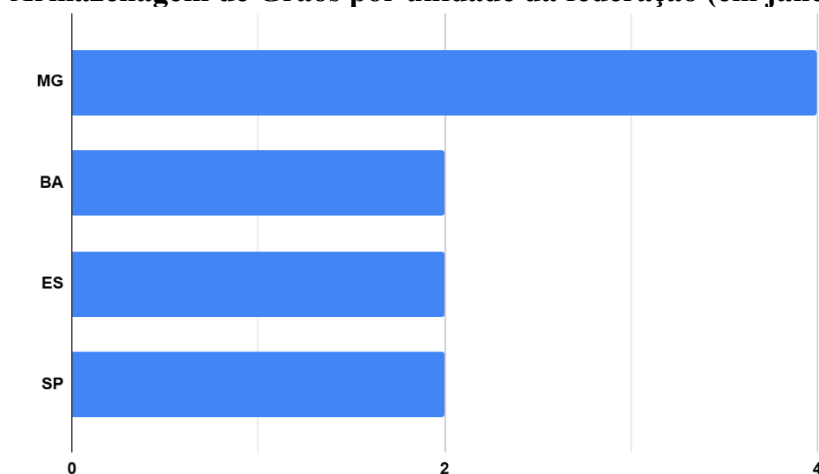
Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

Nota-se que, em 2011, foi inaugurada uma unidade em Luís Eduardo Magalhães/BA, ainda na gestão Noble Agri, que fornecia apenas serviços de armazém geral, mas que hoje também atua no comércio atacadista de café. Todos os demais estabelecimentos, nove ao todo,

foram inaugurados sob gestão da estatal chinesa e já direcionados ao comércio atacadista de café. A unidade mais recente foi a de Patrocínio/MG, aberta em maio de 2023. Também se nota que, desde sua fundação, somente uma filial da empresa foi encerrada. Trata-se do estabelecimento de Maringá/PR, extinto em novembro de 2024. A unidade de Maringá também atuava no comércio de café em grãos. Portanto, ainda que a realocação da subsidiária esteja relacionada com a busca por posições mais vantajosas no circuito produtivo do café, esse fato constitui outro indício de que a topologia da COFCO Intl. tem se reconfigurado no Brasil, com a empresa reduzindo sua presença física na região Sul do país.⁵⁴

Dos estabelecimentos da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos que permanecem em atividade, 40% estão em Minas Gerais e o restante se divide em igual proporção (20%) entre os estados de Bahia, Espírito Santo e de São Paulo (Gráfico 1). Contudo, cerca de 70% destes estabelecimentos estão em regiões que originalmente eram de Mata Atlântica, enquanto somente cerca de 30% estão em áreas em que existia o domínio do Cerrado (Gráfico 2). Portanto, esta é a única subsidiária da COFCO Intl. que concentra suas atividades econômicas nas regiões de bioma florestal tropical atlântico. E isto está intrinsecamente relacionado a sua especialização econômica, à divisão corporativa do trabalho e ao uso do território conformados pela topologia da COFCO Intl. no Brasil.

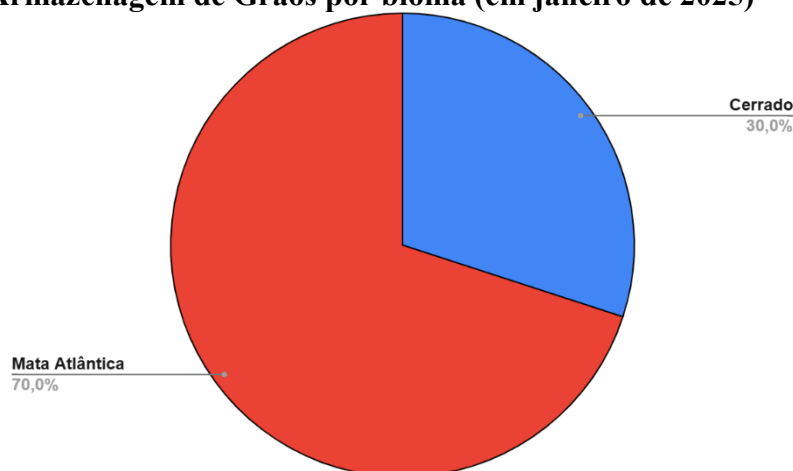
Gráfico 1 – Número de estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos por unidade da federação (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

⁵⁴ Semelhante ao caso que relatamos acerca da rede de lugares estabelecida pela COFCO Intl. Cotton, anteriormente.

Gráfico 2 – Percentual de estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos por bioma (em janeiro de 2025)



Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Elaboração do autor

Dentre todas as subsidiárias da *holding* COFCO Intl. que estão em atividade no país, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos é a única que concentra a atividade econômica de comércio atacadista de café em grão. Desse modo, a maioria dos municípios acionados por ela abrigam importantes etapas produtivas do circuito espacial do café no Brasil e no mundo, pois tratam-se de regiões muito propícias à produção cafeeira. Isto é, a empresa tem buscado se posicionar em pontos do território cujas aptidões geográficas (sistemas de objetos e sistemas de ações) servem melhor às dinâmicas do circuito espacial produtivo do café, já que seu interesse comercial se vincula a sua capacidade de controlar os movimentos dessa mercadoria segundo seus próprios interesses.

O café é uma espécie arbustiva oriunda das florestas tropicais da África Oriental, região de altitudes elevadas, que se adaptou bem às características edafoclimáticas do sudeste brasileiro (Fernandes *et al.*, 2012). Áreas com altitude entre 800m e 1300m em regiões de baixa latitude, clima ameno e precipitação bem distribuída são ideais para a cafeicultura. Além disso, em regiões de Cerrado ainda se encontram ambientes mais adequados à modernização desta cultura, que aliam as características ideais para a produção do café e um regime hídrico adequado, com um verão quente e úmido e um inverno ameno e seco – ideal para a preservação do grão na colheita –, com a possibilidade de mecanização de todas as etapas da produção e de agricultura irrigada, quando necessário.

Segundo a Embrapa (Ferreira; Santos, 2021), o estado de Minas Gerais possui mais da metade da área dedicada à produção de café no Brasil (54%)⁵⁵. As principais regiões cafeeiras

⁵⁵ De acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a produção está concentrada no Sul e no Centro-Oeste de Minas Gerais, seguidos pela Zona da Mata, Rio Doce e região Central, mas as regiões com a maior produtividade foram o Norte, Jequitinhonha e Mucuri, com média de 31,4 sacas por hectare em 2024 (Brasil, 2025).

deste estado são o Sul de Minas, o Cerrado de Minas, a Chapada de Minas e as Matas de Minas⁵⁶ que, juntas, representam mais de representa 70% da área cultivada de café Arábica no país, praticamente a única variedade cultivada no estado (Ferreira, 2022).

Já o estado do Espírito Santo é o segundo maior produtor de café do Brasil (22% da área ocupada), sendo o maior produtor de café Robusta (Ferreira; Santos, 2021). A produção se divide entre o norte do estado, região conhecida por Conilon Capixaba, e o Sul do estado, na região das Montanhas do Espírito Santo, onde predomina a produção da variedade Arábica (ABIC, 2021). Segundo o MAPA, o Espírito Santo possui uma das maiores produtividades do país em termos de sacas por hectares (35,4), com destaque para o café Arábica (Brasil, 2025).

São Paulo é o terceiro estado em área ocupada pela cafeicultura no Brasil, correspondendo a 11% do total (Ferreira; Santos, 2021). A produção se divide entre as regiões da Mogiana e Centro-Oeste Paulista, com cultivo exclusivo de café Arábica (ABIC, 2021).

Segundo Ferreira e Santos (2021), a área ocupada pela produção de café na Bahia corresponde a 6% do cultivo no país, sendo a quarta maior do Brasil. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2021), as regiões produtoras de café nesse estado são o Planalto da Bahia e o Cerrado da Bahia, onde predomina a produção de café arábica, enquanto que no sul do estado também se produz café Robusta, mas com menor expressão. De acordo com o MAPA⁵⁷, quase 90% da produção de café arábica está concentrada no Planalto da Bahia, enquanto o Cerrado baiano possui uma das maiores produtividades do país, com média de 43 sacas por hectare no ano de 2024 (Brasil, 2025).

Assim, não é coincidência que, em 2025, os estados com maior participação na distribuição de crédito agrícola para a produção de café no Brasil sejam, em ordem, Minas Gerais (61%), Espírito Santo (24%), São Paulo (9%) e Bahia (3%). A moderna produção agrícola de café e a produtividade da cafeicultura brasileira são tributárias de investimentos públicos em técnicas e tecnologias, bem como de programas de financiamento e subsídio como o Pronamp, o Pronaf e o Funcafé (Fernandes, 2025; Brasil, 2025).

Em junho de 2018, no município de Linhares/ES, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos inaugurou a primeira unidade da empresa sob uma gestão

⁵⁶ Segundo Ferreira (2022), as Matas de Minas possuem um relevo montanhoso, de modo que a maior parte da produção ocorre entre a altitude de 400 e 1.000m, além de um clima temperado úmido, com inverno seco e verão ameno. Já o Sul de Minas, representado pela porção da Serra da Mantiqueira, também possui temperaturas amenas e altitudes elevadas com um moderado déficit hídrico. O Cerrado de Minas possui clima seco em época de colheita, além de áreas de altiplano, ideais à mecanização e com clima ameno. Por sua vez, as Chapadas de Minas têm altitude média de 850m, com baixo índice de insolação, sem geadas, temperaturas amenas e aptas à mecanização.

⁵⁷ Ministério da Agricultura e Pecuária.

integralmente chinesa⁵⁸. O município está ao Norte do Espírito Santo, na região do Conilon Capixaba, sendo o segundo maior produtor de café Robusta do estado (Ronchetti, 2025).

Também em junho de 2018, outra unidade da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos foi inaugurada em Luís Eduardo Magalhães/BA⁵⁹. O município em questão está na região do Cerrado da Bahia, no extremo oeste do estado. A região agrícola de Luís Eduardo Magalhães possui centralidade no contexto do Matopiba, de expansão da fronteira agrícola do agronegócio globalizado. Trata-se de um espaço importante para a cafeicultura no estado da Bahia, com uma das maiores produtividades de café Arábica do país⁶⁰ (Brasil, 2025).

Já em 2022, foi inaugurada a unidade de São João da Boa Vista/SP. O município está na porção média da região da Mogiana, onde se concentra parcela expressiva da produção de café Arábica em São Paulo. Atualmente, a região de São João da Boa Vista é responsável por 24% da produção cafeeira no estado, atrás somente da região de Franca/SP, cuja produção total corresponde a 42% (Martins *et al.*, 2023).

Em Minas Gerais estão as unidades mais recentes da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos. Em setembro de 2022, foram inauguradas as filiais de Manhuaçu/MG e Varginha/MG, enquanto a filial de Patrocínio/MG só viria a ser inaugurada em maio de 2023. As duas primeiras desenvolvem somente atividades de comércio atacadista de café em grão e outras matérias-primas agrícolas não especificadas, enquanto a última tem como atividade principal o comércio atacadista de café em grão e como atividades secundárias comércio atacadista de algodão e açúcar, armazém geral, com emissão de *warrant*⁶¹ e *holding* de instituições não-financeiras.

Assim, esta subsidiária da COFCO Intl. aciona importantes regiões para a produção de café em Minas Gerais. O município de Manhuaçu/MG está localizado na região das Matas de Minas. Varginha/MG, importante centro exportador e onde se localiza um Porto Seco especializado no desembarque alfandegário do café produzido no Sul do estado, indica a presença da empresa na maior região cafeeira de Minas Gerais, enquanto a unidade de

⁵⁸ Em novembro de 2021, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos inaugurou mais uma unidade da empresa no município, compartilhando o mesmo endereço postal e as mesmas atividades econômicas, de comércio atacadista de café em grão e de outras matérias-primas agrícolas não especificadas.

⁵⁹ Como apresentado no início deste tópico, Luís Eduardo Magalhães já possuía um estabelecimento da COFCO Intl., inaugurado em julho de 2011.

⁶⁰ Não obstante, ambas as unidades da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos em Luís Eduardo Magalhães também possuem os CNAE para a atividade de comércio atacadista de algodão. O Oeste da Bahia é responsável por mais de 20% da área produtiva da cotonicultura no Brasil, estando Luís Eduardo Magalhães inserido no contexto da segunda região que mais produz algodão no país (Brasil, 2023b; Severino *et al.*, 2019).

⁶¹ Um título de crédito emitido por empresas de armazém, que garante a propriedade da mercadoria armazenada ao seu detentor.

Patrocínio/MG representa a empresa no contexto do Alto Paranaíba, na região cafeeira do Cerrado de Minas.

As regiões imediatas de Manhuaçu e Varginha estão entre as três que mais concentraram a produção absoluta de café Arábica no Brasil, entre 2012 e 2016 (Landau; Silva; Moura, 2020). Em 2017, Manhuaçu teve a segunda maior área destinada à colheita de café arábica, atrás somente de Patrocínio, que por sua vez foi o município com a maior produção absoluta de café de todo o Brasil. Ambos estiveram entre os cinco municípios que mais exportaram café em grãos no país em 2023 (Comex Stat, 2025).

No contexto geral dos últimos anos, Varginha/MG têm sido a maior exportadora de café Arábica verde no Brasil. Essa posição foi reforçada pela inauguração no município do primeiro armazém climatizado do país, no Porto Seco Sul de Minas (Varginha, 2024; Rocha, 2024). Nestes armazéns, a temperatura e a umidade são controladas para preservar a propriedade dos grãos armazenados, num esforço para garantir a qualidade do café e atender à crescente demanda mundial por cafés especiais (Boaventura *et al.*, 2018; Kenicke, Silva, 2021; SENAR, 2017)

Já o município de Patrocínio/MG⁶² tem se consolidado como o centro das políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento da produção e comercialização de café em sua região, trata-se da criação de uma região dinâmica e estratégica para a cafeicultura mineira (Pereira, 2014; Oliveira, Silva, Cleps Jr., 2017). Desde a década de 1990, o município tem se afirmado como “o principal centro articulador da produção do café no cerrado mineiro, especialmente no que se refere aos cafés finos”, sediando um complexo ecossistema de associações de produtores, cooperativas, federações, empresas e instituições voltadas à cafeicultura (Pereira, 2014, p. 243). Em Patrocínio há uma psicofera, vinculada à moderna produção agrícola, capaz de auferir lucros e uma dinâmica competitiva ao mercado regional (Pereira, 2014). São espaços como estes, portanto, que garantem à COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos posições estratégicas, ou seja, articuladas a pontos no território que são fundamentais para o circuito produtivo desta importante *commodity* de exportação brasileira, o café.

⁶² Além do comércio atacadista de café em grão, a unidade da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos em Patrocínio/MG atua como armazém geral. Não foi possível discriminar qual o tipo de armazém e quais as mercadorias armazenadas pela empresa. Todavia, a filial possui os CNAEs de comércio atacadista de algodão e de açúcar, numa região que contempla uma produção significativa destes bens agrícolas. Dentre os estados do Brasil, Minas Gerais é o quinto maior produtor de algodão, sendo que a produção está concentrada no Noroeste (48%) e no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (34%) (Machado, 2022; Minas Gerais, 2023). Patrocínio, por sua vez, está entre os 10 maiores produtores de algodão herbáceo de Minas Gerais (IBGE, 2023).

Dois conceitos correlatos têm sido utilizados para agregar valor à produção de café, quais sejam: Indicação Geográfica (IG) e café especial. Não há consenso sobre a definição dos cafés especiais, mas em geral são definidos por características específicas e padrões de qualidade e de práticas ambiental e socialmente sustentáveis. No mercado internacional é comum o uso dos padrões estabelecidos pela *Specialty Coffee Association* (SCA) para classificar a qualidade dos grãos do café (CNA, 2021). Todavia, de acordo com Frederico e Barone (2015, p. 396), essa definição não considera fatores que estão além da qualidade da bebida, como as condições socioambientais de produção, por isso os autores adotam a definição proposta pela *Brazil Specialty Coffee Association* (BSCA) e consideram os cafés especiais como “aqueles que apresentam algum tipo de diferencial, seja qualitativo, seja atrelado a aspectos sociais ou ambientais, como: Gourmet, Orgânico, Comércio Justo e com Indicação Geográfica”.

Desde as últimas décadas do século XX, o neoliberalismo e o consenso de Washington justificaram e garantiram o avanço de grandes corporações sobre funções que antes eram exercidas, quase que exclusivamente, pelo Estado, incluindo as políticas voltadas à proteção do circuito produtivo do café em âmbito nacional. Isso favoreceu os oligopólios das empresas de moagem e torrefação e as grandes *tradings*⁶³, localizados nos países importadores do Atlântico-Norte, em detrimento dos cafeicultores, em geral localizados nos países subdesenvolvidos/produtores (Frederico, 2013a, 2014b, 2017; Frederico, Barone 2015). Houve “aumento significativo do volume de café comercializado mundialmente e do valor auferido pelas etapas finais do circuito, ao mesmo tempo em que os produtores passaram a receber os menores preços históricos” (Frederico, 2014a, p. 45). Assim, os cafés especiais surgiram como uma resposta à desregulamentação do mercado cafeeiro – nova forma de regulação corporativa desse mercado (Frederico, 2013b) –, pois agregam valor à essa *commodity* ao mesmo tempo que aumentam a renda dos produtores, incentivam sua organização coletiva e induzem melhores práticas de manejo agrícola (Frederico; Barone, 2015).

Segundo Frederico (2014a) e Frederico e Barone (2015), ao mesmo tempo que essa diferenciação qualitativa dos cafés beneficiou os produtores, é possível falar em *recommoditização* dos cafés especiais, pois há uma crescente demanda por parte das grandes

⁶³ As características próprias deste regime de acumulação flexível (Chesnais, 2005), permitiram que as grandes *tradings*, como a COFCO Intl., passassem a atuar cada vez mais como especuladoras no mercado financeiro. “Além de possuírem capital para atuar no mercado futuro, resistindo às suas oscilações, e acesso a informações estratégicas, elas também têm capacidade de produzir suas próprias análises por atuarem diretamente nos principais países produtores e consumidores e estabelecerem contato direto com os diferentes agentes do circuito espacial produtivo do café” (Frederico, 2013b, p. 113).

empresas varejistas, torrefadoras e *tradings*⁶⁴ por esse tipo de produto, causando uma padronização e de suas características e preços – mesmo que isso não invalide os avanços e as melhorias que as práticas associadas aos cafés especiais conferiram aos cafeicultores⁶⁵. De acordo com Sampaio e Casaril (2024), essa tendência está atrelada à terceira onda do café, caracterizada por uma mudança nos hábitos de consumo da bebida, como o aumento da demanda por produtos de melhor qualidade, a tendência de se conferir características artesanais a esta *commodity* e as preocupações socioambientais dos consumidores (Boaventura *et al.*, 2018). Nesse sentido, essas grandes corporações promovem os cafés especiais como forma de *marketing* empresarial e de agregar mais valor aos seus produtos, ao passo que atendem às novas demandas do mercado, sejam elas as pressões pelo lado da demanda ou as exigências, quando há, pelo lado do crédito (Frederico; Barone, 2015).

Não obstante, para se adaptar ao período técnico-científico-informacional instaurado por essa nova prática política (neoliberalismo e globalização), as regiões produtoras de café têm se adaptado e usado diferentes fatores locais para conferir maior competitividade, produtividade e diferenciação espacial aos seus produtos (Frederico, 2017). Os produtores de cada região têm buscado valorizar os atributos simbólicos de suas mercadorias, através da valorização de suas origens, modos de vida, saberes locais e práticas de gestão e manejo agrícola (Frederico, 2013a). Assim, a outra forma de conferir diferenciação espacial e padrões de boas práticas e de qualidade à cafeicultura são as IGs. Tratam-se de estratégias que conferem às mercadorias e serviços atributos que lhes diferenciam de seus similares, atestando a existência de particularidades que são irreprodutíveis em outros lugares, seja por um valor intrínseco ou por condições socioambientais únicas. É uma forma de agregar valor aos bens e serviços, criando escassez e aproveitando-se da irreprodutibilidade das paisagens geográficas (Harvey, 2005, 2016). As IGs no Brasil se constituem nas formas de Indicação de Procedência (IP) e de Denominação de Origem (DO) (Brasil, 2023a). A IP se refere à localidade que é reconhecida por dar origem a determinados produtos ou serviços, enquanto a DO se refere às localidades que dão origem à produtos ou serviços cujas características estão atreladas essencialmente a aspectos do meio geográfico.

⁶⁴ A COFCO Intl., por exemplo, desenvolve o próprio programa de certificação o *Coffee Responsible Origin Programme* (CROP). Além disso, em 2022, 37% do café exportado pela empresa possuía alguma certificação ou controle de sustentabilidade e este número saltou para 42% em 2023 (COFCO Intl., 2023b).

⁶⁵ Apesar de provocarem a padronização dos preços dos cafés especiais, as *tradings*, assim com os torrefadores, ainda comercializam estes produtos diretamente com os cafeicultores, “eliminando os intermediários (comerciantes) locais e regionais, que compram o café dos produtores sem nenhuma diferenciação, pagando preços bem inferiores aos cotados pelo mercado” (Frederico, 2013a, p. 15)

Com exceção de São João da Boa Vista/SP, as demais unidades da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos estão localizadas em regiões que receberam, nas últimas décadas, algum tipo de Indicação Geográfica e que também produzem cafés especiais. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (Brasil, 2022b), no Brasil, em 2021, haviam 12 regiões com indicação geográfica para o café. Linhares/ES possui IP, desde 2021, para o café Robusta produzido na região Espírito Santo. Luís Eduardo Magalhães/BA possui IP, desde 2019, para o café Arábica produzido na região do Oeste da Bahia. Desde 2020, Manhuaçu/MG está na região das Matas de Minas, que confere ao café Arábica ali produzido IP. Por fim, o café arábica de Patrocínio/MG possui IP, desde 2005, e DO, desde 2013, por estar na região do Cerrado Mineiro. Desde 2023, o café arábica de Varginha/MG também possui IP, por estar na região Sudoeste de Minas (DataSebrae, 2023).

A COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos ainda possui uma unidade em Santos/SP⁶⁶, por tratar-se do principal ponto de exportação da produção cafeeira do país⁶⁷, além de um importante *hub* logístico da COFCO Intl. no Brasil, responsável por quase a totalidade das movimentações de mercadorias da empresa, como já discutido. Os maiores investimentos em logística, considerada um gargalo para o crescimento das operações da empresa, estão localizados no estado de São Paulo e têm como destino final o porto de Santos, onde a corporação arrendou um terminal de grânéis sólidos vegetais. Contudo, assim como ocorre com o algodão exportado pela COFCO Intl. por este terminal, o contrato de arrendamento não prevê que a corporação deva pagar qualquer valor adicional à Autoridade Portuária de Santos pela movimentação de café em grãos (Brasil, 2022a).

À primeira vista, o fato de a China não ser um dos países que mais importa café no mundo chama a atenção. Em linhas gerais, o país tem liderado a demanda asiática por *commodities* agrícolas variadas, especialmente pelos grãos e oleaginosas que constam no portfólio da COFCO Intl. (soja, milho e algodão). Todavia, a demanda chinesa por café tem crescido rapidamente nas últimas décadas.

⁶⁶ A unidade de Santos atua no comércio atacadista de café em grãos e de açúcar, além de matérias agrícolas não especificadas pelo CNAE.

⁶⁷ Atualmente, o Porto Organizado de Santos escoia quase 70% das exportações de café do Brasil, seguido pelo complexo portuário do Rio de Janeiro (27,9%) (ABIC, 2021; CECAFÉ, 2024). O Brasil bateu seu recorde anual de exportação em 2024, com aumento expressivo, de pouco mais de 31%, da exportação de cafés especiais ou diferenciados. Há mais de 150 anos o país é o maior produtor de café do mundo, respondendo também pelo maior volume das exportações mundiais de café, valor superior a 30% (ABIC, 2021). Quase 90% das sacas de café produzidas no Brasil são exportadas e têm como principal destino a América do Norte e a Europa (Sprenger, 2025). Assim, os principais importadores do café brasileiro em 2023 foram os EUA (16%), a Alemanha (15%), a Bélgica (9%), a Itália (8%) e o Japão (4%) (CECAFÉ, 2024).

Como indicam Sampaio e Casaril (2024) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2021), apesar da tradição milenar chinesa de consumo de chá, o consumo de café cresce entre os jovens chineses nos grandes centros urbanos. Esse novo hábito de consumo também faz parte da “terceira onda do café” (Boaventura *et al.*, 2018), caracterizada pela demanda por produtos de maior qualidade e com certificação. E mesmo que o consumo médio de café na China seja quase 100 vezes menor do que o consumo médio nos EUA e no Japão, o peso de seu mercado consumidor doméstico tem alavancado a cafeicultura no país (Sampaio; Casaril, 2024). Assim, há margem significativa para o crescimento desta demanda, de modo que há projeções que apontam que em 2040 a China possa se tornar o maior consumidor de café do mundo (BRASILAGRO, 2023).

Em 2024, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) fechou um acordo com a rede de cafeterias chinesa Luckin Coffee, principal concorrente da Starbucks na China (Brasil, 2024d). O contrato prevê a exportação de 240 mil toneladas do grão do Brasil entre 2025 e 2029, a um valor estimado de US\$ 2,5 bilhões. Em 2024 a China se tornou a sexta maior compradora de café brasileiro.

A Luckin Coffee superou a Starbucks e se tornou a maior rede de cafeterias da China, ao aliar preços mais competitivos e uma experiência de consumo baseada em compras *online*, *big data* e um sistema de entregas eficiente (Sampaio; Casaril, 2024). Além da perspectiva de que o mercado para o café brasileiro se amplie com o acordo estabelecido entre a ApexBrasil e a Luckin Coffee, as tarifas que o governo estadunidense impôs, em 2025, ao mercado chinês, com as respectivas contrapartidas anunciadas pela China, também devem impactar as empresas deste segmento. Isto deve favorecer as trocas comerciais entre o Sul Global e consolidar as redes de cafeteria chinesas, ampliando mais uma vez as exportações brasileiras da *commodity* para o país.

Como discriminado, a COFCO Intl. atua nos circuitos produtivos de café Arábica e Robusta, mas o Brasil não é o único dentre os principais produtores do mundo que fornecem esse grão à empresa: Vietnã, Indonésia e Colômbia também compõem esta rede de fornecedores (COFCO Intl., 2023b). Atuando no segmento cafeeiro exatamente como uma *trading*, a empresa fornece, armazena, comercializa e transporta café em grãos. O processamento básico dos grãos adquiridos de produtores locais é feito apenas no sentido de atender aos padrões de qualidade exigidos pelos torrefadores.

Além disso, diante das mudanças nos hábitos de consumo e do aumento da demanda por café, alavancados pelas políticas socialista de prosperidade comum da China, o Estado chinês tem desempenhado “um papel ativo na regulação do comércio exterior e na promoção de

políticas de desenvolvimento para garantir autossuficiência e fortalecer a presença nacional em todas as etapas da cadeia de valor do café” e o grupo COFCO tem sido uma ferramenta importante para esta política (Sampaio; Casaril, 2024, p. 83).

A busca chinesa por solucionar as questões socioambientais que têm origem nas mudanças de hábitos e na crescente demanda por alimentos de seu mercado doméstico, tem a segurança alimentar e a sustentabilidade como princípios que norteiam sua política estatal (Wesz Jr., Escher, Fares, 2021; Wilkinson, Wesz Jr., Lopane, 2016). Segundo Sampaio e Casaril (2024), diante deste contexto, a estratégia chinesa tem sido aumentar a produção interna de alimentos, criar mecanismos de relações internacionais que contribuam com o fornecimento de bens primários e fomentar processos de substituição de importações, para que se tenha uma produção nacional. O controle do comércio exterior e criação de grandes empresas nacionais fazem parte desta política. A COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos representa esta estratégia no circuito espacial do café. Com esta subsidiária, o grupo COFCO, na China, passa a atuar em quase todas as etapas produtivas, do abastecimento de seu mercado doméstico à produção e processamento de tipos variados de café.

Nesse sentido, além desta política externa chinesa, protagonizada pela COFCO Intl., a China tem consolidado suas empresas nacionais no setor cafeeiro. O país tem deixado de ser apenas uma plataforma de exportação para empresas estrangeiras, controlando etapas importantes do circuito espacial produtivo em seu território e favorecendo empresas locais (CNA, 2021). O maior exemplo desse movimento é a província de Yunnan, que responde por quase toda a produção de café na China e tem dobrado a produtividade média de sua cafeicultura a cada cinco anos – atualmente a produtividade média em toneladas por hectare é de 3,4, o dobro da média brasileira (CNA, 2021; Sampaio, Casaril, 2024). Sampaio e Casaril (2024) também destacam a criação das Empresas Cabeça de Dragão⁶⁸, que aliam as políticas de modernização da agricultura, diminuição da pobreza e integração regional com os objetivos de segurança alimentar e sustentabilidade.

É com uso intensivo de tecnologia e financiamento público que a China têm superado os ganhos desiguais da cadeia de valor global do café. Até então, tem havido um domínio dos países do Atlântico Norte nas etapas mais lucrativas desta cadeia, a torrefação e o processamento. A lavoura, e por consequência os países primários-exportadores, têm as

⁶⁸ São empresas líderes em seus respectivos mercados e que integram boa parte das respectivas cadeias produtivas em que atuam. No caso da agroindústria, são empresas com grande capacidade de processamento e comercialização que atuam em boa parte de sua cadeia de valor, como a própria COFCO Intl. exemplifica.

menores margens de lucro neste mercado, por serem tomadores de preços definidos em bolsas de valores internacionais (Gala, 2024).

Apesar do aumento recente e ainda proporcionalmente tímido do consumo de café, a China implementou estratégias para ingressar no mercado internacional desta mercadoria semelhantes às que adotou para os demais segmentos da indústria. O país mantém o seu controle sobre o abastecimento do seu mercado interno e avança sobre as cadeias de valor, gerindo direta e indiretamente espaços que são centrais para tais circuitos, com a implementação de tecnologias modernas aliadas à economia de escala. A COFCO Intl. é a maior expressão desta política. Assim, Sampaio e Casaril (2024, p. 103) contribuem com explicação do papel da COFCO Intl. no Brasil para a política externa chinesa, pois, em síntese:

O desenvolvimento chinês se deu a partir de uma estratégia de governo comandada pelo Partido Comunista Chinês associando um controle do Estado nos setores estratégicos e o uso do mercado como auxiliar nas diretrizes dos planos, tal aspecto tem sido entendido como o Socialismo com Características Chinesas, Socialismo de Mercado ou Nova Economia do Projeto.

A COFCO Intl. tem sido um dos instrumentos utilizados pelo PCCh para controlar setores estratégicos da economia, como a produção e fornecimento de alimentos. Por intermédio desta empresa, o planejamento central do governo chinês, objetivando melhor atender as suas metas, tem sido capaz de utilizar o mercado como linha auxiliar de seus planos. Assim, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos é a subsidiária que executa esta política no Brasil, no âmbito do circuito espacial produtivo do café, integrando seus esforços às demais subsidiárias que compõem a topologia da empresa no país e no mundo.

2.3. A COFCO Intl. Brasil SA e sua inserção nos Circuitos Espaciais Produtivos Sucroenergético e da Soja

A sociedade anônima que atualmente responde por COFCO Intl. Brasil é a subsidiária mais importante da COFCO Intl. no país. Ela, como será explicitado, contempla a maior parcela de investimentos *brownfield* feitos pelo grupo chinês, pois antes da operação de fusão e aquisição, a empresa já era a principal entidade jurídica do grupo Noble Agri no Brasil e a estatal chinesa somente fortaleceu essa posição. Ademais, é a COFCO Intl. Brasil que tem centralizado as ações e ativos de toda a sua *holding*⁶⁹.

⁶⁹ A COFCO Intl. Brasil é a acionista majoritária, com 99% das quotas, das outras entidades jurídicas do grupo que analisamos separadamente. Portanto, apesar do nosso esforço de análise distinguir a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos, a COFCO Intl. Cotton e, posteriormente, a TEC – Terminal Export COFCO, todas elas são ativos da COFCO Intl. Brasil. Além disso, a COFCO Intl. Brasil tem, nos últimos anos, incorporado outras empresas do grupo COFCO Intl. no país, das quais já era acionista majoritária desde a gestão da Noble Agri. Não

Hierarquicamente, a COFCO Intl. Brasil está no mesmo nível da COFCO Intl. Transportes. Assim, é possível dizer que a COFCO Intl. Brasil engloba todas as atividades comerciais das divisões de grãos e oleaginosas (soja, café, algodão etc.) e também as produtivas e comerciais de açúcar – e de certo modo de soja – da corporação, enquanto a COFCO Intl. Transporte concentra seus esforços nas operações de transporte e logísticas da empresa⁷⁰. Juntas, elas reúnem o que há de fundamental nas atividades econômicas que definem uma *trading company*: o comércio/*commodities* e a logística/circulação.

Desde sua fundação até os dias atuais, a COFCO Intl. Brasil passou por uma série de eventos que ajudam a explicar sua condição atual. Ao longo de duas décadas, a empresa respondeu por diferentes nomes sociais e a diferentes acionistas, teve diferentes objetos sociais e incorporou uma porção de ativos⁷¹, dentre outros fatos relevantes. Todos eles ajudam a explicar a importância e a centralidade que essa subsidiária assumiu no contexto de todo o grupo COFCO Intl. no Brasil, de modo que reunimos os principais acontecimentos no Quadro 4.

Quanto ao quadro em questão, destacamos as usinas de processamento de cana-de-açúcar e a usina de biodiesel e de esmagamento de soja que a COFCO Intl. Brasil herdou ao longo desse processo. Essas usinas são um dos principais ativos da empresa no país e as únicas plantas deste segmento que a corporação possui no mundo⁷², pois é incomum que as *tradings companies* atuem nessas etapas produtivas. Somadas ao terminal ferroviário de Votuporanga/SP, ao arrendamento do terminal STS 11 em Santos e aos contratos ferroviários e de aquisição de vagões, essas usinas compõem o grupo dos principais ativos da empresa em infraestrutura e logística.

obstante, os ativos remanescentes da Nidera no Brasil também foram incorporados por esta subsidiária, depois que a divisão de sementes da empresa holandesa foi vendida para a Syngenta, que atualmente pertence ao grupo estatal chinês ChemChina.

⁷⁰ A TEC – Terminal Export COFCO é a exceção, pois embora lide diretamente com as atividades logísticas e de operação portuárias do grupo, suas ações pertencem à COFCO Intl. Brasil e não à COFCO Intl. Transportes.

⁷¹ Todas as operações de incorporação que ocorreram nesse período foram processos internos que tiveram como objetivo racionalizar, simplificar e aumentar a eficiência da gestão corporativa. Nestas operações, nem todas as filiais são mantidas, algumas têm suas atividades transferidas para unidades da COFCO Intl. que estão no mesmo município ou na mesma região, enquanto outras são encerradas após a incorporação. Assim, quando analisamos a evolução histórica dos estabelecimentos em atividade da COFCO Intl. Brasil, extinção e abertura de CNPJs, consideramos somente aqueles que compõem essas subsidiárias, pela impossibilidade de manejar estes dados sobre a manutenção ou não das unidades incorporadas de outras empresas. Com base na leitura que fizemos dos documentos que acessamos na JUCESP, o impacto dessa outra abordagem para as considerações que tecemos nesse estudo seriam mínimas.

⁷² Em 2025, a COFCO Intl. tentou aumentar o número de suas usinas sucroenergéticas com novos investimentos *brownfield*. A empresa chinesa se credenciou para participar do leilão de duas das quatro usinas do Grupo Virgolino Oliveira (GVO), uma em Monções/SP e outra José Bonifácio/SP (Mendes, 2024). O leilão faz parte do plano de recuperação judicial da GVO. Todavia, até abril de 2025, o leilão não havia recebido nenhuma proposta nos termos de seu edital para alienação de ambas unidades produtivas (Nova Cana, 2025). As últimas informações sobre este processo são de março de 2025, quando a GVO protocolou um pedido para suspender o leilão junto à vara judicial da comarca de Santa Adélia/SP (Sá, 2025).

Quadro 4 – Principais eventos da COFCO Intl. Brasil entre 06/2004 e 01/2025

Mês/Ano	Nome	Evento	Observações
06/2004	Noble São Paulo	Constituição da sociedade	—
12/2004	Noble Brasil	Alteração no Contrato Social	Stock in Profits Ltd. e Noble Agrichem Inc. passaram a ser as acionistas da sociedade.
06/2009	Noble Brasil	Fusão e Aquisição	Foi incorporada a Usina Noroeste Paulista, proprietária das usinas sucroenergéticas de Sebastianópolis do Sul/SP e de Meridiano/SP.
11/2009	Noble Brasil	Alteração no Contrato Social	A empresa incluiu em seu rol de atividades a implantação e operação de terminais portuários, provavelmente preparando-se para a aquisição da empresa Terminal 12 A (2010-2012).
03/2011	Noble Brasil	Investimento em Infraestrutura	Iniciou-se a construção do terminal ferroviário para transbordo de cargas de açúcar em Votuporanga/SP ⁷³ .
03/2012	Noble Brasil	Fusão e Aquisição	Foi incorporada a NG Bioenergia, proprietária das usinas sucroenergéticas de Catanduva/SP e de Potirendaba/SP.
09/2014	Noble Brasil	Fusão e Aquisição	A COFCO Intl. adquiriu 51% das ações da empresa.
03/2016	COFCO Brasil	Fusão e Aquisição	A COFCO Intl. adquiriu o restante das ações (49%).
03/2018	COFCO Intl. Brasil	Alteração no Contrato Social	Mudança no nome empresarial.
07/2018	COFCO Intl. Brasil	Fusão e Aquisição	Foi incorporada a COFCO Intl. Grãos e Oleaginosas ⁷⁴ .
02/2021	COFCO Intl. Brasil	Fusão e Aquisição	Foram incorporadas as empresas COFCO Intl. Participações e CIL Trading ⁷⁵ .
01/2022	COFCO Intl. Brasil	Fusão e Aquisição	Foram incorporadas as empresas COFCO Intl. Fertilizantes Participações ⁷⁶ e a COFCO Intl. Grains ⁷⁷ , proprietária da usina de biodiesel e de esmagamento de soja de Rondonópolis/MT ⁷⁸ .
01/2025	COFCO Intl. Brasil	Fusão e Aquisição	Foi incorporada a empresa Cereal Sul Terminal Marítimo, que possuía, até dezembro de 2022, um contrato de arrendamento com a Autoridade Portuária de Santos.

Fonte: JUCESP, 2025. Organização do autor

⁷³ Este terminal foi construído pela Noble Brasil entre o início de 2011 e meados de 2012, com um investimento de R\$45 milhões e integra os modais rodoviário e ferroviário, atendendo a produção canavieira da empresa no noroeste paulista (JornalCana, 2011).

⁷⁴ Esta empresa englobava a divisão de sementes da Nidera. Assim, todas as filiais voltadas à produção de sementes certificadas de milho e soja foram incorporadas pela Syngenta em 2018, enquanto as demais foram incorporadas à COFCO Intl. Brasil. À época, a empresa possuía 29 filiais ativas, incluindo fábricas de adubos e fertilizantes, e era a segunda maior subsidiária de todo grupo COFCO Intl. no Brasil.

⁷⁵ Ambas pertenciam ao grupo Nidera e atuavam, respectivamente, como *holding* de instituições não-financeiras e no comércio atacadista de soja e outros materiais agrícolas in natura ou processados.

⁷⁶ *Holding* de instituições não-financeiras que controlava a COFCO Intl. Fertilizantes e a Bom – Brasil Óleo de Mamona em conjunto com a COFCO Intl. Grains, todas foram incorporadas no mesmo processo.

⁷⁷ No ato de sua incorporação, ela possuía 23 filiais, incluindo fábricas de adubos e fertilizantes, de óleos vegetais e biocombustíveis, exceto álcool.

⁷⁸ A construção desta planta, em 2011, foi um dos principais investimentos em infraestrutura da Noble Agri. Após a aquisição da usina, a COFCO Intl. aumentou a capacidade produtiva da planta industrial e construiu um bioduto, conectando-a à distribuidores locais (COFCO Intl., 2021b; Gazeta Digital, 2011).

Atualmente, a COFCO Intl. Brasil⁷⁹ está sediada em São Paulo/SP e o objeto social da companhia engloba um rol de atividades diversificadas, que pode ser assim resumido: 1) atividades de comércio atacadista de matérias-primas agrícolas diversas, com destaque para os grãos e oleaginosas (soja, café e algodão), beneficiados ou não, além de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes, corretivos do solo, álcool carburante, biodiesel, gasolina e demais derivados de petróleo, exceto lubrificantes, alimento para animais e energia elétrica; 2) atividades de transporte ferroviário de carga e operações de carga e descarga; 3) atividade de armazéns gerais, com emissão de *warrant*; serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias, e demais formas de apoio à agricultura. O objeto social da empresa também inclui atividades econômicas que são exclusivas desta subsidiária, isto é, não são desenvolvidas por nenhuma outra empresa do grupo chinês no Brasil: 4) o cultivo de cana-de-açúcar, milho e soja – há uma única unidade que possui cadastro para a produção de algodão herbáceo, embora a empresa afirme não praticar a cotonicultura (COFCO Intl., 2023b); 5) a fabricação de álcool, de açúcar em bruto, de adubos e fertilizantes organo-minerais, de alimentos para animais, de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho, de biocombustíveis derivados de soja e de uma variedade de produtos químicos e orgânicos derivados destas atividades; (6) a geração de energia elétrica.

No Apêndice A, nota-se que entre junho de 2004, quando foi fundada sob o nome de Noble São Paulo Participações, e setembro de 2014, quando a COFCO Intl. adquiriu 51% de suas ações, a empresa possuía 161 CNPJs, dentre as unidades ainda em atividade e aquelas que foram encerradas. Contudo, em agosto de 2014, haviam somente 78 estabelecimentos exercendo suas respectivas atividades econômicas, além da matriz. O cultivo de cana-de-açúcar e a fabricação de açúcar e álcool eram as atividades que predominavam. Somente 12 desses estabelecimentos dedicavam-se exclusivamente ao comércio atacadista de soja, café em grãos e atividades de armazém geral.

A divisão de açúcar da empresa, do cultivo ao processamento, já se concentrava no estado de São Paulo – em agosto de 2014, somavam-se 60 estabelecimentos. A Região Imediata de São José do Rio Preto possuía 35% destes estabelecimentos, seguido pelas Regiões Imediatas de Catanduva (18%) e Votuporanga (16%). Portanto, a maioria das fazendas e das usinas da empresa estavam localizadas no Noroeste Paulista.

⁷⁹ O capital social da empresa está dividido da seguinte maneira: a COFCO Intl. Holding South America detém 99,7% das quotas e a COFCO Intl. Netherlands 0,3% das quotas. Essa composição, em conjunto com as operações de incorporação, atestam que não há mais nenhuma separação entre os ativos e os passivos que antes foram da Nidera e da Noble Agri.

Além disso, também haviam estabelecimentos de comércio atacadista de gêneros diversos nos municípios paulista de Santos/SP e São Paulo/SP; nos municípios paranaenses de Paranaguá/PR, Ponta Grossa/PR e Maringá/PR; nos municípios mato-grossenses de Sinop/MT e Nova Ubiratã/MT; além de Alfenas/MG, Luís Eduardo Magalhães/BA, Porto Alegre/RS e Rio Verde/GO.

Nesse sentido, antes de setembro de 2014⁸⁰, 87% dos estabelecimentos da corporação estavam no Sudeste, sendo 86% somente no estado de São Paulo. A região Sul do Brasil era a segunda região com maior presença da empresa, correspondendo a 6% dos estabelecimentos, sendo 5% somente no estado do Paraná. A presença física da empresa nos outros estados e regiões do Brasil era, portanto, residual – consequentemente, as atividades produtivas do grupo estavam concentradas em áreas que originalmente eram de domínio da Mata Atlântica.

Contudo, a chegada da COFCO Intl. deu nova dinâmica à empresa. A companhia recebeu um aporte significativo de novos investimentos e ampliou suas atividades econômicas qualitativa e quantitativamente. A lógica de sua dinâmica de uso e ocupação do território brasileiro mudou: a empresa diversificou seu portfólio de atividades econômicas, fez-se presente em quase todas as regiões e biomas do Brasil e aumentou sua presença nas áreas de fronteira agrícola, especialmente no Matopiba – em menor grau e somente em relação à Noble Agri, a COFCO Intl. Brasil também tem aumentado sua presença no Sul do país, que possui uma das áreas de fronteira agrícola menos estudadas no Brasil (Kuplich; Capoane; Costa, 2018).

A gestão chinesa consolidou a cidade de São Paulo como o seu centro financeiro e de comando. Ela também transformou o comércio atacadista de grãos e oleaginosas no dínamo econômico da COFCO Intl., dando cada vez mais importância para o estado de Mato Grosso, além de realizar importantes investimentos em infraestrutura e logística, buscando integrar suas atividades econômicas e obter lucro com uma economia de escala – tudo isso sem abrir mão de seus ativos sucroenergéticos.

Nesse sentido, após assumir o controle da empresa, até janeiro de 2025, foram inaugurados 82 estabelecimentos em todo o país, sendo que 59 permanecem em atividade⁸¹. Ou seja, completada uma década, o grupo chinês aumentou em cerca de 75% o número de filiais

⁸⁰ Em abril de 2013, a empresa havia encerrado 50 fazendas com cultivo de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Seus estabelecimentos mais recentes haviam sido abertos em março de 2012, dentre elas as usinas de Catanduva/SP e Potirendaba/SP e outras 29 fazendas em municípios paulistas. Em termos de quantidade de estabelecimentos em atividade, a Noble Brasil parecia reduzir suas atividades econômicas no país – talvez um anúncio da crise que atingiria o setor sucroenergético em 2014 e que pode ter contribuído para a venda da empresa à COFCO Intl. Sobre o contexto da crise que abate o setor no Brasil, vide o trabalho de Santos *et al.* (2022).

⁸¹ Daqui em diante, optamos por trabalhar somente com as unidades que permaneceram em atividade, pois muitas unidades foram encerradas com pouco tempo de atividade e outras foram abertas nos mesmos municípios. No geral, as proporções dos estados, biomas e atividades econômicas são as mesmas.

ativas da COFOC Intl. Brasil⁸² – todos os estabelecimentos inaugurados após essa data estão listados no Apêndice B, estejam ainda ativos ou não.

Dentre os novos estabelecimentos que permanecem em atividade, 14 (24%) exercem a atividade de cultivo de cana-de-açúcar, 41 (70%) exercem as atividade de comércio atacadista de bens agrícola⁸³ – com destaque para soja, mas também algodão e outras matérias-primas agrícolas beneficiadas ou não, defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo – , dois (3%) exercem somente atividades de escritório e apoio administrativo e os outros dois (3%) correspondem à planta da usina de biodiesel e esmagamento de soja e à fábrica de adubos e fertilizantes da empresa em Rondonópolis/MT.

Desse modo, o número de novos estabelecimentos da COFCO Intl. Brasil que priorizam as atividades relacionadas à produção de grãos e oleaginosas é quase 3 vezes maior do que o número daqueles estabelecimentos que se dedicam exclusivamente às atividades sucroenergéticas. Sob a gestão da Noble Agri, 84% dos estabelecimentos estavam relacionados ao setor sucroenergético, enquanto que sob a gestão da COFCO Intl. somente 24% dos novos estabelecimentos se dedicam a tais atividades.

Ainda para efeitos de comparação das estruturas herdadas e da topologia atual da empresa, enquanto 92% dos estabelecimentos da Noble Brasil se concentravam em áreas já convertidas de Mata Atlântica (86% em São Paulo, 5% no Paraná e 2% em outros estados), os novos estabelecimentos da COFCO Intl. que permaneceram em atividade foram abertos em diversas regiões e biomas brasileiros. Somente 29% destas unidades estão associadas à região das florestas tropicais atlânticas, enquanto que 39% estão no Cerrado, 25% na Amazônia e 7% no Pampa. Desse modo, o estado de Mato Grosso responde por 44% dos novos estabelecimentos ativos, enquanto São Paulo responde por 29%. Em São Paulo, quase todos os estabelecimentos estão relacionados à atividade sucroenergética, já em Mato Grosso predomina o comércio atacadista de soja e serviços de armazenamento, com destaque para as fábricas de biocombustíveis de soja e de fertilizantes em Rondonópolis/MT.

A quantidade de estabelecimentos em municípios onde o bioma predominante é a Amazônia chama a atenção para como a COFCO Intl., diferentemente da Noble Agri, tem avançado em direção ao Norte e Oeste do Brasil. Dos 15 novos estabelecimentos que estão em domínios originalmente amazônicos, 12 pertencem ao estado do Mato Grosso. Além disso, são 4 novos estabelecimentos em atividade no Matopiba (7%) e um em Rondônia (2%). Por outro

⁸² Antes disso, haviam 79 estabelecimento em atividade.

⁸³ Destes, 18 associam as atividades de comércio atacadista com os serviços de armazém geral, com emissão de *warrant*, enquanto 29 também prestam serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas.

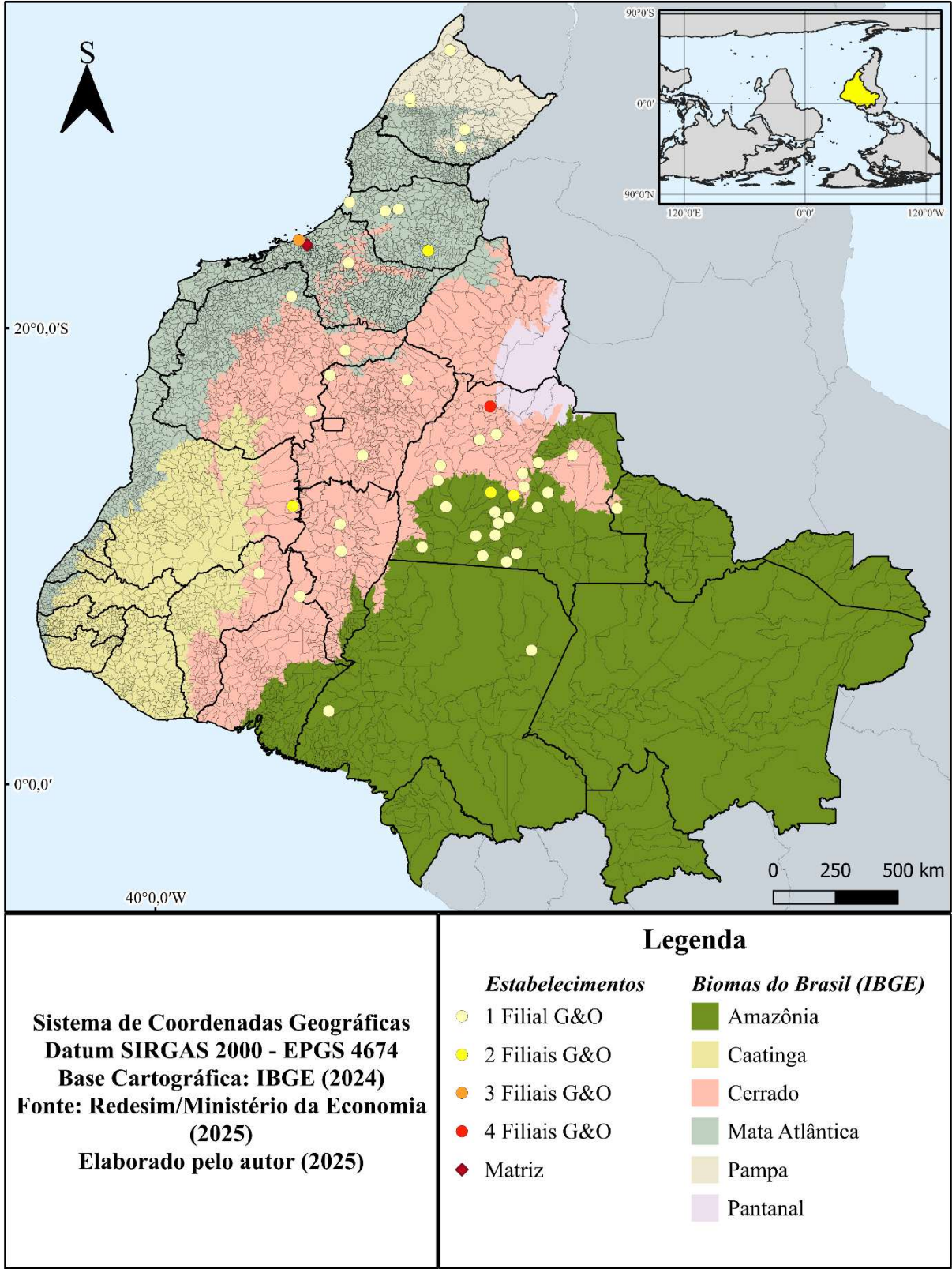
lado, são somente 5 novas filiais da COFCO Intl. Brasil em atividade no Sul do país, sendo 4 no Rio Grande do Sul⁸⁴. Logo, assim como as demais subsidiárias, a COFCO Intl. Brasil tem reorientado sua topologia para estabelecer novos usos no interior do território brasileiro.

Por outro lado, nesse mesmo período (09/2014 até 01/2025), a COFCO Intl. Brasil encerrou 23 unidades que haviam sido abertas anteriormente pelo grupo Noble Agri, isto é, a gestão chinesa encerrou cerca de 30% das filiais que herdou. Dez das unidades fechadas envolviam-se com atividades relacionadas ao circuito espacial produtivo da cana-de-açúcar – principalmente em São Paulo, mas também no Rio de Janeiro –, dez tinham como atividade principal o comércio atacadista de soja – principalmente Mato Grosso, mas também Piauí e Tocantins –, uma era comerciante atacadista de café (ES), uma comerciante de algumas máquinas e equipamentos agrícolas (PR) e uma atuava como depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais (SP).

Portanto, a topologia da principal subsidiária chinesa no Brasil é composta pelas unidades inauguradas pela COFCO Intl. que estão em atividade (59) e pelas unidades herdadas do grupo Noble Agri que foram mantidas pelo grupo chinês (79). Desse modo, em janeiro de 2025, a COFCO Intl. Brasil contava com 138 estabelecimentos em atividade: sua matriz mais 137 filiais. A Figura 5 ilustra a distribuição espacial dessas unidades pelo território brasileiro.

⁸⁴ À primeira vista, estas novas territorialidades indicariam uma dinâmica distinta de nossa hipótese sobre como a empresa chinesa tem preterido a região Sul, mas cremos que estas novas filiais não são suficientes para reconfigurar a geometria topológica de todo o grupo COFCO Intl. no Brasil.

Figura 5 – Estabelecimentos ativos da divisão de grãos e oleaginosas da COFCO Intl. Brasil (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

Atualmente, são 54 estabelecimentos⁸⁵ dedicados ao comércio atacadista de grãos e oleaginosas, tendo a soja como a principal mercadoria. O comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo também merece destaque como atividade secundária de boa parte destes estabelecimentos. Todavia, ainda são 79 unidades voltadas ao circuito produtivo da cana-de-açúcar – boa parte trata-se de ativos *brownfield*. Além das usinas sucroenergéticas, em 2024, a COFCO Intl. Brasil administrava mais de 186 mil hectares de terra no Brasil, com foco na canavieira (COFCO Intl., 2024b).

Dentre as unidades de grãos e oleaginosas e as unidades de açúcar⁸⁶, são 26 estabelecimentos que podem atuar ofertando serviços de armazém geral com emissão de *warrant*. Todavia, de acordo com reportagem de Zanini (2020), da Folha de São Paulo, em 2020 só haviam 19 armazéns da empresa no Brasil, sendo 70% deles em Mato Grosso (COFCO Intl., 2021a). A concentração de armazéns em Mato Grosso pode ser avaliada como mais um indicativo da predileção da COFCO Intl. pela soja. Além disso, segundo Ramos (2006, p. 380), “acompanhando o aumento da circulação de produtos agrícolas, cresce também a necessidade de estocar e transportar adequadamente a mercadoria”, isto é, o crescimento da produção relaciona-se com a capacidade das *tradings* de comandar os fluxos de mercadorias (circulação), e vice-versa.

Não obstante, no âmbito da divisão de açúcar da empresa, em 2020, a COFCO Intl. foi uma das cinco maiores comercializadoras de açúcar do mundo. Das 6 milhões de toneladas de açúcar transacionadas, 1,45 milhão havia sido produzido nas quatro usinas da empresa no Brasil. Segundo a COFCO Intl. (2021a), desde 2015 a capacidade de moagem de cana-de-açúcar havia aumentado em 45%, chegando a 17 milhões de toneladas. Atualmente são mais de seis mil funcionários dedicados à divisão de açúcar no país, o que representa quase metade de todos os empregos da companhia no mundo (COFCO Intl., 2024b). Ainda assim, somente 30% do que é vendido pela divisão de açúcar tem como destino final o mercado consumidor chinês⁸⁷, de modo que o restante é comercializado no Brasil, especialmente o etanol e a energia elétrica, que são vendidos inteiramente no mercado doméstico (COFCO Intl., 2021a). Além do Brasil, a COFCO Intl. comercializa açúcar produzido por terceiros no Sul e no Sudeste da Ásia (COFCO Intl., 2023b).

⁸⁵ Não estamos contabilizando as plantas agroindustriais de Rondonópolis/MT e as unidades dedicadas aos serviços administrativos e de escritório.

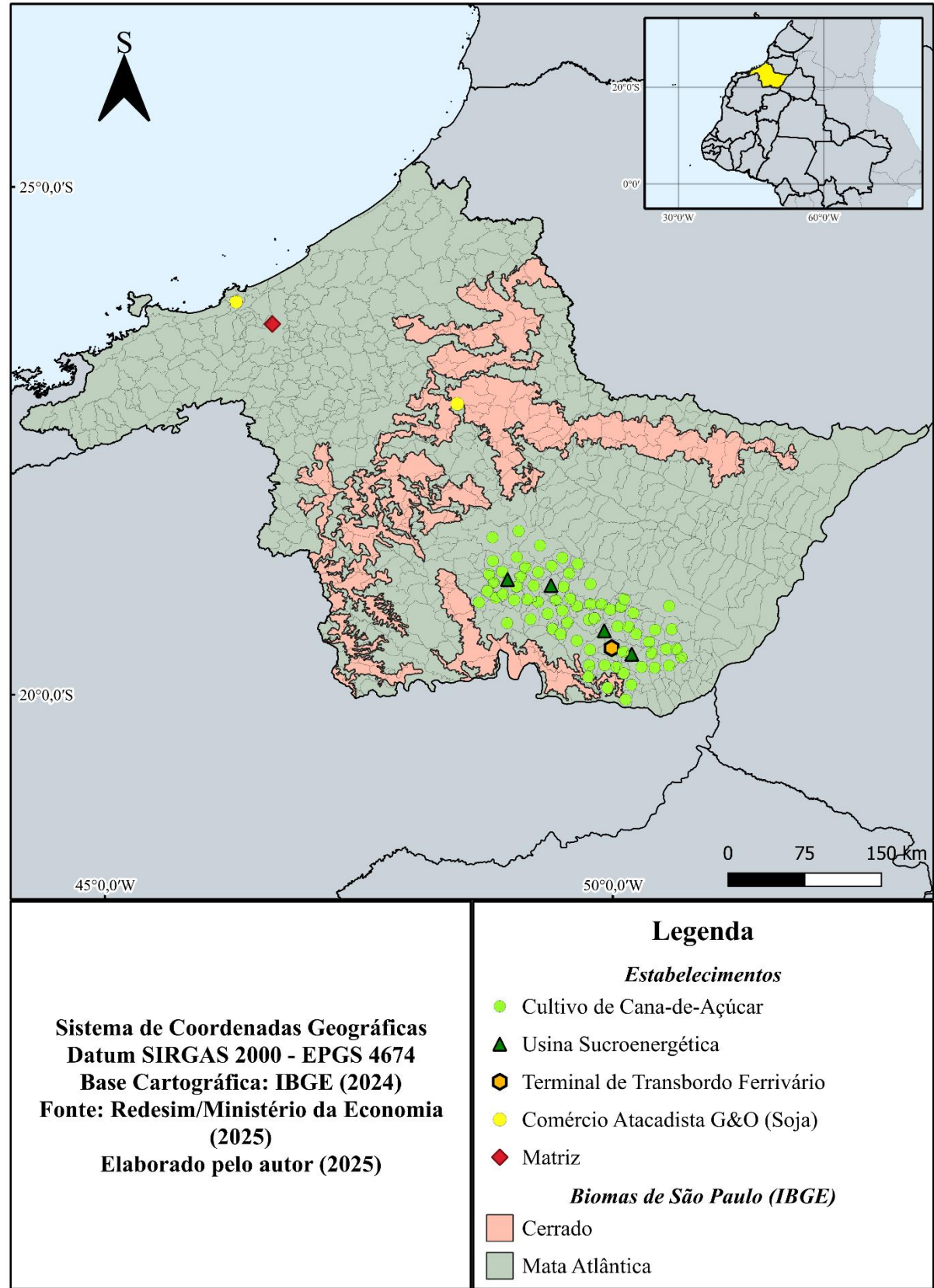
⁸⁶ Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025.

⁸⁷ Idem.

Santos (2001) e Santos e Silveira (2006) indagam se a existência de um mercado interno significativo para dado produto seria o suficiente para alterar a lógica pela qual as grandes corporações se inserem nos países periféricos, submetendo o território aos seus interesses particulares. Longe de propor a resposta para essa questão, pois mesmo nesse caso impera o que os autores chamam de “razão única”, percebemos que a relação do setor sucroenergético com o mercado doméstico do Brasil torna a ação da COFCO Intl. nesse circuito produtivo distinta. Não fossem os investimentos *brownfield* da corporação chinesa, não fosse o interesse do Estado por esse segmento e também não fosse o setor sucroenergético menos regulado pela lógica das *commodities*, em relação aos demais produtos agrícolas comercializados pela COFCO Intl., a empresa provavelmente não cultivaria, processaria e venderia a maior parte de seus derivados no Brasil. Em outras palavras, a especificidade da COFCO Intl. no circuito da cana-de-açúcar parece ser condizente com a hipótese dos autores, de que a existência de um mercado interno para determinado produto poderia levar as firmas a adotarem outros comportamentos territoriais, menos dependente da lógica global – a despeito do mercado interno de soja ser significativo no Brasil, a lógica das *commodities* e a demanda chinesa certamente contribuem para que os comportamentos territoriais da COFCO Intl. nesse circuito, assim como nos demais, permaneçam aliados aos ditames da “razão única”, próprios de uma lógica exógena ao lugar.

Nesse sentido, apesar do circuito espacial da cana-de-açúcar responder por grande parte das atividades econômicas da COFCO Intl. no Brasil e no mundo, suas etapas produtivas propriamente ditas se restringem ao território brasileiro. O cultivo, processamento e fabricação dos derivados da cana-de-açúcar de toda a corporação estão no Noroeste Paulista. A Figura 6 indica os municípios com os estabelecimentos desta subsidiária ativos no estado de São Paulo em janeiro de 2025, dando conta de toda a divisão de açúcar da corporação.

Figura 6 – Estabelecimentos ativos em São Paulo da COFCO Intl. Brasil (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

Apesar da quantidade de unidades voltadas à produção canavieira da COFCO Intl. Brasil permanecer superior a quantidade de unidades relacionadas à soja, há diferenças entre a gestão chinesa para com a gestão da Noble Agri. Em 2024, pela primeira vez desde que foi fundada, a COFCO Intl. foi sagrada campeã nacional de produtividade agrícola para a safra de cana-de-açúcar de 2023/2024, por meio de sua unidade de Potirendaba/SP, segundo o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). O CTC também reconheceu a COFCO Intl. como uma das 10 empresas mais produtivas do setor no Brasil (COFCO Intl., 2024b).

Parte deste destaque pode ser direcionado aos novos investimentos e práticas de gestão corporativa da *holding* chinesa, inclusive no que se refere a sua demanda por soja. Recentemente, as unidades que cultivam cana-de-açúcar têm adotado técnicas de rotação de cultura com sojicultura⁸⁸, buscando aumentar a produtividade do solo, ao fixar nitrogênio, e buscando reduzir as emissões de carbono e o consumo produtivo de fertilizantes sintéticos (COFCO Intl., 2024d). Nos últimos cinco anos, os ganhos em produtividade com essa prática foram de mais de 10%. Além de aumentar a produtividade da cana-de-açúcar, essa iniciativa tem sido uma fonte alternativa de receitas para a empresa, pois tem produzido mais de 44 mil toneladas de soja ao ano⁸⁹.

Todavia, a rotação de cultura com a soja não impacta a divisão territorial do trabalho estabelecida pela COFCO Intl. Brasil, pois a divisão de açúcar da empresa permanecerá concentrada no Noroeste Paulista. “Aqui, a contiguidade territorial entre plantação e usina ou destilaria é um dado técnico de localização, pois, para não perder suas características, a cana-de-açúcar exige uma transformação industrial quase imediata após ser colhida” (Santos; Silveira, 2006, p. 146). Trata-se de uma característica intrínseca ao setor (Castillo, 2013). Enquanto isso, a divisão de grãos e oleaginosas pode se espalhar pelo interior do país, conforme os *fronts* agrícolas avançam, ainda que se concentrem no estado do Mato Grosso devido a sua competitividade produtiva neste segmento.

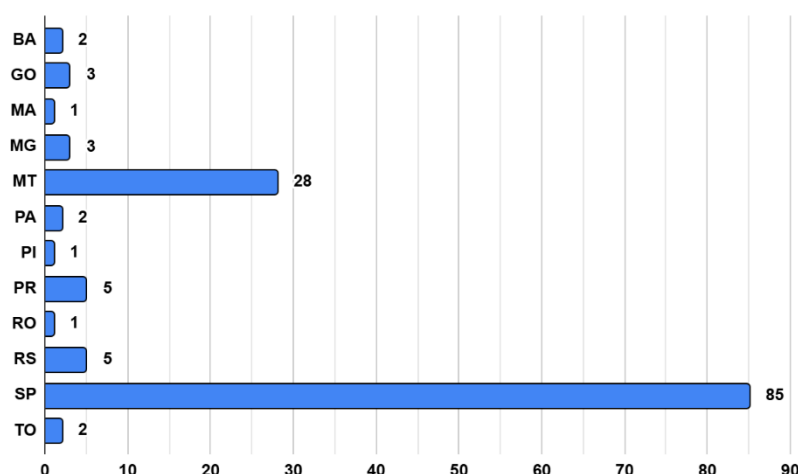
Conforme o Gráfico 3, o retrato da COFCO Intl. Brasil é o seguinte: o estado de São Paulo concentra 62% das unidades ativas da COFCO Intl. Brasil, pois são quase 90 fazendas, em diferentes municípios, que cultivam majoritariamente cana-de-açúcar; Mato Grosso é o

⁸⁸ Essa prática tem sido testada por empresas de pesquisa e por algumas usinas da região Centro-Sul, ainda que a rotação de culturas não seja amplamente realizada no setor, pois, em alguns casos, ela pode prejudicar a janela de plantio da cana-de-açúcar. Ainda assim, ela aumenta a produtividade da terra e gera benefícios para o solo e para a canavicultura (Oliveira; Pereira; Vieira, 2012).

⁸⁹ Este volume de soja, produzido diretamente pela COFCO Intl., é insignificante diante dos volumes movimentados pela empresa e de sua escala de operação no Brasil. Por exemplo, a partir de 2026, somente em seu novo terminal no Porto de Santos, a corporação chinesa pretende movimentar mais de 14 milhões de toneladas de soja por ano (COFCO Intl., 2023a).

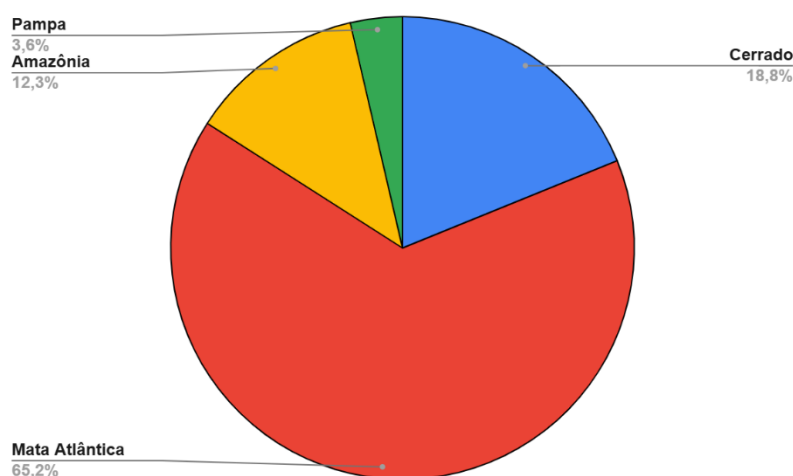
segundo colocado, com 20% das unidades, predominando estabelecimentos destinados ao comércio atacadista, majoritariamente soja. Assim, de acordo com o Gráfico 4, apesar da empresa ter aumentado sua presença nas regiões de Cerrado (18,8%) e Amazônia (12,3%), devido à divisão de açúcar, a região da Mata Atlântica (65,2%) é onde a COFCO Intl. Brasil predomina em termos quantitativos. Já o peso de sua presença nos pampas foi pouco alterado em termos relativos.

Gráfico 3 – Número de estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Brasil por unidade da federação (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

Gráfico 4 – Percentual de estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Brasil por bioma (em janeiro de 2025)



Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Elaboração do autor

Além disso, o número de estabelecimentos nos estados do Matopiba triplicou. Já no Sul do Brasil, ainda que número de filiais tenha quintuplicado no Pampa, proporcionalmente ela permaneceu quase inalterada. Ou seja, é evidente que os novos investimentos chineses na

COFCO Intl. Brasil têm sido significativamente mais direcionados às regiões agrícolas do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, em detrimento do Sul.

Por isso, é possível afirmar que a empresa chinesa privilegia a busca de novas localizações estratégicas nos Cerrados do interior do país, enquanto uma série de estabelecimento tem sido encerrados no Sul e Sudeste, restando aqueles que são mais importantes, essenciais ou que não podem ser facilmente replicados em outras regiões, como bem exemplifica o caso da produção sucroenergética.

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar, de açúcar e etanol do mundo. Até mesmo os subprodutos e resíduos do processamento da cana-de-açúcar são utilizados para a cogeração de energia elétrica, fabricação de ração animal e de fertilizantes. Tributária de disponibilidade de água, temperaturas elevadas e alto índice de radiação solar, a canicultura no Brasil tem avançado em produtividade e área cultivada – ainda que a expansão da área cultivada ocorra em ritmo superior ao do aumento do rendimento médio da produção (Moura; Landau, 2020). Castillo (2013) destaca que o cultivo de cana-de-açúcar se concentra na Região Sudeste. Entre 1990 e 2016, por exemplo, o estado de São Paulo respondeu, sozinho, “por quase 60% da produção nacional da cultura (57,39%, 59,05% e 56,99% nas décadas de 1990, 2000 e 2010, respectivamente)”, concentrada sobretudo nas regiões Norte e Noroeste do estado (Moura; Landau, 2020, p. 636).

Assim, justifica-se mais uma vez a concentração da presença da divisão de açúcar da COFCO Intl. Brasil no Norte e no Noroeste Paulista. A empresa não só manteve os ativos que herdou, como aumentou sua capacidade produtiva e investiu no aumento de sua eficiência logística. Ela também tem aplicado o que Moura e Landau (2020) consideram ser uma das principais tecnologias para aumentar a produtividade da cana-de-açúcar no Brasil, como o implemento progressivo de máquinas agrícolas.

Landau *et al.* (2020) também elucidam o papel do Cerrado e do estado de Mato Grosso para a divisão de grãos da COFCO Intl. Brasil. De acordo com os autores, desde 1990, a área cultivada com a cultura de soja no Brasil aumentou consideravelmente, devido aos incrementos técnicos e tecnológicos que permitiram que a soja se tornasse mais produtiva no Cerrado. Atualmente, as regiões com a maior produção de soja no país são o Centro-Oeste e o Sul, com destaques para os estados do Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul – em 2025, por exemplo, Mato Grosso foi o estado que mais exportou soja no Brasil, sendo responsável por quase um terço das exportações (Comex Stat, 2026).

Logo, todos os dados indicam que a dinâmica da COFCO Intl. Brasil mudou significativamente na última década. Diferente de hoje, na década passada, o comércio de soja

e a presença da empresa nas regiões mais competitivas para a produção deste grão era tímida, incomparável a sua participação no circuito espacial da cana-de-açúcar.

Todavia, se a expansão da divisão de grãos e oleaginosas da empresa tem se voltado para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país, ela se estagnou no Sul. De acordo com Landau *et al.* (2020), o cultivo de soja no Sul tem apresentado quebras de safra constantes, devido questões climáticas (veranicos), ao passo que a pesquisa e a incorporação de novas técnicas e tecnologias agrícolas tem permitido a expansão da sojicultura para as outras regiões. Esta dinâmica de competição regional entre os produtores de soja ajuda a explicar as novas tendências da lógica de uso corporativo do território pela COFCO Intl. Brasil e pode explicar a nossa percepção de que a corporação, como um todo, tem evitado acionar diretamente novos espaços no Sul do país.

Por isso, também a evidente opção da COFCO Intl. Brasil por instalar suas unidades voltadas ao comércio atacadista de soja em Mato Grosso, no Centro-Oeste, avançando sobre áreas de Cerrado. Além de se aproximar dos lugares mais competitivos do mundo no circuito produtivo da soja, a empresa chinesa encontra produtores rurais acostumado – ou menos resistentes – a transacionar com firmas asiáticas, pois se até 2014

o grupo ABCD dominava cerca de 80% da originação de soja em Mato Grosso; atualmente [2019] domina apenas cerca de 50%. [...] E a principal causa dessa perda de capacidade de originação por parte das ABCD é o ganho de capacidade por parte das firmas asiáticas [...] sobretudo, a COFCO (Escher; Wilkinson, 2019, p. 674)

Em síntese, quanto ao circuito da soja, a COFCO Intl. Brasil trabalha com o comércio atacadista dessa mercadoria em grão ou em farelo. A empresa também possui plantas industriais capazes de moer e processar a soja, produzindo biodiesel e óleos comestíveis. Segundo a COFCO Intl. (2023b), a soja que é fornecida aos mercados internacionais, como destaque para a China, provém majoritariamente do Brasil. Os EUA, a África do Sul, países da América do Sul, como Paraguai, Argentina e Uruguai, e países do leste europeu, como Ucrânia, Romênia e Servia, são outros importantes fornecedores da COFCO Intl.. Todavia, além da rotação de culturas com soja praticada nas plantações de cana-de-açúcar no Noroeste Paulista, a COFCO Intl. só possui fazendas de grãos e oleaginosas na África do Sul, em torno de 71 mil hectares.

Assim, fica claro que a empresa chinesa não tem buscado produzir diretamente essas mercadorias. A despeito dos ativos herdados da Noble Agri e da Nidera, a COFCO Intl. Brasil continua atuando majoritariamente como uma *trading* de produtos agrícolas, pois dentre as etapas dos circuitos produtivos de grãos e oleaginosas e de açúcar, o foco da corporação permanece sendo as atividades logísticas e de comércio atacadista, principalmente de soja – os

objetos ligados às etapas produtivas propriamente ditas são mera circunstância, oportunidades de mercado e legados da Nidera e da Noble Agri, ainda que, não obstante, à COFCO Intl. Brasil também interesse o aprimoramento de suas capacidades de fornecer açúcar à China (Borges; Gilio, 2024). O foco da corporação é, portanto, acionar os espaços que lhe garantam as melhores condições para colocar em movimento tais mercadorias, permitindo que sua comercialização se dê de modo competitivo.

O interesse crescente da corporação sobre o circuito espacial produtivo da soja no Brasil está atrelado à sua gênese, ao seu objetivo de estabilizar o fornecimento das matérias-primas agrícolas e dos alimentos mais consumidos na China. Os dados apresentados a respeito da reformulação da topologia e das ações da COFCO Intl. Brasil no território brasileiro tornam isso evidente, ela é a principal subsidiária da estatal chinesa no país e, ao mesmo tempo, a responsável pelo comércio atacadista de soja.

Para a China, importar soja também é uma forma de poupar recursos socioambientais, como terra e água, haja vista que o país não dispõe de condições edafoclimáticas e de terras agricultáveis suficientes para atender sua demanda interna e que a conversão desses espaços seria pouco produtiva, o oposto das metas de sustentabilidade definidas pelo Estado chinês (Borges, Gilio, 2024; Escher, Wilkinson, 2019). De acordo com Santos (2001), é como se houvesse também uma “exportação do território” brasileiro, na medida em que as grandes corporações fazem uso das condições territoriais indispensáveis para a produção dessas mercadorias e essas somente vão aumentar seu valor agregado e completar seu ciclo, gerando valor de uso, fora do Brasil.

3. A COFCO INTL., LOGÍSTICA E SISTEMAS DE MOVIMENTO NO BRASIL

Diante do advento do chamado período técnico-científico-informacional, o geógrafo Milton Santos inaugurou um novo paradigma para o entendimento da relação entre circulação e produção. Segundo ele, “não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (Santos 2023 [1996], p. 275).

Nesse sentido, a produção e comercialização de *commodities* agrícolas é, em muito, acompanhada dos necessários esforços de colocar os volumes produzidos em movimento. A agricultura moderna e a agroindústria exigem deslocamentos cada vez mais otimizados, no que se refere à relação entre o tempo e o custo de deslocamento das mercadorias, de modo que os objetos técnicos que conferem fluidez à circulação dos produtos, necessários ao consumo produtivo ou destinados ao consumidor final, aumentam o valor das atividades econômicas que os acionam (Santos; Silveira, 2006). Isto é ainda mais sensível quanto se trata das *commodities*, comercializadas em grandes volumes e mais condicionadas à lógica de competitividade do mercado internacional. Para as empresas de comércio atacadista, os custos de circulação destas mercadorias são definidores de suas taxas de lucro e do preço final dos produtos, por isso as operações logísticas, dada sua capacidade de otimização destes empreendimentos, lhes são imprescindíveis (Silva; Garrefa, 2016). Daí o interesse e necessidade, por parte de agentes que controlam os circuitos produtivos, também do controle das operações logísticas, ou seja, dos sistemas de engenharia⁹⁰ que viabilizam a conexão geográfica entre os espaços de produção e os de consumo.

Portanto, a modernização dos portos, das ferrovias, das rodovias, das hidrovias e dos terminais multimodais são essências para viabilizar os ganhos efetivos e a competitividade das corporações que atuam neste segmento – assim como o controle sobre a operação destas infraestruturas tende a incrementar ainda mais seus ganhos efetivos. De modo que esses objetos técnicos e suas modernizações são públicos apenas na medida em que o Estado lhes financia, pois, na verdade, são feitos para servir às corporações hegemônicas, aprofundando um uso seletivo do território e “deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população” (Santos; Silveira, 2006, p. 140). O uso privatista desses sistemas de engenharia, que

⁹⁰ Base material do território, “[...] como portos, barragens, estradas de rodagem, usinas hidrelétricas e equipamentos de telecomunicação, que são multiplicados e sobrepostos de forma articulada e em escalas cada vez mais amplas, possibilitando a integração do território e seu uso seletivo, graças à unificação da técnica e organizacional desses sistemas” (Xavier, 2006, p. 329).

na verdade constituem recursos públicos, “autoriza dizer que um novo processo ganha corpo – o da privatização do território. Ganha quem é mais forte” (Santos, 2001, p.35).

Tais objetos, arranjados em sistemas, não asseguram a produção somente, mas em muito garantem o seu escoamento para o estrangeiro. De acordo com Xavier (2006) e Santos e Silveira (2006), na maior parte do tempo, o desenvolvimento da base material, dos sistemas de engenharia, que compõem o território brasileiro foi conduzido tendo em vista a inserção subordinada do país da DIT. Segundo os autores, nos últimos dois séculos os investimentos destinados às ferrovias, hidrovias, portos e rodovias serviram ao escoamento da produção rumo Oceano Atlântico, em detrimento da integração regional e do desenvolvimento do mercado interno – ainda que existam períodos em que estes últimos foram priorizados.

Outra consequência derivada da formação deste sistema de objetos que marca o território brasileiro foi sua concentração no Sul e no Sudeste do país, num processo circular⁹¹ que elevou a densidade técnica em uma área contígua no território, denominada de Região Concentrada (Santos; Silveira, 2006). As demais regiões, com menor densidade de objetos técnicos, têm se modernizado recentemente, em virtude da modernização da agricultura e da urbanização destes espaços, mas também por seu crescente intercâmbio com a Região Concentrada, que permanece com a maior fluidez do país e reforça sua centralidade política e econômica (Xavier, 2006).

Ainda hoje novos investimentos públicos são feitos com o objetivo de conectar os pontos mais produtivos da agroindústria e da agropecuária modernas às malhas viárias que culminam nos principais portos de exportação do Brasil. As grandes corporações são os agentes que mais se beneficiam destas políticas públicas destinadas aos sistemas de engenharia logísticos. Elas “desenham suas novas topologias fundadas em suportes territoriais como estradas, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos, não apenas de uso público mas também graças à construção dos seus próprios nós materiais” (Santos; Silveira, 2006, p. 64) – até mesmo para construção de seus próprios nós materiais, as grandes corporações contam com subsídios e incentivos públicos, outra forma de apropriação privada dos bens públicos. Desses mecanismos é que deriva a noção de espaço corporativo e é por meio deles que o processo de produção do espaço se fortalece (Santos, 2001).

Braga e Castillo (2013) são enfáticos ao reconhecer a logística como um elemento central do atual paradigma de produção, circulação e consumo de mercadorias, especialmente

⁹¹ “Tal concentração se dá devido a um processo circular, no qual a divisão territorial do trabalho mais intensa gera uma maior necessidade de circulação, que encontra resposta na difusão dos transportes, que permitem, por sua vez, uma maior especialização e distribuição das funções produtivas.” (Xavier, 2006, p. 337)

para as grandes corporações, que buscam adequar suas respectivas topologias às melhores oportunidades econômicas que os diferentes pontos do território lhes apresentam. Para hierarquizar estes pontos, os autores propõem uma tipologia para o que denominam de nós geográficos, que seriam componentes das redes geográficas, sejam de fluxos materiais ou imateriais, que podem ser classificados de acordo com as diferentes complexidades e funções que estes objetos técnicos e normativos assumem no território. Dentre os nós geográficos, os autores distinguem os nós logísticos como sendo o tipo de nó de circulação com maior complexidade e intensidade técnico-normativa.

Por definição, os nós logísticos concentram e distribuem fluxos de mercadorias, segundo a racionalidade hegemônica do capital, em escalas que ultrapassam seu sítio e região, podendo gerar impactos de escala mundial. Sua localização concentra sistemas de engenharia que se fazem estratégicos para os agentes hegemônicos. Eles estão voltados ao circuito superior da economia, ou seja, atendem primordialmente as estratégias logísticas das grandes corporações e de seus operadores logísticos⁹², que se beneficiam dos ganhos de escala e competitividade que estas estruturas lhe possibilitam – por isso, “assim como a própria logística, [os nós logísticos] constituem-se em expressões do período técnico-científico e informacional” (Braga; Castillo, 2013, p. 240), pois “o movimento e a velocidade são impostos para a conquista de ganhos de produtividade e competitividade e convertem os sistemas de transporte em vetores logísticos fundamentais para as atividades mais modernas” (Santos; Silveira, 2006, p. 339)

Ainda, de acordo com a avaliação que Santos e Silveira (2006) e Santos (2001) fazem à respeito das grandes corporações, pode-se dizer que a circulação e a produção conformadas pela COFCO Intl. são desnecessárias à nação, pois seus mandamentos são externos e não tem inspiração local ou preocupação com os destinos locais. A empresa chinesa atua conforme sua lógica e seus interesses particulares ao fazer os esforços necessários para colocar a produção em movimento, a não ser que o Estado seja capaz de extrair daí elementos que sejam de interesse nacional, ao regular as ações das empresas (seção 5).

Como será detalhado adiante, a COFCO Intl. é tributária de todas estas dinâmicas que descrevemos, pois, para além de suas singularidades, percebe-se que a empresa chinesa procura se estabelecer em pontos do território dotados de objetos técnicos voltados à eficiência logística, que desempenham “funções de concentração, tratamento e redistribuição de mercadorias, [...] conferindo-lhe melhores condições de competitividade para a prestação de serviços logísticos

⁹² Em outras palavras, estes objetos “tendem a exercer certas funções e os respectivos processos são, em grande parte, submetidos ao papel regulador de instituições e empresas” (Santos; Silveira, 2006, p. 289)

e melhores condições de competição para atrair fluxos materiais” (Braga; Castillo, 2013, p. 237).

No atual paradigma técnico-científico-informacional, as topologias das grandes corporações são complexas e cobrem vastas porções do território (Santos; Silveira, 2006), como podemos notar a partir do caso da COFCO Intl.. Como discutido, a geometria e a administração deste vasto território corporativo dependem de fatores internos e externos às empresas. Dentre os fatores internos, ligados às estruturas políticas microeconômicas de cada entidade, há características que moldam os modos pelos quais estes agentes se apropriam de recortes do espaço geográfico. A segmentação da corporação e sua natureza multifuncional são algumas das características das grandes corporações (Corrêa, 1991). Delas depreende-se o fato de que há processos de integração internos que caracterizam e compõem o modo pela qual as empresas se organizam e operam, isto é parte de suas respectivas dinâmicas e culturas corporativas.

No Brasil, a organização corporativa da COFCO Intl. está dividida entre diferentes subsidiárias, cada uma operando uma das diferentes atividades econômicas que compõem o rol da empresa chinesa, isto é, há uma segmentação corporativa que corresponde à natureza multifuncional da companhia. Desde de que a empresa se estabeleceu no território brasileiro, por meio da fusão e aquisição da Nidera e da Noble Agri, há mais de uma subsidiária responsável por gerir os sistemas de movimento demandados pela *holding*, ou seja, responsáveis pelas operações logísticas que a viabilizam como uma *trading* de tal envergadura.

Por isso, dividimos a análise dos sistemas de movimento utilizados pela COFCO Intl. e de suas respectivas topologias em dois momentos. Primeiro, discutimos a COFCO Intl. Transportes, responsável em boa parte pela gestão logística dos fluxos de sua *holding*, pois responsabiliza-se pelo transporte rodoviário de cargas e parte das operações logísticas e multimodais da corporação. Em seguida, apresentamos as subsidiárias que foram ou são responsáveis por gerir os ativos portuários da estatal chinesa – tratam-se de importantes objetos fixos no território, controlados diretamente pela COFCO Intl., que garantem fluidez às suas atividades comerciais e logísticas – quais sejam, COFCO Intl. Portos Participações, Terminal 12A e, atualmente, a TEC - Terminal Export COFCO.

3.1. COFCO Intl. Transportes

Em abril de 2015, na cidade de Sorriso/MT, foi fundada a sociedade empresarial que atualmente é denominada COFCO Intl. Transportes LTDA⁹³. Desde então, as atividades econômicas desempenhadas pela empresa permaneceram inalteradas em seu cerne, essencialmente atividades de transporte rodoviário de cargas em geral e de produtos perigosos, serviços de operador logístico e de transporte intermodal e multimodal, especialmente rodoviário e ferroviário (OTM), e serviços correlatos a essas atividades que possam ser contratados entre a origem e o destino final das cargas transportadas. A prestação destes serviços é feita pela própria empresa ou por terceiros, sem prejuízo de desvio de suas atividades econômicas principais e secundárias.

Como indicado pelo Quadro 5, desde sua fundação a COFCO Intl. Transportes teve 37 filiais em diferentes estados do Brasil, todas com os mesmos objetivos e atividades econômicas. Todavia, 15 destas filiais foram encerradas voluntariamente, de modo que, até janeiro de 2025, eram 22 as filiais em atividade mais a matriz. A Figura 7 possibilita visualizar como estes estabelecimentos ativos dividem-se pelo Brasil, ao mesmo tempo que é possibilita identificar a relação de cada uma das unidades da empresa com os principais modais do país (ferrovias, rodovias, hidrovias e portos), essenciais para a escala de operação da COFCO Intl. em geral.

⁹³ Não tivemos acesso aos documentos protocolados na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, que revelariam o nome empresarial de fundação da empresa, a evolução do quadro de sócios e outras informações relevantes. Contudo, sabemos que ela chegou a ser denominada como COFCO Agri Transportes LTDA. Além disso, o capital social da COFCO Intl. Transportes é dividido entre duas empresas sócias: a COFCO Agrichem possui 99% das cotas e a Stock in Profits 1% das cotas.

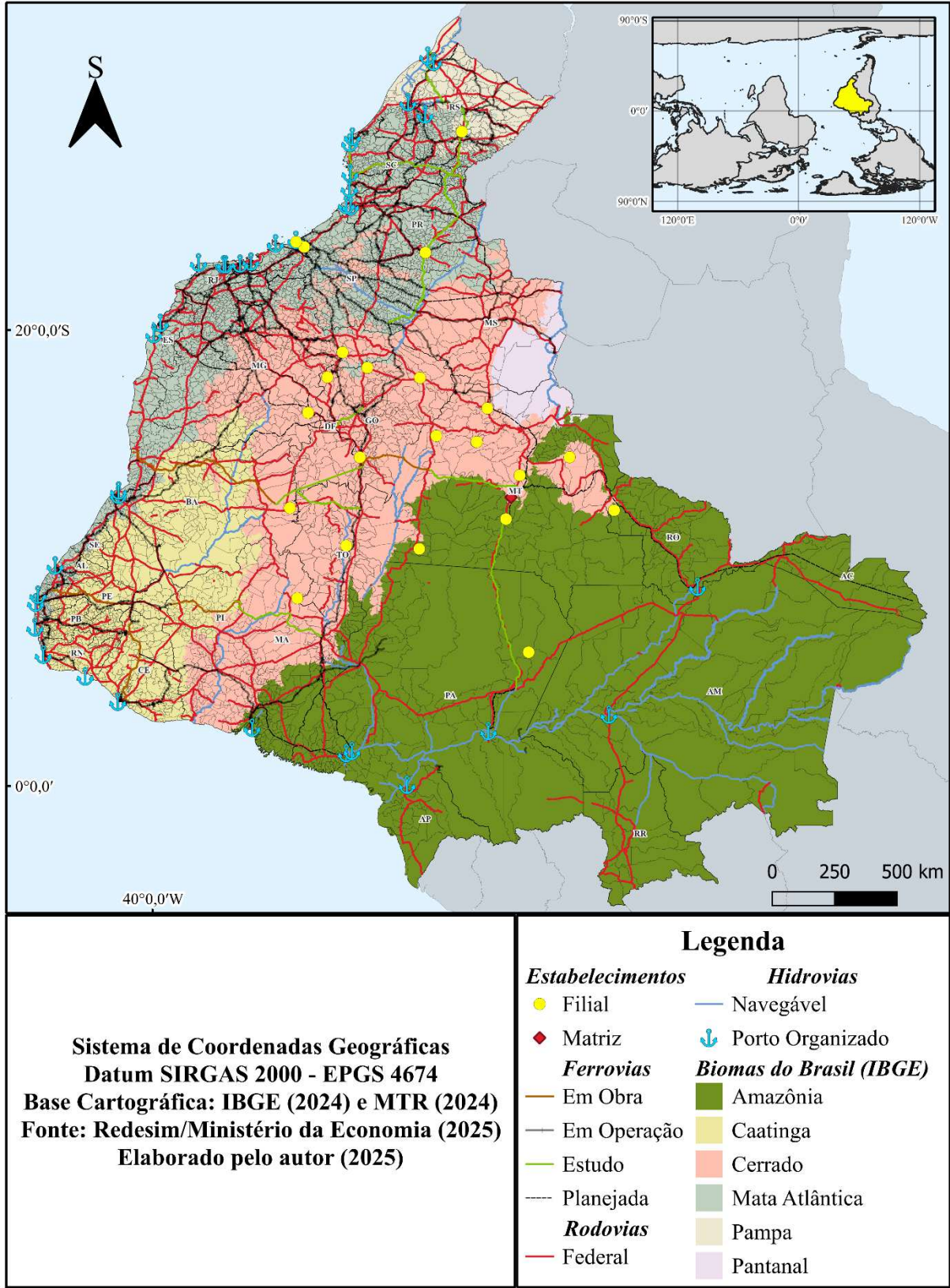
Quadro 5 – Todos os estabelecimentos vinculados à COFCO Intl. Transportes

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante
Água Boa	MT	29/06/2018	29/06/2019	Cerrado
Alfenas	MG	25/09/2017	18/08/2020	Mata Atlântica
Assis	SP	25/05/2018	18/08/2020	Cerrado
Balsas	MA	23/11/2023	–	Cerrado
Barra do Garças	MT	29/06/2019	–	Cerrado
Barra do Garças	MT	14/08/2018	26/03/2019	Cerrado
Campo Novo do Parecis	MT	17/12/2018	26/12/2024	Cerrado
Catalão	GO	25/01/2018	–	Cerrado
Confresa	MT	06/12/2021	–	Amazônia
Confresa	MT	20/03/2018	29/06/2019	Amazônia
Cruz Alta	RS	19/01/2018	–	Pampa
Cruz Alta	RS	11/07/2019	26/12/2024	Pampa
Itaituba	PA	30/09/2019	–	Amazônia
Itumbiara	GO	03/04/2018	–	Cerrado
Jataí	GO	11/08/2017	–	Cerrado
Luís Eduardo Magalhães	BA	10/01/2018	–	Cerrado
Maringá	PR	16/01/2018	–	Mata Atlântica
Matupá	MT	24/08/2017	26/12/2024	Amazônia
Nova Mutum	MT	29/08/2019	–	Cerrado
Paragominas	PA	16/03/2018	26/05/2021	Amazônia
Paranaguá	PR	12/03/2018	26/12/2024	Mata Atlântica
Passo Fundo	RS	25/02/2019	04/10/2019	Pampa
Porto Alegre	RS	17/08/2017	26/12/2024	Pampa
Porto Nacional	TO	24/09/2018	–	Cerrado
Primavera do Leste	MT	24/08/2017	–	Cerrado
Rio Grande	RS	09/03/2018	11/10/2023	Pampa
Rondonópolis	MT	14/12/2015	–	Cerrado
Santa Rosa do Tocantins	TO	12/04/2018	26/12/2024	Cerrado
Santos	SP	03/04/2018	–	Mata Atlântica
São Paulo	SP	24/08/2017	–	Mata Atlântica
Sinop	MT	24/08/2017	–	Amazônia
Sorriso*	MT	08/04/2015	–	Cerrado
Tangará da Serra	MT	26/11/2020	–	Cerrado
Uberaba	MG	16/03/2018	11/07/2019	Cerrado
Uberlândia	MG	09/02/2018	–	Cerrado
Unaí	MG	16/03/2018	–	Cerrado
Uruaçu	GO	11/10/2023	–	Cerrado
Vilhena	RO	11/10/2023	–	Amazônia

*Matriz

Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Organização do autor

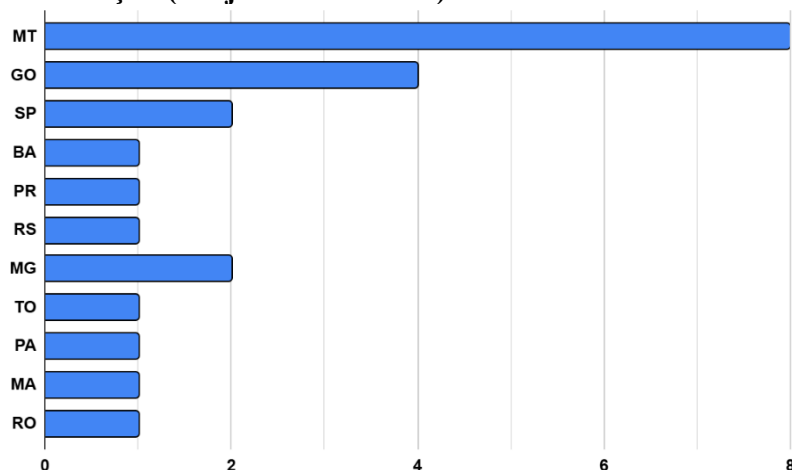
Figura 7 – Estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Transportes (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaborado pelo autor

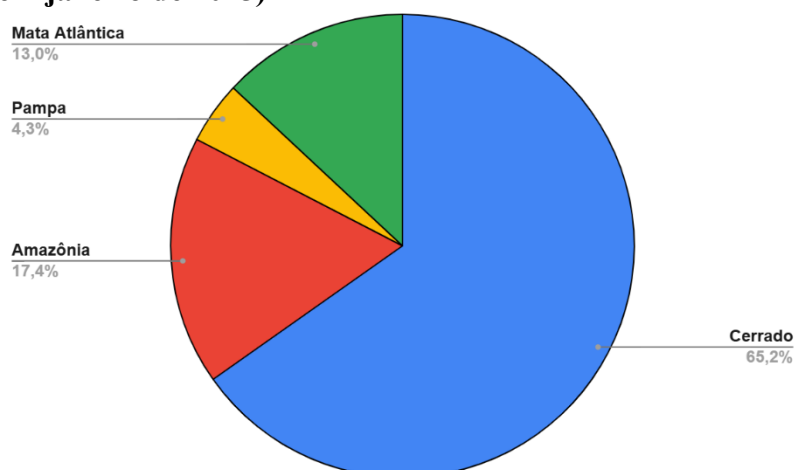
Já o Gráfico 5 mostra esses mesmos estabelecimentos por Unidade da Federação, enquanto o Gráfico 6 indica como eles se distribuem pelos biomas brasileiros – tratam-se, portanto, de retratos da COFCO Intl. Transportes.

Gráfico 5 – Número de estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Transportes por unidades da federação (em janeiro de 2025)



Fonte: Redesim, 2025. Elaboração do autor

Gráfico 6 – Percentual de estabelecimentos ativos da COFCO Intl. Transportes por bioma (em janeiro de 2025)



Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Elaboração do autor

O destaque em ambos os gráficos é o estado de Mato Grosso, com 8 estabelecimentos: dois em regiões onde o bioma amazônico é predominante e seis em regiões nas quais o cerrado é o bioma predominante. Em seguida estão o cerrado goiano, com quatro estabelecimentos, e o de Minas Gerais, com dois estabelecimentos. As sedes do estado de São Paulo, por sua vez, estão na capital e na cidade portuária de Santos.

Além disso, nota-se que a empresa possui ao menos uma sede em cada uma das 5 regiões brasileiras. Contudo, e como era de se esperar, apesar de abranger virtualmente todo o território nacional com suas operações de transporte e logística, há um claro predomínio de filiais em

regiões em que a produção de grãos é expressiva, com destaque para a soja. São regiões agrícolas já consolidadas, pontos de modernização nas quais grandes empresas do agronegócio globalizado se constituem como agentes hegemônicos (Castillo, 2004). A moderna produção agrícola, intensiva em técnica, ciência e informação, quase sempre permeada por interesses do capital financeiro, é predominante nestes espaços e sua integração produtiva com as atividades agroindustriais e com os serviços relacionados ao consumo produtivo são amplamente consolidados.

Tratam-se, portanto, de antigas regiões de fronteira agrícola, nas quais áreas de cerrado e de pastagem foram em muito convertidas em monoculturas de *commodities*, cujo deslocamento e logística cabem à COFCO Intl. Transportes. São também espaços dotados de importantes infraestruturas (capital fixo), bem como amplos investimentos produtivos, voltados às demandas dos agentes capitalistas e capazes de sustentar sua reprodução e evolução. Assim, são em geral espaços já relativamente bem servidos de rodovias, ferrovias, portos, instituições públicas, cidades, redes de distribuição de energia, infraestruturas e serviços, dentre outros elementos, que constituem uma paisagem e um território favoráveis às dinâmicas capitalistas no campo – em sua maioria, a partir de amplos investimentos públicos.

O caráter e a concentração da produção de grãos nessas regiões agrícolas criam uma alta demanda pela circulação fluida de produtos, como insumos destinados à produção ou *comodities* destinadas à exportação, isto é, há demanda por uma circulação que viabilize o agronegócio mundializado (Santos, 2023 [1996]; Santos, Silveira, 2006), o que justifica o grande número de filiais da COFCO Intl. Transportes nestes espaços. Como discutido, reduzir os custos de circulação é ponto nevrálgico para as atividades econômicas da COFCO Intl. como um todo, mas em especial para a COFCO Intl. Transportes, que se ocupa especificamente da viabilidade e competitividade logística da empresa. Harvey (2016, posições 2622-2627) sintetiza esta relação:

Os baixos custos de transporte e comunicação podem facilitar a dispersão e a descentralização da atividade por espaços geográficos cada vez mais amplos. A quase eliminação do tempo e dos custos de transporte como fator determinante para a decisão da localização permite que o capital explore diferentes oportunidades de lucro em lugares extremamente díspares. As divisões de trabalho dentro de uma empresa podem ser descentralizadas para diferentes locais. A deslocalização produtiva se torna possível e o elemento de monopólio na concorrência é reduzido. As especializações regionais e as divisões do trabalho se acentuam, porque pequenas diferenças de custo (como impostos locais) se traduzem em mais lucro para o capital.

A topologia da empresa, especificamente no que se refere aos pontos estratégicos para a logística, que conecta China e Brasil num mesmo circuito espacial produtivo, é exemplo deste fenômeno, tal como a sua dispersão em diferentes regiões do território brasileiro. Em linhas

gerais, sem a redução dos custos de transporte e comunicação, tanto as *commodities* agrícolas produzidas, quanto as próprias regiões produtivas estabelecidas no interior do território brasileiro não seriam competitivas ou alcançariam condições interessantes à manutenção e desenvolvimento destas atividades no país. Sem a “quase eliminação do tempo e dos custos de transporte”, a viabilidade das operações na COFCO Intl. no Brasil não seria a mesma. “A circulação de mercadorias derivadas do potencial agrícola brasileiro e demais vantagens comparativas, dependem fundamentalmente da expansão e qualidade das rodovias e ferrovias, além de uma logística mais eficiente” (Rippel; Medeiros 2024, p. 163).

Um carregamento de soja pode percorrer mais de 1500Km antes de chegar aos portos onde serão embarcados, para, então, percorrer em torno de 11 fusos em direção à China e aos consumidores finais. Assim, a qualidade e o acesso às vias e portos que compõem este percurso repercutem nos custos finais das mercadorias e na viabilidade econômica do empreendimento chinês. É por isso que a eficiência de transporte e logística da COFCO Intl. é imprescindível para o sucesso das operações da companhia e de suas subsidiárias no Brasil.

As atividades da COFCO Intl. Transportes se resumem à coleta e entrega de *commodities* agrícolas. Conforme a preferência dos produtores rurais, os caminhões à serviço da empresa podem buscar as mercadorias *in situ*, indo até os clientes, ou realizar a coleta das cargas em locais predeterminados, geralmente no Porto de Santos, nas usinas sucroalcooleiras do estado de São Paulo ou na usina de processamento de soja em Rondonópolis/MT⁹⁴. Por isso, é certo que a localização de cada filial deve ser estratégica para atender as demandas de sua circunvizinhança e atingir a melhor relação custo-benefício para a empresa (Corrêa, 1991, 1998).

Não obstante, há presença das operações logísticas da COFCO Intl. em regiões como a do Matopiba. Os estabelecimentos da companhia nestes espaços são estratégicos e recentes. A COFCO Intl. Transportes possui filiais em Balsas/MA (2023), Porto Nacional/TO (2018) e Luís Eduardo Magalhães/BA (2018). Para além da proeminência nacional destes municípios e de seu entorno na produção de grãos, o que já justificaria o interesse da COFCO Intl. Transportes nestas regiões, há algo mais. Em todos os casos há projetos, já consolidados ou em desenvolvimento, voltados à melhoria de suas infraestruturas de transportes em caráter multimodal. Rodovias, ferrovias, portos e aeroportos têm se integrado com os novos investimentos públicos e parcerias público-privadas, criando novas conexões, solidariedades, intra e intermodais. Especialmente as estradas de ferro, que dando continuidade aos projetos

⁹⁴ Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025.

iniciados no início do século, "passam a ser interligadas graças a novos trechos, mas sobretudo às novas solidariedades com uma malha ferroviária em expansão" (Santos; Silveira, 2006 p. 63). Por isso a necessidade de avaliarmos a relação que essa subsidiária desenvolve entre os diferentes modais, ainda que COFCO Intl. como um todo, como ficará claro, dê preferência às ferrovias. De toda forma, estas grandes obras de infraestrutura conferem valor às atividades de grandes corporações, pois reduzem o tempo e os custos do escoamento da produção. Tratam-se de projetos que estão em diferentes estágios de desenvolvimento, alguns, inclusive, com as obras em estágio avançado.

O município de Balsas/MA, por exemplo, tem sido um dos maiores produtores de soja de sua região, ao mesmo tempo que tem liderado as estatísticas de desmatamento, grilagem e outros impactos negativos da expansão da agroindústria globalizada em regiões de fronteira agrícola (Bezerra, 2024; IPAM, 2022). Além de sua primazia na produção e expansão da área cultivada de grãos comercializados pela COFCO Intl., o município de Balsas é alvo de empreendimentos que visam expandir e integrar a malha ferroviária da região (De olho nos ruralistas, 2024). O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de 2023 aponta investimentos na Ferrovia Norte-Sul (FNS) e na Ferrovia Transnordestina (TLSA) (Brasil, 2024a). O programa de investimentos prevê uma conexão entre ambas ferrovias, que passará pelo município de Balsas/MA, conectando-o aos portos de Itaqui/MA, de Pecém/CE, de Fortaleza/CE e de Suape/PE. Atualmente, "o município depende quase exclusivamente do modal rodoviário para transportar grãos até o porto de São Luís" (De olho nos ruralistas, 2024, p.56). Além disso, a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), com construção em andamento, conectará a FNS ao Porto de Ilhéus, outra alternativa para o escoamento da produção agrícola e para as operações da corporação chinesa (Vargas, 2024). Não obstante, o PAC de 2023 possui investimentos, no eixo "Transporte Eficiente e Sustentável", em rodovias, hidrovias, portos e aeroportos que vão beneficiar o escoamento da produção do município de Balsas/MA direta e indiretamente, como as obras nas BR-230 e BR-235.

Porto Nacional/TO também se beneficia nos investimentos em infraestrutura viária do PAC de 2023 (Brasil, 2024a). O município possui um terminal da Ferrovia Norte-Sul e já se conecta com o Porto de Itaqui/MA, por onde são escoados grãos de soja, milho e farelo de soja (VLI, 2025b). A tendência é que as novas obras ferroviárias tornem a comercialização e o transportes mais dinâmicos, do mesmo modo que as obras nas rodovias⁹⁵ BR-153 e BR-010, próximas à Porto Nacional/TO.

⁹⁵ Em linhas gerais, todas as obras rodoviárias que mencionamos tendem a melhorar o tráfego de veículos de carga, sua velocidade e segurança.

O caso de Luís Eduardo Magalhães/BA não é diferente. O município deve ser contemplado com a expansão da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). A previsão do projeto em execução é de que seja construído um Porto Seco na trijunção Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, integrando os municípios ao Porto de Ilhéus com linhas férreas (Ramos, 2025). O projeto original conectaria Barreiras/BA ao município de Figueirópolis/TO, isto é, a FIOL se conectaria à Ferrovia Norte-Sul (FNS) por este trajeto. Contudo, após ser reformulado, esta integração se dará em Mara Rosa/GO: integrando a FIOL, a FNS e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO), sem mudar o plano original, de construção de um porto seco na trijunção dos municípios baianos, garantido que se conectem à FIOL e o Porto de Ilhéus. O PAC de 2023 também contempla investimentos diretos na melhoria, expansão e adequação das rodovias BR-242 e BR-020 (Brasil, 2024a), que passam pelo município de Luís Eduardo Magalhães/BA e se conectam à Salvador e Fortaleza, respectivamente, logo, são fundamentais para as atividades econômicas da COFCO Intl. Transportes.

Outro município acionado pela COFCO Intl. Transportes que merece destaque, no âmbito dos novos projetos de infraestrutura, é Vilhena/RO, ainda que o impacto futuro desses novos investimentos pareça mais distantes no tempo. O PAC de 2023 destina recursos para as rodovias BR-174 e BR-364 (Brasil, 2024a), que cortam o município e o conectam por terra à Porto Velho/RO e ao estado de São Paulo. Além disso, assim como nos municípios citados anteriormente, Vilhena/RO está numa região estratégica, entre importantes rodovias federais e estaduais e rotas comerciais, na divisa com o estado do Mato Grosso, entre portos de exportação ao Norte e a dinâmica região Centro-Sul. Sua localização é fundamental para a expansão da fronteira agrícola, como núcleo urbano. Os projetos ferroviários, por sua vez, estão nos estágios mais iniciais de implantação e não possuem, no momento, investimento direto do PAC para seu desenvolvimento. Todavia, há décadas projeta-se que a FICO ligará Mara Rosa/GO (onde passa também a FNS) à Porto Velho/RO. Vilhena/RO e Lucas do Rio Verde/MT seriam os municípios mais proeminentes desta rota, com terminais ferroviários, e reforçariam os portos no rio Madeira/Amazonas como alternativa ao escoamento da produção de grãos na região norte do Mato Grosso (Infra S.A., 2025). Se concluída até o fim do trajeto, a ferrovia integrará a Hidrovia do Rio Madeira, em Porto Velho/RO à FNS, à FIOL e à FICO, além de facilitar o acesso aos portos de Itacoatiara/AM e Santarém/PA. Isso destacaria os portos do Norte como alternativas viáveis à logística de exportação de grãos, em relação aos portos do Sudeste e do Nordeste.

Apesar da distância e dos percalços entre o início das obras públicas e suas conclusões, a expansão da FICO em direção à Vilhena/RO parece-nos promissora em seu contexto atual.

As obras da FICO desenvolveram-se ao longo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), e dos diferentes PAC's lançados ao longo dos anos. As últimas movimentações significativas no trecho ferroviário ocorreram em 2014 e as obras retornaram com avanços significativos após o anúncio do PAC de 2023 (Brasil, 2024a), que prevê investimentos até 2026. Também há previsão para o lançamento do Plano nacional de Ferrovias, em 2025, com investimento de R\$100 Bilhões destinado às malhas ferroviárias nacionais (Rittner, 2025).

Porém, o destaque é o interesse dos BRICS+ em geral e da China em particular nestas obras. O projeto da Ferrovia Transoceânica, Transcontinental ou Bioceânica prevê uma conexão ferroviária entre Brasil, Bolívia e Peru. A China já é o maior parceiro comercial destes países e o acesso de Brasil e Bolívia ao oceânico pacífico, pelos portos peruanos, pode intensificar a relação comercial entre as nações, reduzindo o tempo e os custos dos transportes e criando uma alternativa ao Canal do Panamá. No Brasil, o projeto conectará Porto do Açu/RJ à Boqueirão da Esperança/AC, passando por Rio Branco/AC (Infra S.A., 2025). O projeto do atual traçado da Ferrovia Transoceânica passa por Vilhena/RO. Mas o financiamento chinês iria até a integração com a FNS, no Centro-Oeste, em Mara Rosa/GO. As negociações entre os países, encerradas em 2016 com o golpe de estado que destituiu Dilma Rousseff da presidência, retornaram em 2024. E reeleita como presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) em 2025, Dilma Rousseff confirmou interesse no financiamento e execução da obra (Ninio, 2025). Portanto, há indícios de que Vilhena/RO também será impactada pela expansão da malha ferroviária brasileira, seja com um porto seco em seu município ou com linhas férreas cada vez mais próximas de seus limites.

O interesse crescente da COFCO Intl. Transportes nas regiões de fronteira agrícola é claro. Apesar do destaque para as regiões produtoras de grãos no cerrado, em especial no Mato Grosso, como indicam os Gráficos 5 e 6, as novas filiais da empresa têm se instalado em regiões amazônicas. Em 2023, ano em que a empresa abriu suas filiais mais recentes, foram inaugurados três novos empreendimentos, dois no Cerrado e um na Amazônia. Entre 2019 e 2021 foram 7 novos empreendimentos: dois no Pampa, já extintos, três no Cerrado e dois na Amazônia.

Atualmente, esta subsidiária da companhia chinesa possui 4 estabelecimentos na Amazônia (Sinop/MT, Itaituba/PA, Confresa/MT e Vilhena/RO), tendo encerrado outras três filiais no mesmo bioma, de 2019 a 2024 (Confresa/MT, Paragominas/PA e Matupá/MT). Assim, há indício de que o interesse em expandir suas atividades econômicas na região existe desde 2017, ano em que as primeiras filiais foram inauguradas no domínio amazônico. E o interesse permanece, com a contínua reestruturação da topologia da empresa em busca de posições mais vantajosas, após quase 8 anos de atividade. A COFCO Intl. como um todo parece

disposta a acompanhar o desenvolvimento da produção e da infraestrutura nestas novas regiões agrícolas, na medida que novos parceiros comerciais e demandas por serviços de transporte e logística surgem e são por eles viabilizados.

Para os objetivos de nossa pesquisa, há pouco o que se desenvolver sobre Paragominas/MT, Matupá/MT e Confresa/MT – municípios onde o bioma predominante é amazônico e que tiveram filiais da COFCO Intl. Transportes extintas. Paragominas, através da BR-010, está há 300 km do Porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA, que também recebe recursos do PAC 2023; Matupá é cortado pela BR-163 e está no percurso do Ferrogrão, que abordaremos adiante; e Confresa/MT disputa politicamente o asfaltamento da BR-158 e mudanças no trajeto da Ferrovia de Integração Estadual Vicente Vuolo (FIEVV), para que seja favorecida pelo empreendimento privado em parceria com o estado do Mato Grosso. As atividades econômicas das filiais que foram extintas podem ter sido encerradas ou estar sendo atendidas pelos outros estabelecimentos na região, em posições mais vantajosas ante a demanda e aos custos operacionais.

Já os casos de Sinop/MT e Itaituba/PA merecem destaque. Além de sua posição de centralidade em suas respectivas regiões agrícolas, no contexto do Matopiba, os municípios são os principais beneficiários do projeto da Ferrogrão – ferrovia cujo objetivo é ligar Sinop/MT ao Porto de Mirituba, em Itaituba/PA. A construção da ferrovia está interdita, pois o projeto ainda não foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e está em disputa judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) (Carregosa, 2024). Os estudos para implementação do projeto da Ferrogrão estão inscritos no PAC 2023, apesar das disputas judiciais que envolvem a liberação da ferrovia. O trajeto desta linha férrea impactará diretamente unidades de conservação, terras indígenas e seus povos, como o Parque Nacional do Jamanxim, as Terras Indígenas Praia do Índio e Praia do Mangue, habitadas pelos Munduruku, como denuncia a matéria do jornalista Leandro Melito (2023). Assim como a Ferrovia Transoceânica, a Ferrogrão reduziria os custos de circulação das *commodities* que seguem em direção ao mercado asiático pelo Pacífico, todavia através do Canal do Panamá, ao invés da integração com os portos peruanos. A COFCO Intl., assim como ADM, Bunge, Dreyfuss e Cargill, já teriam demonstrado interesse em disputar a concessão de operação desta ferrovia.

O Porto de Mirituba, em Itaituba/PA, é uma das principais rotas de exportação de grãos pelo Arco Norte⁹⁶. A COFCO Intl. exporta de 20-30% dos produtos brasileiros por esta região

⁹⁶ “O Arco Norte compreende eixos de transporte nos vários modais (rodoviário, ferroviário, hidroviário) responsáveis pelo escoamento de cargas e insumos pelos portos ao norte do Brasil, acima do paralelo 16, que possuem como vantagem competitiva a proximidade da região produtora de commodities agrícolas com os

(Pressinott, 2025). Segundo Barros (2024), Cargill, Bunge e Amaggi possuem estações portuárias em Itaituba/PA⁹⁷, diferente da COFCO Intl., atendida pela empresa Hidrovias do Brasil. ADM e Dreyfus também movimentam cargas no porto. Os grãos chegam ao porto pela BR-163 – com trecho final paralelo à Ferrogrão –, uma vez embarcados, seguem para os Portos de Santarém/PA, Vila do Conde/PA ou Santana/AP onde serão transferidos para “navios do tipo Panamax, com dimensões e tamanhos-limite para passar pelas eclusas do canal do Panamá” (Barros, 2024, p.24). Sinop/MT é cortado pela BR-163, já Itaituba/PA está no entroncamento entre as BR-163 e BR-230 que, assim como a Ferrogrão, fazem parte do PAC 2023 – com obras em execução e estudos para outros projetos.

Mais uma vez, a redução da presença da COFCO Intl. Transportes no Pampa chama a atenção. A companhia chegou a ter cinco estabelecimentos concomitantes no bioma subtropical, no Sul do Brasil, e hoje conta com só uma filial, em Cruz Alta/RS – importante produtora de grãos, que também possui ramal da Ferrovia Rumo Malha Sul (RMS), inscrita no PAC 2023, conectando o município aos portos de Porto Alegre/RS e Rio Grande/RS. Kuplich, Capoane e Costa (2018) indicam o crescimento da área plantada de soja na região e denunciam os impactos ambientais desta atividade. Para os autores, trata-se também de uma região de fronteira agrícola. O Rio Grande do Sul é um dos maiores produtores de soja do Brasil e a produção tem crescido, convertendo áreas de vegetação nativa, pecuária e de outras monoculturas anuais em cultivo de soja – como discutido, o desenvolvimento dos mecanismos de circulação, seja em termos de infraestrutura ou de serviços logísticos como os da COFCO Intl. Transportes, são essenciais para viabilizar a expansão dos sistemas agroindustriais, pois com o aumento da circulação de produtos agrícolas, “cresce também a necessidade de estocar e transportar adequadamente a mercadoria” (Ramos, 2006, p. 380).

Mas se a região é umas das maiores produtoras de soja, principal mercadoria transacionada pela COFCO Intl., e conta com portos e ferrovias, que facilitam as exportações nos municípios onde a COFCO Intl. Transportes estava presente (Porto Alegre, Rio Grande e Passo Fundo), o que justificaria o encerramento de seus estabelecimentos neste estado? Para nós, parte da resposta para esta questão está na busca por rotas comerciais alternativas mais vantajosas, que reduzam os custos de circulação de mercadorias para os mercados asiáticos, especialmente o chinês. Concentrar esforços logísticos e acionar as regiões de fronteira agrícola

principais mercados consumidores internacionais, além da abundância de opções do modal hidroviário, o mais sustentável, eficiente e de menor custo” (AMPORT, 2023)

⁹⁷ O professor da UFOPA denuncia os impactos negativos das Estações de Transbordo de Carga no rio Tapajós: pescadores, índios e ribeirinhos têm sofrido com o aumento do transporte de carga na região, para além dos impactos ambientais associados.

no Centro-Oeste e Norte, em detrimento do Sul do país, reduz os custos de operação da companhia e indicam a preferência por exportações cuja rota seja o Oceano Pacífico, através do Canal do Panamá, ao invés do Oceano Atlântico, através do Cabo da Boa Esperança. Também se reforça o interesse chinês pela Ferrovia Transoceânica. A rota alternativa pelo Pacífico é significativamente mais rápida e capaz de reduzir o tempo de circulação das mercadorias. Isto revela o impacto dos custos de transporte para a economia da *holding* chinesa e justifica sua preferência pelo interior do Brasil.

Todavia, essa explicação é insuficiente, pela baixa probabilidade de que a Ferrovia Transoceânica seja construída nos próximos anos e pela preferência estrutural da empresa por utilizar o Porto de Santos, quando os custos de logísticos assim o permitem. É mais provável que a realocação da COFCO Intl. no Rio Grande do Sul esteja vinculada meramente ao cálculo econômico da empresa, possivelmente visando de obter ganhos de escala ao concentrar suas atividades numa mesma região (Mato Grosso)⁹⁸.

Nesse sentido, Corrêa (1998, p. 294) afirma que “as empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade do exercício de seu poder. O resto do território torna-se, então, o espaço deixado às empresas menos poderosas”. Embora seja uma empresa jovem no cenário internacional, a COFCO Intl. ingressou no mercado das grandes *tradings* agrícolas em condições de igualdade com as empresas oligopolistas ocidentais, pois respaldada pela capacidade de financiamento do Estado chinês. Desse modo, à semelhança de outras grandes *players* globais, ela tem condições de escolher os lugares que considera mais propícios a sua estratégia econômica, sem enfrentar obstáculos políticos ou econômicos significativos. Por isso, ela tem a capacidade de configurar e reconfigurar sua topologia na medida de seus interesses particulares. No momento, ela encerra filiais no Sul e abre no Centro-Oeste, mas nada a impede de, se a situação geográfica se alterar, realizar o movimento contrário ou ainda de adotar outras estratégias locacionais.

A redução da presença de estabelecimentos da COFCO Intl. Transportes nas regiões onde o bioma predominante já foi a Mata Atlântica é residual. Foram encerradas duas filiais, uma em Alfenas/MG em agosto de 2020 e outra em Paranaguá/PR em dezembro de 2024. O

⁹⁸ A tragédia das enchentes de 2024 que atingiram o Rio Grande do Sul têm pouca relação com o encerramento das filiais da COFCO Intl. Transportes no estado. Somente o estabelecimento de Porto Alegre/RS foi encerrado após esta tragédia socioambiental que inutilizou parte significativa da infraestrutura da região. Havia dois estabelecimentos em Cruz Alta/RS, somente um foi encerrado em 2024, portanto a empresa continua no município mesmo após estes eventos. Os demais foram encerrados em anos anteriores às enchentes que atingiram o estado. É provável que as atividades das filiais de Passo Fundo/RS e de Rio Grande/RS sejam atendidas pela unidade de Cruz Alta/RS, pois os municípios em questão estão na rota da mesma linha férrea e dão acesso aos mesmos portos. O PAC de 2023 destinou recursos para as reformas, reconstruções e novas obras na infraestrutura viária do estado.

município mineiro, como já foi detalhado, conta com outras três subsidiárias da COFCO Intl. (COFCO Intl. Brasil SA, COFCO Intl.Comércio e Armazenagem de Grãos LTDA e COFCO Intl. Cotton LTDA), portanto o encerramento deste estabelecimento deve ser justificado por um novo arranjo de operações institucionais e não pelo desinteresse na Região Imediata de Alfenas/MG. Já as atividades econômicas da filial de Paranaguá/PR devem ter sido incorporadas pela filial de Maringá/PR. Ambos municípios são produtores de grãos e possuem unidades da ferrovia RMS, que vai até o porto de Paranaguá/PR – tanto o Porto de Paranaguá quanto a RMS estão recebendo recursos do PAC 2023 para planos, projetos, estudos e obras, que visam aumentar a eficiência destes modais, assim como as rodovias e os portos de Maringá/PR.

Santos/SP e São Paulo/SP, por sua vez, são incontornáveis para as operações da COFCO Intl. Transportes no Brasil. Em seções anteriores, detalhamos a importância dos dois municípios paulistas para a gestão e circulação das mercadorias negociadas pela empresa chinesa. Em resumo, o estado de SP possui os principais escritórios e filiais de toda a COFCO Intl. no Brasil, que demandam, cada um ao seu modo, capilaridade logística. O Porto de Santos também é onde está o maior terminal do grupo COFCO fora da China, superando o terminal em Rosário, na Argentina, e ele tem recebido investimentos vultosos para ampliar suas capacidades de operação. Apesar da possível preferência logística por rotas comerciais pelo Oceano Pacífico, exportando pelo Arco Norte, mais de 70% das exportações da COFCO Intl. passam pelo Porto de Santos (Pressinott, 2025). O eixo de Transporte Eficiente do PAC de 2023 possui investimentos significativos nesse porto, nas ferrovias e nas rodovias federais que cortam o estado de São Paulo.

Indiscutivelmente, o cerrado é o bioma com a maior presença de estabelecimentos da COFCO Intl. Transportes, como indica o Gráfico 6. Para além dos atuais 15 estabelecimentos, outros 6 foram encerrados voluntariamente pela empresa entre 2019-2024. Destes, ao menos 5 possuem municípios com filiais da empresa na mesma Região Imediata ou na mesma Região Intermediária⁹⁹. Somente Assis/SP não possui filiais da corporação chinesa próximas ao município ou mesmo filiais de outras subsidiárias na região.

O encerramento destas filiais parece ser parte de uma estratégia de centralização das atividades da corporação em cada uma das respectivas regiões. Ou seja, um rearranjo da topologia da empresa, cujo objetivo é o seu acesso mais eficiente ao território brasileiro. A

⁹⁹ A filial de Uberaba/MG foi encerrada e não há outra na mesma Região Imediata ou na mesma Região Intermediária, todavia o município tem fronteira com Uberlândia/MG, que possui uma sede da empresa.

empresa parece equilibrar a relação custo-benefício de suas operações com o acesso à infraestrutura de transportes e aos fornecedores das *commodities* comercializadas, centralizando suas operações em municípios específicos, no geral os mais proeminentes de cada região.

Ainda assim, mesmo que esteja encerrando estabelecimentos sobressalentes, a COFCO Intl. Transportes não reduziu sua presença/atuação no Cerrado. Desde 2017, em todos os anos em que a empresa inaugurou novas sedes, a maioria foi no contexto deste bioma ameaçado pela expansão do agronegócio¹⁰⁰.

O que justifica a presença intensiva da COFCO Intl. Transportes em espaços originalmente cobertos pelo bioma do Cerrado é a redução dos custos de circulação de suas mercadorias, do interior do Brasil para os portos de exportação, apostando em uma economia de escala. Há ganhos de produtividade para a empresa quando ela aciona estas localidades, pois é onde se concentram os maiores produtores e comerciantes, as infraestruturas de transporte utilizadas pela companhia, os profissionais da área, as atividades de P&D e os serviços auxiliares, isto é, onde há mais capital fixo e capital circulante benéficos e solidários às atividades econômicas da empresa (Harvey, 2005, 2016), onde tecnosfera e psicosfera melhor servem à hegemonia do agronegócio no Brasil (Pereira, 2023)¹⁰¹.

Todavia, somente as Regiões Intermediárias de Sinop/MT e de Rondonópolis/MT possuem dois estabelecimentos, todas as demais contam com uma única filial. Não sabemos afirmar com certeza se isso se dá pela demanda destas regiões específicas ou porque ainda não foram alvo da mesma reorganização geográfica que passaram as outras regiões, embora o primeiro argumento seja mais plausível já que tais filiais são antigas, foram abertas com dois ou mais anos de diferença e estão no Estado com a maior produção agrícola de grãos do país.

Dentre os municípios no cerrado com filiais da COFCO Intl. Transportes, destaca-se Sorriso/MT, responsável pela maior participação no valor da produção da agricultura brasileira (Brasil, 2024c). É justamente neste município que está a matriz da COFCO Intl. Transportes. Isto não é coincidência, Sorriso/MT foi reconhecido como Capital Nacional do Agronegócio pela Lei 12.724/2012 (Brasil, 2012), dada sua importância para o setor em nível nacional e para o montante de capital agroindustrial que é movimentado no município.

¹⁰⁰ O cerrado é o bioma brasileiro que suporta a maior produção de grãos do país há décadas, com aumento constante da produtividade das safras e da área cultivada, sendo a produção de soja a protagonista deste processo – quase 50% da área plantada com soja no Brasil está no cerrado (MapBiomass, 2023; Parreiras, Bolfe, 2022; Agência IBGE Notícias, 2024).

¹⁰¹ “Foi isso o que aqui tentamos demonstrar, avaliando o modo como o agronegócio estabelece hegemonia frente à sociedade e ao território brasileiros neste início do século, através daquilo que cremos ser um meio e mecanismo fundamental ao exercício do poder: o controle e manipulação da informação estratégica, tanto nos aspectos que dizem respeito à dimensão material e objetiva do território, a tecnosfera, quanto ao que concerne à elaboração de narrativas e ao acionamento de ideologias para a afirmação de uma psicosfera” (Pereira, 2023, p. 162)

O projeto inicial da Ferrovia de Integração Estadual Vicente Vuolo (FIEVV) não contempla Sorriso/MT, mas o município se organiza para requerer a expansão da ferrovia e a instalação de um porto seco na cidade (Sorriso, 2025). A ferrovia estadual conta com investimentos do PAC 2023 (Brasil, 2024a), ela conectará Rondonópolis/MT a Lucas do Rio Verde/MT, com um ramal para Cuiabá/MT, e possui conexão com a Malha Paulista (RMP) e, conseqüentemente, ao Porto de Santos.

Além disso, as rodovias federais são imprescindíveis para os “municípios do agronegócio” e também recebem investimentos do PAC 2023. A rodovia BR-163 passa por Sorriso/MT, Rondonópolis/MT e Nova Mutum/MT, somente Primavera do Leste/MT não é cortada pela rodovia – como mencionado anteriormente, esta rodovia tem sido uma importante rota de escoamento de grãos, pois dá acesso ao Porto de Mirituba e dará acesso à terminais da Ferrogrão, caso ela seja construída. As rodovias BR-242 (Sorriso/MT) e BR-364 (Rondonópolis/MT) também estão no PAC de 2023, assim como a rodovia BR-070 que passa por Primavera do Leste/MT e se conecta à BR-364 nas proximidades de Cuiabá/MT.

O destino dos grãos exportados depende do valor do frete, de modo que, atualmente, após a construção da BR-163: a melhor alternativa para o norte do Mato Grosso é o Arco Norte; já para o sul do estado, a melhor alternativa é sempre os portos de Santos/SP e de Paranaguá/PR; enquanto que para a região central, onde está Sorriso/MT, o destino depende dos valores semanais do frete, embora a FIEVV tenha a tendência de barateá-lo para o Porto de Santos, tornando-o a melhor alternativa para a região (Pressinott, 2023). Assim como os municípios de Sorriso/MT e Sinop/MT, os municípios de Rondonópolis/MT, Primavera do Leste/MT e Nova Mutum/MT devem ser impactados diretamente pela FIEVV – do mesmo modo, as filiais da COFCO Intl. Transportes neles instaladas.

Os investimentos da COFCO Intl. no Porto de Santos e sua parceria com a Rumo indicam que a empresa dará preferência para escoar a produção pelo Sudeste, ao invés de acessar o Arco Norte, quando possível¹⁰² (Rumo, 2025; Pressinott, 2023, 2025). Este parece ser o caso dos municípios que estão na região central do estado do Mato Grosso. Em 2025 a COFCO Intl. anunciou um investimento de R\$1,2 bilhão na compra de vagões e locomotivas em operação com a Rumo, que detém a concessão das malhas ferroviárias que ligam Centro-

¹⁰²Segundo Pressinott, (2025), atualmente as exportações da COFCO Intl. pelo Arco Norte variam de 20% a 30%, a depender do custo do frete. Com os novos investimentos e parcerias, a tendência é que os custos das exportações pelo Sudeste sejam menores e estruturalmente mais estáveis dos que os valores praticados via Arco Norte. Os custos de transporte de *commodities*, produtos comercializados em grandes volumes e com baixo valor agregado são determinantes para estabelecer o preço final das mercadorias e a margem de lucro das empresas (Silva; Garrafa, 2016). Desse modo, a tendência é que a porção escoada pelo Sudeste, especialmente através do porto de Santos – principal porto do país – cresça e se estabilize em detrimento do Arco Norte.

Oeste ao Sudeste e Sul do Brasil. Todavia, se o projeto da Ferrovia Transoceânica for implementado ou se a FICO concluir a construção dos trechos que vão em direção à Porto Nacional/RO, passando por Lucas do Rio Verde/MT e Vilhena/RO, outras rotas de exportação se tornarão alternativas viáveis para Sorriso/MT e para as filiais da COFCO Intl. Transportes na região.

Assim como nos casos anteriores, no Cerrado, em outros biomas e em outras regiões, o modal ferroviário é determinante para analisar as operações da COFCO Intl. Transportes no Brasil. Catalão/GO e Uberlândia/MG¹⁰³ são rotas diretas da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) (VLI, 2025a). Ao Norte, esta ferrovia conecta-se à Brasília/DF e à FNS. Ela também se conecta às malhas ferroviárias e aos portos do Sudeste e do Sul (Santos/SP, Vitória/ES, Paranaguá/PR etc.), principais rotas de escoamento dos grãos que a COFCO Intl. comercializa. Ambos municípios estão próximos aos terminais de Araguari/MG e Uberaba/MG, além de serem economias centrais no contexto de suas Regiões Imediatas e se destacarem como rota do modal rodoviário. Uruaçu/GO é outro município em que o modal ferroviário pode ser destacado, pois possui um pátio multimodal concluído em 2019 e é rota da FNS. Algumas rodovias federais que passam por Uruaçu/MG (BR-080), Catalão/GO (BR-352 e BR-050) e Uberlândia (BR-050, BR-365 e BR-452) também são beneficiadas pelos investimentos em infraestrutura do PAC 2023.

Por outro lado, há municípios que são influenciados indiretamente pelas ferrovias, mas não são cortados por rodovias federais. É o caso de Tangará da Serra/MT, outro município que será beneficiado pela FIEVV, por sua proximidade com os terminais da ferrovia. Além disso, com as verbas do PAC 2023 e o lançamento do Plano Nacional de Ferrovias destinando recursos para a expansão e melhoria da malha ferroviária brasileira, Barra das Garças/MT, Unaí/MG e Itumbiara/GO têm atuado politicamente para promover estudos que levem ramais das ferrovias existentes para seus municípios, incluindo parcerias com entes privados (Marques, 2025; Dias, 2023) – as melhorias do PAC 2023 na BR-070 e na BR-158 contribuem com a posição logística de Barra das Garças/MT; assim como as da BR-251 para Unaí/MG; e as da BR-452 e BR-153 para Itumbiara/GO.

Somente em Jataí/GO não encontramos notícias ou projetos que indiquem a possibilidade de serem impactados diretamente pela expansão recente da malha ferroviária e seus ramais. Todavia, o município goiano está há menos de 100Km, por meio da BR-060, de

¹⁰³ Em Uberlândia há o Porto Seco do Cerrado, estação aduaneira que contempla um terminal intermodal e um entreposto da Zona Franca de Manaus.

Rio Verde/GO, que possui um terminal ferroviário da FNS inaugurado em 2022. E, assim como esta rodovia, as BR-364 e BR-158, que passam pelo município, estão no PAC 2023.

Segundo Castillo (2004), no começo do século XXI, o escoamento da produção de grãos pelo Norte e Nordeste do Brasil já era uma alternativa viável para algumas regiões. Para o autor, o objetivo dos investimentos em infraestrutura viária à época, conjugando interesses do Estado e da iniciativa privada, era o de inserir a produção brasileira de forma competitiva nos mercados internacionais de grãos. Assim, investiu-se em rotas que interligam as regiões produtoras de *commodities* agrícolas aos portos de exportação, em detrimento de um projeto de integração nacional. Não obstante, em meados da década de 2020, estes antigos projetos se concretizaram e os novos mantêm o mesmo sentido de seus antecessores, como indicam os exemplos do PAC 2023. A produção e circulação de grãos continua induzindo e orientando a ocupação do território brasileiro. Ela atua em detrimento de projetos nacionais populares, mas favorecendo os interesses estrangeiros e as grandes empresas do setor, isto é, beneficiando uma circulação voltada ao mercado externo ao invés do mercado interno:

Hoje, as maiores fatias dos benefícios gerados pela produção e exportação de soja e produtos primários em geral fica nas mãos de grandes empresas transnacionais, cuja lógica obedece a princípios que nada tem a ver com o bem-estar social, a não ser no discurso. Somente o Estado e a sociedade tecem verdadeiros e duradouros laços de compromisso com os lugares, as regiões e o território nacional (Castillo, 2004, p. 94)

Portanto, o que há em comum entre os municípios em que a COFCO Intl. Transportes atua em sua rede de operações, são suas vantagens locais para a logística dos bens comercializados pela companhia. A preferência da empresa pelo uso do modal ferroviário é clara, enquanto o modal rodoviário é utilizado, quando possível, somente para escoar a produção até onde ela possa se integrar a alguma linha férrea¹⁰⁴. Assim, em todos os municípios citados do Matopiba, por exemplo, há investimentos públicos em infraestruturas que beneficiam a empresa. O mesmo ocorre em grande parte dos municípios com estabelecimentos da companhia chinesa em todas as regiões do país. O interesse da COFCO Intl. Transportes nas regiões em que o agronegócio se expande é notável. Assim como o interesse na melhoria e desenvolvimento das rotas comerciais que conectam estes municípios, no interior do Brasil, aos portos de exportação. Sendo um ator global de envergadura, a empresa tem condições de mobilizar as regiões mais competitivas do país segundo seu interesse circunstancial. Assim, quanto mais integrados aos sistemas de engenharia e mais intensivos em tecnologia e informação forem os lugares, maior será a preferência da COFCO Intl. Transportes por esses

¹⁰⁴ Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025.

espaços, haja vista que os fluxos de qualquer natureza encontrarão maior facilidade e competitividade ao percorrê-los. Em outras palavras, a corporação chinesa possui condições políticas e econômicas de movimentar suas *commodities*, que são fluxos, através dos objetos técnicos mais sofisticados do país – que são vértices, fixos no território, capazes de reduzir o tempo de circulação das mercadorias e de aumentar as margens de valorização do capital investido no processo produtivo.

O agronegócio que usa as áreas de Cerrado para a produção de grãos é incontornável para as atividades econômicas da COFCO Intl., dada suas dimensões para a economia brasileira e para o mercado internacional destas *commodities*. De sua ocupação pelo agronegócio na década de 1970 até a década de 2020, uma das principais características da agropecuária no Cerrado é sua expansão horizontal (Parreiras; Bolfe, 2022). Todavia, enquanto a produção de grãos se expande em espaços das regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte – com destaque para o Planalto Central como um todo e para o estado do Mato Grosso em particular –, a infraestrutura logística que reduz significativamente os custos de circulação dessas mercadorias concentra-se no Sudeste e no Sul do Brasil (Castillo, 2004). Logo, a malha ferroviária da Região Concentrada é mais desenvolvida, assim como seus portos e rodovias, com destaque para o estado de São Paulo. Todavia, como demonstramos, os novos eixos viários têm conectado as novas e importantes regiões produtivas não só à rede de transportes da Região Concentrada, mas também têm criado alternativas viáveis para mobilização da infraestrutura viária do Norte e do Nordeste.

A topologia da COFCO Intl. Transportes, e de sua *holding*, os territórios que aciona e o conjunto de suas ações, têm indicado o interesse da empresa no desenvolvimento destas novas rotas de exportação pelo Norte e pelo Nordeste. O desenvolvimento das rodovias, dos portos e das ferrovias nestas regiões têm assim o potencial de reduzir os custos de circulação das mercadorias transacionadas pela empresa, pois facilitam o acesso às vias que percorrem o Oceano Pacífico e encurtam o espaço e o tempo que distanciam Brasil e China. No entanto, apesar da crescente viabilidade do Arco Norte para a COFCO Intl., parte importante de suas operações logísticas, voltadas ao escoamento da produção realizada no Brasil central, devem ainda utilizar-se das infraestruturas concentradas no Sudeste, durante as próximas décadas. Assim como os grandes empreendimentos que conferem robustez às alternativas pelo Pacífico demandam investimentos de longa duração para se concretizarem, a COFCO Intl. têm feito investimentos de longo prazo em suas infraestruturas e operações logísticas que trafegam pelo Cabo da Boa Esperança, no Atlântico. Cada vez mais, a maioria das filiais devem recorrer aos portos do Sudeste como destino final do transporte rodoviário de cargas e de suas operações

logísticas e de transporte multimodal, sempre que estes oferecerem custos menores do que os demais – especialmente para movimentar a produção realizada no interior do Mato Grosso, salvo as exceções em que o Arco Norte é indiscutivelmente mais vantajoso para as exportações. Porém, ressaltamos, se os investimentos que reforçam as rotas de exportação para a China pelo Pacífico se concretizarem e se a lógica de expansão horizontal do agronegócio não cessar, caberá nova análise das operações logísticas e da topologia da COFCO Intl. Transportes no Brasil.

A produção, comercialização e processamento de grãos é vital para as atividades econômicas da COFCO Intl.. Concomitantemente, a circulação destas *commodities* é imprescindível para a realização do capital investido na e pela companhia chinesa. O sentido das diferentes atividades econômicas da empresa e de sua divisão territorial do trabalho é o abastecimento do mercado consumidor chinês, visando a melhor relação custo-benefício, sem negligenciar a realização de lucro econômico. Neste sentido, a COFCO Intl. Transportes é a subsidiária que torna isso possível, pois é ela quem organiza o deslocamento das mercadorias pelo território, quem as centraliza e distribui em seus vértices, posicionados no espaço, e quem aciona os eixos e serviços viários e portuários pelos quais a produção percorre, conectando as áreas de produção aos portos de exportação. Em última instância, a COFCO Intl. Transportes é a subsidiária cujo trabalho central é pôr em movimento e reduzir os custos que o deslocamento espaço-temporal das mercadorias implicam na formação de seus preços – é evidente que, paralelamente, esta tarefa se articula com as atividades econômicas das demais subsidiárias e que elas também acionam o território brasileiro segundo esta mesma lógica, otimizando suas escolhas locacionais.

Há uma relação entre as regiões de fronteira agrícola, e a multiplicação de infraestruturas produtivas nestes espaços, com os objetivos de expansão da COFCO Intl.. Ao disputar estes lugares, a empresa pode aumentar sua quota de mercado em relação às suas concorrentes e fortalecer sua posição no comércio internacional de *commodities*. Nesse sentido, a empresa chinesa tem feito vultosos investimentos em logística, pois entende que para obter maiores ganhos de escalar e para que a margem de crescimento de suas operações no Brasil aumente, é necessário que o modal rodoviário deixe de ser um gargalo para o escoamento da produção brasileira¹⁰⁵.

Aliás, o interesse chinês no aumento da eficiência de logística e dos modais de transporte no Brasil não se restringe à COFCO Intl., ele é conjugado por e com outras empresas chinesas,

¹⁰⁵ Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025.

estatais ou privadas. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e é também o país com a maior capacidade de financiar investimentos em capital fixo no mundo (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021). Segundo Rippel e Medeiros (2024, p. 173), há grande interesse dos investidores chineses no desenvolvimento do setor de infraestrutura de transporte e no Brasil, pois

Como o Brasil é um grande produtor de grãos (como soja e milho) e recurso natural (como minério de ferro), a China passou a ter muito interesse e demandar essas mercadorias. Uma que há o retorno do capital investido, e outra que maior eficiência das ferrovias e rodovias facilita o escoamento dos principais produtos da pauta exportadora para o gigante asiático

Desse modo, o acesso ao mercado brasileiro é promissor para os capitais chineses. Há demanda por investimentos e financiamentos para o setor produtivo e para as grandes obras de infraestrutura, que sustentam seu desenvolvimento de longo prazo. Também há um mercado consumidor que se beneficia da eficiência logística das importações brasileiras de produtos e serviços chineses – em paralelo ao valor que a circulação eficiente adiciona aos bens e serviços brasileiros que são exportados. O financiamento, a execução, a operação e o uso destes grandes empreendimentos é, assim, de extremo interesse de empresas chinesas, e mesmo do interesse de determinadas classes do Brasil, visto, por exemplo, que obras de infraestrutura terminam por viabilizar a valorização de terras em áreas de fronteira. Portanto, China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), China National Chemical Corporation (ChemChina), China Railway Rolling Stock Corporation (CRRC), China Communications Construction Company (CCCC), Alibaba, BYD, Huawei, Didi Chuxing e China Molybdenum (CMOC), entre outras, têm demonstrado interesse em participar de licitações públicas para convênios, concessões, financiamentos, compras públicas, parcerias ou outras modalidades. Nestes casos, empresas privadas chinesas podem até mesmo se beneficiar dos investimentos diretos do estado Chinês no Brasil, por meio de GCEE ou bancos públicos, num cenário em que se criam indiretamente cadeias produtiva integradas ou externalidades positivas de clusterização para os capitais chineses, públicos e privados, isto é, se estabelecem círculos de cooperação e circuitos espaciais produtivos solidários, que favorecem a realização do capital chinês no território brasileiro.

3.2. COFCO Intl. Portos e Participações, Terminal 12 A SA e TEC - Terminal Export COFCO Ltda.

Como discutido, as unidades da COFCO Intl. Transportes, responsáveis pelas operações de transporte e logística da corporação no Brasil, estão localizadas estrategicamente em regiões que conjugam uma pujante produção agrícola com as principais vias de exportação do país. Todavia, independentemente de onde ocorra a produção e do modal de transporte mobilizado, o destino das cargas é, majoritariamente, um dos portos de exportação brasileiros. Não obstante, a empresa, como suas concorrentes, tem buscado uma maior integração de sua cadeia produtiva. Assim, a operação direta de terminais portuários compõe estrategicamente as ações e a topologia da COFCO Intl. no Brasil e complementam diretamente as atividades econômicas de suas subsidiárias, à exemplo da COFCO Intl. Transportes. Os portos são centrais para a lógica de uso corporativo do território brasileiro e para a divisão territorial do trabalho estabelecida pela empresa, pois são a última etapa de cada um de seus circuitos espaciais produtivos no país.

O arrendamento, em leilão público realizado em 2022, do direito de explorar um dos terminais do Porto Organizado de Santos, exemplifica a estratégia da empresa de firmar contratos de longo prazo e realizar investimentos em infraestrutura e logística. Trata-se de uma melhoria quantitativa e qualitativa das operações portuárias chinesas em relação às gestões das empresas que lhe antecederam, pois, por um lado “os grandes capitais utilizam os objetos técnicos em seus respectivos circuitos espaciais de produção e, por outro, lucram com a própria produção e modernização dos objetos nos setores em que o Estado as transfere para a iniciativa privada” (Xavier, 2006, p. 339)

Anteriormente, mencionamos a predileção chinesa por rotas de exportação que facilitem o acesso ao Oceano Pacífico, por serem mais rápidas e mais baratas que as rotas que percorrem o Oceano Atlântico. Pontuamos que, historicamente, a infraestrutura de exportação brasileira é mais desenvolvida na Região Concentrada, a despeito da interiorização do agronegócio globalizado no país, com destaque para o Porto de Santos. Contraditoriamente, também citamos que os investimentos da COFCO Intl. têm privilegiado as exportações por este mesmo porto, mesmo que as embarcações que zarpem dali sigam pelo Atlântico. Parte da explicação para a primazia do Porto de Santos está na própria condição e nos mecanismos que orientaram a formação socioespacial do Brasil. Mas, no caso particular da COFCO Intl., sobre os novos investimentos em Santos/SP, pode-se ponderar a pré-existência de unidades e infraestruturas da empresa no município. Antes mesmo da fundação da COFCO Intl., em 2014, Nidera e Noble Agri já possuíam ativos e contratos de arrendamento com a administração do porto. Estes ativos

e contratos foram incorporados pela empresa chinesa e, portanto, também condicionaram sua preferência por favorecer exportações pelos cais santistas.

Atualmente, a COFCO Intl. possui três empresas ativas no Brasil ligadas aos negócios portuários, sendo elas: COFCO International Portos e Participações, Terminal 12 A SA e TEC - Terminal Export COFCO Ltda.. Estas empresas desempenham atividades econômicas de armazém geral, com emissão de *warrant*, carga e descarga, administração de infraestrutura portuária, organização logística de transporte de carga e operador de transporte multimodal (OTM), além da atividade principal de operador portuário. Todas as suas respectivas matrizes estão localizadas em Santos/SP e operam somente no porto da cidade.

Em dezembro de 2002, a Terminal 12 A¹⁰⁶ celebrou o contrato DP/56.2002 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) (Empresa de Planejamento e Logística, 2021). O instrumento previa o arrendamento por vinte anos de uma área de 4.700,00 m², para movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal no Porto de Santos. Em 2006, o contrato foi estendido por dois anos, com novo término em dezembro de 2024, e houve uma ampliação da área do arrendamento para 9.686,17m², passando a incluir o Armazém 12A e áreas adjacentes. Apesar do contrato com a CODESP ter se encerrado em dezembro de 2024, a empresa permanece em atividade¹⁰⁷, assim como sua única acionista, a COFCO Intl. Portos Participações.

Já a empresa Cereal Sul Terminal Marítimo SA, foi fundada em 2002¹⁰⁸ como uma sociedade de propósito específico, para cumprir ao contrato DP/55.2002, firmado entre suas sócias-fundadoras e a CODESP (Empresa de Planejamento e Logística, 2021). Este contrato previa o arrendamento por vinte anos de uma área de 3.506m², para movimentação e armazenagem de granéis sólidos de origem vegetal no Porto de Santos. Em 2003, houve uma alteração da área do arrendamento para 4.165,61m². Além de cumprir os propósitos específicos do contrato em questão, a empresa tinha como objeto social as atividades de carga, descarga,

¹⁰⁶ A empresa foi fundada em 1986 com o nome de Itamaraty Agenciamentos e Afretamentos Marítimos Ltda., em 2006 seu nome empresarial foi alterado para Itamaraty Terminal Portuário, inicialmente como uma sociedade limitada e depois como uma sociedade anônima, e em 2009 a empresa adotou o nome e a estrutura atuais. Mas foi somente em 2010 que a Noble Agri estabeleceu uma parceria estratégica com a Terminal 12 A, vindo a adquirir a totalidade de suas ações em 2012. Essas transações foram conduzidas por meio da Rostock Participações Ltda, atualmente COFCO Intl. Portos Participações, uma *holding* de instituições não-financeiras.

¹⁰⁷ Desde o dia 30 de maio de 2025, a empresa Terminal 12A não está mais ativa, pois foi incorporada por sua única acionista, a empresa COFCO Intl. Portos Participações.

¹⁰⁸ Esta empresa foi fundada através de um consórcio entre as empresas Portway Comércio Exterior Agenciamento e Serviços Ltda. e Spartacus Comércio e Serviços Ltda.. Mas em abril de 2004, 90% de suas ações foram subscritas por uma subsidiária do grupo japonês Multigrain SA. Não foi possível precisar quando os japoneses assumiram 100% das ações da companhia, mas em dezembro de 2005 já eram seus únicos acionistas. Já em junho de 2014, os japoneses venderam-na para a Nidera.

movimentação e armazenamento de grãos sólidos de origem vegetal e a operação de instrumentos necessários para tais funções, acrescidos de atividades de agenciamento marítimo e de operador portuário, com os serviços auxiliares ao transporte aquaviário e rodoviário de carga, além da emissão de *warrant*. O contrato DP/55.2002, firmado entre a Cereal Sul Terminal Marítimo e a CODESP, para o arrendamento de uma área do Porto de Santos, não foi renovado e se encerrou em dezembro de 2022¹⁰⁹.

A empresa Ralcon (2019) descreve algumas das estruturas portuárias que pertenciam à Terminal 12 A e à Cereal Sul Terminal Marítimo. Ela foi responsável pelas obras que interligaram as instalações de ambas as empresas. A Terminal 12 A possuía balanças rodoviárias e ferroviárias, plataformas para descarga de caminhões, moega para descarga de vagões e um armazém com capacidade estática de 90 mil toneladas. De acordo com a empresa (Terminal 12A, 2018), isso a permitia receber até 13 mil toneladas por dia de grãos sólidos de origem vegetal, enquanto a área para o carregamento de navios era compartilhada por outras empresas. Por sua vez, a estrutura de embarque da Terminal 12 A possuía capacidade de carregamento de até 40 mil toneladas por dia (Terminal 12A, 2018; Ralcon, 2019). Já a área arrendada pela Cereal Sul Terminal Marítimo contava com três silos com capacidade estática para armazenagem para 36 mil toneladas de trigo. A empresa também compartilhava a área para o carregamento de navios, mas com dois sugadores capazes de descarregar 24 mil toneladas por dia (Ralcon, 2019). Além disso, para o carregamento de caminhões, a Cereal Sul Terminal Marítimo S/A tinha uma tulha e duas balanças rodoviárias com capacidade para o manejo de 40 caminhões em um período de seis horas (Ralcon, 2019). Na época, soja, farelo de soja, milho e açúcar representavam mais de 95% dos volumes embarcados para exportação em navegações de longo curso, enquanto o trigo era importado (Empresa de Planejamento e Logística, 2021). A Figura 8 e a Figura 9 ilustram as antigas infraestruturas portuárias da Terminal 12A e da Cereal Sul, respectivamente¹¹⁰.

¹⁰⁹ Por ser uma sociedade de propósito específico, a duração da sociedade anônima Cereal Sul Terminal Marítimo estava atrelada ao prazo de vigência deste contrato de arrendamento, sendo-lhe superior somente em dois anos. Assim, em dezembro de 2024, logo antes de ser extinta por força de seu estatuto social, quando o contrato com a CODESP já havia se encerrado, a Cereal Sul Terminal Marítimo foi incorporada definitivamente por sua única acionista à época, a COFCO Intl. Brasil SA. Portanto, ao ser incorporada, a Cereal Sul Terminal Marítimo foi extinta. Ela também não operava mais no Porto de Santos. Por esses motivos é que ela não integra o rol das subsidiárias da COFCO Intl. em atividade no Brasil, apesar de sua importância para a compressão dos ativos portuários da corporação.

¹¹⁰ Esta área do porto de Santos está em reforma e as fotografias das Figuras 8 e Figura 9 retratam a paisagem do terminal STS 11 antes do contrato de arrendamento celebrado pela TEC – Terminal Export COFCO em 2022.

Figura 8 – Infraestrutura da Terminal 12A no Porto de Santos



Fonte: Reprodução de Terminal 12A, 2018

Figura 9 – Infraestrutura da Cereal Sul no Porto de Santos



Fonte: Reprodução de Ralcon, 2019

De certo modo, ainda que os contratos de ambas subsidiárias da COFCO Intl. com a CODESP tenham se encerrado, estes ativos e suas infraestruturas permaneceram com a *holding* chinesa quando ela arrendou a área do terminal STS 11 no Porto de Santos, por meio da TEC - Terminal Export COFCO Ltda.¹¹¹ (Brasil, 2022a). O contrato número 08/2022 do Ministério da Infraestrutura (MINFRA) tem duração de 25 anos a partir da data de assunção (01/02/2023)

¹¹¹ Fundada em 2022, esta empresa é uma sociedade de propósito específico, constituída exclusivamente para atender ao contrato de arrendamento do terminal STS 11 do Porto Organizado de Santos, ou seja, tem o único propósito de cumprir o edital de leilão vencido pela COFCO Intl. Brasil. Assim, a TEC – Terminal Export COFCO opera a área, a infraestrutura e as instalações portuárias públicas do terminal STS 11, respondendo às demandas da minuta do contrato e do edital do leilão realizado em 2022 pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ). Nesse sentido, a empresa desempenha as atividades de movimentação e armazenagem de grãos sólidos de origem vegetal, o que envolve serviços de operação portuária, carga, descarga e expedição, além de atividades de armazém geral com emissão de *warrant* e operação dos instrumentos e maquinários necessários, como guindastes e vagões de ferrovia.

e é prorrogável por até 70 anos, incluídos o prazo de vigência original e todas as suas prorrogações¹¹². Assim, sua data de vencimento original e em vigor é 31/01/2048.

O terminal arrendado pela COFCO Intl. pode ser considerado como um investimento do tipo *brownfield*, pois a área era ocupada previamente por estruturas perenes. Todavia, os bens armazenados e movimentados no terminal extrapolavam as atividades econômicas da empresa chinesa, pois geria-se, além de grãos e açúcar, celulose e minerais. O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos (PDZSSZ) de 2020 projetou a adequação desta área para seu melhor aproveitamento, beneficiando a COFCO Intl. (Brasil, 2020). Segundo um dos diretores da Autoridade Portuária de Santos, antes do leilão vencido pela COFCO Intl., a área que corresponde ao terminal STS 11 era subutilizada¹¹³ (Autoridade Portuária de Santos, 2022).

De acordo com Santos e Silveira (2006), há uma relação histórica e geográfica entre as especialidades de cada terminal portuário e a política econômica de cada umas das regiões brasileiras. A exportação e a importação de produtos e insumos ligados às atividades produtivas de cada região é que determinam a distribuição e as características dos sistemas de engenharia que hão de operar em cada um dos portos. Desde o fim do século XX, os autores identificaram a tendência de reaparelhamento de portos do Sudeste com objetos técnicos destinados ao transbordo de granéis sólidos, especialmente soja. Para eles, isto é “consequência dos imperativos de escoamento de produtos e da difusão no território dos produtos importados” e conduz “à construção de terminais especializados dentro dos portos” (Santos; Silveira, 2006, p. 58).

Assim, o objetivo do leilão foi dar continuidade ao PDZSSZ de 2020, consolidando o terminal STS 11 como uma área destinada exclusivamente à movimentação de granéis sólidos de origem vegetal e tornando-o um dos maiores projetos do país neste segmento (Autoridade Portuária de Santos, 2022; Brasil, 2020). Mais uma vez, o Estado brasileiro, representado pelo MINFRA, aparece como ente fomentador de políticas públicas que beneficiam a exportação de

¹¹² O leilão foi realizado em março de 2022 e a COFCO Intl. foi a única empresa participante, arrematando-o por R\$10 milhões (Brasil, 2023c). Contudo, não temos informações suficientes para determinar se há relação entre os contratos herdados pela empresa chinesa com o fato dela ter sido a única empresa a participar do leilão ou qual foi o seu impacto sobre os valores dos investimentos previstos no contrato de 2022. Sabe-se que, por determinação contratual, era previsto que a Cereal Sul Terminal Marítimo e a Terminal 12 A revertissem à CODESP todas as instalações portuárias presentes na área arrendada, de modo automático e gratuito, ao término de cada um dos respectivos contratos.

¹¹³ Em 2021, haviam áreas pequenas e pouco produtivas, exploradas por diversos arrendatários, cada um realizando diferentes atividades: a Suzano SA e a Rishis Empreendimentos e Participações SA movimentavam cargas de origem vegetal, especialmente celulose, a Rodrimar SA movimentava cargas de granéis minerais, como barrilha, sulfato de sódio e fertilizantes, e, como visto, a Terminal 12 A SA e a Cereal Sul Terminal Marítimo SA movimentavam granéis sólidos de origem vegetal (Empresa de Planejamento e Logística, 2021).

commodities agrícolas – mais uma condição em muito explorada pela COFCO Intl. no país, pois ainda que o porto de Santos não tenha se tornado monofuncional, essa política indica o favorecimento político do Brasil à economia agroexportadora.

Por sua vez, o terminal STS 11 está localizado à margem direita do Porto Organizado de Santos. Ele corresponde às zonas 31 e 33¹¹⁴ do PDZSSZ. Em nota técnica, foram descritos os estudos de viabilidade do empreendimento de conversão do terminal STS 11 numa área destinada exclusivamente à movimentação e armazenagem de grãos sólidos vegetais, além da possibilidade de que fosse para leilão (Empresa de Planejamento e Logística, 2021). Apesar da área leiloada ser ocupada por diversos arrendamentos, o estudo feito em 2021 identificou que os contratos estavam em término, em situação precária de exploração ou foram reposicionados no novo zoneamento do Porto. Assim, foi prevista para a área arrendada pela TEC – Terminal Export COFCO uma regra de transição em duas etapas, a partir data de assunção do empreendimento: sendo composto por uma área de 61.976 m² na primeira etapa, mas passando a ter uma área de 98.159 m² a partir da segunda etapa, no terceiro ano do arrendamento. As duas áreas, e suas estruturas de armazenagem, recepção e expedição das cargas, foram objetos de reconfiguração desde o início do contrato.

Além dos R\$10 milhões pagos pela COFCO Intl. no leilão¹¹⁵, a título de valor de outorga, o contrato de arrendamento prevê características mínimas que definirão o dimensionamento do projeto, os investimentos e as atividades a serem desempenhadas pela empresa (Brasil, 2023c; Brasil, 2022a). Assim, devem ser investidos cerca de R\$764,8 milhões, com o objetivo de ampliar as capacidades de operação do terminal. A capacidade estática¹¹⁶ prevista para o terminal deve ser ampliada até, no mínimo, 490 mil toneladas, de modo a garantir uma capacidade dinâmica¹¹⁷ mínima de 14,3 milhões de toneladas por ano. Além disso, a empresa deverá investir em torno de R\$153 milhões em áreas comuns do Porto Organizado de Santos. Dentre estes proveitos previstos em contrato, tem-se: 1) silos e armazéns de grãos; 2) aquisição, instalação e ampliação de trilhos ferroviários internos ao porto; 3) equipamentos para carregamento, descarregamento e movimentação de grãos sólidos de origem vegetal; 4) sistemas de recepção e balanças ferroviárias e rodoviárias, com destaque para dois berços¹¹⁸

¹¹⁴ As áreas são identificadas pelos códigos alfanuméricos SSZ 31 e SSZ 33. SSZ é o código que identifica o Porto de Santos em âmbito nacional. Internacionalmente, o porto é identificado pelo código BRSSZ

¹¹⁵ No contrato há fórmulas de reajuste econômico que indexam todos os valores por ele estabelecidos ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

¹¹⁶ Carga que pode ser armazenada a qualquer tempo.

¹¹⁷ Carga que pode ser movimentada a um nível adequado de serviço ao longo de determinado período.

¹¹⁸ Local para atracação das embarcações que pretendem realizar embarque e desembarque de cargas.

com exclusividade de uso da TEC – Terminal Export COFCO; 5) reformas na estrutura do cais do armazém de número 12; 6) nova central de distribuição de rede elétrica; dentre outros investimentos. De modo semelhante ao término dos contratos que a COFCO Intl. teve com a CODESP, também neste, todos estes bens deverão ser revertidos à União, ao fim de seu prazo de validade.

A empresa também deve pagar, mensalmente, o valor de R\$3,7 milhões, pelo direito de explorar as atividades na área no terminal STS 11, além de R\$5,63 por tonelada movimentada (Brasil, 2022a). A movimentação mínima exigida varia e aumenta progressivamente ao longo dos anos de contrato. No vigésimo quinto ano, ao término do arrendamento, a COFCO Intl. deve movimentar no mínimo 8 milhões de toneladas, pouco mais da metade da capacidade dinâmica do terminal, isto é, o mínimo a ser pago pela empresa pelas toneladas que movimentar, neste ano, será de cerca R\$45 milhões. Aqui, só se consideram as movimentações de soja, farelo de soja, milho e açúcar. Portanto, não se enquadram neste cálculo o café, o algodão e os outros grãos e oleaginosas eventualmente comercializados pela COFCO Intl. e embarcados através no terminal STS 11.

O potencial de arrecadação estimado pela Autoridade Portuária de Santos é de R\$100 milhões ao ano, totalizando R\$2,5 bilhões nos 25 anos de duração previstos inicialmente para o contrato. Já as receitas da TEC- Terminal Export COFCO, estimadas em contrato para o mesmo período, são de quase R\$10 bilhões (Brasil, 2022a). Ainda, a operação de um terminal destas proporções no Porto Organizado de Santos agrega valor aos bens e serviços de toda a *holding* COFCO Intl. no Brasil. A integração das atividades logísticas, eliminando intermediários, tem o potencial de reduzir os custos das atividades econômicas da corporação chinesa. Mesmo que não nos seja possível calcular os ganhos financeiros e contábeis desta integração, assombra-nos a diferença entre as receitas mínimas estimadas para a empresa pública que administra o porto e para a transnacional que opera a área arrendada, ainda que os bens do arrendamento sejam revertidos à União ao fim do contrato. Disto, é possível depreender que

O sistema de engenharia é reorganizado em função dessas grandes empresas que escolhem localizações de modo a contar com portos quase privativos, ao mesmo tempo que obtêm benefícios fiscais e lucram com o aumento da circulação material e imaterial entre suas filiais mundiais. O custo para o país como um todo é grande, mas o benefício é monopolizado por umas poucas empresas (Santos; Silveira, 2006, p. 61)

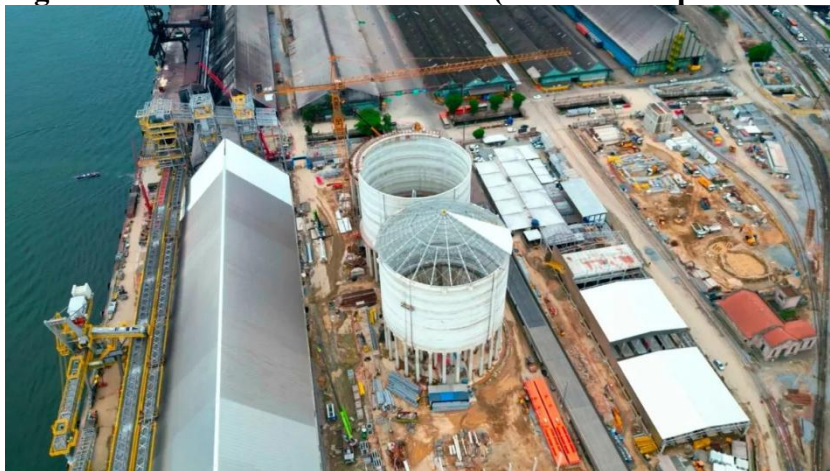
Ainda que Brasil e China sejam protagonistas de uma ordem internacional em transformação, como lideranças que reivindicam melhores condições geoeconômicas para o Sul Global, é elevado o contraste entre as capacidades políticas e econômicas de ambos. Enquanto

o Brasil busca seu desenvolvimento nos já esgotados paradigmas do regime de acumulação neoliberal, a China avança em seu projeto soberano e autônomo com base na Nova Economia de Projeto (Jabbour, Gabriele, 2021; Jabbour, Dantas, Vadell, 2021). Por isso a incapacidade brasileira de explorar as potencialidades do investimento externo e da capacidade produtiva chinesa, os grupos que detêm o poder político e econômico no Brasil se contentam em sustentar uma balança comercial favorável com a China: exportando *commodities* e importando produtos e serviços tecnológicos com alto valor agregado.

Na ausência de um projeto de desenvolvimento nacional soberano, entrega-se ao capital estrangeiro nossos públicos estratégicos ao país – como o caso do arrendamento do terminal STS 11. Ao invés disso, poder-se-ia explorar melhor as possibilidades de desenvolvimento abertas pela posição que a China tem assumido na ordem internacional, especialmente em termos de tecnologia, ciência, indústria e infraestrutura, assim como outros países o fazem. Mas, para tanto, é necessária uma mudança nos rumos, princípios e fundamentos do projeto nacional brasileiro (seção 5).

Até meados de abril de 2025, não obtivemos informações sobre a conclusão das obras da primeira fase do arrendamento do terminal STS 11¹¹⁹, nem sobre o início de suas operações. Ainda em agosto de 2023, em conjunto com representantes do poder público, a COFCO Intl. fez uma cerimônia de inauguração das obras de expansão do terminal portuário (COFCO Intl., 2023a). A Figura 10 retrata o atual estágio da reforma do terminal STS 11 (março de 2025).

Figura 10 – Infraestrutura da TEC (Terminal Export COFCO) no Porto de Santos



Fonte: Reprodução de Revista O Empreiteiro, 2025

¹¹⁹ Dentre outras obrigações contratuais, o arrendamento do terminal previu um Termo de Responsabilidade de Implantação de Medidas Mitigadoras e/ou Compensatórias (TRIMMC), celebrado entre a Prefeitura Municipal de Santos e a COFCO Intl.. Neste termo, a empresa chinesa ficou obrigada a investir R\$15 milhões na revitalização do Parque Valongo (Santos, 2025). As obras no Parque Municipal foram concluídas e entregues à prefeitura em julho de 2024 (COFCO Intl., 2024e).

A primeira fase das obras, prevê a entrega de um pátio com quatro moegas ferroviárias e sete tombadores para armazenamento e abastecimento dos navios de carga. A previsão é que estas obras fossem concluídas em março de 2025 (Revista O Empreiteiro, 2025). Em abril de 2025, a empresa ainda fazia os testes operacionais para concluir esta etapa de reforma de suas instalações (Samora, 2025). A previsão para 2025 é que a COFCO Intl. exporte, pelo terminal STS 11, 8 milhões de toneladas de grãos sólidos de origem vegetal, sendo 5,5 milhões de toneladas de soja e milho e 2,5 milhões de toneladas de açúcar (Sá, 2025). Antes, a capacidade portuária da própria empresa no Brasil era de 3 milhões de toneladas, ou seja, em 2025 sua capacidade mais que dobrou e pode quadruplicar até o fim de 2026, quando a COFCO Intl. projeta exportar 14 milhões de toneladas – utilizando toda a capacidade do terminal portuário (COFCO Intl., 2023a).

Em entrevista dada à Folha de São Paulo, em 2024, o vice-presidente da COFCO Intl. afirmou que a companhia concentra seus esforços no desenvolvimento do potencial de seu terminal portuário em Santos/SP, a despeito da inauguração do megaporto de Chancay, no Peru, que contou com investimento chinês e faz parte da chamada Iniciativa Cinturão e Rota (comumente chamada de “Nova Rota da Seda”) (Sá, 2025). Isso reforça nossa análise de que, ao longo prazo, a principal rota de exportação dos produtos transacionados pela COFCO Intl. no Brasil continuará sendo o Porto Organizado de Santos, através do Oceano Atlântico e do Cabo da Boa Esperança, enquanto as exportações pelo Arco Norte e o acesso ao Oceano Pacífico pelo Canal do Panamá permanecerão residuais. A declaração também sublinha a importância do Brasil para a COFCO Intl..

Em entrevista à Reuters¹²⁰, o diretor de operações da companhia no Brasil, disse que os grãos brasileiros correspondem à maior parte das exportações mundiais da empresa (Mano, 2025). Ele também afirmou que por volta de 80% das *commodities* brasileiras comercializadas pela COFCO Intl. têm como destino direto a China. Ainda em entrevista, o diretor declarou que em 2024, somente de soja e milho, a empresa exportou mais de 17 milhões de toneladas.

A expansão da fatia de mercado da COFCO Intl. passa pelo incremento que as obras no Porto Organizado de Santos conferem à logística da empresa, considerada um dos principais obstáculos ao seu desenvolvimento, um ponto de estrangulamento. Segundo Pressinott (2025),

¹²⁰ Ambas as entrevistas ainda não ponderavam os impactos da política fiscal de Trump e da contrapartida de Xi Jinping, ao longo de 2025. Este conflito tarifário tende a intensificar o comércio de grãos entre países da Ásia e da América do Sul. No início desse ano, houve um aumento das contratações da COFCO Intl. no Brasil, enquanto suas concorrentes, especialmente ADM e Cargill, cortaram custos e demitiram funcionários em todo o mundo (Samora, 2025). Isto pode sinalizar que a empresa chinesa se prepara para aumentar suas exportações no país, a fim de contornar os impactos deste regime tarifário volátil, uma vez que o objetivo expresso da companhia é garantir fontes estáveis de produtos agrícolas para a China, visando a segurança alimentar no país (Sá, 2025).

o uso de terminais terceirizados tornava os produtos da COFCO Intl. de 10% a 15% mais caros do que o de seus concorrentes. Com o aumento da capacidade de seus próprios terminais, a companhia aumenta suas margens e ganha ainda mais competitividade. Além disso, abriu-se a possibilidade para que o terminal STS 11 seja alugado para outras empresas, mantendo a prioridade para o transbordo de bens da própria COFCO Intl. que, em caso de quebra de safra, pode, por exemplo, diversificar as receitas e minimizar potenciais prejuízos. Nesse sentido, é que se pode afirmar que há empresas que são privilegiadas quanto à utilização dos bens públicos e, por seu poder político, capazes de definir um uso hierárquico dos bens privados. Em outras palavras, “é dessa forma que maiores lucros são obtidos por alguns agentes, ainda que trabalhem sobre os mesmos bens e embora estes sejam nominalmente públicos” (Santos, 2001, p. 39).

Concomitantemente, em estratégia semelhante a das *tradings* ocidentais, a COFCO Intl. anunciou, em parceria com a Rumo Logística, um investimento de R\$1,2 bilhão na compra de vagões e locomotivas para suprir as novas métricas de exportação do terminal STS 11 (Revista O Empreiteiro, 2025). A tendência é que os modais de transporte sejam fechados e completamente automatizados, o que significa redução de perdas de mercadorias, aumento da eficiência das operações logísticas e portuárias e ganhos de sustentabilidade para as métricas corporativas adotadas por empresas do mesmo segmento (Pressinott, 2025; Revista O Empreiteiro, 2025).

Através desses objetos técnicos, que compõem os sistemas de movimento da empresa, a COFCO Intl. se posiciona no sentido de angariar cada vez mais poder político sobre a produção e a circulação das *commodities* do território brasileiro. Assim, tem-se cada vez mais um uso corporativo do território, pois na medida em que a COFCO Intl., em conjunto com outras grandes empresas, “influenciam fortemente o comportamento do poder público, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas” (Santos, 2001, p. 35).

4. HIERARQUIA TERRITORIAL, FLUXOS DE INFORMAÇÃO E DE CAPITAL: CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO CORPORATIVA DA COFCO INTL. NO BRASIL

Como temos discutido, o meio técnico-científico-informacional caracteriza-se também, no âmbito da produção de bens e mercadorias, pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho. Nesse sentido, com o processo de globalização, a competitividade se tornou um atributo dos lugares, chamados a se especializar sempre com mais afinco em determinados ramos da economia, a oferecer seus atributos territoriais singulares para os agentes que comandam as diferentes etapas do processo produtivo, sob o risco de serem rebaixados hierarquicamente nas redes que integram ou de serem excluídos do processo de modernização (Castillo, Bernardes, 2019; Castillo, 2024).

De acordo com Castillo (2024, p. 32), a dimensão geográfica da competitividade é constituída por uma base material (objetos sociais e naturais) e “por uma base normativa, que regula o uso, o acesso e a propriedade de tais objetos”, fazendo com que surjam combinações únicas que, por sua vez, “tornam cada fração do espaço mais ou menos competitiva para as atividades (ações) de um determinado ramo produtivo”. Por isso o autor considera a competitividade como uma qualidade intrínseca a cada fração do espaço geográfico, isto é, como uma qualidade que é atribuída a cada lugar, território ou região em função de determinada atividade econômica.

A questão é que, em função da flexibilidade e instabilidade do mercado mundial, que fogem ao controle das escalas locais e regionais, a competitividade transforma-se em um jogo de soma zero e, portanto, em uma qualidade relativa, pois os lugares se hierarquizam com base em seus diferentes níveis de competitividade e nas dinâmicas mercadológicas das etapas de cada ramo produtivo (Castillo, 2015; Castillo, Bernardes, 2019). Daí a indissociabilidade entre competitividade e competição, ainda que sejam conceitos distintos: os lugares estabelecem entre si uma relação conflituosa na busca por diferenciais que valorizem as atividades econômicas que já abrigam ou que desejam atrair (Castillo, Bernardes, 2019; Castillo, 2024). Nesse sentido, a competitividade também se revela como uma ideologia, um discurso hegemônico que se impõe, tanto para justificar as condutas inescrupulosas dos agentes que estão a serviço do capitalismo, quanto para garantir que os lugares se insiram competitivamente nos mercados globalizados e se coloquem à disposição dos blocos de capitais internacionais (Castillo; Bernardes, 2019; Castillo, 2024).

Dessa forma, um dos imperativos da globalização aos lugares é a necessidade de que componham os circuitos espaciais produtivos tidos como estratégicos à contabilidade nacional, que abriguem diferentes etapas do movimento de produção das mercadorias, como variáveis ativas da dinâmica de reprodução do capital. A questão é que, na globalização, estes circuitos quase sempre se tornaram complexos e dispersos por territórios do mundo inteiro, a partir do desenvolvimento, aprimoramento e unicidade das técnicas que integram os sistemas de objetos hegemônicos e hegemonzados. No entanto, é também a circulação da informação, por vezes quase instantânea, que torna isso possível, superando os ditames do espaço e do tempo. Todavia, para que os circuitos espaciais produtivos se organizem nestas condições, é preciso que os espaços sejam articulados e conectados, que as etapas se integrem sem entraves e que os fluxos sejam ordenados segundo uma mesma razão, a mais-valia globalizada. Isso se dá, sobretudo, através fluxos que não são obrigatoriamente materiais, como é o caso dos fluxos de informação, capital, ordens etc..

Nesse sentido, criam-se círculos de cooperação entre os agentes envolvidos nos circuitos espaciais de produção, estabelecendo-se, entre si, hierarquias de centros de comando que reúnem “o que o processo da produção havia separado em diversas empresas e lugares” (Santos; Silveira, 2006, p. 144). Raffestin (1993) e Dantas (2016) entendem que todo e qualquer deslocamento implica em circulação-comunicação, por isso a indissociabilidade entre os circuitos produtivos (circulação/fluxos materiais) e os círculos de cooperação (comunicação/fluxos imateriais) que eles engendram. Em síntese, os círculos de cooperação no espaço

tratam da comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos imateriais), garantindo os níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, espacialmente segmentadas, da produção (Castillo; Frederico, 2010, p. 464-465)

Assim, são as grandes corporações, a partir de suas relações privilegiadas com o Estado, as principais agentes de organização dos lugares e da produção¹²¹. Pode-se, inclusive, falar em circuito das firmas, pois elas são agentes hegemônicos na concepção e distribuição dos círculos de cooperação no espaço, estabelecendo seus próprios círculos – pois constituídas por várias empresas –, ao mesmo tempo que integram outros diversos circuitos espaciais produtivos e seus respectivos círculos. Portanto, elas acabam relacionando-se em diferentes sentidos: “entre as

¹²¹ Ainda que haja um conjunto de outros agentes envolvidos nesse processo, como organizações de solidariedade, associações setoriais e outras instituições locais, regionais ou federais, privilegiamos a relação entre o Mercado e o Estado, por considerá-la mais relevante ao nosso escopo de análise.

empresas; entre empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas, associações e instituições etc.” (Castillo, Frederico, 2010, p. 465)

Contudo, para que os fluxos se articulem no contexto de cada círculo de cooperação espacial em específico, é necessário que exista um conjunto de objetos técnicos capazes de colocá-los em movimento (Dantas, 2016). Isto é, ainda que sejam imateriais, tais fluxos possuem atributos concretos e espaciais, portanto, passíveis de análise espacial, geográfica. É preciso que os fluxos imateriais sejam disparados e que eles encontrem vértices que os recebam, nós, caso contrário não haverá comunicação ou movimento. Resultado, os círculos de cooperação também apontam para o uso diferenciado que cada corporação faz do território, ao acionar pontos específicos, e permitem compreender a hierarquia dos lugares, desde a escala regional até a escala mundial (Santos; Silveira, 2006)

Os círculos de cooperação, assim como os circuitos espaciais da produção, são cada vez mais intensos e extensos (Castillo; Frederico, 2010). Identificá-los não só permite compreender como se integram as etapas da produção geograficamente dispersas, mas também as escalas de poder e as hierarquias que se estabelecem entre os diferentes agentes e lugares, que por sua vez têm maior ou menor poder de colocar a produção em movimento. Existem lugares do mandar, que detêm o controle político da produção e da circulação, lugares do fazer, onde se dá a produção propriamente dita e se originam os fluxos materiais, e uma série de situações intermediárias (Santos e Silveira, 2006).

A articulação desses circuitos produtivos, que se dá através dos círculos de cooperação estabelecidos entre diferentes agentes, extrapola, portanto, os limites do território brasileiro e os agentes que nele se inserem. Aliás, as próprias diferenças normativas entre os territórios nacionais são mobilizadas pelas corporações internacionais em suas respectivas divisões territoriais do trabalho, conformando suas topologias às competências que cada território e jurisdição tem a lhes oferecer. Desse modo, compõem os círculos de cooperação as relações estabelecidas entre diferentes agentes, segundo esses fatores, que envolvem “desde a pavimentação de rodovias, transporte e armazenamento dos grãos, até o financiamento agrícola e aplicações financeiras em Bolsas de Valores nos Estados Unidos e Europa” (Castillo, Frederico, 2010, p. 470).

Nesse sentido, o objetivo desta seção é sistematizar aspectos dos círculos de cooperação – e também dos circuitos espaciais, devido à própria indissociabilidade dos conceitos – que a topologia e as ações da COFCO Intl. no Brasil estabelecem e se inserem. Há elementos destes círculos de cooperação que transparecem na análise dos sistemas de movimento e dos circuitos espaciais produtivos. Contudo, também existem fenômenos que os extrapolam ou são comuns

a cada uma das subsidiárias da empresa chinesa que apresentamos nas seções anteriores. Dividimo-los em três momentos. Num primeiro momento, discutimos a hierarquia da rede de lugares mundiais que formam a topologia da COFCO Intl., destacando as práticas de elisão fiscal da empresa, suas atividades financeiras internacionais e a lógica das verticalidades que atuam sobre os pontos acionados no Brasil, com destaque para São Paulo, importante centro financeiro e de gestão que age como intermediário entre os fluxos que chegam do exterior e os que saem do país. Em seguida, considerando que dentre os fluxos imateriais o de capital é um dos poucos quantificáveis, apresentamos e analisamos uma série histórica de balanços patrimoniais da COFCO Intl. no Brasil, especialmente o de sua principal subsidiária no país, a COFCO Intl. Brasil, com o objetivo de quantificar e qualificar a evolução da inserção da corporação chinesa no país, ao longo de uma década, e a condescendência do Estado brasileiro para com empresas multinacionais desse segmento.

4.1. Hierarquia dos lugares e o papel dos centros financeiros e de comando

A COFCO Intl. no Brasil divide-se em diferentes empresas, como apresentado. Cada uma delas atende a diferentes acionistas, sediados em diferentes países. Essa estratégia, em última instância, serve para viabilizar práticas de elisão fiscal, que são ferramentas jurídicas e contábeis utilizadas por empresas multinacionais.

A COFCO Intl. foi fundada em abril de 2014 com sede em Genebra, na Suíça, mas tem como endereço legal George Town, nas Ilhas Cayman. Trata-se de uma clara prática de elisão via paraísos fiscais, “(...) estratégia utilizada por pessoas físicas e jurídicas com o intuito de evitar o pagamento de tributos ou reduzi-los consideravelmente” (Costa; Gallo, 2024, p. 55). Tanto a Suíça quanto as Ilhas Cayman são paraísos fiscais reconhecidos internacionalmente, por seu arcabouço jurídico e normativo apresentar amenidades às corporações que lá se instalam e operam. Não obstante, todas as subsidiárias diretas da COFCO Intl. que possuem relação com o Brasil, por meio das empresas que atuam no país, estão sediadas no exterior e em paraísos fiscais ou em países com regime tributário e leis de proteção ao sigilo bancários mais favoráveis às práticas de elisão fiscal: EUA, Países-Baixos, Suíça, Ilhas Virgens Britânicas e Uruguai.

É notável o papel que os paraísos fiscais assumiram desde a década de 1970 e sua relação direta com o período técnico-científico-informacional. Segundo Costa e Gallo (2024), tais territórios são vértices importantes do capitalismo financeiro, haja vista seu crescimento em número de territórios e em importância para o sistema financeiro internacional e para os conglomerados transnacionais. A desregulamentação, a descompartimentalização e a

desintermediação financeiras são características próprias deste estágio de desenvolvimento capitalista (Chesnais, 2005), de modo que a adoção de regimes tarifários e legais brandos, em relação ao controle político e fiscal das empresas, tornou-se uma estratégia de desenvolvimento nacional e uma necessidade do processo de acumulação de capital, legal ou ilegalmente (Harvey, 2016). As empresas buscam estes territórios para realizar uma espécie de arquitetura organizacional ou um planejamento tributário, cujo objetivo é diminuir a incidência de tributos e garantir sigilo sobre seus balancetes fiscais, produtos comercializados ou serviços prestados, além de manter também sigilosa a contabilização de seus lucros e dividendos.

Todavia, não são somente as normas que engendram tais formações socioespaciais que se caracterizam, em maior ou em menor medida, como paraísos fiscais. Há uma série de objetos técnicos que as tornaram possíveis e que intensificaram este processo. Sem a materialização da globalização em meio técnico-científico e sem as contradições e demandas históricas de um regime de acumulação flexível, as potencialidades dos paraísos fiscais seriam restritas.

Os paraísos fiscais, como reconhecem Costa e Gallo (2024), são um fenômeno geográfico que, por sua vez, são imprescindíveis para a compreensão da topologia de uma empresa nas proporções da COFCO Intl.. É a interação entre diferentes sistemas de normas e ações e diferentes sistemas de objetos técnicos e geográficos, em seus contextos históricos, que explicam a diversidade de países acionados pela estatal chinesa.

As normas têm a mesma relevância para o espaço geográfico que os objetos, concretos, materializados na superfície terrestre, e que as ações que os animam. E, por mais que os principais elementos definidores de um paraíso fiscal sejam seus conjuntos de normas, em última análise, tais territórios são portadores de fixos importantes para a dinâmica em questão, como àqueles que lhes conectam com a rede telemática internacional e os escritórios das companhias. Costa e Gallo (2024, p. 70) sintetizam a relação entre as corporações e os paraísos fiscais do seguinte modo:

ora, como na grande maioria dos casos de companhias situadas em paraísos fiscais trata-se de ficções econômicas – isto é, as companhias existem naquela localidade apenas no papel, ao passo que sua gestão, os produtos que manufaturam e os serviços que prestam são realizados ou feitos efetivamente em outro lugar – apenas poucos elementos realmente são determinantes na decisão de alocação (meramente formal), sendo justamente o arcabouço jurídico-normativo o principal deles. O conjunto dos objetos técnicos e infraestruturas econômica e social deve apenas cumprir um requisito: o de permitir a alocação dos escritórios das companhias. O que pressupõe ao menos, certamente, uma conexão eficiente às redes globais de informação e telecomunicações

Porém, reforçamos, esta não é uma prática que se limita aos GCEE chineses ou à COFCO Intl.. Tais práticas são o *modus operandi* das corporações que se internacionalizaram

e compõem, como discutido, as relações de produção predominantes e prevalentes em escala global (Jabbour; Gabriele, 2021). Desde as reformas iniciadas por Mao Zedong e conduzidas Deng Xiaoping, culminando com a entrada da China na OMC, em 2001, torna-se evidente que o socialismo chinês têm adotado relações sociais de produção e forças produtivas tipicamente capitalistas para sustentar econômica e politicamente seu projeto de se tornar, até 2049, um país socialista moderno (Sinha, 2021; Bachand, 2020; Jabbour, Gabriele, 2021).

Se em 2014 a COFCO Intl. foi fundada e teve sua sede alocada entre os paraísos fiscais da Suíça e das Ilhas Cayman, as histórias da Nidera ou da Noble Agri, por exemplo, não se distinguem. A Nidera foi fundada nos Países-Baixos, ainda na primeira metade do século XX. Já a Noble Agri foi fundada no começo do século XXI, também na Suíça. Em outras palavras, além do imperativo dos paraísos fiscais para atividades não-produtivas, a COFCO Intl. passou a acionar esses espaços como herança, ao incorporar ambas empresas¹²².

Várias localidades são acionadas e compõem a rede global de operação da COFCO Intl. pelo mero fato de possuírem um arcabouço jurídico-administrativo que permite um balanço fiscal mais lucrativo do que os territórios nos quais o processo produtivo está atrelado. Nota-se indícios de que as atividades que permitem elisão fiscal já são desempenhadas fora do Brasil, haja vista que só há uma *holding* de instituições não-financeiras no país. Ou seja, o que há de mais vantajoso para a COFCO Intl. no território brasileiro são os atributos dos lugares, capazes de conferir competitividade para a produção e processamento das *commodities* comercializadas (meio físico, jurídico, cultural etc.), ao invés das normas fiscais que regulamentam o fluxo de capitais, comandos e informações sensíveis da empresa.

As atividades produtivas do agronegócio não possuem a mesma mobilidade das operações financeiras, contábeis e de gestão, portanto não se desvinculam do território e não são facilmente replicáveis em outros espaços. Isto é, são as demais vantagens competitivas, aquelas vinculadas diretamente ao território brasileiro e impossíveis de se replicar em outros lugares, que as empresas do setor buscam mobilizar em seus circuitos espaciais produtivos. Desse modo, parece-nos injustificado tamanhas concessões legais (subsídios, isenções fiscais, empréstimos, infraestrutura etc.) aos conglomerados transnacionais do agronegócio, como práticas de incentivo fiscal, pois a elisão fiscal já é praticada por esses grupos. Tratam-se, assim, de “inflexões exigidas da política nos planos federal, estadual e municipal para atender às

¹²² De modo semelhante, as subsidiárias no Brasil mantêm vínculo com os paraísos fiscais onde seus centros de comando já haviam sido estabelecidos. Hoje, porém, é indistinguível o que foram a Nidera e a Noble Agri, uma vez que todas as operações se subordinam à matriz da COFCO Intl. em Genebra.

necessidades de instalação, permanência e desenvolvimento das empresas” (Santos, 2001, p. 37), que pouco se relacionam com as reais necessidades da nação.

Para além dos círculos de cooperação que a COFCO Intl. estabelecem nestes espaços de gestão e elisão fiscal, os circuitos produtivos da corporação dependem de fluxos imateriais gerados em outras cidades no exterior. Por lidarem com a comercialização de *comodities* agrícolas, as empresas de *trading* dependem de dados que são processados em bolsas de mercadorias internacionais, pois estes tipos específicos de produto caracterizam-se, desde o fim do século XIX, por serem primários ou semielaborados, mundialmente padronizados e terem seus preços cotados em bolsas de mercadoria (Frederico, 2013b).

Todos os produtos comercializados pela COFCO Intl. no Brasil que encontram demanda internacional sujeitam-se às Bolsas de Chicago e de Nova York¹²³, nos EUA. A primeira opera os mercados ligados ao comércio de grãos e oleaginosas (café, algodão, milho e soja), enquanto a última é responsável pelos mercados relacionados ao circuito produtivo do açúcar. Desse modo, apesar do peso da demanda asiática, da ascensão da China como potência mundial e dos principais países primários-exportadores estarem no Sul Global, importantes espaços de comando e de poder político estão territorializados no Ocidente. Dentre outras coisas, essa situação, que caracteriza as *commodities*, exacerba as especializações territoriais produtivas, a situação de dependência dos países produtores e submete o produtor rural local à razão única das verticalidades, ao mesmo tempo que favorece as grandes corporações do agronegócio, como a COFCO Intl., exemplo de *trading*, e os especuladores financeiros (Frederico, 2013b).

Essas bolsas de mercadorias dão origem a informações que definem preços de compra e venda de *commodities*, orientam as *tradings companies* globais, padronizam os produtos e favorecem suas permutabilidades, a partir de uma base de preço comum atualizada a todo instante – antes mesmo que as mercadorias sejam produzidas, cheguem aos mercadores, aos consumidores e gerem valor, os preços são atualizados. Assim, foi o desenvolvimento de objetos técnicos capazes de dar instantaneidade à circulação de informações, suas relações funcionais com a lógica única do capital e respectiva integração global que permitiram o desenvolvimento e o aprofundamento da especulação sobre as mercadorias agrícolas¹²⁴.

Atualmente, já não é apenas a produção que direciona os preços futuros, com base em dados concretos da realidade, são os especuladores que condicionam o preço das *commodities*.

¹²³ Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025.

¹²⁴ Apesar do aprimoramento científico da agricultura e dos avanços constantes da tecnologia, a atividade está sujeita a uma série de fenômenos e elementos naturais que tornam as previsões quanto à produção incertas. Essa instabilidade intrínseca à produção agrícola permite a ação de especuladores, que vem as altas e quedas nos preços de mercado das *commodities* como uma oportunidade de auferir ganhos financeiros.

Os países produtores e seus agricultores, especialmente pequenos e médios, ficam sujeitos ao mercado e se tornam meros tomadores de preços, que são definidos no estrangeiro por grandes corporações e agentes de mercado que estão em posições ímpares nestes circuitos e seus círculos de cooperação, pois operam com base em *lobby*, informações privilegiadas e, por que não, desinformação. Nesse sentido, as *tradings* são ainda mais privilegiadas, pois atuam no mercado físico e futuro e possuem capital e acesso à crédito, por vezes subsidiados, para resistirem às oscilações do mercado.

Não obstante, essas empresas, como a COFCO Intl., operam grandes volumes de *commodities* e contratos futuros. Isso lhes dá a capacidade de influenciar o preço dos produtos em curtos espaços de tempo. Assim, além de usarem as bolsas de mercadoria para se protegerem das oscilações de preço e lucrarem com a transação dos bens materiais, das mercadorias concretas, elas também atuam como especuladoras, duplicando as fontes de receitas possíveis. Frederico (2013b, p. 113) é didático ao explicar a conduta dessas *tradings* no mercado financeiro:

Ao perceberem que há uma tendência de queda dos preços, eles vendem os seus contratos e os recompram novamente alguns meses depois a preços menores, obtendo, dessa maneira, uma margem de lucro puramente especulativa.

A especulação não ocorre apenas no campo das finanças, mas também com relação à produção de informações sobre safras, consumo, crescimento econômico, intempéries climáticas, decisões políticas, etc. O acesso instantâneo à informação, possibilitado pelas redes telemáticas, é fator *sine qua non* para a tomada de decisões dos investidores financeiros.

[...] Além de possuírem capital para atuar no mercado futuro, resistindo às suas oscilações, e acesso a informações estratégicas, elas também têm capacidade de produzir suas próprias análises por atuarem diretamente nos principais países produtores e consumidores e estabelecerem contato direto com os diferentes agentes do circuito espacial produtivo [...].

Os círculos de cooperação internos à própria COFCO Intl., por exemplo, estão presentes em dezenas de países, sejam eles da faixa tropical ou das faixas temperadas, sejam da Europa, da África, da Ásia, da Oceania ou das Américas. A empresa participa dos diferentes tempos das diferentes etapas produtivas de *comodities* de diferentes lugares. Com a instantaneidade das informações, uma rede de operações globais como essa e o desenvolvimento das capacidades computacionais de gerir e processar dados, ela e as demais *tradings* tornam-se agentes privilegiados do mercado de especulação financeira.

Ainda assim, uma porção de eventos que podem afetar o preço das *commodities* agrícolas tornam-se de conhecimento dos produtores em tempo hábil, que buscam se atualizar e evitar perdas nos contratos que estabelecem com as grandes corporações. Todavia, executivos

da COFCO Intl. no Brasil alegam que a democratização dessas informações sensíveis é uma dificuldade para a empresa obter maiores ganhos especulativos encima dos contratos firmados com os produtores, ainda que sua rede global seja muito mais capacitada para se antecipar à essas movimentações de mercado¹²⁵ – exemplo claro de embate entre o território e as redes ou entre o local e o global.

Alternado novamente a escala de análise dos círculos de cooperação estabelecidos pela COFCO Intl., ainda é possível perceber que os nós que articulam os fluxos financeiros e de gestão encontram-se nos lugares mais dinâmicos de sua rede. Isto é, alterando o foco da COFCO Intl. no mundo para a COFCO Intl. no Brasil, fica evidente a posição hierárquica que a grande metrópole nacional, São Paulo/SP, ocupa em relação aos círculos de cooperação e circuitos produtivos mundiais, nacionais e intracorporativos. Ao mesmo tempo que a capital paulista se submete à lógica mundial da COFCO Intl., ela é responsável por organizar as etapas dos circuitos espaciais produtivos que a corporação comanda no Brasil – os estabelecimentos da empresa sediados em São Paulo são submissos aos estabelecimentos da empresa sediados na Suíça e nos Países-Baixos. Em outras palavras, se em escala internacional a COFCO Intl. comanda e organiza suas atividades a partir de capitais europeias, importantes nós da política e da gestão da empresa, dentro do território brasileiro ela o faz a partir de São Paulo. Todos os outros lugares que abrigam estabelecimentos da corporação no Brasil ficam sujeitos a forma pela qual seus fluxos imateriais (ordens, informação, capital etc.) são intermediados na capital paulista, antes de se conectarem aos círculos de cooperação da empresa em territórios estrangeiro.

Nesse sentido, Santos e Silveira (2006) afirmam que as cidades regionais perdem o controle político de sua própria produção para outras cidades, que, por sua vez, abrigam os centros de comando das grandes corporações. As empresas tem liberdade para impor suas políticas, pois participam e governam os circuitos espaciais de produção. Constitui-se, assim, uma hierarquia entre os lugares de mandar, de fazer e seus intermediários.

Segundo Maldonado, Almeida e Picciani (2017, p. 81), “enquanto as cidades locais e os centros regionais tornaram-se essenciais para a realização da agricultura moderna, as metrópoles nacionais tornaram-se os centros de regulação da produção em geral”. Por isso a COFCO Intl. no Brasil é capaz de centralizar o controle político da produção em um único ponto do território, enquanto dispersa seus estabelecimentos voltados ao comércio atacadista e

¹²⁵ Conforme comunicado ao vivo no evento ConectAgro COFCO Brazil, em 16/04/2025

às operações logísticas por várias regiões, buscando se aproximar das cidades que possuem o controle técnico da produção.

Desde que adquiriu a Nidera e a Noble, a gestão da COFCO Intl. no Brasil já se concentrava em São Paulo. Todavia, como mostramos ao longo das seções em que analisamos cada uma das subsidiárias, foi após adquirir a totalidade das ações de ambas as empresas que a COFCO Intl. começou a reorganizar seus ativos mais intensamente. Assim, foi somente em 2017 que a corporação chinesa transferiu seus principais escritórios executivos para o endereço atual e passou a ocupar salas comerciais no Edifício Jacarandá, em Cidade Monções, na Zona Oeste da capital paulista (Figura 11). Além da COFCO Intl. Brasil, principal empresa da corporação em território brasileiro, que detém ações majoritárias de todas as outras subsidiárias no país, a COFCO Intl. Transportes, a COFCO Intl. Cotton e a COFCO Intl. Portos Participações, cujo principal ativo que identificamos é a empresa Terminal 12A¹²⁶, possuem escritórios nesse edifício. A COFCO Brazil Overseas também possui um escritório no mesmo endereço, embora seu domicílio fiscal seja em Montevidéu, no Uruguai, e atue apenas como *holding* de instituições não-financeiras, não sendo, portanto, alvo de nossa investigação sobre a topologia da COFCO Intl. no Brasil.

Figura 11 – Edifício Jacarandá/Carlos Bratke, sede da COFCO Intl. no Brasil



Fonte: Reprodução de Arq. Carlos Bratke, 2025

Mais especificamente, o Edifício Jacarandá está localizado entre a Marginal Pinheiros e a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini. Trata-se de uma região da cidade de São Paulo que concentra atividades típicas do chamado “Terciário Moderno”, como centros tecnológicos, financeiros e de telecomunicações, abrigando edifícios comerciais de alto padrão e sistemas de movimento modernos, que são mobilizados por empresas multinacionais de diferentes portes

¹²⁶ No dia 30 de maio de 2025 o CNPJ da Terminal 12A foi baixado, pois a empresa foi incorporada pela COFCO Intl. Portos Participações.

(Miele, 2006; Deus, 2007). Além disso, o edifício possui certificações e métricas de sustentabilidade energética e estrutural que se alinham com a tendência do marketing empresarial (Arq. Carlos Bratke, 2025), em valorizar quaisquer elementos que criem no imaginário popular a noção de empresas preocupadas como a conservação do meio ambiente.

A centralidade desta porção do espaço urbano extrapola a região metropolitana de São Paulo, pois sua especialização funcional é única em âmbito nacional e atende demandas de empresas globais, cujas sedes se instalam em pontos específicos da metrópole, como as imediações do Edifício Jacarandá, de onde controlam os estabelecimentos que se tornam dispersos pelas regiões produtivas, em busca da “sinergia organizacional propiciada pela proximidade com os clientes para o sucesso de seus negócios” (Maldonado; Almeida; Picciani, 2017, p. 91). Assim, o edifício, tanto quanto seu entorno, atendem as demandas da COFCO Intl. por equipamentos de alto padrão para estabelecer seus centros de comando e indicam o alinhamento da estatal chinesa com as práticas de mercado mais comuns às demais empresas capitalistas.

As únicas subsidiárias que não possuem salas no mesmo edifício em Cidade Monções, São Paulo/SP, são a TEC- Terminal Export COFCO e a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos, cujas as sedes estão localizadas, respectivamente, em Santos/SP e Alfenas/MG – ainda assim, todas as ações de ambas empresas pertencem à COFCO Intl. Brasil.

Por outro lado, para estabelecer seu controle sobre os circuitos espaciais produtivos, as grandes corporações precisam se instalar no contexto das principais regiões agrícolas modernas e para isso distribuem suas filiais em seus respectivos centros urbanos. A demanda da agricultura moderna por insumos, maquinário, serviços agrícolas e crédito e sua sujeição às políticas das grandes corporações que comandam os circuitos espaciais produtivos, reforçam o protagonismo da economia urbana sobre o campo (Santos, 1994). Os núcleos urbanos criados ou adaptados a estas demandas rurais foram reconhecidos por Santos (1994) como “cidades do campo”, e mais tarde denominados por Elias (2006) como “cidades do agronegócio” – embora não detenham o comando político da produção, eles são essenciais para as redes das grandes empresas de agropecuária, pois possuem ampla densidade técnica e informacional e se vinculam diretamente às etapas produtivas propriamente ditas (Elias, 2006; Maldonado, Almeida, Picciani, 2017). Constituem-se, portanto, em pontos de controle dos circuitos espaciais produtivos, conectando as produções regionais e locais às metrópoles nacionais, que, por sua vez, fazem a intermediação entre “os centros do mundo capitalista (países de origem das grandes corporações agrícolas) e seus respectivos territórios nacionais” (Maldonado; Almeida; Picciani, 2017, p. 89).

Em síntese, a dispersão das atividades produtivas modernas acompanha o movimento de centralização do comando político da economia, que se dá através de normas, informações e finanças, identificáveis em escalas variadas (Santos, 2001).

Cidades como Luís Eduardo Magalhães/BA, Balsas/MA, Nova Mutum/MT, Rio verde/GO, Bom Jesus/PI, dentre outras, possuem estabelecimentos de subsidiárias da COFCO Intl., por vezes mais de um. Tratam-se de importantes cidades do agronegócio que, por isso, assumem uma função estratégica nos círculos de cooperação da empresa chinesa, mesmo que submetidos à São Paulo na hierarquia dos lugares que formam a topologia da corporação. Assim, para a COFCO Intl., é por meio das filiais criadas nessas cidades que é

realizada a compra e venda dos grãos e derivados, além do fornecimento de empréstimos aos produtores e importação dos insumos. Os escritórios são pontos de uma rede mundial que interliga as cidades do agronegócio dispersas pela fronteira agrícola, passando pelos principais portos exportadores e centros financeiros do país, até a Bolsa de Valores de Chicago (CBOT) e os países importadores de *commodities* agrícolas e exportadores de insumos químicos (Maldonado; Almeida; Picciani, 2017, p. 87).

Dentre as cidades do agronegócio que a COFCO Intl. aciona, acreditamos que Sorriso/MT tenha o maior destaque. Esse município foi reconhecido como capital nacional do agronegócio (Brasil, 2012), sendo, individualmente, um dos maiores produtores de grãos do mundo. É lá que está a matriz da COFCO Intl. Transportes (Figura 12), subsidiária responsável por toda a operação logística da corporação e a única em atividade, ligada diretamente aos circuitos produtivos da empresa no Brasil, que não responde diretamente à COFCO Intl. Brasil SA.

Figura 12 – Matriz da COFCO Intl. Transportes na BR-163/Km-759, Sorriso/MT



Fonte: Adaptado de Google Street View, 2025

O escritório da matriz da COFCO Intl. está localizado na BR-163, ao Norte e próximo da cidade de Sorriso/MT. Essa rodovia liga Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, à Santarém, no Pará. Além de integrar importantes regiões agrícola de Mato Grosso à Região Concentrada,

a rodovia se conecta com o terminal ferroviário de Rondonópolis/MT, maior terminal de grãos da América Latina, cuja malha férrea vai até o Porto de Santos (Rumo, 2021) – principal rota de exportação de grãos do Brasil e da COFCO Intl. no país. Este complexo na zona rural de Sorriso também conta com importantes armazéns de grãos da COFCO Intl. Brasil e terminais de carregamento e transbordo de carga. A proximidade com a BR-163, o menor custo da terra na zona rural em relação à cidade e a facilidade de acesso para grandes caminhões, são fatores locais preponderantes para a subsidiária responsável pelo transporte rodoviário de carga e operação logística da corporação chinesa.

Como temos afirmado, a COFCO Intl. Brasil e a COFCO Intl. Transportes são as duas maiores representantes da estatal chinesa no Brasil, estão lado a lado na hierarquia organizacional da corporação, embora as atividades e ativos da primeira tenham mais peso, numa espécie de macrocefalia. Assim, Sorriso torna-se mais relevante que as demais cidades do agronegócio, pois possui certa autonomia em relação aos fluxos imateriais da COFCO Intl. no Brasil que se conectam com o estrangeiro – a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, por exemplo, não precisa necessariamente passar pela sede paulista da empresa.

Todavia, não se pode equiparar as cidades de São Paulo e Sorriso na hierarquia dos lugares que compõem a topologia da COFCO Intl. no Brasil. Por mais autônoma que a COFCO Intl. Transportes possa ser em relação à COFCO Intl. Brasil, a grande metrópole nacional ainda exerce sua centralidade sobre o município de Sorriso. Por exemplo, ainda que Sorriso seja frequentemente o maior produtor de soja do Brasil, a cidade de São Paulo é a maior exportadora de soja do país, mesmo sem produzir um único grão, justamente pelo fato de possuir a sede das grandes corporações e estar próxima aos principais centros de negócios e portos de exportação da nação (Maldonado; Almeida; Picciani, 2017). A própria COFCO Intl. Transportes possui uma filial cujo o endereço é o Edifício Jacarandá, em São Paulo, compartilhando o mesmo espaço utilizado pelos escritórios e salas comerciais de todas as demais subsidiárias ligadas à COFCO Intl. Brasil.

Em outras palavras, faz mais sentido considerar que, para a COFCO Intl., Sorriso é a cidade do agronegócio mais importante, não um centro de comando equivalente à São Paulo, pois

ainda que o controle técnico das operações produtivas seja relativamente disperso e localizado nas cidades do agronegócio, sua regulação normativa, financeira e informacional é cada vez mais centralizada nas regiões metropolitanas, mesmo que muitas vezes de forma delegada ao exterior (Maldonado; Almeida; Picciani, 2017, p. 95).

Estes dados são mais alguns indícios que revelam a centralidade da grande metrópole nacional e da COFCO Intl. Brasil para a topologia da empresa chinesa e para o uso corporativo que ela faz do território brasileiro. Nesta divisão territorial do trabalho, fica claro a importância da capital paulista como centro de gestão da companhia, atuando como intermediária entre as diferentes regiões do país e a sede da empresa em Genebra, na Suíça. Nesse sentido, a subsidiária COFCO Intl. Brasil SA é a empresa que melhor representa esta relação, por sua centralidade na estrutura organizacional da corporação. A COFCO Intl. Brasil dispara comandos para a maioria dos ativos da corporação chinesa no país e é o vetor principal dos fluxos imateriais que transitam entre o Brasil e o exterior. Como indicado, a COFCO Intl. Transportes está sediada em Sorriso e possui certa independência da COFCO Intl. Brasil, mas suas atividades econômicas são mais restritas e são complementares às atividades dessa última. Portanto, é correto afirmar que os lugares acionados pela topologia da COFCO Intl. no Brasil são articulados a partir da grande metrópole nacional. Além disso, independente da centralidade da metrópole de São Paulo, apenas com base na circulação espacial dos volumes de massa movimentados pela empresa e nos recentes investimentos que ela tem feito no Porto de Santos, é possível inferir que o estado de São Paulo deva manter sua centralidade, enquanto função e localização, para os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação que a COFCO Intl. integra – podendo até mesmo reforçá-la nas próximas décadas.

4.2. Fluxos de capitais e balanço patrimonial da COFCO Intl. no Brasil

Enquanto quase a totalidade dos volumes materiais movimentados pela COFCO Intl. circulam rumo ao estrangeiro por Santos, antes de serem exportados pelo Oceano Atlântico para a Ásia, os fluxos imateriais são intermediados na metrópole nacional de São Paulo, onde estão localizados os principais centros de comando da corporação chinesa.

Não é simples identificar os fluxos imateriais que circulam pelos espaços acionados pelas grandes corporações, ainda que seja possível inferir, por meio da hierarquia dos lugares e da estrutura organizacional de cada empresa, como esse processo se dá. Todavia, dos lugares de fazer aos lugares de mandar, passando por diferentes paraísos fiscais, o montante de capital movimentado pelas empresas pode ser identificado e quantificado, diferentemente das comunicações, ordens e informações, apesar das dificuldades que envolvem a obtenção e compreensão dessa informação tão sensível. Isto é, além da circulação de ordens e informações, o fluxo de capitais é um importante elemento a compor a hierarquia dos lugares que os círculos

de cooperação das grandes empresas estabelecem e, diferentemente dos demais fluxos imateriais, ele é passível de análise quantitativa.

Nesse sentido, mais uma vez a COFCO Intl. Brasil destaca-se dentre as subsidiárias da COFCO Intl. no território brasileiro. Com exceção da COFCO Intl. Transportes, todas as outras empresas do grupo chinês que estão ativas no país e atuando em atividades produtivas lhe são subordinadas. Ela é a acionista majoritária, com quase 100% das cotas, da COFCO Intl. Cotton, da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos e da TEC – Terminal Export COFCO e por isso possui direito sobre os lucros dessas empresas, na forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Independentemente de onde estejam as matrizes de cada uma delas e suas respectivas filiais, a COFCO Intl. Brasil, sediada na cidade de São Paulo, é o centro financeiro e de gestão da corporação chinesa em território brasileiro. Assim, as dinâmicas econômicas e financeiras de cada uma dessas subsidiárias impactam diretamente a contabilidade da própria COFCO Intl. Brasil.

Por isso, tendo em vista a compreensão da topologia e das ações da COFCO Intl. no Brasil, avaliamos o Balanço Patrimonial¹²⁷ divulgado por algumas de suas empresas. Isso nos permite investigar a dimensão financeira e o sentido dos fluxos de capitais que são movimentados pela corporação. Além disso, o Balanço Patrimonial permite inferir aspectos da evolução das atividades econômicas da COFCO Intl. no Brasil, seus saldos e investimentos, a composição de seu capital e os tributos devidos, dentre outros.

Por tudo que a COFCO Intl. Brasil S.A. representa, por sua centralidade e posição hierárquica, como temos argumentado, acreditamos que suas demonstrações contábeis sejam representativas de toda a corporação chinesa no Brasil. Apesar da importância da COFCO Intl. Transportes e de sua independência aparente ao que se refere à COFCO Intl. Brasil, suas atividades econômicas são mais restritas e diretamente vinculadas às atividades desta última. É provável que o balanço patrimonial da COFCO Intl. Transportes seja um reflexo, em escala reduzida, do balanço publicado pela COFCO Intl. Brasil, acompanhando proporcionalmente o montante de seus déficits, lucros e investimentos¹²⁸.

Além da COFCO Intl. Brasil, identificamos alguns dados financeiros de outras empresas que ajudam a ilustrar a dinâmica do fluxo de capitais que circula pelos círculos de cooperação

¹²⁷ Relatório contábil que detalha os ativos, os passivos e o patrimônio líquido de uma empresa em determinado período.

¹²⁸ Além disso, infelizmente, também não foi possível obter os dados referentes à posição contábil e econômica da COFCO Intl. Transportes, por ser uma sociedade limitada, que não tem a obrigação legal de publicar seus balanços periodicamente, e por não termos tido acesso aos documentos da empresa arquivados na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (JUCEMAT).

espaciais da corporação: os capitais saem de diferentes pontos do território brasileiro, onde se dão as atividades produtivas propriamente ditas, chegam à sede da empresa na cidade de São Paulo e são direcionados ao exterior, para paraísos fiscais, antes de finalmente chegarem à sede mundial da COFCO Intl., localizada em Genebra e subsidiária direta da COFCO Corp., estatal sediada em Beijing.

O caso da Terminal 12A¹²⁹ é exemplar. A empresa, que geria importantes ativos no Porto de Santos, antes de ter seu contrato encerrado, distribuiu dividendos às suas acionistas¹³⁰. Em 2021, a COFCO Intl. Portos Participações, acionista majoritária da Terminal 12A, sediada em São Paulo/SP, recebeu a importância de R\$20 milhões referentes ao exercício do ano de 2020 (JUCESP, 2021a). Por sua vez, a COFCO Intl. Portos Participações distribuiu às suas acionistas o valor de aproximadamente R\$19,7 milhões em dividendos – a COFCO Agrichem não fez jus aos seus proveitos, que foram integralmente destinados à Stock in Profits (JUCESP, 2021b), empresa sediada nas Ilhas Virgens Britânicas.

Isto é indício das práticas de elisão fiscal da COFCO Intl.. Enquanto a atividade produtiva de operação de terminais portuários foi realizada no Brasil, as remessas distribuídas aos acionistas tinham como destino final as Ilhas Virgens Britânicas, um conhecido paraíso fiscal. Infelizmente, não é possível obter estes dados para todas as empresas do grupo COFCO Intl. no Brasil, mas somos levados a crer que estas práticas legais são recorrentes e comuns às demais subsidiárias da empresa.

Também obtemos algumas informações referentes às empresas Cereal Sul e COFCO Intl. Cotton. Ambas são subsidiárias da COFCO Intl. Brasil, que, por sua vez, recebeu a maior parte das remessas que elas enviam a seus acionistas, por deter quase a totalidade de suas cotas. Já a COFCO Intl. Brasil tem como acionistas a COFCO Intl. Holding South América e a COFCO Intl. Netherlands, mas não identificamos nenhuma distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio à nenhuma dessas empresas sediadas no exterior.

Em 2021 a Cereal Sul distribuiu pouco mais de R\$12,8 milhões à COFCO Intl. Brasil em dividendos, valor referente ao lucro do exercício de 2020 (JUCESP, 2023). Já em 2022 a empresa optou por não distribuir os dividendos relativos ao ano de 2021¹³¹ (JUCESP, 2023).

¹²⁹ Desde o dia 30 de maio de 2025, a empresa COFCO Intl. Portos Participações incorporou a empresa Terminal 12A, de quem já era acionista majoritária.

¹³⁰ Apesar de termos identificado somente uma distribuição de dividendos nos documentos disponibilizados pela JUCESP, há informações sobre os lucros do exercício da Terminal 12 A SA de 2019 a 2023. Nesse período, os lucros oscilaram, mas no geral indicavam uma tendência de crescimento e foram destinados à reserva de lucros da empresa. Em 2019, o lucro líquido do exercício foi de R\$13,5 milhões; em 2020 foi de R\$19,7 milhões; em 2021 foi de R\$3,7 milhões; em 2022 foi de R\$19,9 milhões; em 2023 foi de R\$21,3 milhões.

¹³¹ Também identificamos nos balanços patrimoniais publicados pela empresa prejuízos acumulados nos últimos anos. O lucro líquido em seu exercício no ano de 2019 foi de quase R\$9 milhões e em 2021 foi de R\$3,6 milhões;

Quanto à COFCO Intl. Cotton, identificamos os pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes aos exercícios sociais de 2018 a 2021 e de 2022 a 2024. Em ambos os casos, somente a COFCO Intl. Brasil recebeu o montante distribuído pela companhia. Tanto a COFCO Agrichem, quanto a COFCO Intl. Holding South América, que lhe substitui como acionista minoritário, deliberadamente optaram por não receber qualquer importância. A COFCO Intl. Brasil recebeu pouco mais de R\$22,3 milhões, referente ao exercício social de 2018 a 2021 (JUCESP, 2021c). Sobre o exercício social de 2022 a 2024, a empresa recebeu cerca de R\$68,5 milhões¹³² (JUCESP, 2024).

Todavia, como explicado, os principais dados capazes de revelar os fluxos de capitais da COFCO Intl. no Brasil são aqueles referentes à COFCO Intl. Brasil. A seguir apresentamos alguns aspectos dos balanços patrimoniais da COFCO Intl. Brasil de 2008 até 2023¹³³ (Quadro 6 e Quadro 7). Novamente, os dados de demonstração do resultado contábil apresentam informações consolidadas, que englobam tanto a COFCO Intl. Brasil quanto suas subsidiárias, isto é, os valores consideram as cifras operacionais da COFCO Intl. Brasil acrescidos dos ativos e passivos oriundos de COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos, COFCO Intl. Cotton, COFCO Brazil Overseas e TEC – Terminal Export COFCO, além dos ativos e passivos de todas as empresas que foram incorporadas nesse período, daí sua relevância e capacidade de representar toda a corporação chinesa no Brasil nesta última década, ainda que prescindida da COFCO Intl. Transportes.

Desde a gestão do grupo Noble Agri até 2023¹³⁴, incluindo o período de transição em que os chineses se tornaram os únicos acionistas da COFCO Intl. Brasil, os dados reunidos demonstram a evolução de seu capital social¹³⁵, a evolução de seu patrimônio líquido¹³⁶, os

mas em 2021 o prejuízo líquido do exercício foi de cerca de R\$17,8 milhões e em 2022 de R\$24,6 milhões. Somente em 2023 a empresa voltou a ter lucros, na importância de R\$2,3 milhões. Isso significa que o prejuízo acumulado pela empresa esteve na ordem de R\$17,8 milhões em 2021, de R\$42,3 em 2022 e de R\$39,7 milhões em 2023, um ano antes de ser incorporada pela COFCO Intl. Brasil, que herdou todos os seus ativos e passivos.

¹³² Isto é, mesmo calculando um ano a menos de exercício social da COFCO Intl. Cotton, o valor distribuído à COFCO Intl. Brasil aumentou em pouco mais de três vezes, um crescimento acumulado de mais de 200%. Este dado indica a forte inserção da COFCO Intl. no Brasil. Seu rápido crescimento acompanha a expansão da cotonicultura brasileira, e, aliado com as projeções e investimentos em infraestrutura logística e produtiva, torna-se possível compreender como a empresa chinesa tem competido com as já tradicionais empresas ocidentais e se posicionado com um agente importante do agronegócio mundializado no Brasil.

¹³³ Cada um deles corresponde às demonstrações financeiras do exercício social da empresa em doze meses, que vai de primeiro de janeiro até 31 de dezembro do mesmo ano.

¹³⁴ Reforçamos que entre 2008 e setembro de 2014 a Noble Agri era a única acionista da empresa, que se chamava Noble Brasil; entre setembro de 2014 e março de 2016 a COFCO Intl. detinha 51% de suas ações; somente a partir de março de 2016 é que a COFCO Intl. se tornou a única acionista da COFCO Intl. Brasil.

¹³⁵ Capital social é o valor investido na empresa por cada um dos sócios para o bom funcionamento dos negócios até que a empresa gere lucro.

¹³⁶ Patrimônio líquido é o valor contábil residual da entidade, resultante da diferença entre ativos e passivos, refletindo o capital efetivo pertencente aos acionistas da empresa.

lucros/prejuízos do exercício fiscal de cada ano e o peso das receitas e despesas financeiras¹³⁷ para a operação da companhia.

Quadro 6 – Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido da COFCO Intl. Brasil SA Entre 2008 e 2023 em Milhares de Reais (valores não corrigidos)

Principal Acionista	Exercício social	Capital Social	Lucro do exercício	Lucro acumulado	Patrimônio Líquido total
Noble Agri	2008	631.639	-107.236	-101.304	396.836
Noble Agri	2009	739.916	-142.846	-244.150	378.061
Noble Agri	2010	739.916	56.346	-187.604	479.154
Noble Agri	2011	1.200.026	30.903	-156.901	982.526
Noble Agri	2012	1.200.026	-166.736	-323.637	1.168.203
Noble Agri	2013	1.200.026	-1.100.304	-1.423.941	157.562
COFCO Intl.	2014	1.922.683	-1.142.716	-2.566.657	-138.062
COFCO Intl.	2015	1.922.683	-651.631	-3.218.288	-1.040.416
COFCO Intl.	2016	1.922.683	-168.471	-3.386.759	-919.907
COFCO Intl.	2017	1.922.683	-50.746	-3.566.568	-1.033.619
COFCO Intl.	2018	2.003.644	-615.431	-4.162.901	-1.944.960
COFCO Intl.	2019	2.003.644	-531.120	-4.751.053/ -4.842.706 ¹	-2.633.476
COFCO Intl.	2020	2.003.947	-329.582	-5.284.533	-3.636.108
COFCO Intl.	2021	2.003.947	-817.187	-6.971.975	-4.885.019
COFCO Intl.	2022	2.153.563	196.767	-7.525.321	-4.160.860
COFCO Intl.	2023	2.746.662	392.703	-7.132.618	-2.893.812

¹Diferentemente dos balanços publicados após 2022, até 2020 não era informado a reserva de incentivo fiscal. Isto explica a diferença dos valores publicados.

Fonte: JUCESP, 2025. Organização do autor

¹³⁷ Receitas e despesas financeiras são os resultados líquidos de atividades não operacionais da empresa, tais como juros de empréstimos, taxas bancárias, diferenças cambiais, rendimentos de aplicações financeiras e dividendos.

Quadro 7 – Demonstrações Consolidadas dos Resultados Líquidos da COFCO Intl. Brasil SA Entre 2008 e 2023 em Milhares de Reais (valores não corrigidos)¹³⁸

Principal Acionista	Exerc. social	Lucro Oper. antes do RF, IR e CS	Receitas Financeiras	Despesas Financeiras	Resultado Financeiro Líquido	Lucro antes do IR e CS	Lucro do Exercício
Noble	2008	–	–	–	-172.648	-357.677	-107.236
Noble	2009	-44.421	53.596	69.017	-15.421	-59.842	-142.846
Noble	2010	108.603	61.806	87.244	-25.438	83.165	56.346
Noble	2011	129.926	281.321	562.413	-281.092	-161.166	30.903
Noble	2012	-139.827	48.449	214.065	-165.616	-305.443	-166.736
Noble	2013	-359.066	144.318	386.209	-241.891	600.957	-1.100.304
COFCO	2014	-1.304.156	290.535	527.815	-237.280	-1.541.436	-1.142.716
COFCO	2015	-438.199	570.713	1.004.746	-434.033	-872.232	-651.631
COFCO	2016	206.711	898.418	1.306.614	-408.196	-201.485	-168.471
COFCO	2017	119.996	508.782	604.654	-95.872	24.124	-50.746
COFCO	2018	40.315	620.797	1.182.267	-561.470	-521.155	-615.431
COFCO	2019	286.647	625.472	1.1357.494	-732.022	-445.375	-531.120
COFCO	2020	1.077.822	1.830.513	2.448.735	-618.222	459.600	-329.582
COFCO	2021	-207.480	1.061.511	1.197.420	-135.909	-343.389	-817.187
COFCO	2022	1.016.422	670.699	1.542.297	-871.598	144.824	196.767
COFCO	2023	1.464.320	1.267.641	2.136.460	-868.819	595.501	392.703

Fonte: JUCESP, 2025. Organização do autor

Também, com base no lucro/prejuízo operacional obtido pela empresa antes dos cálculos de imposto de renda e contribuição social e em sua atual reserva de incentivo fiscal¹³⁹, é possível vislumbrar a importância dos subsídios governamentais para a lucratividade de suas

¹³⁸ Os valores indicados no Quadro 6 e no Quadro 7 correspondem ao término do exercício social de cada ano, em 31 de dezembro. Os valores negativos indicam o prejuízo da empresa em cada um dos cabeçalhos – de modo que a coluna “Despesas Financeiras” no Quadro 7 já indica, por essência, um conjunto de gastos e, por isso, os valores não estão negativados. Também é necessário destacar que existem outros cálculos e rubricas contábeis que impactam nos patrimônios e nos resultados líquidos totais da empresa, como *hedge accounting*, equivalência patrimonial, ajustes acumulados de conversão etc. – embora tenhamos selecionado os dados mais significativos, todos os valores têm importância e impactam as demonstrações do resultado contábil de qualquer empresa. Outra ressalva, ao longo do período analisado, é que a legislação contábil e a forma de demonstração financeira mudaram e isso pode ter um impacto marginal na variação dos dados.

¹³⁹ Reserva de incentivo fiscal é a rubrica contábil que registra o lucro decorrente de benefícios governamentais (incentivo fiscal), tais como isenções, subvenções ou reduções tributárias. Ela é incorporada ao patrimônio líquido e destina-se exclusivamente aos fins específicos de estímulo econômico, como aumento do capital social ou absorção de prejuízos. Não pode ser distribuída como dividendo.

atividades econômicas – além da Lei Kandir¹⁴⁰ e do Regime Aduaneiro Especial de Drawback¹⁴¹ e de outras formas de incentivo fiscal que beneficiam grandes empresas de importação/exportação de *commodities* agrícolas e dos insumos necessários à sua operação. O Estado, em cada uma de suas instâncias, é sempre um agente importante em quaisquer círculos de cooperação e circuitos espaciais, pois é ele quem detém legitimidade jurídico-normativa sobre os territórios nacionais nos quais as corporações criam suas respectivas topologias (Santos, Silveira, 2006; Castillo, Frederico, 2010; Corrêa, 1998).

Conforme o Quadro 6 e o Quadro 7, entre 2008 e 2023, a empresa só obteve lucro líquido no exercício dos anos de 2010, 2011, 2022 e 2023. Em todos os outros anos foram apurados prejuízos no exercício social. Ao longo deste período, a destinação do resultado do exercício social nunca foi para a distribuição de dividendos aos acionistas. O balanço dos resultados operacionais e financeiros foram todos alocados à conta de prejuízos e lucros acumulados da empresa – nos anos em que houve lucro, os valores foram retidos e alocados à conta de prejuízo acumulado, com a finalidade de reduzi-los.

Em 2007, o lucro acumulado pela empresa foi de quase R\$6 milhões. Mas até 2013, antes da COFCO Intl. comprar 51% das ações da Noble Agri, o prejuízo acumulado pela companhia atingiu a cifra de cerca de R\$1,5 bilhão em apenas sete anos. Enquanto que em 10 anos, entre os exercícios de 2014 e 2023, já com participação da COFCO Intl. na gestão da empresa, o prejuízo acumulado por ela foi de mais de R\$7,1 bilhões. Isto significa que, neste intervalo, a despeito da inflação e dos investimentos realizados, o prejuízo acumulado pelos chineses foi 360% maior do que o prejuízo acumulado pela gestão anterior. Em 2022, o prejuízo acumulado alcançou sua máxima histórica, no valor de mais de R\$7,5 bilhões.

Enquanto isso, o patrimônio líquido total, que em 2007 era de quase R\$41 milhões, em 2013 atingiu a cifra de R\$157,5 milhões, quase quadruplicando sob a gestão da Noble Agri. Sua máxima histórica na gestão da empresa de Hong Kong havia sido de quase R\$1,2 bilhão em 2012. Já no período da gestão chinesa, entre 2014 e 2023, o patrimônio líquido total se tornou negativo. Em 2013 ele havia sido de R\$-138,0 milhões, saltando para quase R\$-2,9 bilhões em 2023 – o que representa um aumento de quase 3000% na dívida da empresa. Contudo, o déficit acumulado da empresa tem se reduzido desde 2021, quando o patrimônio líquido total foi de quase R\$-4,9 bilhões. Isto porque, em 2022, a empresa aumentou seu capital social em mais de R\$150 milhões e obteve um lucro líquido de quase R\$200 milhões. Já em

¹⁴⁰ Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

¹⁴¹ Lei nº 8.402 de 08 de janeiro de 1992.

2023 o capital social foi acrescido em mais cerca de R\$600 milhões e o lucro líquido foi de quase R\$400 milhões. Em síntese, a COFCO Intl. Brasil sustentou entre 2014 e 2021 a média de quase R\$540 milhões em prejuízos líquidos ao ano. A empresa só voltou a ser lucrativa em 2022 e em 2023, quando a média de lucro ficou em quase R\$300 milhões anuais e seu patrimônio líquido cresceu em cerca de 30,5%.

Embora não tenha sido publicado o balanço contábil para o ano de 2024, segundo o atual estatuto social da empresa (janeiro de 2025), o capital social da COFCO Intl. Brasil aumentou para mais de R\$6,5 bilhões – ou seja, mais que dobrou após o exercício social de 2023. Em dezembro de 2023, o prejuízo acumulado pela empresa ainda era de R\$7,1 bilhões e o patrimônio líquido total era de R\$2,9 bilhões. Sem as demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido, não há certeza, mas é possível que o patrimônio líquido da COFCO Intl. Brasil tenha se tornado positivo novamente, após dez anos de empresa, dado o montante de capital investidos por seus acionistas.

Isto posto, a COFCO Intl. Brasil tem sido deficitária nos últimos dez anos, o que, diga-se de passagem, é prática também comum a grandes empresas voltadas a segmentos do agronegócio, especialmente as de capital aberto, envoltas em investimentos de grande monta. Ao mesmo tempo, também é preciso reconhecer que suas empresas subsidiárias tem feito vultosos investimentos em infraestrutura e logística (arrendamento, reforma e ampliação do terminal STS 11, aquisição de vagões ferroviários, construção do bioduto anexo a sua planta de biocombustíveis de Rondonópolis/MG etc.), reforçando, portanto, sistemas de engenharia e objetos técnicos imprescindíveis as suas atividades no território brasileiro, essenciais às aspirações da empresa e, ao mesmo tempo, do estado chinês na atualidade.

Enquanto a COFCO Intl. não se torna rigorosamente lucrativa no Brasil, capaz de reinvestir parte de seu lucro em si mesma, ou enquanto a empresa não atingir os objetivos geoeconômicos chineses, o sentido do fluxo de capitais deve permanecer majoritariamente assim: recebe-se mais investimentos do exterior do que se envia remessas de lucros para fora do Brasil¹⁴².

Não obstante, o Quadro 7 apresenta dados importantes para que se entenda o papel do capital financeiro para a COFCO Intl. Brasil. No período de uma década, sob gestão chinesa, a

¹⁴² Estas constatações condizem com a hipótese de Wesz Jr., Escher e Fares (2021), Wilkinson, Wesz Jr. e Lopane (2016), Fares (2019) e Oliveira (2017), que afirmam que a COFCO Intl. têm objetivos que vão além do mercado e da extração e acúmulo de mais valor. Eles afirmam que a estratégia chinesa tem sido a de subsidiar suas empresas para cumprir objetivos geoeconômicos, doméstica e internacionalmente, tornando-as competitivas o suficiente para disputar parcelas de mercado com as empresas “ABCD”.

empresa registrou lucro operacional¹⁴³ em 7 anos. Todavia, em 8 anos as receitas financeiras superaram os lucros/prejuízos operacionais da empresa. Somente em 2022 e 2023, quando a companhia voltou a ter lucro líquido (após 12 anos), é que as receitas operacionais superaram as receitas financeiras. Ainda assim, apesar da rentabilidade de seus ativos financeiros, as despesas/obrigações financeiras da COFCO Intl. Brasil foram maiores que suas receitas financeiras em todos os anos. Inclusive, em 2023, o ano mais lucrativo da empresa em todos os aspectos, o resultado financeiro líquido¹⁴⁴ foi o menor em todo o período – somente as despesas financeiras de 2020 superaram as despesas financeiras de 2023.

Estes dados indicam que o capital financeiro tem relação direta tanto com a evolução do lucro operacional e líquido da empresa, quanto com o desenvolvimento de suas despesas. Sem o aporte de crédito e sem capital portador de juros, o agronegócio mundializado não é competitivo em suas atividades econômicas, sejam elas do setor primário, secundário ou terciário (Oliveira, 2016). Nesse sentido, a diferença entre a COFCO Intl. e suas concorrentes ocidentais do Atlântico Norte é que a pressão para que a empresa chinesa remunere exponencialmente seus acionistas não se assemelha ao dever fiduciário que as empresas capitalistas têm para com seus *shareholders* (Chesnais, 2005). Pelo contrário, além de produzir valores de uso, o excedente das estatais chinesas tem como objetivo sustentar um macrossetor improdutivo público em ascensão na China (Jabbour; Gabriele; 2021).

Se as instituições de crédito e capital financeiro compõem os círculos de cooperação da COFCO Intl. e são fundamentais para a corporação, o mesmo ocorre com o Estado brasileiro. Isso é revelado por outros aspectos do balanço patrimonial da COFCO Intl. Brasil, que são: o papel do imposto de renda, da contribuição social e da reserva de incentivo fiscal para a empresa. Sob a gestão chinesa, em quatro exercícios fiscais durante os dez de atividade, seu lucro líquido foi superior ao seu lucro antes de se calcular as rubricas contábeis e os valores referentes ao seu imposto de renda e à sua contribuição social. Isto é, após incorporar os tributos devidos ao cálculo contábil, em quatro de seus dez anos de atuação o lucro foi maior ou o prejuízo foi reduzido, pois o estado brasileiro restituiu parte dos impostos à empresa, como incentivo fiscal. Nesse sentido, a reserva de incentivo fiscal da COFCO Intl. Brasil, ao fim do ano de 2023, foi de cerca de R\$1,8 bilhões. Esta reserva é tida na contabilidade como um valor

¹⁴³ O lucro/prejuízo operacional é calculado pela diferença entre as receitas e despesas operacionais. Para a COFCO Intl. esta rubrica envolve o lucro bruto obtido com a venda de seus produtos e suas despesas administrativas, dentre outras coisas. Aqui é citado os valores antes que sejam acrescidos o resultado financeiro, o imposto de renda e a contribuição social.

¹⁴⁴ O resultado financeiro líquido é a diferença entre as receitas (juros, dividendos, juros, investimentos etc.) e as despesas financeiras (juros, taxas bancárias, honorários, empréstimos etc.)

que se destina ao estímulo para implantação ou expansão de empreendimentos econômicos. Assim, elas são consideradas como transferências estatais destinadas a cobrir gastos das entidades jurídicas, visando sempre o interesse público e o bem comum – por isso não são consideradas lucro e não podem compor a distribuição de dividendos da empresa (Hoog, 2019).

Em outras palavras, o subsídio de uma *trading* multinacional da China é considerado pelo Estado brasileiro uma ação de interesse público, que atende ao bem comum. Essa racionalidade representa uma drenagem de recursos do setor social para o setor privado (Santos, 2001). Enquanto outros países têm buscado no capital chinês possibilidades para o desenvolvimento de suas indústrias e infraestruturas, visando superar suas condições de países dependentes, o Brasil faz uso de sua soberania nacional para reforçar sua posição primário-exportadora.

Assim, enquanto na China a COFCO Corp. é a imagem de uma política pública que serve aos interesses nacionais – produção e abastecimento de alimentos para a segurança e soberania alimentares, tão básicos quanto essenciais –, no Brasil a empresa representa o mercado agroexportador, cujo objetivo não é, por definição, o abastecimento do mercado doméstico, mas a geração de mais-valor a partir do comércio de *commodities*, cujos preços são definidos em bolsas de valores estrangeiras e não com base nas necessidades do povo brasileiro.

Nas últimas décadas, o Estado brasileiro tem aprofundado sua inserção competitiva no mercado internacional a partir de paradigmas neoliberais (Pochmann; Silva, 2023). Há o predomínio de uma concepção utilitarista do território, onde tudo é visto como uma fronteira a ser explorada. Isto acaba por privilegiar nexos verticais, advindos de alhures, “cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno” (Santos, 2004, p.42).

Ainda assim, segundo Lamoso (2024), as possibilidades de uma relação ganha-ganha entre Brasil e China são diversas, mas elas requerem do Brasil uma tomada de consciência para a construção de um projeto nacional popular. Diferentemente das potências ocidentais, a China tem respeitado a soberania cultural, econômica e política dos países com os quais estabelece tratados internacionais, por mais vulneráveis que sejam. A política e a economia socialista chinesa têm sido capazes de realizar investimentos em infraestrutura em escala global e de contribuir com o desenvolvimento de países do Sul Global. Os chineses têm, assim, avançado na construção de uma ordem internacional genuinamente multilateral (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021).

Desse modo, após 50 anos de relações Brasil-China, as evidências demonstram que há margem política para que as relações diplomáticas entre os países avancem qualitativamente e

para que sejam mais favoráveis ao Brasil, a depender de nosso projeto nacional, uma vez que “para o futuro da humanidade, participar com a China e não contra ela nos parece muito mais promissor que tomar partido pelas disputas imperialistas que permanecem estimulando violência e exclusão” (Lamoso, 2024, p. 30). É isso o que argumentamos na seção seguinte.

5. A COFCO INTL. NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SINO-BRASILEIRAS: AVALIANDO SIGNIFICADOS DE SUAS AÇÕES E TOPOLOGIA NO BRASIL

Temos discutido que a topologia da COFCO Intl. no Brasil é tributária de um período histórico em que a unicidade das técnicas hegemônicas, sob a égide das relações sociais de produção e troca capitalistas, conceberam, pela primeira vez na história humana, um espaço geográfico verdadeiramente mundializado (Santos, 2025 [1988]). Assim, as atuais divisões territoriais do trabalho, a magnitude das extensões espaciais dos circuitos produtivos e dos diferentes usos corporativos do território e a escala global em que as grandes corporações atuam, são elementos constituídos e constituintes do período e do meio técnico-científico-informacional, sem os quais não se explicam a definição dos lugares e a composição dos sistemas de engenharia acionados pela estatal chinesa.

Esta universalidade empírica dos fenômenos sociais, incluindo os geográficos, impede as ciências humanas a atualizarem seus sistemas epistemológicos, conceituais e de referências, a fim de superar os novos desafios impostos pela realidade ao seu conhecimento. Devido ao estágio atual da globalização, as noções de totalidade-totalização surgem como um imperativo gnosiológico à Geografia, ao mesmo tempo em que a garantia de universalidade dos fenômenos sociais torna-se um trunfo, pois assegura que a operacionalidade de ambas noções supere um discurso tautológico, pela “possibilidade de melhor compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global” (Santos, 2025 [1988], p. 40).

Santos (2023 [1996]) percebe que essa questão pode ser enfrentada pelo exame das relações entre o Mundo e os Lugares, como sendo o equivalente geográfico do movimento dialético do par universal-particular. Ainda segundo o autor, o movimento de particularização da totalidade é sempre também um movimento de espacialização, pois o espaço é condição para a existência concreta, objetiva, de toda e qualquer realidade histórica – a sociedade global só pode se realizar como fenômeno através do espaço.

Por isso o espaço geográfico é ao mesmo tempo uno e múltiplo (Santos, 2023 [1996]), pois o particular (lugar) tem origem no universal (mundo) e dele depende. Enquanto o particular somente é explicado em relação a sua totalidade, o universal só se manifesta de forma particularizada. Em outras palavras, as determinações do todo se dão de modo diferente em cada lugar, pois cada fração do espaço mundial é dotada de particularidade, por suas condições situacionais e relacionais, e é o conjunto desses lugares, suas relações e movimentos que constituem a totalidade-mundo. Assim, tem-se um movimento constante de totalização-particularização-totalização, no qual o todo se fragmenta e se recompõem ininterruptamente.

Apesar da emergência de agentes e ações globais, dotados de universalidade pelo conteúdo que anima os objetos técnicos e simbólicos contemporâneos, não há um espaço global propriamente dito, mas espaços mundializados, ou seja, à serviço da globalização, uma vez que a sociedade global pode se manifestar como ato somente quando espacializada-particularizada (Santos, 2023 [1996]) – nem mesmo tais agentes e suas ações existem fora de algum lugar. Nesse sentido, cada espaço particular é chamado a assumir funções distintas dentro do sistema-mundo, de acordo com as diferentes possibilidades que suas formas-conteúdos e atributos ensejam: quanto mais denso, sofisticado e especializado forem os conteúdos técnicos e informacionais dos objetos inscritos nestes espaços, mais eficientes, valorizadas e hegemônicas serão as ações que os animam. Portanto, como temos discutido sob a ótica da COFCO Intl., há agentes globais capazes de acionar diferentes lugares em todo o mundo e de mobilizar os atributos particulares destes espaços para que atendam aos seus respectivos interesses. Todavia, e como manifestação objetiva dessa universalidade, há uma relação solidária e contraditória entre o Lugar e o Mundo. Ao mesmo tempo que os agentes globais incidem sobre os lugares unilateralmente, sob o imperativo de uma razão universal, e deles dependem, os lugares acolhem e reagem de modo diverso a tais forças – criando uma nova totalidade.

Não obstante, a mediação desta questão, no período histórico atual, é feita pelos Estados-nação, que dispõem de legitimidade histórico-social para regular seus respectivos territórios, favorecendo ou resistindo aos ditames globais, hegemônicos, pois o uso dos territórios nacionais permite levar em consideração o convívio de todos os atores e formas sociais, independente da magnitude de seus poderes individuais e coletivos (Santos, 2004; Santos, 2006a). Desse modo, Santos (2023 [1996]) propõe que, na Geografia, ao movimento dialético do par universal-particular se acrescente o “singular”. Passa-se a ter, assim, o trinômio universal-particular-singular/individual, em que: “o universal é o Mundo como norma, uma situação não espacial, mas que cria e recria espaços locais; o particular é dado pelo país, isto é, o território normatizado; e o individual é o lugar, o território como norma” (Santos, 2023 [1996], p. 338).

Em síntese, interessa a nós a percepção, que se depreende do método em questão – que conclama a universalidade empírica dos fenômenos sociais –, de que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, cuja mediação é feita pelas formações socioespaciais que recobrem toda a superfície da terra (Santos, 2023 [1996], p. 339). Não basta, pois, compreender a topologia e as ações da COFCO Intl. no Brasil apenas segundo suas manifestações particulares (cada um dos lugares e objetos

mobilizados pela empresa), é preciso compreender o sentido que elas assumem em relação à totalidade-mundo, pois é a totalidade que explica as partes e não o contrário.

Se “os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem” (Santos, 2023 [1996], p. 125), é preciso compreender os efeitos dessa ordem internacional sobre os lugares. Concomitantemente, os lugares – território como norma – anunciam inúmeras possibilidades para a síntese de uma nova totalidade, a depender dos eventos chamados a se concretizar, a se espacializar. Cabe, portanto, considerar a ordem internacional atual para alçar nossa avaliação da topologia e das ações da COFCO Intl. no território brasileiro a um novo entendimento.

5.1. Transformações na Ordem Liberal Internacional

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, é consenso que o sistema internacional tem se estruturado, de modo particular, a partir do que se convencionou chamar de ordem liberal internacional (OLI) (Ramos; Leite; Mendonça, 2023). No entanto, por mais que a estabilidade seja critério para a configuração de uma ordem, o próprio desenrolar da história e o desenvolvimento socioespacial das civilizações apresentam e impõem questões a sua manutenção. Novas situações geopolíticas alteram o papel dos países e das instituições que compõem o modo pelo qual a ordem se estrutura e podem resultar em sua subversão.

A superação do sistema de Bretton Woods, por exemplo, pode ser entendida como uma adaptação bem-sucedida da OLI às crises de acumulação capitalista nas últimas décadas do século XX, sob a ótica dos atores hegemônicos (Vadell; Jabbour, 2023). Todavia, essa mesma ordem parece não ter arranjado soluções para enfrentar os dilemas, internos e externos, que a crise financeira de 2008 e a pandemia de COVID-19 (2019) lhe impõem ainda hoje (Ramos; Leite; Mendonça, 2023). Nesse sentido, antes de lidar com sua possível transformação, é preciso delimitar as características fundamentais da OLI.

De acordo com Ikenberry (2001), um dos principais teóricos e apologistas da própria ordem internacional em vigor, a previsibilidade, a estabilidade e o equilíbrio do sistema são aspectos basilares para que se reconheça a vigência de uma ordem internacional. Segundo o autor, são sempre os Estados mais poderosos que estão em posição de orientar o novo sistema internacional. A grande novidade, para ele, é o papel que as novas instituições internacionais ou intergovernamentais¹⁴⁵ desempenham na organização das relações entre Estados desde o

¹⁴⁵ O importante é que tais organizações se baseiem em “regras, rotinas e práticas que estão incorporadas na ordem política mais ampla e definem a ‘paisagem’ na qual os atores operam” (Ikenberry, 2001, p.16, tradução nossa). São exemplos dessas instituições, surgidas com a ordem do pós-Segunda Guerra Mundial, a ONU, a OTAN e a OMC, entre outras, que atuam em nível regional ou global, em áreas diversas (economia, política, meio ambiente, militarismo etc.).

pós-Guerra e a posição hegemônica incontestável dos EUA no mundo ocidental. Portanto, a ordem internacional teria assumido um caráter institucionalista, isto é, baseada na capacidade das instituições em gerir conflitos e manter a estabilidade do sistema, garantindo sua longevidade. Para Ikenberry (2001), esta ordem também seria constitucional, pois concebida e gerida por democracias liberais: quanto mais democráticos forem os países-membros destas instituições, mais democrática-constitucional ela será. Nesse sentido, a OLI também seria justa¹⁴⁶, pois tendencialmente capaz de limitar os poderes e as vantagens dos países hegemônicos, ao restringir ações arbitrárias e indiscriminadas que possam garantir vantagens permanentes para os países poderosos em detrimento dos direitos conferidos aos países subordinados.

Por não ser tão condescendente quanto Ikenberry (2001) com a ordem internacional estabelecida sob a hegemonia estadunidense, Mearsheimer (2018) reconhece que o centro gravitacional deste sistema internacional é um Estado-nação que se preocupa em propagar a democracia liberal, fomentar políticas econômicas e estabelecer instituições liberais que reforcem seus próprios objetivos políticos e econômicos. Para Mearsheimer (2018), o arranjo das forças internacionais pós-Segunda Guerra só foi possível pela formatação de um mundo unipolar, cuja potência hegemônica persegue ideais políticos e econômicos baseados no liberalismo¹⁴⁷. Todavia, aponta o autor, é questão de tempo para que o poder hegemônico encontre contradições internas e externas que o enfraqueçam, como as crises cíclicas indelévels do modo de produção capitalista e a ascensão de outros polos de poder no sistema internacional, com o desenvolvimento de outras formações socioespaciais e a constituição de alianças e blocos políticos, econômicos e militares.

Assim, Mearsheimer (2018) entende que a OLI sempre esteve fadada ao fracasso, pois a persecução e imposição de objetivos liberais ao restante dos países depende de uma condição única, uma disparidade de poder singular na história das relações internacionais. Além disso, os propagandistas e mantenedores da OLI seriam idealistas em seu sonho de “paz” e “liberdade”, contradizendo princípios muito mais influentes na prática da política internacional

¹⁴⁶ Ikenberry (2001) argumenta que, embora possa parecer que os EUA atuem de forma unilateral e autocentrada, sem sofrer o ônus dessa ordem, uma análise histórica indicaria o oposto. O autor reconhece que, por mais que os países hegemônicos limitem o poder de outros Estados ao mesmo tempo em que tentam se livrar das amarras institucionais, o caráter democrático das instituições inevitavelmente e organicamente evoluiriam para limitar o poder das potências e impedir que se valham de seu poder hegemônico para obter vantagens exclusivas: “há, pelo menos, alguma razão para concluir que as relações internacionais contemporâneas exibem, cada vez mais, baixos retornos ao poder e altos retornos às instituições.” (Ikenberry, 2001, p. 258, tradução nossa).

¹⁴⁷ A hegemonia liberal é uma estratégia ambiciosa na qual um estado busca transformar o maior número possível de países em democracias liberais como ele próprio, ao mesmo tempo em que promove uma economia internacional aberta e constrói instituições internacionais (Mearsheimer, 2018, p.1, tradução nossa).

do que o liberalismo, a ver: o nacionalismo e o realismo. Se, por um lado, a OLI fundamenta-se na internacionalização de ideais liberais e, portanto, na capacidade das instituições e do poder hegemônico em interferir nas políticas domésticas alheias, direta e indiretamente, por outro lado, o nacionalismo e o realismo levariam os Estados-nacionais a resistirem às ingerências externas, que ameaçam sua autonomia e soberania internas, resultando, por exemplo, em guerras intermináveis, proliferando o terrorismo e o militarismo (Mearsheimer, 2018). Como não há um Estado supranacional que garanta a ordem, as relações internacionais são tidas como um sistema anárquico, o que impossibilita a formatação de uma ordem liberal plena – mesmo que a posição hegemônica da potência seja tão incontestável que a permita seguir sua agenda liberal, agindo como o legítimo portador da violência ou de outras sanções que visem garantir a ordem.

Assim, de modo geral, tem-se na própria definição de OLI o papel hegemônico dos EUA como arquiteto de um sistema internacional baseado em instituições supranacionais e como promotor do liberalismo capitalista, em seus aspectos ideológicos e político-econômicos. Nesse sentido, quaisquer análises das transformações na OLI devem levar em consideração o estado da hegemonia estadunidense, a relevância das instituições internacionais e a dominância do liberalismo como fundamento político, ideológico e econômico das formações socioespaciais.

Para Fiori (2005) são falsas as afirmações de que a ordem internacional exige um agente hegemônico para ser funcional. Pelo contrário, a expansão histórica e geográfica das potências europeias foi um projeto de poder político e econômico inerente ao sistema capitalista. Em outras palavras, o poder hegemônico não é o gerente natural da ordem internacional, uma espécie de governante responsável por mantê-la estável e operante. A posição hegemônica é a de um poder que se impõe, por isso sempre é uma posição disputada e inevitavelmente transitória.

Strange (1987) definiu poder estrutural como a capacidade de modelar a estrutura da política econômica global, na qual todos operam – países, empresas e pessoas, em diferentes escalas. Para a autora, quem possui significativo poder estrutural é capaz de determinar as relações internacionais. Por isso, em conjunto com Fiori (2000; 2005), ela critica a tese de que as mudanças percebidas na ordem internacional são simplesmente correlatas e proporcionais à perda da hegemonia estadunidense. Para ambos, isso se trata de um mito, pois desde a década 1990 o mundo esteve à mercê de uma única potência hegemônica, que foi capaz de se tornar o centro da acumulação capitalista a nível global, orientando o regime de acumulação flexível em favor da manutenção de sua hegemonia e do poder de suas classes dominantes – sendo o sistema

monetário internacional baseado no dólar flexível a maior expressão do poder estrutural estadunidense¹⁴⁸, indício de que sua decadência é mera aparência.

Todavia, na concepção de Strange (1987), é o próprio exercício estadunidense de seu poder estrutural o responsável por desestabilizar a OLI, politicamente, economicamente e institucionalmente. De modo que a estabilidade da ordem internacional depende mais das ações e do comportamento dos EUA do que de sua capacidade em impor, manter e legitimar os arranjos institucionais e de cooperação internacional. A ameaça que os EUA representam a sua própria ordem internacional é tão significativa, que Fiori (2005, p.73) afirma que

[...] o mundo nunca esteve tão longe de qualquer coisa que se possa chamar de hegemonia ou ordem mundial. A potência imperial do momento defende há duas décadas a desregulação de todos os mercados e sistemas de comunicação, energia e transporte. E vem abandonando sucessivamente todos os acordos, compromissos e regimes internacionais que afetem sua capacidade de ação unilateral. [...] ao mesmo tempo estilhaçou-se o apoio à sua liderança moral-internacional, e cada uma das grandes potências se dedica hoje a ‘recolher os cacos’ e a redefinir seus interesses e espaços de influência, de costas para os Estados Unidos

Assim, o que aventou-se ser o “fim da história” e a vitória política e ideológica do liberalismo ao fim da Guerra Fria, cedeu espaço às disputas pela defesa dos interesses nacionais de cada uma das outras grandes potências (Fiori, 2005). O ideal cosmopolita kantiano, que se estabeleceria com o advento do meio técnico-científico-informacional e com a globalização, não vingou, ao passo que a tendência do sistema à anarquia se intensificou (Jabbour, Dantas, Vadell, 2021; Vadell, Jabbour, 2023)

O mito do fim da hegemonia americana é usado para justificar a falta de cooperação internacional e o congênere esgotamento das instituições internacionais (Strange, 1987). Contudo, a crise do sistema internacional se manifesta nos aspectos institucionais e ideológicos da OLI, não na derrocada do poder estrutural estadunidense. Nesse sentido, se as instituições supranacionais e o liberalismo político e econômico são também elementos essenciais para se

¹⁴⁸ Tavares (1985) e Fiori (2000) compreendem que a diplomacia do dólar-forte e a capacidade de senhoriagem financeira são os elementos centrais do poder estrutural dos EUA. A consolidação de um sistema monetário internacional baseado no padrão dólar flexível, com a moeda fiduciária estadunidense convertendo-se em moeda global, aliado à desregulamentação do mercado de capitais e à dolarização da riqueza mundial, permitiu que o FED “se transformasse no poder que [...] administra e arbitra os fluxos financeiros mundiais, os conflitos de interesse entre blocos de capitais e estados e que também promove ativamente a homogeneização das políticas econômicas dos países mais frágeis” (Fiori, 2000, p. 213). Com esta política econômica, os EUA são capazes de absorver a liquidez de capitais e créditos dos mercados ao redor do mundo e de crescer às custas da estagnação econômica dos países capitalistas, pois a economia estadunidense converte-se, deste modo, no centro da economia mundial. A crise da dívida externa latino-americana e a crise do Japão (1990) são exemplos do exercício da hegemonia estadunidense a partir de seu “privilégio exorbitante”. O capitalismo financeiro e a globalização podem ser interpretados, portanto, como a expressão máxima da hegemonia estadunidense – segundo os autores, até mesmo a posição tecnológica dominante do país está relacionada à sua política monetária.

definir a OLI, sustentamos que a Organização Mundial do Comércio (OMC) se sobressai como símbolo privilegiado desta ordem.

5.2. A OMC no contexto da Ordem Liberal Internacional

Não é factível, nem nosso objetivo, abordar a totalidade das instituições internacionais e das questões que cada uma delas tem enfrentado. Todavia, a centralidade da OMC permite uma análise concreta das contradições que a OLI enfrenta. Nosso intuito, também não é descrever em detalhes o funcionamento e a história da OMC, mas apontar para a crise da instituição como reflexo das transformações pelas quais a ordem internacional passa. Para isso, é preciso distinguir o que seria uma crise dentro da instituição e o que seria uma crise da instituição. Segundo Sinha (2021, p. 1526-1527, tradução nossa), as crises dentro das instituições ocorrem quando

[...] os membros não conseguem concordar com um resultado específico, resultando em negociações e barganhas para alcançar um acordo. Crises desse tipo tornam-se evidentes em atrasos, seguidos de um acordo após um novo processo de negociação. Outras são crises das instituições: essas ocorrem quando a arquitetura da instituição não funciona como previsto e quando os membros, especialmente os membros líderes, começam a questionar a utilidade da própria estrutura

Em seu objetivo de promover o livre comércio em nível internacional, a OMC busca estabelecer regras e promover a cooperação comercial entre seus países-membros – cujo núcleo duro são as maiores economias capitalistas. Desse modo, a instituição almeja alinhar as expectativas dos países envolvidos e manter certa previsibilidade e estabilidade nas operações internacionais de circulação e troca de bens, serviços e informações. A eficácia da OMC, em relação aos seus pares, estaria em sua capacidade de fazer com que os acordos firmados entre os países fossem respeitados¹⁴⁹.

Desse modo, o fracasso da primeira rodada de negociações lançada pela OMC, a rodada de Doha, já se configura como um exemplo de “crise dentro da instituição”. Desde 2001, os países-membros não entraram em consenso sobre a flexibilização das barreiras alfandegárias para os mercados agrícolas e industriais, que favoreceriam os países considerados em desenvolvimento em detrimento dos interesses do que seriam os países desenvolvidos.

¹⁴⁹ Para isso, a instituição conta com o Sistema de Solução de Controvérsias (SSC) e seu Órgão de Apelação (OA) para resolver conflitos entre os pares e recomendar ou autorizar retaliações ao país que infringir os termos acordados. Outro aspecto importante da OMC, que a difere de instituições como o FMI, é que se trataria de um órgão gerido pelos países-membros que, por sua vez, possuem igual representatividade e poder de voto – reduzindo a ingerência das potências ocidentais, por meio de secretariados, por exemplo.

Todavia, Sinha (2021) afirma que desde 2008 as tensões institucionais dentro da OMC elevaram-se ao patamar de uma crise da própria instituição. As normas da instituição, seus princípios e seus procedimentos foram desafiados, prejudicados, deslegitimados e ignorados sistematicamente¹⁵⁰. Os EUA, como potência hegemônica e arquitetos da ordem internacional liberal, supostamente resguardariam suas instituições e seus princípios. Contudo, o que torna esta crise particularmente grave, para a autora, é que os Estados Unidos têm desrespeitado e infringido as práticas de livre comércio defendidas pela OMC, assim como têm atacado e se retirado de outras instituições internacionais, fundamentos da OLI.

Além disso, na medida em que os países da periferia do sistema capitalista começaram a usar a OMC e os princípios de livre comércio e multilateralismo em seu benefício, a crise da instituição se intensificou. Devido a sua arquitetura, a OMC permitiu que países periféricos desafiassem os interesses dos EUA e da União Europeia, utilizando-se das “regras do jogo” em seu favor. A desfaçatez dos países centrais tem colaborado com a “subversão das ideias e objetivos do livre comércio, assim como dúvidas mais amplas sobre a legitimidade das instituições comerciais” (Sinha, 2021, p. 1522, tradução nossa).

Bachand (2020), por sua vez, entende que a crise da OMC e da OLI se dão no contexto, mais amplo, de crise do próprio regime neoliberal de acumulação capitalista, cujo marco foi a falência do banco *Lehman Brothers* em 2008. Para o autor, o objetivo não declarado da OMC é gerenciar as crises fundamentais de realização do capital e permitir sua reprodução ampliada e acumulação constantes, em benefício das burguesias transnacionais. Portanto, sendo a OMC responsável por promover e estabilizar o próprio regime neoliberal, a crise do neoliberalismo é a causa da crise da organização. E enquanto o modelo de desenvolvimento neoliberal se esgota e se mostra incapaz de solucionar as demandas da classe trabalhadora e dos países periféricos e de promover taxas de lucro satisfatórias aos capitalistas – especialmente a fração ocidental e mais poderosa desta classe –, o socialismo com características chinesas têm se mostrado como um modelo alternativo bem sucedido (Jabbour, Gabriele, 2021; Jabbour, Dantas, Vadell, 2021; Vadell, Jabbour, 2023; Lamoso, 2024; Garlick, 2024; Boer, 2021; Bachand, 2020).

Acreditou-se que o ingresso da China na OMC, em dezembro de 2001, resultaria na completa sujeição dos chineses aos paradigmas ocidentais. Todavia, passadas mais de duas décadas deste evento, percebe-se que a China não adotou as reformas econômicas¹⁵¹ que se

¹⁵⁰ O boicote ao Órgão de Apelação é sintomático: desde 2019 os EUA têm impedido a nomeação de um novo integrante para o órgão que, por isso, não consegue atingir o número mínimo de juizes (3) necessários a sua operação.

¹⁵¹ Segundo Bachand (2020), a OMC não está capacitada para lidar com a estrutura da economia chinesa. A relação do Estado chinês com o mercado foge às regras da instituição: o mercado doméstico é linha auxiliar do

esperava e deu sinais de que há alternativa ao neoliberalismo. Ainda que não antagonize diretamente a ordem internacional e defenda práticas de livre comércio baseadas em regras¹⁵² e relações internacionais estruturadas em instituições multilaterais (Sinha, 2021; Su, 2024; Oliveira Junior, 2013), a existência e expansão mundial do modelo econômico chinês força o neoliberalismo ocidental a lidar com as suas contradições (Bachand, 2020). Portanto, a crise da OMC é uma crise de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, resultado do choque de modos de produção distintos, quais sejam: o capitalismo ocidental em seu atual estágio de desenvolvimento e o chamado “socialismo de mercado”, cujo expoente é a formação socioespacial da China.

Segundo Ramos (2020), sob uma perspectiva gramsciana das relações internacionais, é a união das classes dominantes de um conjunto de países que, em um determinado período histórico, se projetam internacionalmente e conformam, ao seu favor, uma ordem social em escala global. Logo, a ordem internacional é a ordem do modo de produção dominante, em nosso tempo, o modo de produção capitalista em seu regime de acumulação financeiro.

Há mecanismos ideológicos que sustentam e estruturam a ordem internacional (Bachand, 2020; Ramos, 2020). É no poder ideológico da classe dominante que reside sua capacidade de convencer os outros grupos de que a ordem social é boa a todos, ainda que não o seja¹⁵³. Isto explica, em partes, o motivo pelo qual os países que não são favorecidos pela ordem internacional se sujeitam as suas regras e em última instância lutam pela manutenção da ordem – como é o caso dos líderes da extrema direita latino-americana, à exemplo do que foi o governo Bolsonaro no Brasil (Ramos; Leite; Mendonça, 2023).

Porém, na medida em que o modelo de desenvolvimento de orientação socialista da China se mostra bem-sucedido e gera efeitos positivos em outros países – com diferentes níveis de “socialisticidade”, como Camboja, Vietnã, Laos, República Democrática do Congo etc. (Jabbour; Gabriele, 2021) –, ele ajuda a desmontar o aparato ideológico estruturante da OLI. Esta contradição se resume à duas perguntas:

Por que a China deveria mudar radicalmente a estrutura de sua economia se esta oferece resultados melhores do que o modelo que lhe é pedido para copiar [...] por que

planejamento central feito pelo Estado, um sistema financeiro robusto e autônomo dificulta as práticas rentistas do capital financeiro internacional e os grandes conglomerados empresariais-estatais da China são capazes de concorrer no mercado externo com base em um projeto político e econômico que está além da obtenção de mais-valor (Jabbour; Gabriele, 2021). Assim, as regras da OMC não são capazes de forçar a China a mudar sua economia estruturalmente.

¹⁵² “A China geralmente é capaz de cumprir as decisões do SSC [sistema de solução de controvérsias da OMC] quando está do lado perdedor de uma decisão (na verdade, ela cumpre muito mais do que os Estados Unidos quando perde um caso)” (Bachand, 2020, p. 863, tradução nossa)

¹⁵³ O hegemom tem a capacidade de “expandir, reproduzir e legitimar o modo de produção que é favorável aos seus interesses” (Bachand, 2020, p. 865, tradução nossa).

os Estados Unidos são tão propensos a forçar a China a mudar seu modelo econômico para um que é menos eficaz [...]? (Bachand, 2020, p. 863, tradução nossa).

Sendo a maior representante das formações socioespaciais de orientação socialista e uma das maiores potências mundiais – talvez o único país que tenha passado da periferia ao centro do sistema econômico mundial –, os interesses da classe social e do modo de produção dominantes na China são os interesses de sua classe trabalhadora. A China moderna nasce da revolução socialista e de libertação nacional de 1949, ou seja, das lutas populares pela tomada revolucionária do aparato estatal e por sua soberania. De Mao Zedong à Xi Jinping, há coerência interna nas reformas institucionais (sociais, políticas e econômicas) que legaram a formação socioespacial chinesa atual e há, também, a manutenção do domínio político, econômico e ideológico por parte do PCCh, como representante da classe trabalhadora chinesa (Jabbour; Gabriele, 2021). Logo, a expressão da classe dominante da China no âmbito da ordem global, que tem o Estado chinês como plataforma, não coincide com a ordem internacional que reflete a união da classe capitalista (Ramos, 2020; Bachand, 2020).

Não é claro qual será o resultado da crise que a OLI enfrenta, mas é evidente que o desgaste ideológico da globalização neoliberal, as crises de acumulação capitalistas e o desprestígio de suas instituições demandam transformações na estrutura da ordem, mesmo que a posição hegemônica dos EUA pouco tenha se alterado. Por outro lado, a proposta de desenvolvimento nacional e internacional da China, que reúne adeptos no Sul Global, tensiona o sistema internacional em direção a algo novo, que a OLI pode não conseguir solucionar¹⁵⁴.

5.3. Relações Brasil-China: exemplo de contraposição à ordem liberal internacional

A configuração futura da geopolítica global é incerta, mas a projeção do poder chinês¹⁵⁵ certamente é uma das variáveis-chave para se compreender o futuro da ordem internacional – e

¹⁵⁴ “Ainda que a China nunca tenha adotado em sua história um estilo de liderança que seja hegemônica, a grande novidade é uma nação não-branca e não-ocidental a desbancar a liderança da Europa e dos Estados Unidos juntos” (Véras, 2023, p. 20).

¹⁵⁵ “(a) A China tornou-se o maior parceiro comercial de quase todos os aliados dos EUA, dos países do Sul Global e de blocos comerciais, incluindo a União Europeia (UE), a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e o Mercosul. A consolidação dessa tendência parece ser o cenário mais realista. (b) Com o objetivo de fortalecer as cadeias de valor lideradas pela China e após o fracasso do Acordo de Cooperação Econômica Transpacífico (TPP) liderado pelos Estados Unidos, a nação (China) consegue articular o RCEP, uma espécie de ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) plus formada por China, Nova Zelândia, Austrália, Coreia do Sul e Japão. (c) A China é, ao mesmo tempo, o maior exportador mundial de bens de consumo e o maior mercado consumidor. (d) A RPC [República Popular da China] é hoje o maior provedor de financiamento do mundo, superando o Banco Mundial (BM) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), e o agente mais importante em investimentos de infraestrutura para países em desenvolvimento. (e) A China, como a “fábrica mundial”, tem uma posição central na cadeia de valor e na cadeia de suprimentos globais, um fator essencial para entender o fracasso da dissociação/ desglobalização (CRABTREE, 2023). (f) A China está ocupando uma posição de liderança em

os efeitos nacionais, regionais e locais que a razão global dialeticamente impõem aos lugares, isto é, no momento de sua espacialização (Santos, 2023 [1996]). O processo de expansão da China ocorre de tal modo que à globalização neoliberal tem se oposto o que se convencionou chamar de “Globalização Instituída pela China” (GIC).

A grande novidade que a GIC oferece ao mundo é o transbordamento da economia de projetamento que surge na China, ou seja, de sua capacidade de conjugar a produção, o financiamento e o gerenciamento de grandes projetos, baseados na criação de infraestruturas que gerem valores de uso para a sociedade global, regional e local (Jabbour; Dantas; Vadel, 2021).

Para Vadell e Jabbour (2023), a GIC é mais do que um contramovimento, uma resposta ou uma alternativa à OLI, trata-se da síntese de um processo histórico que surge da negação da globalização neoliberal. A versão chinesa da globalização nasce como uma proposta, não uma imposição, baseada em “cooperação, benefícios mútuos e investimentos em infraestrutura para promover a interconectividade comercial, digital e cultural” (Vadell; Jabbour, 2023 posições 584-585). Nesse sentido, ainda que não proponha explicitamente a destruição da OLI, os fundamentos materiais, ideacionais e político-institucionais da GIC expõem os limites do projeto de poder empreendido pelos EUA desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Ramos; Leite; Mendonça, 2023).

A partir da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), a China tem investido em infraestruturas em escala global, aliando seus interesses aos dos países parceiros, com o objetivo de promover um desenvolvimento compartilhado e construído conjuntamente pela comunidade internacional (Carvalho, 2023). Enquanto a globalização neoliberal se baseia na fragmentação do espaço, criando bolsões de pobreza e de riqueza, conforme for mais benéfico à mais-valia global (Santos, 2004), a ICR prioriza a interconectividade regional e global, reconfigurando a geografia econômica dos territórios que recebem seus projetos e conferindo novas dinâmicas à circulação de fluxos materiais e imateriais, capazes de favorecer diferentes projetos nacionais e de gerar efeitos de encadeamento positivos para as economias envolvidas na parceria (Pereira; Ribeiro, 2023). Sem “a intenção de interferir nos assuntos internos de outras nações ou exportar seu próprio modelo social ou padrão de desenvolvimento” (Rodrigues; Jabbour, 2023, p. 100), a base material da GIC tem o objetivo de valorizar o papel dos território nacionais como mediadores entre os interesses locais e os fluxos globais, em favor dos primeiros – enquanto o

alguns domínios de alta tecnologia, como telecomunicações 5G, indústria farmacêutica, indústria automotiva, indústria aeroespacial, semicondutores, TI e robótica” (Vadell; Jabbour, 2023, posições 804-815).

que caracteriza a globalização neoliberal é a completa sujeição dos Estados periféricos aos interesses dos agentes hegemônicos globais.

Somados aos corredores econômicos asiáticos (Carvalho, 2023), que ligam fisicamente a economia de diferentes países à China, em uma contiguidade, os investimentos da ICR no continente africano exemplificam como a GIC se difere do caráter financeiro da globalização neoliberal, pois a relação sino-africana “colabora com a socialização da riqueza, em lugar de alimentar o patamar histórico de apenas ampliação de pobreza e insegurança econômica” que, por sua vez, caracteriza a relação do ocidente com o continente africano (Saraiva, 2015, p.71). As linhas férreas de alta velocidade construídas em Angola, Etiópia e Nigéria, por exemplo, têm impulsionado o desenvolvimento econômico e social de suas regiões, fomentando, inclusive, a industrialização destas economias (Cardoso; Wu, 2023).

Além de não haver imposição ideológica e condicionalidades econômicas por parte da China, salvo, é claro, de uma contrapartida que também seja favorável ao desenvolvimento chinês, há oportunidades e margem de manobra para que os países negociem, aceitem ou não as condições chinesas¹⁵⁶ (Rodrigues; Jabbour, 2023). A geografia e a história dos investimentos em infraestrutura financiados pela China indicam que nem mesmo há armadilha da dívida – muitas vezes é o capital chinês que convive com uma armadilha do crédito, pois tem perdoado e reestruturado dívidas na ordem de dezenas de bilhões de dólares, sem nunca ter confiscado um ativo sequer (Pereira, Ribeiro, 2023; Jabbour, 2025).

Em acréscimo à base material que caracteriza a GIC, a China tem assumido um papel de liderança na defesa dos interesses dos países do Sul Global, numa gramática que se converte em ação e contrapõem, na prática, a linguagem e a geopolítica da OLI (Lamoso, 2024). Os fundamentos ideacionais das relações internacionais chinesas são a busca pela harmonia, a independência de suas políticas e o fortalecimento da sua soberania como Estado (Oliveira Junior, 2013). Coexistência pacífica, desenvolvimento comum, comunidade e destino compartilhado são termos presentes no vocabulário e prática internacionais da China. Assim, “refuta-se a ideia de constituir o desenvolvimento por meio da procura pelo hegemonismo, a guerra, o colonialismo, que tem caracterizado o padrão ocidental” (Oliveira Junior, 2013, p. 137). Em linhas gerais, o que fundamenta a política externa chinesa é o entendimento de que a manutenção da paz, o respeito à soberania de seus pares e o desenvolvimento conjunto estão

¹⁵⁶ Em oposição, a globalização neoliberal, perversa, “aponta-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo.” (Santos, 2004, p. 45)

atrelados e são favoráveis ao próprio desenvolvimento de sua formação socioespacial de orientação socialista.

Enquanto a financeirização reduz as possibilidades dos EUA em se colocar como alternativa ao desenvolvimento de outras nações e sua resposta às crises na OLI possuem caráter violento e imperialista (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021), a China, ao contrário, está consolidando um paradigma holístico de cooperação e desenvolvimento mútuo, que, além da ICR, envolve transferência de conhecimento e capacitação, oferecendo auxílio e assistência ao desenvolvimento holístico dos países parceiros (Vadell; Jabbour, 2023) – o que diferencia e afasta a proposta chinesa, por exemplo, dos princípios e métricas coercitivos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em discurso proferido em 2005, Mearsheimer (2019) interpretou a ascensão da China com base na gramática e na prática internacional dos EUA, ou seja, com base em sua cosmovisão americanocêntrica¹⁵⁷. Para o autor, era mais do que evidente que a China buscaria replicar a Doutrina Monroe na Ásia, pois o objetivo de toda potência hegemônica seria, ao fim ao cabo, subjugar seus pares em benefício próprio e isso resultaria em conflitos bélicos generalizados na região. Contudo, pelo contrário, as economias regionais têm se integrado à economia chinesa sem perder autonomia política. Talvez o maior exemplo se dê em relação à Rússia, que intensificou ainda mais sua relação para com a China após a guerra por procuração na Ucrânia – para Mearsheimer (2019), a Rússia se aliaria ao EUA quando se percebesse ameaçada pelo desenvolvimento chinês, assim como o Vietnã, o Paquistão etc. Nas duas últimas décadas, nenhuma das previsões de Mearsheimer (2019) se concretizou, se não a de que os EUA iriam tentar combater a China tal qual fizeram com a URSS. Seu maior equívoco foi projetar a subjetividade estadunidense em uma formação socioespacial tão distinta quanto a chinesa.

Com o fracasso das instituições multilaterais da OLI, incapazes de cumprir suas promessas de desenvolvimento socioeconômico ao, à época, denominado Terceiro Mundo, a China tem, ao mesmo tempo, fomentado arranjos institucionais paralelos e defendido a reforma dos órgãos já existentes – curiosamente, é a China, e não os EUA, que têm saído em defesa da globalização, embora apele para que os Estados-nação se oponham às elites globais (Vadell; Jabbour, 2023). O que dá sustentação aos fundamentos materiais e ideacionais da GIC são estas

¹⁵⁷ “Por que seria esperado que a China se comportasse de maneira fundamentalmente distinta daquela adotada pelos Estados Unidos? Seria sua conduta mais pautada por princípios do que a americana? Mais ética? Menos nacionalista? Menos preocupada com sua própria sobrevivência? A resposta é negativa em todos esses aspectos, evidentemente, este é o porquê é provável que a China emule o modelo estadunidense e busque estabelecer-se como uma hegemonia regional” (Mearsheimer, 2019, p. 3, tradução nossa).

instituições, novas ou reformadas, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, o Novo Banco de Desenvolvimento, o Fórum China-Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, o Fórum de Cooperação China-África, dentre outros. Em conjunto com as relações bilaterais com a China e com a ação dos grandes conglomerados empresariais-estatais chineses é que a GIC avança e reúne parceiros, criando espaços de negociação e diálogo para a prática e propaganda de seus fundamentos ideacionais e materiais.

Nesse sentido, os BRICS+¹⁵⁸, em conjunto com as instituições que o orbitam, tem sido a arena privilegiada para que as potências emergentes coloquem suas demandas ao mundo, como vozes que representam o Sul Global e a periferia do sistema capitalista, em suas críticas à governança global sob a OLI (Vadell; Jabbour, 2023).

É especialmente no âmbito dos BRICS+, que o Brasil desempenha um papel de liderança política e econômica dentro do projeto que a GIC tem apresentado ao Sul Global, como potência regional que representa a América Latina e o Caribe (ALC). A China já é “o principal parceiro comercial do Brasil, do Chile, do Peru e do Uruguai, e o segundo maior parceiro da maioria dos outros países da América Latina e Caribe [...]”, podendo ultrapassar os EUA até 2035 (Carvalho, 2023, p. 47).

Historicamente, os EUA sempre consideraram a ALC como seu quintal, o núcleo duro do exercício de sua hegemonia política. Por isso, adverte Su (2024), as relações de países de outros continentes com a região são sempre relações triangulares, não bilaterais, pois envolvem os EUA. Segundo a autora, quando os interesses políticos e econômicos dos estadunidenses são ameaçados, a intervenção dos EUA é acionada, na forma de sanções, golpes de estado, *lawfare* etc. – o que demanda cautela por parte da China e de seus países parceiros em suas correlações.

A questão é que mesmo com o endurecimento da política externa estadunidense para com a ALC após a crise de 2008 e a pandemia da Covid-19, os laços materiais e estruturais da região com a China não se desfizeram. Silveira e Montanha (2024) demonstraram, por exemplo, que a intensidade e estrutura das relações sino-brasileiras resistiu ao governo reacionário, anticomunista e pró-EUA de Bolsonaro. Neste período, mesmo com a aproximação ideológica com os EUA, os laços econômicos do Brasil com a China foram fortalecidos (Ramos; leite; Mendonça, 2023). Ainda assim, a influência estadunidense no continente limita o desenvolvimento de relações mais profundas com a China (Su, 2024).

Os países latino-americanos continuam exportando, sobretudo, recursos naturais quase sem nenhum beneficiamento para a China, ao passo que “as exportações chinesas para a região

¹⁵⁸ Em 2024, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã somaram-se aos membros-fundadores dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), quem também admitiram outros nove países-parceiros.

são, em sua maioria, máquinas e equipamentos elétricos, aparelhos mecânicos, e peças e veículos motorizados” (Carvalho, 2023, p.78). Na perspectiva de uma geoeconomia híbrida, Rodrigues e Jabbour (2023, p.121-122) avaliam as contradições dessa relação semicolonial sob o ponto de vista da economia brasileira:

ainda que as exportações primárias tenham contribuído para melhorar a situação fiscal brasileira – aumentar os investimentos sociais, evitar o endividamento e/ou pagar dívidas pré-existentes e possibilitar a criação de reservas cambiais —, do mesmo modo aumentaram a dependência à evolução dos preços das commodities, uma vulnerabilidade fiscal associada à fragilidade comercial típica dos exportadores de bens primários e importadores de bens de maior valor agregado

Para que essa relação bilateral favoreça o desenvolvimento tecnológico e industrial da região e, portanto, sua autonomia, os projetos inscritos na GIC por meio da ICR devem coincidir com os projetos de integração regional da própria América Latina (Carvalho, 2023). Nesse sentido, Pereira e Ribeiro (2023) analisam que uma das principais barreiras à integração regional e ao desenvolvimento conjunto da América do Sul é a precariedade das infraestruturas que conectam fisicamente a região, prejudicando a circulação de fluxos materiais e imateriais entre os países, em outras palavras, não adianta a celebração de acordos de livre comércio entre os países se há gargalos estruturais que encarecem e dificultam a movimentação de pessoas, mercadorias, informações e capitais.

Lamoso (2024) e Su (2024) avaliam as complementariedades, potencialidades e importância mútuas das relações sino-brasileiras para ambos países – mas em especial da China para o Brasil. Ainda assim, apesar das possibilidades concretas de que se estruture uma relação de caráter ganha-ganha, identifica-se que Brasil-China reproduzem o mesmo padrão ALC-China, isto é, o encontro da demanda chinesa com uma economia pouco sofisticada gera riscos de reprimarização das economias ou estabilização de seus desenvolvimentos industriais (Carvalho, 2023).

Apesar de sua posição de destaque e dos diferentes canais de diálogo diplomático ativo com a China (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, do Conselho Empresarial Brasil-China, da Câmara Brasil-China etc.), o Brasil tem enfrentado dificuldades de ordem social (geográfica, econômica, histórica, sociológica etc.) para superar essa condição.

Por não serem regulamentados por uma agenda específica, condicionalidades ou restrições significativas, como quaisquer fluxos de capitais no Brasil, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) chineses destinam-se majoritariamente a fortalecer a sinergia entre a demanda chinesa e a oferta brasileira, com pouca ou nenhuma transferência de tecnologia,

pois destinam-se à compra de matérias-primas, à aquisição de licenças para exploração de recursos naturais e de concessões de serviços públicos, às fusões e aquisições tocadas pelas estatais chinesas e às obras de infraestrutura que favoreçam corredores de exportação destas mercadorias¹⁵⁹ (Rodrigues, Jabbour, 2023; Rippel, Medeiros, 2024). Assim,

Apesar dos benefícios econômicos que os IEDs trazem para a economia brasileira em áreas sensíveis no curto prazo, não tendem a desenvolver capacidades industriais, ou atividades intensivas em conhecimento tecnológico, reforçando barreiras econômicas e políticas ao desenvolvimento de médio e longo prazo. Dessa forma, o direcionamento das empresas chinesas para o setor de *commodities* fortalece e aprofunda as atividades extrativistas de baixo valor agregado e reforçam o caráter reprimarizador das economias regionais. Além disso, em termos de investimentos em infraestrutura em portos, estradas, ferrovias, é benéfico para o Brasil diminuir custos, reduzir gargalos logísticos e aprimorar a competitividade. No entanto, a estrutura dos projetos é voltada por completo ao favorecimento do desenvolvimento chinês, e não para o fortalecimento interno e integrado, o que facilita a consecução de corredores de exportação, em vez de corredores de integração nacional (Rodrigues; Jabbour, 2023, p. 126)

Em síntese, a questão que a literatura indica é a incapacidade da formação socioespacial brasileira em aproveitar as oportunidades de desenvolvimento que a GIC oferece ao mundo. Diante da demanda chinesa no mercado internacional, os objetos, ações e normas que constituem e agem historicamente sobre o território brasileiro favorecem, isto é, oferecem menos resistência à desmodernização neoliberal da economia brasileira do que colaboram com a modernização do país (Pochmann; Silva, 2023). É a forma-conteúdo atual do Brasil e não a China que trava o desenvolvimento dessa parceria estratégica e sujeita o território brasileiro à especialização regressiva, à reprimarização e à desindustrialização de sua economia (Rodrigues; Jabbour, 2024).

Todavia, “não é reduzindo os canais de conectividade com a China que a pauta brasileira irá se diversificar em direção a produtos de maior valor adicionado” (Pereira; Ribeiro, 2024, p. 154). A dinâmica das relações sino-brasileiras não pode ser vista como um fatalismo, mas, desde que haja um direcionamento estratégico, como uma oportunidade a ser aproveitada (Rodrigues; Jabbour, 2024). A brecha que a GIC abre é mais flexível, diversa e promissora do que as funções que a OLI violentamente impõe ao Brasil (Lamoso, 2024), pois “a China está disposta a trabalhar com o Brasil para abrir um novo futuro para as relações China-Brasil na nova era, trazendo mais benefícios para os povos de ambos os países e desempenhando um

¹⁵⁹ Nesses termos, a COFCO Intl. exemplifica bem os sentidos dos IEDs chineses no Brasil: a estatal chinesa, sem nenhum transferência de tecnologia, surgiu de operações de fusão e aquisição, atua na comercialização de matérias-primas de *commodities* agrícolas com pouco ou nenhum beneficiamento, realiza investimentos em infraestruturas portuárias e ferroviárias que favoreçam a exportação de suas mercadorias e adquiriu em leilão o direito de operar um terminal no Porto de Santos.

papel positivo e importante na paz, estabilidade e prosperidade da região e do mundo” (Su, 2024, p. 42).

5.4. Entre a subordinação e as possibilidades de uma relação ganha-ganha: pensando alternativas a partir das ações da COFCO Intl. no Brasil

A China, como visto, desempenha um papel significativo na transformação da OLI, mesmo que não se oponha deliberadamente à arquitetura internacional ou busque assumir a posição de hegemom com o objetivo de, unilateralmente, se favorecer do poder geopolítico que conquistou nas últimas décadas. Pelo contrário, seu processo de expansão é fruto de quase um século de desenvolvimento de sua formação socioespacial de orientação socialista (Jabbour; Gabriele, 2021), que está alicerçada em princípios cuja mera existência e viabilidade antagonizam frontalmente o projeto de globalização neoliberal (Santos, 2004). Os grandes conglomerados empresariais-estatais, incluindo a COFCO Corp., estão no núcleo de ambas situações, domésticas e internacionais, pois essenciais para o funcionamento da economia de projeto chinesa e da GIC.

Não obstante, mais que o exemplo de uma alternativa à proposta de desenvolvimento que o capitalismo financeiro oferece ao mundo, a China tem tocado projetos em conjunto com outros países periféricos, transbordando, à outras regiões, políticas de desenvolvimento e soberania nacional, enquanto carrega a “velha bandeira que um dia sacudiu a periferia colonial em nome do direito ao desenvolvimento” (Jabbour; Dantas; Vadell, 2021, p. 103).

As contradições e solidariedades que surgem nesse processo são inerentes à dialética que move a sociedade humana, são condições para a manutenção do movimento de totalização, de vir a ser, que gera mudanças e reproduz o espaço geográfico (Santos, 2023 [1996]). O próprio desenvolvimento do socialismo na China não existe fora da história e da geografia, ele se dá sobre condições passadas e as carrega como herança, ao mesmo tempo que coexiste e disputa, com atores e eventos diversos, outros futuros possíveis.

Nesse sentido, os fluxos que a GIC dispara em direção ao Brasil atravessam a ordem global, a modificam e modificam a si mesmos, para só então chegar ao território brasileiro, onde serão acolhidos de modo distinto por diferentes lugares e regiões, e somente aí produzir seus efeitos, cujos resultados dependem das virtualidades de cada ordem local.

A COFCO Intl. surge, e ao mesmo tempo define, um arranjo de ações e objetos que exemplificam a dinâmica das relações entre o mundo e os lugares, sempre intermediadas por territórios nacionais. Ela é uma empresa global pela sofisticação e densidade de seu conteúdo

técnico, nutridos pelo que há de mais avançado na ciência e por informações privilegiadas, que são poder. Sendo, portanto, um agente hegemônico, a estatal chinesa transita entre espaços globalizados, mobilizando cada um deles de acordo com seus interesses particulares. Todavia, apesar de sua universalidade, ela mesma é fruto de um espaço particular e a razão própria que a anima opõe-se, em vários aspectos, à racionalidade global estabelecida. Por isso, quando a empresa acessa e usa o território brasileiro, ela torna concreta as contradições que carrega consigo e também contribui com a elaboração de uma nova universalidade, isto é, desencadeia eventos que, a depender das possibilidades chamadas a se realizar, podem modificar a ordem global.

Todavia, apesar deste contexto, a topologia e as ações da COFCO Intl. no Brasil, na escala dos lugares acionados, pouco se diferenciam do que a ordem global atual produziu. Em relação ao território brasileiro, a corporação chinesa se comporta de modo muito semelhante aos seus pares ocidentais, pois encontra uma configuração espacial que está há décadas à serviço da globalização e que resiste às mudanças, pela força das rugosidades e dos atores hegemônicos que lhes dão sentido (Santos; Silveira, 2006). Em outras palavras, a COFCO Intl. no Brasil tem sido exemplar quanto à incapacidade do país em aproveitar as oportunidades de desenvolvimento que seguem na esteira da ascensão geopolítica chinesa. Nesse sentido, a empresa se aproveita muito bem das vantagens comparativas que a condição atual do território brasileiro oferece, complementando os incentivos e suporte que a China lhe dá para que ela atenda de modo mais eficiente aos interesses chineses – mais relacionados à valores de uso do que de troca. Assim, a COFCO Intl. ajuda a reforçar os ônus da atual relação Brasil-China, conforme a dinâmica desta geoeconomia híbrida descrita por Rodrigues e Jabbour (2023).

Não é próprio dos agentes globais se preocuparem com os espaços que mobilizam, ou seja, não é papel da China ou da COFCO Intl. preservar a ordem local e o desenvolvimento socioambiental e justo do território brasileiro – além disso, nem podem fazê-lo. Se o Estado brasileiro permanece conivente com esta situação, apesar da disposição chinesa para trabalhar com o Brasil na construção de relações mais benéficas e das oportunidades de desenvolvimento que a GIC oferece ao povos (Su, 2024; Rodrigues, Jabbour, 2023), é porque, a despeito das pressões externas, a dinâmica atual favorece aos interesses das classes dirigentes: uma minoria de capitalistas (latifundiários/rentistas) brasileiros aliados à burguesia mundial, que não apenas dispõe do aparato estatal, mas o submetem aos ditames do capital agrícola-financeiro (Oliveira, 2016).

Mesmo diante da globalização neoliberal, Santos (2004, p. 14) chamava a atenção para o fato de que “diante dos mesmos materiais atualmente existentes, tanto é possível continuar a

fazer do planeta um inferno, conforme no Brasil estamos assistindo, como também é viável realizar o seu contrário”. O autor valoriza a força do lugar, das horizontalidades, como antagonistas à perversidade da ordem global e sendo capazes de produzir uma outra globalização, mais humana, estruturada em outros fundamentos sociais.

Contudo, para que isso se efetive, é imprescindível que o território usado se interponha à ordem global em favor da ordem local. Diante da globalização, o Estado se torna o principal mediador das verticalidades que se impõem ao território nacional, de modo que, caso não intervenha em setores estratégicos da sociedade, ele se torna incapaz de assegurar o bem-estar social. É isto que torna legítima a demanda de um projeto nacional “para cada país que deseje ter algum comando no processo de sua inserção na nova ordem global que se desenha” (Santos, 2023 [1996], p. 245).

Neste cenário alternativo, a COFCO Intl. no Brasil pode se tornar exemplo de uma outra dinâmica, mais próxima à gramática das relações internacionais chinesas e aos princípios ideacionais da GIC e mais similar aos exemplos que ocorrem no continente africano, em que os IEDs chineses em infraestrutura tem destravado gargalos estruturais que limitavam o desenvolvimento dos países em questão (Lamoso, 2024; Vadell, Jabbour, 2023; Cardoso, Wu, 2023). Em outros termos, Brasil e China podem conjuntamente contribuir com a construção de uma nova ordem planetária, que leve a uma nova relação global-local, mas isso deve se dar

a partir de um projeto nacional de desenvolvimento brasileiro, as relações com a China podem ser visualizadas mais como oportunidade do que ameaça e/ou competição; visam a estimular os fluxos comerciais, a oferta de financiamentos e de investimentos, a alavancagem dos projetos de infraestrutura, assim como possibilitam um crescimento econômico sustentado ao assegurar a redução das desigualdades e a sustentabilidade ambiental (Rodrigues; Jabbour, 2023, p. 136)

Em síntese, poderíamos levantar a seguinte questão: se outros países são capazes de extrair benefícios da expansão internacional da China, porque o Brasil, não é capaz de fazê-lo? A questão torna-se mais complexa quando se põe em perspectiva a posição do Brasil como potência regional e sua importância para a geoeconomia chinesa, que já é sua principal parceira política e econômica há mais de uma década – de modo que nem a extrema-direita brasileira, em sua posição de vassalagem com os EUA e a OLI, conseguiu romper materialmente os laços que unem Brasil e China (Ramos, Leite, Mendonça, 2023; Silveira, Montanha, 2024). É esse dilema que nos leva a refletir acerca de estratégias capazes não apenas de identificar, mas de concretizar e aproveitar as possibilidades e oportunidades que a atuação da COFCO Intl. no Brasil, neste contexto, abrem ao maior benefício do povo brasileiro – “daí a relevância da

política, isto é, da arte de pensar as mudanças e de criar as condições para torná-las efetivas” (Santos, 2004, p. 14).

Em 2012, um dos objetivos traçados por Xi Jinping para superar a crise financeira de 2008 na China foi “consolidar a agricultura como base da economia, acelerar o desenvolvimento da agricultura moderna e garantir o abastecimento efetivo de cereais e principais produtos agrícolas” (Lamoso, 2024, p. 20). Diante da urbanização e do crescimento da classe média chinesas, que tem aumentado a demanda por alimentos e gerado um novo padrão de consumo, a China tem se preocupado em garantir sua segurança alimentar, diminuindo sua dependência do mercado internacional e controlando diretamente o fornecimento de *commodities* agrícolas (Wilkinson; Wesz Jr.; Lopane, 2016). O peso da demanda chinesa aliado à essa nova prática, tem conduzido, inclusive, um reordenamento do regime agroalimentar mundial¹⁶⁰ (Wesz Junior; Escher; Fares, 2021). Jabbour e Gabriele (2021) também avaliam o interesse chinês em assumir um papel de destaque nas cadeias de valor agroalimentares como uma etapa estratégica de seu projeto de desenvolvimento agrário.

Este conjunto de fatores revela a origem e a importância do processo de internacionalização da COFCO Corp., ao mesmo tempo que aponta para como o território brasileiro é estratégico para a China. A cooperação agrícola é a pedra angular das relações Brasil-China, pois “a tecnologia agrícola avançada do Brasil, os recursos terrestres abundantes e de alta qualidade e as condições climáticas adequadas para o desenvolvimento agrícola complementam a abrangente cadeia industrial agrícola da China e o modelo de gestão refinado.” (Su, 2024, p. 49).

Munidos deste trunfo e considerando os vários canais de diálogo diplomático Brasil-China, cremos que as relações da COFCO Intl. com o território brasileiro podem ser incrementadas sem dificuldades, mas sempre a partir de uma posição ativa e soberana do Brasil. Nesse sentido, a concessão do terminal STS 11 do Porto de Santos, por exemplo, pode ser interpretada como um exemplo negativo.

¹⁶⁰ Até então, observava-se a preponderância absoluta de uma política alimentar global de caráter neoliberal. Nesse modelo, a relação entre produção e demanda de alimentos deveria ser conduzida exclusivamente pelas leis de mercado, com intervenção estatal mínima ou inexistente – um arranjo que, em última instância, beneficia os países centrais do capitalismo. Em outras palavras, a produção e a troca de gêneros alimentícios e de suas matérias-primas concentravam-se nas mãos de oligopólios transnacionais. A estratégia chinesa, que, a partir de empresas estatais, combina subsídios à produção doméstica e o controle de recursos estratégicos no exterior para assegurar a soberania alimentar, não apenas contrasta com a lógica neoliberal, mas confronta-a diretamente. Wesz Junior, Escher e Fares (2021) a descrevem como uma estratégia neomercantilista, que funciona como um mecanismo de transição em que convivem continuidades e rupturas com as práticas neoliberais, sendo a COFCO Intl. e a ChemChina uma resposta da China a sua desconfiança nos mercados agroalimentares controlados por grandes corporações ocidentais.

O contrato celebrado entre ambas as partes é muito mais vantajoso à COFCO Intl. do que ao Brasil (Brasil, 2022a). Além disso, em meio ao assédio tarifário de Trump e as contramedidas chinesas (2025), o controle direto sobre um dos maiores terminais portuários destinados à exportação de grãos sólidos vegetais da América Latina se torna ainda mais significativo e estratégico, ou seja, antes mesmo da COFCO Intl. completar as reformas estruturais previstas em contrato, os valores estabelecidos e executados pelo poder público já estão defasados.

Ainda, antes da concessão havia uma área no terminal destinada exclusivamente à importação de trigo (silos, sugadores, tolhas etc.). Porém, após as reformas, toda a infraestrutura portuária servirá somente ao escoamento da produção agrícola brasileira. O Brasil não é autossuficiente na produção de trigo e ainda assim o IED chinês foi destinado apenas às atividades que lhes são sinérgicas, desconsiderando uma possível demanda nacional. Caso houvesse interesse e preparo por parte do Estado, esta parceria pública-privada poderia aproveitar seu potencial de facilitar e de baratear a importação de trigo da China por meio da própria COFCO Intl., conferindo outra condição à concessão do terminal STS 11. É simbólico o fato de que a paisagem portuária criada pela estatal chinesa pode cristalizar a condição agroexportadora do Brasil, em detrimento de outras demandas nacionais.

Pereira e Ribeiro (2023, p. 155) entendem que é pouco provável “uma mudança na pauta de comércio do Brasil de forma que manufaturas passem as vendas externas para a China”. Ainda assim, os autores entendem que a pauta brasileira pode se diversificar se agregar valor aos produtos intensivos em recursos naturais. Rodrigues e Jabbour (2023) também afirmam que agregar valor às *commodities* exportadas pelo Brasil pode ser uma prerrogativa para que as relações Brasil-China se tornem ganha-ganha, em conjunto com “a adoção de tecnologias ou de transferências tecnológicas das cadeias de produção chinesas, a ampliação da oferta de serviços que qualifique e complexifique o tecido produtivo nacional por meio de produtos, e serviços sofisticados e com agregação de valor” (Rodrigues; Jabbour, 2023, p. 131)

Acreditamos que no circuito espacial produtivo do café que a China e a COFCO Intl. poderiam sanar várias destas prerrogativas. O consumo de café na China é crescente e demanda cada vez mais grãos de qualidade (certificações, indicação geográfica, sustentabilidade etc.). Apesar de historicamente não ser um país cafeicultor, diferentemente do Brasil que é um dos maiores produtores do mundo há quase dois séculos, a China, por meio de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento bem-sucedidas, tem dominado as etapas mais rentáveis desta cadeia global de valor, como a torrefação, a produção de cápsulas e o varejo, (Sampaio; Casaril, 2024). Até mesmo a produtividade média de Yunnan, província responsável por 98% da

produção chinesa de café, supera a produtividade média brasileira, pelo uso intensivo de informação, tecnologias e insumos agrícolas (Sampaio; Casaril, 2024).

A China somente pôde alcançar essa condição, e desafiar o seleto grupo de países ocidentais que controlam as etapas mais rentáveis do circuito produtivo de café, pelo legado que a revolução socialista de 1949 deixou a sua formação socioespacial. Nesse sentido, ainda que não disponha da soberania e das instituições necessárias para desafiar as potências ocidentais e avançar sobre outras etapas desta cadeia global de valor, o Brasil pode aliar as vantagens comparativas de sua cafeicultura com a demanda chinesa para negociar, sustentar, financiar e/ou subsidiar a transferência das tecnologias e inovações voltadas ao beneficiamento do café – para que ele se dê, em algum nível, em território brasileiro e/ou partir de atores nacionais. As políticas desenvolvidas pela China, no âmbito público ou privado da economia, que a levaram a nacionalizar a torrefação e a produção de capsulas, deveriam ser objeto de estudo conjunto dos órgãos de cooperação sino-brasileiros.

Ao mesmo tempo que a relação Brasil-China, intermediada pela COFCO Intl., pode facilitar o caminho para que o Brasil supere a condição de mero produtor de café, legada aos países mais pobres, há outras possibilidades para agregar valor a este produto. Uma maior abertura do mercado doméstico da China pode ser uma oportunidade única para que os produtos e serviços brasileiros, especialmente no varejo, acessem novos consumidores (Rodrigues; Jabbour, 2023). Tudo depende do quanto o Estado e as empresas brasileiras sejam capazes de induzir ambas situações, valorizado as vantagens competitivas e particularidades do território nacional.

No Brasil, até mesmo o circuito produtivo de algodão poderia se beneficiar de estratégias semelhantes. Novamente, o volume da produção brasileira e a magnitude da demanda chinesa se encontram, sem que haja quaisquer incentivos para que se agregue valor à fibra do algodão ou para que se transfira tecnologia e serviços sofisticados. Sabendo que a China tem transferido sua tradicional indústria têxtil para outros países, devido ao estágio de sofisticação de seu desenvolvimento tecnológico, social e econômico (Severino *et al.*, 2019), não é um absurdo ponderar sobre a possibilidade de se desenvolver parte da tecelagem, da confecção de bens de consumo e de se reaproveitar subprodutos no Brasil.

Os efeitos da Lei 14.902/2024, conhecida como “taxa das blusinhas”, que aumentou o imposto sobre compras internacionais de pessoas físicas, demonstra que a prerrogativa de direcionar os IEDs chineses para que agreguem valor às mercadorias em território brasileiro é possível. Esta política protecionista resultou no aumento de investimentos e abertura de fábricas de empresas como a Shein, que passou a produzir no Brasil 85% dos produtos vendidos no país

(Alves, 2025). Assim, a partir da COFCO Intl., é possível complementar essa política pública, favorecer ainda mais as etapas industriais do circuito do algodão que se dão no Brasil, agregar valor à *commodity* ainda em território nacional.

Contudo, é no circuito espacial produtivo da soja que reside o maior poder de barganha do Brasil em sua relação comercial com a China. Não é preciso voltar a ponderar o papel que a soja desempenha nas relações Brasil-China, nem o destaque de sua produção no conjunto da economia e do território brasileiros, bem como nos hábitos alimentares chineses. Todavia, em meio às tensões EUA-China, é válido destacar mais uma vez como a COFCO Intl. é um importante agente geoeconômico, pois dados da conjuntura recente são em muito reveladores de tal situação.

Segundo a Reuters (2025), a COFCO Oils & Oilseeds¹⁶¹ anunciou uma série de acordos para a compra de soja brasileira, de seus derivados e de algumas outras mercadorias agrícolas, mesmo em meio à redução de 10% nas tarifas sobre as importações vindas dos EUA, ampliadas no ano de 2025, num contexto de acirramento da guerra comercial entre as duas potências (no segundo mandato de Donald Trump nos EUA). O valor total dessa operação foi de mais de 10 bilhões de dólares e não menciona nenhum produto agrícola estadunidense. Neste ano, a COFCO Corp. fez apenas compras modestas de produtos agrícolas dos EUA, como gesto diplomático. Em meio à questão tarifária, quando o assunto é o comércio de *comodities* agrícolas, é a COFCO Corp. que atua em nome do Estado chinês e é no Brasil que a empresa tem encontrado boa parte das soluções para seus problemas.

Ainda que, equivocadamente, a demanda chinesa seja responsabilizada pela reprimarização da economia brasileira, pela expansão da fronteira agrícola e pelo fortalecimento político do agronegócio, dentre outras coisas, não é limitando as vendas para a China que o Brasil será capaz de solucionar suas questões. Aliás, como discutido, foi o comércio com a China, durante o *boom* das *comodities*, que sanou dívidas externas e financiou políticas públicas diversas em alguns países da América Latina. É preciso analisar a história para que a política atual tenha capacidade de dar novo sentido à exportação de bens agrícolas, sustentando melhorias socioeconômicas estruturais.

Nesse sentido, a soja brasileira é um recurso estratégico que pode trazer retornos para além das finanças. Doméstica e internacionalmente, a China valoriza a estabilidade, pois um mundo conturbado gera variáveis que dificultam a consecução de seus objetivos de longo prazo.

¹⁶¹ Sendo uma das principais subsidiárias da COFCO Corp., esta empresa atua no processamento, armazenagem, comercialização e distribuição de soja, colza, amendoim e produtos de palma e suas atividades econômicas ocorrem exclusivamente dentro território chinês (COFCO, 2017e).

Não há como embutir no preço da saca de soja, por exemplo, o “valor” da estabilidade para os chineses. De modo semelhante, o uso de moedas nacionais, alternativas ao dólar, e a adoção do renmimbi como uma das moedas de reserva brasileira são de interesse da China e podem servir à maior sofisticação das relações sino-brasileiras, assim como uma adesão explícita do Brasil à ICR e à GIC (Pereira; Ribeiro, 2023). Estas ações não possuem valor monetário, mas podem ser interpretadas subjetivamente como uma moeda de troca em favor de um projeto nacional brasileiro capaz de se aproveitar das oportunidades de desenvolvimento que a China entrega ao mundo.

Por exemplo, facilitar e/ou promover a comercialização da soja em renmimbi, em contratos longos e bem amarrados de exclusividade com a China e aderir e financiar projetos dentro do contexto da ICR na América do Sul, como a ferrovia transoceânica, podem ter como contrapartida chinesa investimentos em infraestrutura física e energética em áreas do Brasil onde esses sistemas de engenharia podem ser o gargalo ao desenvolvimento regional, facilitando a circulação de bens e serviços em território nacional, em prol do mercado doméstico, e gerando efeitos de encadeamento capazes de possibilitar e sustentar um crescimento econômico integral. De modo semelhante, o Brasil poderia se beneficiar também das inovações chinesas nas áreas de inteligência artificial, biotecnologia e economia digital, mesmo que direcionadas às atividades agropecuárias, mas valorizando os potenciais ganhos em produtividade e sustentabilidade socioambiental associados à maior adoção dessas tecnologias.

O importante é que as exportações brasileiras de soja à China não se deem apenas ao gosto do mercado, mas que se agreguem outros valores aos contratos de compra e venda das *commodities* que a COFCO Intl. comercializa. A propósito, condicionalidades e prerrogativas semelhantes poderiam ser atribuídas à outros agentes do circuito produtivo da soja, como as demais *tradings*, mas a abertura da China ao diálogo, sua inclinação à cooperação, a maior importância que o país dá aos valores de uso e as capacidades produtivas únicas da indústria chinesa atuam em favor das relações sino-brasileiras e da COFCO Intl., em detrimento de outras relações bilaterais de caráter Norte-Sul – ou triangulares, por sempre envolverem os EUA.

Diante da questão agrária brasileira, que parece insolúvel, a cooperação agrícola sino-brasileira também pode ser incrementada com trocas que estão vão além das relações econômicas. Nas últimas décadas, a China tem experimentado mudanças estruturais na forma da propriedade e no modo de produção agrícolas com o objetivo de aumentar a competitividade de suas atividades agropecuárias sem prejudicar as populações camponesas ou gerar questões sociais graves (Jabbour; Gabriele, 2021). As inovações institucionais e políticas públicas bem-

sucedidas voltadas ao desenvolvimento do campo e aos camponeses chineses¹⁶² deveriam inspirar programas semelhantes no Brasil, adaptados às nossas particularidades, assim como outras políticas públicas exitosas do Brasil podem atender às necessidades específicas da China¹⁶³.

¹⁶² Como a modalidade dos contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado, com o incentivo à produção de alimentos voltados ao mercado, sem desconsiderar políticas que garantam a soberania e a segurança alimentar da nação e o bem-estar social destas famílias; a criação de cooperativas de trabalhadores rurais voltadas à produção em escala, que tem elevado a renda média dos produtores e modernizado o campo; e o desenvolvimento de um sistema financeiro capilarizado, com base em cooperativas de crédito e bancos rurais, que facilitam o acesso de pequenos e médios produtores de toda a China à crédito, muitas vezes subsidiado (Jabbour; Gabriele, 2021).

¹⁶³ Como as políticas de redução do tabagismo, as políticas de mitigação de impactos e produção agrícola em áreas de semiárido e Sistema Único de Saúde (SUS) (Su, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das seções anteriores, adotamos como fio condutor a análise da atuação da COFCO Intl. no território brasileiro. Partimos dos mecanismos e estratégias traçados pela estatal chinesa para requalificar sua inserção no mercado internacional e chegamos às possibilidades que a sua presença no Brasil oferece para as relações sino-brasileiras, especialmente no âmbito do agronegócio.

Nesse sentido, avaliamos uma situação geográfica concreta: a topologia e as ações desta corporação. Esses elementos, quando pensados em sua historicidade, são capazes de revelar nuances de como uma empresa se estabelece e usa os territórios que são de seu interesse. Há uma lógica por trás dos pontos e das redes que cada corporação aciona para atuar em diferentes etapas de quaisquer processos produtivos, pois os lugares possuem particularidades, que, ao mesmo tempo, são condições e trunfos, colocados à serviços dos agentes hegemônicos.

Com a COFCO Intl. não seria diferente, a empresa demanda arranjos específicos de objetos, normas e ações para realizar suas atividades econômicas. Por se tratar de uma multinacional e uma das maiores empresas de seu ramo produtivo, a estatal chinesa pode mobilizar as frações do espaço mais competitivas do mundo, de acordo com seus interesses particulares, com a facilidade que somente os agentes globais possuem. Atuando, principalmente, como uma *trading* de gêneros agrícolas, à COFCO Intl. interessa os pontos no território que a permitam controlar fluxos de mercadorias de diferentes segmentos do agronegócio. Assim, a expressão geográfica que essa corporação assume tem a ver com a sua capacidade de comandar politicamente, por meio da comercialização e circulação de *commodities* agrícolas, as demais etapas dos circuitos espaciais produtivos que são de seu interesse.

Para a China, a COFCO Intl. desempenha um importante papel geoeconômico, pois atua no mercado internacional para suprir a demanda do país por alimentos. Dentre outras coisas, o Estado chinês utiliza-se de seus GCEE para tornar o mercado linha auxiliar do planejamento econômico. Nesse sentido, a fundação da COFCO Intl. e os investimentos que a empresa recebe servem ao único propósito de torná-la capaz de atender às necessidades do povo chinês e às estratégias políticas e econômicas definidas e desde muito tempo planejadas pelo PCCh.

Assim que foi constituída (2014), a corporação chinesa adquiriu dois grupos empresariais tradicionais no agronegócio brasileiro, mas que também atuavam em dezenas de outros países: a Nidera e a Noble Agri. Dessa forma, e como pudemos demonstrar ao longo do trabalho, operações de fusão e aquisição e investimentos *brownfield* foram as táticas que o

conglomerado chinês adotou para inaugurar a maior *trading* de seu país, inserindo-a no mercado de *commodities* agrícolas a partir das atividades econômicas que suas predecessoras exerciam – produção de sementes certificadas, indústria de fertilizantes e insumos agrícolas, atividades financeiras, comércio atacadista, operação portuária, cultivo e processamento de cana-de-açúcar, armazém etc.. Repentinamente, a COFCO Intl. passou a comandar os ativos adquiridos nestas operações financeiras e deu início ao processo de adequá-los aos seus próprios projetos, cultura e demandas corporativas.

Portanto, as ações e a topologia da COFCO Intl. no território brasileiro resultam dos interesses chineses, da configuração espacial dos ativos adquiridos pela empresa e mesmo da dinâmica atual da divisão territorial do trabalho, da forma como se estabelece no Brasil (e levando em conta a presença de outras grandes *tradings* estrangeiras no país). Nessas circunstâncias, tornou-se evidente que é o ano de 2018 que representa uma inflexão na estratégia territorial da estatal chinesa no Brasil. Foi a partir desse ano que a estrutura organizacional da *holding* assumiu sua forma atual, que implicou, em linhas gerais, que as subsidiárias mudassem seus respectivos nomes empresariais, se fundissem e se especializassem em diferentes circuitos produtivos, tornando evidente sua estratégia de mercado.

Nesse período, a COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos começou a atuar com foco no comércio de café em grãos e acionou os lugares mais dinâmicos do setor cafeeiro no país, como Varginha/MG e Patrocínio/MG. Se, por um lado, a demanda chinesa por cafés certificados e especiais é crescente, por outro essa subsidiária abriu suas novas unidades de comércio atacadista em regiões que possuem IG ou DO, além de serem responsáveis pela maior parte da produção de café no Brasil. Em outras palavras, em um gesto repentino, a gestão chinesa modificou o objeto social e transformou profundamente uma das empresas que herdou em suas operações de fusão e aquisição: de armazém geral, com um par de estabelecimentos, para o comércio atacadista de café em grãos, com novas unidades dispersas pelo Brasil.

A COFCO Intl. Cotton, por sua vez, encerrou suas antigas filiais, voltadas especialmente ao aluguel de bens móveis e imóveis, para se dedicar quase que exclusivamente ao comércio atacadista de algodão. Inaugurando novas unidades em municípios como Rondonópolis/MT e Luís Eduardo Magalhães/BA, essa subsidiária reforçou a presença da corporação em regiões importantes da cotonicultura do país. Não obstante, se a China é a maior importadora de algodão e sua demanda por produtos bioeconômicos tem aumentado, o Brasil se tornou o maior exportador dessa *commodity* e a maior parcela da produção brasileira possui algum tipo de certificação socioambiental. Nesse segmento, a simbiose entre as ações e topologia da COFCO

Intl. e o território brasileiro é tal que a empresa se tornou, em poucos anos de atividade, a maior exportadora de algodão do país.

Já a COFCO Intl. Brasil, que comandava toda a produção sucroenergética da Noble Agri no país, dá indícios de que o verdadeiro foco da corporação chinesa está no circuito espacial produtivo da soja. Ainda que mantenha e invista nos ativos da divisão de açúcar da empresa (terminal de Votuporanga e usinas sucroenergéticas em São Paulo), essa subsidiária aumentou sobremaneira o número de unidades voltadas ao comércio atacadista de soja – as unidades dedicadas a essa *commodity* já constituem, sozinhas, a maioria dos estabelecimentos ativos da *holding* no Brasil. Estes novos estabelecimentos estão distribuídos pelo interior do país, especialmente no domínio do Cerrado (Mato Grosso e Matopiba), em municípios cuja sojicultura é altamente produtiva, como Nova Mutum/MT, Rio Verde/GO, Balsas/MA e Rondonópolis/MT, sendo que este último se destaca por possuir a única planta agroindustrial de esmagamento de soja e produção de biodiesel de toda a *holding*. Antes mesmo da COFCO Intl. ser fundada, a China já era a maior importadora da soja brasileira, pois o complexo agroindustrial soja-carne constitui a base alimentar do povo chinês e o consumo no país tem aumentado, acompanhando o desenvolvimento de sua classe média.

Isso ajuda a explicar o fato da COFCO Intl. Brasil ter se consolidado como a principal subsidiária da corporação chinesa no país. Além de ser a responsável pelo comércio atacadista de soja, principal mercadoria comercializada pela empresa, ela detém as ações da COFCO Intl. Comércio e Armazenagem de Grãos e da COFCO Intl. Cotton, gerenciando tudo aquilo que é comercializado pela companhia. Todavia, uma *trading* não atua somente na compra e venda de produtos agrícolas, mas também ao longo da cadeia logística que esse comércio envolve. Assim, ao deter as ações da TEC – Terminal Export COFCO, a COFCO Intl. Brasil se torna ainda mais importante.

A TEC – Terminal Export COFCO foi criada para atender ao contrato de arrendamento do terminal STS 11 do Porto de Santos, o maior investimento em infraestrutura de toda a estatal chinesa no Brasil. Portanto, ela é a empresa responsável por gerenciar, no país, todos os ativos portuários do grupo COFCO Intl. que, após as devidas reformas, irá operar um dos maiores terminais de grânéis sólidos de origem vegetal da América Latina – sem pagar taxas adicionais pelas movimentações de café e algodão, apenas soja, milho e açúcar.

Embora destine a maior parte de suas exportações ao mercado asiático e disponha de rotas mais eficazes pelo Pacífico, via Canal do Panamá ou costa oeste da América do Sul, a COFCO Intl. faz quase todo seu escoamento pelo Sudoeste do Brasil. Devido às distâncias envolvidas, o custo do frete pelo Arco Norte é competitivo somente em alguns casos. Desse

modo, com a conclusão das reformas em seu terminal próprio, a tendência é de ainda mais restrição aos fluxos pelo Norte e parte do Nordeste. Os projetos para a construção de outros importantes corredores de exportação, como a Ferrogrão e a Ferrovia Bioceânica, que viabilizaria o porto peruano de Chancay, construído e operado por capital chinês, estão longe de se concretizar. Porém, caso esses projetos se realizem, as rotas pelo Pacífico poderão ganhar relevância e concorrer com as rotas de exportação via Atlântico, pelos portos do Sudeste.

Assim, o terminal da COFCO Intl. no Porto de Santos seguirá sendo um importante ativo para toda a corporação, devido ao volume de cargas que podem ser movimentadas e à centralidade do Brasil para as atividades da corporação. Antes mesmo da concessão para operar o terminal, a maioria das mercadorias exportadas pela empresa passava pelo Porto de Santos, o nó logístico mais estratégico do país. Portanto, são incalculáveis os ganhos em competitividade, lucratividade e em solidificação da marca que a operação privada dessa infraestrutura confere.

Ainda assim, é preciso que as *commodities* saiam das regiões produtivas e cheguem aos portos de exportação, antes de seguirem para seus destinos finais. Por isso é que a COFCO Intl. conta com mais uma subsidiária no Brasil: a COFCO Intl. Transportes. Independente de qual seja o segmento agrícola, mesmo que haja predileção pela soja, os estabelecimentos dessa firma específica atuam em conjunto com as demais empresas do grupo, pois ela é a responsável por lidar diretamente com as operações logísticas e de transporte multimodal, especialmente o rodoviário, de tudo aquilo que é comercializado pela corporação.

Quase todos os municípios que possuem estabelecimentos da COFCO Intl. Transportes estão próximos aos terminais de embarque de cargas de alguma linha férrea ou são cortados por importantes rodovias federais – ambas infraestruturas têm recebido investimentos significativos da União. Desse modo, a empresa tem se estabelecido na intersecção entre as regiões mais produtivas do agronegócio e os principais corredores de exportação do país.

Ainda que a estatal chinesa privilegie, quando possível, o modal ferroviário e a corporação não possua a concessão de operação de nenhuma linha férrea, a COFCO Intl. Transportes possui destaque na estrutura organizacional da *holding*, já que o modal rodoviário permanece sendo o principal meio de transporte de cargas no Brasil, seja ele intermunicipal ou apenas do produtor rural ou armazém até uma estrutura de transbordo. Essa subsidiária, cuja sede está em Sorriso/MT, também não tem a COFCO Intl. Brasil como acionista, destoando das demais empresas da corporação. Desse modo, a COFCO Intl. Transportes possui certa independência operacional e responde diretamente às entidades jurídicas do grupo COFCO Intl. sediadas no exterior.

Nesse sentido, essas duas subsidiárias, que tem posições hierarquicamente equivalentes na estrutura organizacional da *holding*, possuem como acionistas empresas sediadas em paraísos fiscais do Caribe e da Europa, com destaque para a Suíça e para as Ilhas Virgens Britânicas. As empresas com domicílio fiscal nestes territórios servem como mediadoras dos fluxos imateriais que se destinam à sede principal do grupo COFCO na China, pois estes são lugares privilegiados para as práticas de elisão fiscal da empresa – condição e estratégia típicas de grandes corporações.

Enquanto isso, no Brasil, é São Paulo, a grande metrópole nacional, que ocupa o topo da hierarquia dos lugares acionados pela COFCO Intl.. É a partir deste seletto endereço, localizado em uma das áreas mais privilegiadas da capital paulista, que a estatal chinesa organiza e regula suas atividades econômicas no Brasil. Ou seja, é a partir desse ponto no território, e tanto recebendo quanto emitindo ordens diversas, que a empresa centraliza suas estruturas de comando e exerce o controle político sobre os circuitos produtivos em que atua, enquanto as demais etapas das atividades produtivas ficam dispersas pelo território brasileiro. Nada se dá, entre a COFCO Intl. no Brasil e no exterior, sem que se passe pela cidade de São Paulo – até mesmo a COFCO Intl. Transportes possui filial no mesmo edifício, apesar de sua aparente independência.

Além disso, com base na análise da topologia de cada uma das subsidiárias citadas, é possível concluir que, ao avançar sobre novas áreas agrícolas modernas do território brasileiro, a empresa tem privilegiado o Matopiba e o Centro-Oeste, alcançando cada vez mais o norte do país, em detrimento da região Sul. Ou seja, em busca de novos espaços, é no domínio do Cerrado, acompanhando o avanço da soja sobre áreas de pastagens, de outras culturas e de vegetação nativa, que a empresa tem inaugurado novas filiais.

Nesse sentido, reforçamos que a metodologia e a escala de análise que adotamos não permitem avaliar alguns aspectos da atuação da COFCO Intl. no Brasil. Pela extensão e multiplicidade de seus estabelecimentos e por nos atermos à escala nacional e, portanto, subcontinental de operação da empresa, a dimensão local de suas ações no país não pôde ser analisada. Até mesmo um importante dado, a articulação ou não da COFCO Intl. com outras estatais chinesas que operam no Brasil, como a Syngenta/ChemChina, que comercializa agroquímicos e sementes de grãos e oleaginosas, não pôde ser levantado. Do mesmo modo, não apareceram detalhadamente em escala nacional os *lobbies*, campanhas publicitárias, detalhes contratuais e demais estratégias da empresa para entrada em novos mercados, bem como a aplicação de suas normas de conduta socioambientais ou a relação que eventualmente estabelece com as empresas ABCD. Em outras palavras, o modo como a COFCO Intl. opera no

âmbito da psicosfera para consolidar sua marca manifesta-se mais intensamente em nível local e o nível nacional de nossa análise foi pouco revelador dessa dinâmica.

Ainda assim, de acordo com o balanço patrimonial da COFCO Intl. Brasil, é possível afirmar que o Estado brasileiro conduz um projeto nacional baseado nos ditames neoliberais, favorecendo, subsidiando e incentivando grandes corporações estrangeiras do agronegócio. O território brasileiro é oferecido como recurso para estas empresas, que, em última instância, resultam em intensa exploração do trabalho e da natureza. Elas contribuem com o desgaste dos bens naturais, direta e indiretamente, e atuam em favor de uma circulação que é desnecessária à população brasileira (Santos; Silveira, 2006), pois em nada a beneficia. Esta circulação precede, comanda e viabiliza a produção de *commodities* agrícolas, reforçando, no Brasil, condutas e condições associadas às economias primário-exportadoras.

É nesse sentido que, para um cidadão brasileiro que ignora a *trading* chinesa, a COFCO Intl. poderia ser interpretada como apenas mais uma multinacional a atuar no Brasil, com a única diferença de que ostenta ideogramas em sua logo. Já ao cidadão atento às condições políticas do país e à lógica de mercado das grandes empresas do agronegócio, a COFCO Intl. surge como uma empresa jovem que rapidamente conquistou expressão e significativa fatia de mercado, mostraria a eficiência da cultura corporativa chinesa.

Por conseguinte, é apenas em escala global, no âmbito das relações internacionais, que a COFCO Intl. revela sua relação com a formação socioespacial de orientação socialista da China, como algo que a distingue de seus pares. Em meio à conjuntura recente, das questões tarifárias que envolvem China e EUA, promovidas pelo segundo governo Trump (em 2025), o grupo COFCO tem privilegiado a geoeconomia chinesa, em detrimento do mero imperativo do lucro, ainda que este não deixe de ter importância. Para além de abastecer o mercado doméstico chinês, os contratos de compra e venda celebrados pela corporação desempenham um duplo papel diplomático: servem tanto à reaproximação com os EUA quanto à afirmação da soberania e liderança chinesas no Sul Global.

São os ativos adquiridos e os investimentos realizados pela empresa no Brasil que lhe conferem a autonomia necessária para atuar em todos estes sentidos, porque é o mercado brasileiro de *commodities* agrícolas que melhor tem respondido à crescente demanda chinesa, em que pese as boas relações diplomáticas e comerciais entre os países. Em outras palavras, a internacionalização e consolidação de um de seus principais GCEE do agronegócio, ao longo da última década, é o que tem permitido à China ampliar seu controle sobre os complexos produtivos do agronegócio mundializado e contestar as políticas unilaterais dos Estados Unidos.

Além disso, a expansão política e econômica da China tem antagonizado alguns dos fundamentos sobre os quais a globalização ocidental se estrutura. A proposta e prática chinesas para a ordem internacional, especialmente por meio do investimento em grandes obras de infraestrutura, respeito às soberanias nacionais e defesa de um multilateralismo baseado em cooperação e em benefícios mútuos, opõem-se à financeirização, ao intervencionismo e às instituições que atuam em favor da manutenção de relações centro-periferia, que beneficiam o Norte Global.

O fenômeno que a literatura tem chamado de “globalização instituída pela china” se dá de tal modo que nos perguntamos em que medida ela se encaixa na análise de Santos (2004, p. 153-154) sobre a possibilidade de se constituir uma outra globalização, mais humana, sobre os mesmos sistemas técnicos da atualidade:

As mudanças a serem introduzidas, no sentido de alcançarmos uma outra globalização, não virão do centro do sistema, como em outras fases de ruptura na marcha de capitalismo. As mudanças sairão dos países subdesenvolvidos. É previsível que o sistemismo sobre o qual trabalha a globalização atual erga-se como um obstáculo e torne difícil a manifestação da vontade de desengajamento. Mas não impedirá que cada país elabore, a partir de características próprias, modelos alternativos, nem tampouco proibirá que associações de tipo horizontal se deem entre países vizinhos igualmente hegemônizados, atribuindo uma nova feição aos blocos regionais e ultrapassando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estágio mais elevado de cooperação. Então, uma globalização constituída de baixo para cima, em que a busca de classificação entre potências deixe de ser uma meta, poderá permitir que preocupações de ordem social, cultural e moral possam prevalecer (Santos, 2004, p. 153-154)

Contudo, mesmo diante das possibilidades de desenvolvimento nacional que a ascensão da China tem aberto ao Sul Global, é preciso que o Estado brasileiro, a partir de um projeto nacional popular, se interponha em favor do bem-estar da nação – só assim os nexos de ordem local podem prevalecer sobre os imperativos da ordem global. Nesse sentido, a competitividade do agronegócio brasileiro não deveria ser um entrave à complexificação e sofisticação da economia brasileira, servindo tão somente ao benefício de terceiros, mas ser capaz de conjugar suas valências com os demais setores produtivos em prol da modernização do território nacional, visando superar a inserção subordinada do país na globalização.

A abertura ao diálogo e à negociação e o respeito às soberanias nacionais são novidades que a China tem introduzido no sistema internacional e é a COFCO Intl. quem faz a intersecção, no âmbito do agronegócio, entre a demanda chinesa e a oferta brasileira, substituindo intermediários. A empresa está diretamente vinculada ao governo chinês e ao território do Brasil, que é essencial para que ela desempenhe suas atividades econômicas competitivamente.

Todavia, nesta equação, falta ainda uma postura ativa do Estado brasileiro, como interlocutor capaz de extrair toda a potencialidade das relações Brasil-China.

Aqui, retomamos a possibilidade de que, em favor da atuação da COFCO Intl. no Brasil, hajam contrapartidas capazes de incrementar a qualidade das relações sino-brasileiras. No circuito do café, por exemplo, a negociação poderia assegurar à empresa o acesso aos produtores brasileiros em troca da abertura do mercado chinês à varejistas do Brasil ou da transferência de tecnologia para que etapas de beneficiamento, como o encapsulamento do café, ocorram em território nacional – desde que respaldadas por um arcabouço normativo que lhes dê suporte e viabilidade. O circuito do algodão é outro que poderia se beneficiar das relações Brasil-China, industrializando e beneficiando, quando possível, a pluma do algodão, fortalecendo assim a indústria têxtil nacional.

Quanto ao circuito da soja, as contrapartidas podem ir muito além dos ganhos econômicos que o beneficiamento da *commodity* com empresas e em território brasileiros podem oferecer. Evolvendo o uso de moedas nacionais ou adoção do renminbi como moeda de reserva, que são interesses expressos da política externa chinesas e alternativas ao dólar, poder-se-ia no Brasil: financiar grandes projetos de infraestrutura, no contexto ou não da ICR; incorporar inovações chinesas nas áreas de inteligência artificial, biotecnologia e economia digital em atividades agropecuária; e contrair e adaptar tecnologias, inovações institucionais e políticas públicas chinesas bem-sucedidas na solução de sua questão agrária para promover um desenvolvimento ambientalmente e socialmente justo do campo e do camponês brasileiros. Esses são apenas alguns exemplos que a cooperação agrícola sino-brasileira poderia ampliar e promover por meio da COFCO Intl., dentre vários outros, pois a literatura identifica casos em que, diante do projeto de desenvolvimento nacional de outros países, a China adaptou suas políticas empresariais e de investimento.

Por essas razões, concluímos que o uso que a COFCO Intl. faz do território brasileiro pode assumir um novo sentido, pois tem o potencial de compor uma parceria estratégica. Contudo, a soberania nacional e o desenvolvimento doméstico devem se tornar os pilares da relação sino-brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABIC. **O Café Brasileiro na Atualidade**. 2021. Disponível em: <https://www.abic.com.br/tudo-de-cafe/o-cafe-brasileiro-na-atualidade/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- ABRAPA (ed.). **Mapa do Algodão Brasileiro**: produção, classificação e logística de exportação. Brasília: Abrapa, 2023. Disponível em: <http://www.cottonbrazil.com/downloads>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- ABRAPA. **Cerrado Summit Discute Soluções Regenerativas para a COP 30**. 2025. Disponível em: <https://abrapa.com.br/2025/04/17/cerrado-summit-discute-solucoes-regenerativas-para-a-cop-30/>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- ABRAPA. **Santos escoa 95% do algodão do País**. 2024. Disponível em: <https://abrapa.com.br/2024/03/05/santos-escoa-95-do-algodao-do-pais>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS (Brasil). Ibge. **Soja, Milho, Arroz e Feijão Apresentam as Maiores Estimativas Previstas para 2025**. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42191-em-novembro-ibge-preve-safra-de-294-3-milhoes-de-toneladas-para-2024-e-de-314-8-milhoes-de-toneladas-para-2025>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ALCANTARA, I. R. de; VEDANA, R.; VIEIRA FILHO, J. E. R.. TD 2682 - Produtividade do algodão no Brasil: uma análise da mudança estrutural. **Texto Para Discussão**, Brasília, p.1-27, 23 ago. 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/td2682>.
- ALVES, A. P. B.. **Shein Acelera Produção no Brasil e Já Produz 85% das Vendas Nacionalmente Leia mais em**: <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/02/shein-acelera-producao-no-brasil/>. 2025. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2025/02/shein-acelera-producao-no-brasil>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- AMIPA. **Laboratório Minas Cotton Apresenta os Resultados da Safra Mineira de Algodão 2023/24**. 2023. Disponível em: <https://amipa.com.br/noticias/laboratorio-minas-cotton-apresenta-os-resultados-da-safra-mineira-de-algodao-2023-24/>. Acesso em: 18 abr. 2025.
- AMPORT. **Arco Norte**. 2023. Disponível em: <http://amport.com.br/arco-norte/>. Acesso em: 20 mar. 2025.
- ARQ. CARLOS BRATKE. **Sustentabilidade**. 2025. Disponível em: <http://edificiocarlosbratke.com.br/index.htm>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS (Brasil). **Ministério de Portos e Aeroportos. COFCO Arremata Terminal para Grãos Vegetais no Porto de Santos e Investirá Mais de R\$ 760 Milhões**. 2022. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/2022/03/30/cofco-arremata-terminal-para-graneis-vegetais-no-porto-de-santos-e-investira-mais-de-r-760-milhoes/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BACHAND, R.. What's Behind the WTO Crisis? A Marxist Analysis. **European Journal Of International Law**, Florença, v. 31, n. 3, p. 857-882, 1 ago. 2020. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ejil/chaa054>.

BARROS, M. J. B.. Dinâmicas da Ocupação da Logística Portuária do Agronegócio e seus Rebatimentos Socioeconômicos e Territoriais em Itaituba – Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Santarém, v. 32, n. 2, p. 1-32, 20 dez. 2024. Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. http://dx.doi.org/10.36920/esa32-2_st08.

BÉLOT, J. L.; BARROS, E. M.; MIRANDA, J. E.. Riscos e Oportunidades: o bicudo-do-algodoeiro. In: ALGODÃO, Associação Mato-Grossense dos Produtores de (org.). **Desafios do Cerrado**: como sustentar a expansão da produção com produtividade e competitividade. Cuiabá: AMPA, 2016. p. 77-118.

BEZERRA, C.. Agronegócio Avança Sobre o Cerrado e Pressiona Comunidades Tradicionais com Veneno. **Le Monde Diplomatique Brasil** [online]. 20 ago. 2024. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/agronegocio-avanca-sobre-o-cerrado-e-pressiona-comunidades-tradicionais-com-veneno/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BOAVENTURA, P. S. M. *et al.* Value Co-Creation in The Specialty Coffee Value Chain: the third-wave coffee movement. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 58, n. 3, p. 254-266, jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020180306>.

BOER, R.. **Socialism with Chinese Characteristics**: a guide for foreigners. Singapura: Springer, 2021. <https://doi.org/10.1007/978-981-16-1622-8>.

BORGES, P.; GILIO, L.. China: segurança alimentar e crescimento da demanda por alimentos. **INSPER**: Agro Global, São Paulo, p. 1-17, jun. 2024.

BRAGA, V.; CASTILLO, R.. Tipologia e Topologia de Nós Logísticos no Território Brasileiro: uma análise dos terminais ferroviários e das plataformas multimodais. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 2, p. 235-258, 2013. <https://doi.org/10.54446/bcg.v3i2.112>.

BRASIL. Autoridade Portuária de Santos. Ministério de Portos e Aeroportos. **Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto de Santos**. Santos, 2020. 233 p. Disponível em: https://www.gov.br/portos-e-aeroportos/pt-br/assuntos/transporte-aquaviario/planejamento-portuario/plano-de-desenvolvimento-e-zoneamento-pdz/arquivos-pdz/pdz_brssz_julho_2020.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. CASA CIVIL. **Mapas de Obras por Estados**. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac/mapas-de-obras-por-estados>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.724, de 16 de outubro de 2012. Confere ao Município de Sorriso, no Estado de Mato Grosso, o título de Capital Nacional do Agronegócio. **Lei Nº 12.724, de 16 de Outubro de 2012**. Brasília, DF, 17 out. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Dia Mundial do Algodão**: conheça características da produção de algodão no Brasil. 2024b. Disponível em:

<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/conheca-caracteristicas-da-producao-de-algodao-no-brasil>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Mapa divulga os 100 municípios mais ricos do agronegócio em 2023**. 2024c. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-divulga-os-100-municipios-mais-ricos-do-agronegocio-em-2023>. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?**. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Projeções do Agronegócio: brasil 2022/23 a 2032/33**. Brasília: Mapa, 2023b. 106 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/producao-de-graos-brasileira-devera-chegar-a-390-milhoes-de-toneladas-nos-proximos-dez-anos/ProjeesdoAgronegocio20232033.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Sumário Executivo: café**. Brasília: Mapa, 2025.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Contrato nº 08/2022**. Brasília, 2022a. Disponível em: https://intranet.portodesantos.com.br/docpublico/proaps/proaps_438_0.pdf. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). **Ato de Concentração nº 08700.007412/2017-41**. Brasília: Ministério da Justiça, 2017-2018. Disponível em: https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?0c62g277GvPsZDAxAO1tMiVcL9FcFMR5UuJ6rLqPEJuTUu08mg6wxLt0JzWxC9mNcMYP8UAjTVP9dxRfPBceY2pUfGnqBwP2dD8Jdiip7R6ZrxU3FHwSgMn6JLVR99. Acesso em: 22 jan. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Cafés Brasileiros com Indicação Geográfica**. Brasília: Itamaraty, 2022b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Novo Acordo com Gigante Chinesa de Cafeterias Impulsiona Exportações do Café Brasileiro**. 2024d. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/novo-acordo-com-gigante-chinesa-de-cafeterias-impulsiona-exportacoes-do-cafe-brasileiro>. Acesso em: 28 abr. 2025.

BRASIL. Programa de Parcerias de Investimentos. Casa Civil. **STS11 – Terminal para graneis sólidos**. 2023c. Disponível em: <https://ppi.gov.br/projetos/sts11--terminal-para-graneis-solidos-porto-de-santos-sp-2/#:~:text=Leilão%20realizado%20em%2030%2F03,%2C%20por%20R%24%2010%20milhões>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASILAGRO. **China Aumenta Consumo de Café e Chega a Ser o 9º Maior Comprador do Brasil**. 2023 Disponível em: <https://www.brasilagro.com.br/conteudo/china-aumenta-consumo-de-cafe-e-chega-a-ser-o-9-maior-comprador-do-brasil.html>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BUENO, C. R. F.; CASER, D. V.. Algodão no Estado de São Paulo: 2005 a 2014. **Análise e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 10, n. 9, p. 1-7, set. 2015. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/ftpica/AIA/AIA-60-2015.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BUENO, S.. **Saiba Mais Sobre a Exportação de Algodão**. 2025. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/exportacao-brasileira-de-algodao/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CARDOSO, C. M. V.; WU, W. W. T.. Conectividade da China por meio do investimento estrangeiro em infraestrutura. In: CARVALHO, E. M. de; VERAS, D.; STEENHAGEN, P. (org.). **A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 501-528.

CARREGOSA, L.. Para viabilizar Ferrogrão, governo estuda concessão casada com a BR-163 e traçado por fora de reserva ambiental. **G1**. [Online]. 20 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/11/20/para-viabilizar-ferrograo-governo-estuda-concessao-casada-com-a-br-163-e-tracado-por-fora-do-parque-nacional.ghhtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CARVALHO, E. M. de. Renascimento da Rota da Seda e sua extensão até a América Latina. In: CARVALHO, E. M. de; VERAS, D.; STEENHAGEN, P. (org.). **A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 17-56.

CASTILLO, R.. A expansão do setor sucroenergético no Brasil. In: Bernardes, J. A.; Silva, C. A. da; Arruzzo, R. C. (Org.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

CASTILLO, R.. Conceitualização de competitividade em Milton Santos e Teoria Regional. In: CASTILLO, Ricardo *et al.* (org.). **Território Brasileiro: contribuições da obra de Milton Santos para pensar o período informacional**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. p. 25-47.

CASTILLO, R.. Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional para o bioma Cerrado. **GEographia**, Niterói, v. 17, n. 35, p. 95-119, 2015. Pro Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação - UFF. <http://dx.doi.org/10.22409/geographia2015.v17i35.a13730>.

CASTILLO, R.. Transporte e Logística de Granéis Sólidos Agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. **Investigaciones Geográficas**, Cidade do México, n. 55, p. 79-96, 2004. <https://doi.org/10.14350/rig.30112>

CASTILLO, R.; BERNARDES, J. A.. Apresentação e apontamentos teórico-metodológicos. In: BERNARDES, J. A.; CASTILLO, R. (org.). **Espaço Geográfico e Competitividade: regionalização do setor sucroenergético no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019. p. 7-16.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S.. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>.

CATAIA, M. A.. Território Político: fundamento e fundação do estado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr. 2011. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000100010>.

CECAFÉ. **Relatório Mensal**: dezembro 2024. São Paulo: Conselho dos Exportadores de Café do Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.aeb.org.br/wp-content/uploads/2025/01/CECAFE-Relatorio-Mensal-DEZEMBRO-2024.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CHAGAS, J.. **Os telhados**. São Luís: Editora AML, 1999.

CHESNAIS, F.. O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 35-67.

CNA. **Análise do Mercado Chinês**: café. [S. L.]: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/publicacoes/analise-do-mercado-chines-cafe>. Acesso em: 28 abr. 2025.

COFCO INTL. **Alimentando o Futuro**. 2024a. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com>. Acesso em: 05 jun. 2024.

COFCO INTL. **COFCO Around the World: Brazil - Cementing our position in the agricultural powerhouse**. 2021a. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/newsroom/cofco-around-the-world-brazil-cementing-our-position-in-the-agricultural-powerhouse/>. Acesso em: 14 maio 2025.

COFCO INTL. **COFCO International é Campeã Brasileira de Produtividade Agrícola de Cana-de-Açúcar**. 2024b. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/historias/cofco-international-e-campea-brasileira-de-produtividade-agricola-de-cana-de-acucar/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

COFCO INTL. **COFCO International Inicia Construção da Expansão do Terminal Portuário de Santos**. 2023a. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/historias/cofco-international-inicia-construcao-da-expansao-do-terminal-portuario-de-santos/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

COFCO INTL. **COFCO International Inicia Construção de Duto Ligando sua Usina de Biodiesel às Distribuidoras de Combustível em Rondonópolis (MT)**. 2021b. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/historias/cofco-international-inicia-construcao-de-duto-ligando-sua-usina-de-biodiesel-as-distribuidoras-de-combustivel-em-rondonopolis-mt/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

COFCO INTL. **COFCO International Investirá Mais de R\$ 1,9 Milhão na Compra de 255 Toneladas de Algodão em Rama de Cooperativas do RN**. 2024c. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/historias/cofco-international-investira-mais-de-r-1-9-milhao-na-compra-de-255-toneladas-de-algodao-em-rama-de-cooperativas-do-rn/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

COFCO INTL. **COFCO International Rotates Sugarcane Crop With Soybeans to Improve Soil Health and Raise Productivity**. 2024d. Disponível em: https://www.cofcointernational.com/newsroom/cofco-international-rotates-sugarcane-crop-with-soybeans-to-improve-soil-health-and-raise-productivity/?utm_campaign=feed&utm_medium=referral&utm_source=later-linkinbio. Acesso em: 25 abr. 2025.

COFCO INTL. **Cotton**. 2025a. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/products-services/cotton/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

COFCO INTL. **Our Investors**. 2025b. Disponível em: <https://www.cofcointernational.com/who-we-are/our-investors/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COFCO INTL. **Parque Valongo: investimento para a população de Santos**. 2024e. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com/historias/parque-valongo-investimento-para-a-populacao-de-santos/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

COFCO INTL. **Quem Somos**. 2025c. Disponível em: <https://br.cofcointernational.com>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COFCO INTL. **Raising Sustainability Ambitions**. Genebra: Cofco International Limited, 2023b. Disponível em: https://www.cofcointernational.com/media/bmtaiwxx/cofco_2023_sustainability_report.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

COFCO. **About COFCO**. 2017a. Disponível em: <https://www.cofco.com/en/AboutCOFCO/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

COFCO. **COFCO Coca-Cola**. 2017b. Disponível em: <https://www.cofco.com/en/BrandProduct/COFCOCocaCola/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COFCO. **History and Honor**. 2017c. Disponível em: <https://www.cofco.com/en/AboutCOFCO/HistoryandHonor/>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COFCO. **Subsidiary Unit**. 2017d. Disponível em: <https://www.cofco.com/en/AboutCOFCO/SubsidiaryUnit/###>. Acesso em: 02 jul. 2025.

COFCO. **COFCO Oils & Oilseeds**. 2017e. Disponível em: <https://www.cofco.com/en/brandproduct/cofcooils>. Acesso em: 14 nov. 2025.

COMEX STAT. **ComexVis: soja**. 2026. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis/4/22299111>. Acesso em: 08 fev. 2026.

COMEX STAT. **Dados por Municípios**. 2025. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio/57504>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CONSELHO DE ESTADO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. **Resolution of the Central Committee of the Communist Party of China on the Major Achievements and Historical Experience of the Party over the Past Century**: adopted at the sixth plenary session of the 19th central committee of the communist party of china on november 11, 2021. 2021. Disponível em: https://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202111/16/content_WS6193a935c6d0df57f98e50b0.html. Acesso em: 02 jul. 2025.

CONTEL, F. B.. Os sistemas de movimento do território brasileiro. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (org.). **O Brasil: território e sociedade no início do Séc. XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006. p. 357-372.

CORRÊA, R. L.. Corporação e Espaço: uma nota. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 137-145, 1991.

CORRÊA, R. L.. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, Maria A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 251-256.

COSTA, B. M. R.; GALLO, F.. Território e paraísos fiscais: reflexões geográficas sobre a prática da elisão fiscal. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 55-76, 2024.

DANTAS, A.. Circuitos Espaciais de Produção e o Lugar. **Sociedade e Território**, Natal, v. 28, n. 1, p. 193-199, jul. 2016. <https://doi.org/10.21680/2177-8396.2016v28n1ID9889>.

DANTAS, T.. **Brasil consolida liderança na exportação de algodão, mas 2025 traz desafios**. 2025. Disponível em: https://www.canalrural.com.br/agricultura/brasil-consolida-lideranca-na-exportacao-de-algodao-mas-2025-traz-desafios/#google_vignette. Acesso em: 18 abr. 2025.

DATASEBRAE. **IG: Sudoeste de Minas**. 2023. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/ig-sudoeste-de-minas/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Os Gigantes: os 100 municípios que compõem 37% do território brasileiro**. São Paulo, 2024.

DEUS, A. I. de. **A Berrini na Centralidade de São Paulo**. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DIAS, A.. Barra do Garças Poderá Ganhar Ramal Ferroviário até Cidade em Goiás: trecho é estudado. **Semana 7**. [Online], p. 1-2. 09 mar. 2023. Disponível em: <https://www.semana7.com.br/cidades/barra-do-garcas-podera-ganhar-ramal-ferroviario-ate-cidade-em-goias-trecho-e-estudado/59739>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ELIAS, D.. Globalização e Fragmentação do Espaço Agrícola no Brasil. **Scripta Nova**. 2006. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-03.htm>

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA (Brasil). Ministério da Infraestrutura. **Nota Técnica nº 3/2021**. Brasília, 2021. 44 p. Disponível em: http://web.antaq.gov.br/Sistemas/WebServiceLeilao/DocumentoUpload/Audiencia%20106/23%20-%20NOTA_TECNICA_NA__3_2021_CEPRO1_EPL_GEPRO1_EPL_DPL_EPL.pdf. Acesso em: 04 abr. 2025.

ESCHER, F.; WILKINSON, J.. A Economia Política do Complexo Soja-Carne Brasil-China. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 57, n. 4, p. 656-678, dez. 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.191017>.

FARES, T. M.. The Rise of State-Transnational Capitalism in the Xi Jinping Era. **Journal Für Entwicklungspolitik**, Viena, v. 35, n. 3, p. 86-108, 2019. Mattersburger Kreis. <http://dx.doi.org/10.20446/jep-2414-3197-35-3-86>

FERNANDES, A. L. T. *et al.* A Moderna Agricultura dos Cerrados Brasileiros. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, Goiânia, p. 231-240, jun. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pat/a/zYfSkGnTcbGzHT9M66r5XmR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/S1983-40632012000200015>.

FERREIRA, L. T.; SANTOS, J.. **Produção dos Cafés do Brasil Ocupa Área de 1,82 Milhão de Hectares dos Quais 1,45 Milhão São de Café Arábica e 375,99 mil de Conilon**. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/64630822/producao-dos-cafes-do-brasil-ocupa-area-de-182-milhao-de-hectares-dos-quais-145-milhao-sao-de-cafe-arabica-e-37599-mil-de-conilon>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERREIRA, W. P. M. (ed.). **Sistemas de Produção**: boas práticas agrícolas aplicadas à lavoura cafeeira para o estado de minas gerais. Brasília: Embrapa Café, 2022.

FIORI, J. L.. Sobre o Poder Global. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, p. 61-72, nov. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002005000300005>

FIORI, J. L.; Maria da Conceição Tavares e a Hegemonia Americana. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, p. 207-235, 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200011>

FREDERICO, S.. Cafeicultura Científica Globalizada e as Montanhas Capixabas: a produção de café arábica nas regiões do Caparaó e Serrana do Espírito Santo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 7-20, abr. 2013a. <https://doi.org/10.1590/S1982-45132013000100002>.

FREDERICO, S.. Circuito Espacial Produtivo do Café e o Jogo das Escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, 30 abr. 2014a. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1301.0003>.

FREDERICO, S.. Globalização, Competitividade e Regionalização: a cafeicultura científica globalizada no território brasileiro. **Geosp**: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 55, 30 abr. 2014b. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.81077>.

FREDERICO, S.. Lógica das Commodities, Finanças e Cafeicultura. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 97-116, 30 abr. 2013b. <https://doi.org/10.54446/bcg.v3i1.91>.

FREDERICO, S.. Território e Cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geosp**: Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 21, n. 1, p. 73, 14 ago. 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2017.98588>.

FREDERICO, S.; BARONE, M.. Globalização e Cafés Especiais: a produção do comércio justo da associação dos agricultores familiares do córrego d'antas - assodantas, poços de caldas (mg). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 3, p. 393-404, dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/1982-451320150303>

GALA, P.. **O Paradoxo do Café no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/o-paradoxo-do-cafe-no-brasil/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GARCÍA, J. T.. Lección 30: la escuela del sur. In: GARCÍA, J. T.. **Universalismo Constructivo**. Buenos Aires: Poseidón, 1944. p. 213-219.

GARLICK, J.. China's Alternative Global Order: a primer. **Eurohub4Sino**, [S.L.], p. 1-7, 8 abr. 2024. <https://doi.org/10.31175/eh4s.2014.03>

GAZETA DIGITAL. **Noble construirá indústria em MT**. 2011. Disponível em: https://www.agrolink.com.br/noticias/noble-construira-industria-em-mt_132048.html. Acesso em: 25 abr. 2025.

GLEIF – Global Legal Entity Identifier Foundation. **LEI Search**. 2025. Disponível em: <https://search.gleif.org/#/search/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agro em Dados**. Goiânia: Seapa, 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/agricultura/wp-content/uploads/sites/50/2025/03/AGRO-EM-DADOS-MARCO-2025.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

GOOGLE STREET VIEW. **COFCO Intl.: unidade sorriso II**. 2025. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/hpgbL4Sz4zqGDXZv7>. Acesso em: 26 jul. 2025.

HARVEY, D.. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D.. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOOG, W. A. Z.. **Reserva de Incentivos Fiscais de Subvenções Governamentais, em Procedimentos Vinculados ao Balanço de Determinação e Apuração de Haveres**. 2019. Disponível em: http://zappahoog.com.br/site/index.php/reserva-de-incentivos-fiscais-de-subvencoes-governamentais-em-procedimentos-vinculados-ao-balanco-de-determinacao-e-apuracao-de-haveres/#_ftn1. Acesso em: 25 abr. 2025.

IBGE (ed.). **Triplo Fórum**: IBGE lança triplo fórum internacional no Ceará e novo mapa-múndi com o Sul no topo do mundo. 2025a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43307-ibge-lanca-triplo-forum-internacional-no-ceara-e-novo-mapa-mundi-com-o-sul-no-topo-do-mundo>. Acesso em: 02 ago. 2025.

IBGE. **Cidades e Estados do Brasil**. 2025b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2025.

IBGE. **PAM – Produção Agrícola Municipal**. 2025c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=resultados>. Acesso em: 19 nov. 2025.

IBGE. **Produção de Algodão Herbáceo**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/algodao-herbaceo/mg>. Acesso em: 28 abr. 2025.

IKENBERRY, G. J.. **After Victory**: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars. Princeton: Princeton University Press, 2001. <https://doi.org/10.1515/9781400823963>

INFRA S.A. (Brasil). **Ferrovia Transcontinental / FICO**. 2025. Brasília. Disponível em: <https://www.infrasa.gov.br/ferrovias-da-infra-s-a/ferrovia-de-integracao-centro-oeste/ferrovia-transcontinental/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

IPAM. **Balsas é o Município que Mais Desmatou o Cerrado no Último Ano.** 2022. Disponível em: <https://ipam.org.br/balsas-e-o-municipio-que-mais-desmatou-o-cerrado-no-ultimo-ano/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

JABBOUR, E.. **A segunda independência africana.** 2025. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-segunda-independencia-africana>. Acesso em: 25 jan. 2025.

JABBOUR, E.; DANTAS, A.; VADELL, J.. Da Nova Economia do Projeto à Globalização Instituída pela China. **Estudos Internacionais:** revista de relações internacionais da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 9, n. 4, p. 90-105, dez. 2021. <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v9n4p90-105>

JABBOUR, E.; GABRIELE, A.. **China:** o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021. Livro eletrônico. 8191 posições.

JORNALECAN. **Açúcar Ganha Mais Força na Malha da ALL.** 2011. Disponível em: <https://jornalecan.com.br/mercado/acucar-ganha-mais-forca-na-malha-da-all/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Registro Número 587.911/21-9 de TERMINAL 12A SA:** ata da assembleia geral ordinária realizada em 19 de novembro de 2021. São Paulo, dez. 2021a. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/VisualizaTicket.aspx?sc=UN8hF7dSlnRGQTI3%2f7OP1V0pGLWSV0XRtUdSxenV7mFOnS%2b%2fQrwCkv4FI85SYDc1>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Registro Número 583.241/21-9 de COFCO INTL. PORTOS PARTICIPAÇÕES LTDA.:** ata de reunião de sócios realizada em 29 de novembro de 2021. São Paulo, dez. 2021b. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/VisualizaTicket.aspx?sc=UN8hF7dSlnSNTjoSUqzEkJwJet1%2fmCJ2UoHAFEC5p3z9Ci5JD8oyYMcqacEWIWgb>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Registro Número 025.464/23-1 de CEREAL SUL TERMINAL MARÍTIMO SA:** ata da assembleia geral extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2022. São Paulo, jan. 2023. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/VisualizaTicket.aspx?sc=UN8hF7dSlnQ36rY7fAc5nJ2BD2Aa8k1Pzv4JzjZF2CdLtGU4xZ1fF7zUR8Z%2fX8x%2f>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Registro Número 665.255/21-4 de COFCO INTL. COTTON LTDA:** ata de reunião de sócios realizada em 07 de dezembro de 2021. São Paulo, dez. 2021c. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/VisualizaTicket.aspx?sc=UN8hF7dSlnSshuHVeW1djGWKqah0mWpjZMdyAdwgGI0T6wi1knkhMtbNt5bSu4CO>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Registro Número 439.944/24-7 de COFCO INTL. COTTON LTDA:** ata de reunião de sócios realizada em 27 de novembro de 2024. São Paulo, dez. 2024. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/VisualizaTicket.aspx?sc=UN8hF7dSlnSudIAffPncZYBV6tRcsT3%2bZeb0Iw8iS%2fKjM1rhudR51VbuFO12vJ%2b5>. Acesso em: 25 abr. 2025.

JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Serviços Online**: documentos digitalizados. 2025. Disponível em: <https://www.jucesponline.sp.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 31 jan. 2025.

KENICKE, G. P.; SILVA, C. A. da. A Geografia da Produção dos Cafés Especiais no Brasil. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA., 2021, [Online]. **Anais [...]**. [Online]: Realize, 2021. p. 1-16. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA141_ID147516112021174827.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

KOSÍK, K.. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

KUPLICH, T. M., CAPOANE, V.; COSTA, L. F. F. O Avanço da Soja no Bioma Pampa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 31, p. 83-100, jun. 2018

LAMOSO, L. P.. China: a teoria e a política na gramática do futuro. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 15, n. 30, p. 15-33, 12 dez. 2024. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rel.v15i30.18831>.

LANDAU, E. C. *et al.* Evolução da Produção de Soja: (*Glycine Max*, *Fabaceae*). In: LANDAU, E. C. *et al.* (ed.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas**: produtos de origem vegetal. Brasília: Embrapa, 2020. p. 1215-1240.

LANDAU, E. C.; SILVA, G. A. da; MOURA, L.. Evolução da Produção de Café: *coffea arabica* e *coffea canephora*, *rubiacae*. In: LANDAU, E. C. *et al.* **Dinâmica da Produção Agrícola e da Paisagem Natural no Brasil nas Últimas Décadas**: produtos de origem vegetal. 2. ed. Brasília: Embrapa, 2020. Cap. 18. p. 559-622. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1122656/1/Cap18-EvolucaoProducaoCafe.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MACHADO, P.. **Minas Gerais Deve Produzir 113,1 Mil Toneladas de Algodão na Safra 2021/2022**. 2022. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/noticias/minas-gerais-deve-produzir-1131-mil-toneladas-de-algodao-na-safra-20212022>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MALDONADO, G.; ALMEIDA, M. C. ; PICCIANI, A. L. Divisão Territorial do Trabalho e Agronegócio: o papel das metrópoles nacionais e a constituição das cidades do agronegócio. In: FREDERICO, S.; BERNARDES, J. A. GRAS, C.; MALDONADO, G.; HERNÁNDEZ, V. (Org.). **Globalização do Agronegócio e Land Grabbing**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017, v. 1, p. 81-96.

MANO, A.. **China's COFCO Committed to Brazil Soy-Buying Moratorium**. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/commodities/chinas-cofco-fully-committed-brazils-soy-moratorium-2025-01-31/>. Acesso em: 14 maio 2025.

MAPBIOMAS. **Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil entre 1985 a 2022**: coleção 8. Coleção 8. 2023. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/10/FACT_MapBiomass_Agropecuaria_04.10_v2.pdf. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARQUES, T.. Projeto de Nova Ferrovia Entre Minas Gerais e o Espírito Santo Recebeu Autorização para Captar Recursos no Mercado. **Agência Sertão**. [Online]. 17 maio 2025.

Disponível em: <https://agenciasertao.com/2024/05/17/projeto-de-nova-ferrovia-entre-minas-gerais-e-o-espirito-santo-recebeu-autorizacao-para-captar-recursos-no-mercado/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MARTINS, V. A. *et al.* Previsões e Estimativas das Safras Agrícolas do Estado de São Paulo, Ano Agrícola 2022/23, Junho de 2023 **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 18, n. 8, ago. 2023, p. 1-18. Disponível em: <http://www.iaea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=16160>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MEARSHEIMER, J. J.. **The Great Delusion: liberal dreams and international realities**. New Haven: Yale University Press, 2018. <https://doi.org/10.2307/j.ctv5cgb1w>

MEARSHEIMER, J.. **The Rise of China Will Not Be Peaceful at All**. 2019. Disponível em: <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/06/The-Australian-November-18-2005.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

MELITO, L.. Ferrogrão Afetará Pelo Menos Seis Terras Indígenas, 17 Unidades de Conservação e Três Povos Isolados. **O Joio e O Trigo**. São Paulo. 5 jul. 2023. Disponível em: <https://ojoioeotriga.com.br/2023/07/ferrograo-terras-indigenas-desmatamento/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MENDES, L. H.. **COFCO, UISA, Balbo e Santa Isabel Disputam Usinas da GVO**. 2024. Disponível em: <https://www.theagribiz.com/empresas/usinas/cofco-uisa-balbo-e-santa-isabel-disputam-usinas-da-gvo/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

MIELE, S. A. de F.. Avenida Eng. Luis Carlos Berrini: a produção do “moderno”. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 10, n. 1, p. 145–171, 2006. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.74013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/74013>. Acesso em: 26 jul. 2025. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.74013>

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Balanco do Agronegócio de Minas Gerais 2023**. Belo Horizonte: Seapa, 2023. Disponível em: https://www.mg.gov.br/system/files/media/agricultura/documento_detalhado/2024/publicacoes-de-agrodados/balanco-do-agronegocio/balanco-2023.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

MOURA, L.; LANDAU, E. C.. Evolução da Produção de Cana-de-açúcar: *saccharum spp.*, *poaceae*. In: LANDAU, E. C. *et al.* (ed.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: produtos de origem vegetal**. Brasília: Embrapa, 2020. p. 626-650.

NINIO, M.. Reeleita no Banco do Brics, Dilma Confirma Ferrovia Transoceânica. **O Globo**. [Online]. 23 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/marcelo-ninio/coluna/2025/03/reeleita-no-banco-do-brics-dilma-confirma-ferrovia-transoceanica.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2025.

NOVA CANA. **Leilão da Usina Monções, do GVO, Não Recebe Propostas e Nova Tentativa Já Está Marcada**. 2025. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/leilao-usina-moncoes-gvo-nao-recebe-propostas-nova-tentativa-marcada-150125>. Acesso em: 25 abr. 2025.

OLIVEIRA JUNIOR., M. J.. As Raízes da Política Externa Chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122-141, 2013. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/fronteira/article/view/10795/10420>. Acesso em: 02 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. F.; PEREIRA, C. N.; VIEIRA, P. A.. Análise da Rotação de Grãos na Área de Reforma de Canavial. In: 50º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2012, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: SOBER, 2012. p. 1-13.

OLIVEIRA, A. U. de. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, G. de L. T.. Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness. **Globalizations**, Londres, v. 15, n. 1, p. 114-133, 22 set. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2017.1377374>.

OLIVEIRA, R. de S.; SILVA, M. V. da; CLEPS JR., João. A Cafeicultura Moderna em Patrocínio/MG: do local ao global. **Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, p. 1-12, out. 2017. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/cafeicultura-moderna-em-patrocinio-mg-do-local-ao-global>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Population Prospects 2024**. 2024. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PARREIRAS, T. C.; BOLFE, É. L.. Expansão e Intensificação da Agropecuária no Cerrado. In: 20 anos do programa de pós-graduação em geografia (IG-UNICAMP), 2022, Campinas. **Anais [...]**. Campinas, 2023. p. 476-492.

PEREIRA, L. B. V.; RIBEIRO, L. S. de L.. Comércio, investimentos, moeda e a Iniciativa Cinturão e Rota: em que ponto os interesses brasileiros podem encontrar os interesses chineses?. In: CARVALHO, E. M. de; VERAS, D.; STEENHAGEN, P. (org.). **A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 143-182.

PEREIRA, M. F. V.. A Hegemonia do Agronegócio Brasileiro: tecnosfera, psicosfera e o poder da informação. In: SILVA, Luciano Pereira Duarte; FRANK, Bruno José Rodrigues (org.). **Psicosfera: contribuições teóricas a partir de investigações geográficas**. Porto Alegre: Totalbooks, 2023. p. 143-168. <https://doi.org/10.52632/978.65.88393.43.7.6>.

PEREIRA, M. F. V.. Globalização, Especialização Territorial e Divisão do Trabalho: Patrocínio e o café do cerrado mineiro. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, v. 23, n. 2, p. 239-254, 16 jan. 2014. Universidad Nacional de Colombia. <http://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v23n2.37333>.

POCHMANN, M.; SILVA, L. C. da. **O Brasil no Capitalismo do Século XXI: desmodernização e desencadeamento intersetorial**. Campinas: Editora Unicamp, 2023.

PRESSINOTT, F.. Arco Norte é a Melhor Opção para Escoar 19% da Produção de MT. **Globo Rural**. [Online]. 27 jul. 2023. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/infraestrutura-e-logistica/noticia/2023/07/arco-norte-e-a-melhor-opcao-para-escoar-19percent-da-producao-de-mt.ghml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

PRESSINOTT, F.. Com terminal em Santos, COFCO amplia capacidade de exportação no Brasil. **Globo Rural**. [Online]. 10 jan. 2025. Disponível em: <https://globo rural.globo.com/especiais/caminhos-da-safra/noticia/2025/01/com-terminal-em-santos-cofco-amplia-capacidade-de-exportacao-no-brasil.ghml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RAFFESTIN, C.. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RALCON. **Terminal Marítimo Noble Group e Cereal Sul**. 2019. Disponível em: <https://ralcon.com.br/cases/terminal-maritimo-noble-group-e-cereal-sul/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RAMOS, L.. Gramsci IPE. In: VIVARES, E. (ed.). **The Routledge Handbook to Global Political Economy: conversations and inquiries**. New York: Routledge, 2020. p. 262-277. <https://doi.org/10.4324/9781351064545-18>

RAMOS, L.; LEITE, Al.; MENDONÇA, F.. Brasil e a Rivalidade China-Estados Unidos. In: VADELL, J.; RAMOS, L.; LEITE, A. (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI: diferentes dimensões de um mesmo processo**. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023. Livro eletrônico. Posições 1693-2207.

RAMOS, S.. Sistemas técnicos agrícolas e meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (org.). **O Brasil: território e sociedade no início do Séc. XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006. p. 375-387.

RAMOS, V.. Tocantins Perde Ligação com a Bahia Pelo Trecho 3 da FIOL. **Canal Rural Ba**. [online]. 10 fev. 2025. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/nacional/bahia/tocantins-perde-ligacao-com-a-bahia-pelo-trecho-3-da-fiol/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

REDESIM. **Consulta**. 2025. Disponível em: <https://consultacnpj.redesim.gov.br>. Acesso em: 31 jan. 2025.

REUTERS. **China fecha megacontrato de US\$ 10 bi e compra quase 20 mi de toneladas de grãos do Brasil**. 2025. Disponível em: <https://dinheirorural.com.br/china-compra-graos-brasil>. Acesso em: 14 nov. 2025.

REVISTA O EMPREITEIRO. **COFCO Triplica Sua Capacidade no Porto de Santos**. 2025. Disponível em: <https://revistaoe.com.br/inauguracao-primeira-fase-sts-11-porto-santos/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RIPPEL, N.; MEDEIROS, M. C.. Ascensão Chinesa e os Investimentos Diretos Chineses no Brasil: o caso do setor de infraestrutura de transporte. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 15, n. 30, p. 160-179, 12 dez. 2024. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rel.v15i30.18820>.

RITTNER, D.. Com Investimento de R\$ 100 bi, Governo Lançará Plano Nacional de Ferrovias. **CNN Brasil**. [online]. 16 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/com-investimento-de-r-100-bi-governo-lancara-plano-nacional-de-ferrovias/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ROCHA, I. G. E.. **Professor da UNIFAL-MG Explica Aumento de Exportações de Café: Varginha se destaca em Minas Gerais**. 2024. Disponível em: <https://jornal.unifal->

mg.edu.br/professor-da-unifal-mg-explica-aumento-de-exportacoes-de-cafe-varginha-se-destaca-em-minas-gerais/. Acesso em: 28 abr. 2025.

RODRIGUES, B. S.; JABBOUR, E.. A Iniciativa Cinturão e Rota e as implicações geoeconômicas para o Brasil sob a perspectiva da nova economia do projeto e da geoeconomia híbrida. In: CARVALHO, E. M. de; VERAS, D.; STEENHAGEN, P. (org.). **A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2023. p. 93-142.

RONQUETTI, R.. **Linhares Recebeu Pela Primeira Vez Evento de Abertura da Colheita de Café Conilon do Estado**. 2024. Disponível em: <https://linhares.es.gov.br/2024/05/14/linhares-recebeu-pela-primeira-vez-evento-de-abertura-da-colheita-de-cafe-conilon-do-estado/>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RUMO. **COFCO International Investe R\$ 1,2 Bilhão na Compra de Vagões e Locomotivas em Operação com a Rumo**. 2025. Disponível em: <https://rumolog.com/sala-de-imprensa/cofco-international-investe-r-12-bilhao-na-compra-de-vagoes-e-locomotivas-em-operacao-com-a-rumo/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RUMO. **Nova Operação de Trem com 120 Vagões da Rumo Marca o Início da Safra Plena de Soja em Mato Grosso**. 2021. Disponível em: <https://rumolog.com/sala-de-imprensa/nova-operacao-de-trem-com-120-vagoes-da-rumo-marca-o-inicio-da-safra-plena-de-soja-em-mato-grosso/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

SÁ, L. F.. **GVO Tenta Suspende Leilão de Usinas e Busca Novo Caminho para Pagar Dívidas**. 2025. Disponível em: <https://www.novacana.com/noticias/gvo-suspende-leilao-usinas-busca-novo-caminho-pagar-dividas-070425>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SÁ, N. de. **Chinesa Investe R\$ 2,84 Bi e Abre em Março Novo Terminal em Santos**. 2025. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/03/chinesa-investe-r-284-bi-e-abre-em-marco-novo-terminal-em-santos.shtml>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SAMORA, R.. **China's COFCO Hiring Dozens in Farm Powerhouse Brazil**. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/commodities/chinas-cofco-hiring-dozens-farm-powerhouse-brazil-2025-04-15/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAMPAIO, F. dos S.; CASARIL, C. C.. Estratégia Geoeconômica Chinesa na Cadeia Global de Valor do Café. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 15, n. 30, p. 81-107, 12 dez. 2024. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rel.v15i30.18793>.

SANTOS, E.. **Aumento da Produção de algodão no Brasil traz novos desafios para a pesquisa, aponta documento da Embrapa**. 2019. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/43931817/aumento-da-producao-de-algodao-no-brasil-traz-novos-desafios-para-a-pesquisa-aponta-documento-da-embrapa>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SANTOS, H. F. dos *et al.* Crise do setor sucroenergético no Brasil e a vulnerabilidade territorial dos municípios canavieiros. **EURE**, Santiago, v. 48, n. 145, p. 1-26, set. 2022. Pontificia Universidad Catolica de Chile. <http://dx.doi.org/10.7764/eure.48.145.02>.

SANTOS, M.. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo. razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2023 [1996].

SANTOS, M.. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.. Alguns problemas atuais da contribuição marxista à geografia brasileira. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, M.. Guerra dos Lugares. In: SANTOS, Milton. **O País Distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002. p. 87-89.

SANTOS, M.. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, M. *et al.* (org.). **Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006a. p. 13-21.

SANTOS, M.. O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 2, n. 1, 2006b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/601>. Acesso em: 16 jul. 2025.

SANTOS, M.. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SANTOS, M.. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M.. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, p. 81-100, 1977.

SANTOS, M.. Uma Ordem Espacial: a economia política do território. **GeoInova**, Lisboa, n. 3, p. 33-48, 2001.

SANTOS, M.. **Metamorfose do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2025 [1988].

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

SANTOS. PREFEITURA MUNICIPL DE SANTOS. **Parque Valongo**. 2025. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=hotsite/parque-valongo>. Acesso em: 25 jul. 2025.

SARAIVA, J. F. S.. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: FUNAG, 2015. 146 p.

SENAR. **Café: cafés especiais**. Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2017. 104 p. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/assets/arquivos/193-CAFÉ.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SEVERINO, L. S. *et al.* **Algodão: caracterização e desafios tecnológicos**. [S. L.]: Embrapa, 2019. 29 p. (Série Desafios do Agronegócio Brasileiro (NT3)). Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1109655/1/SerieDesafiosAgronegociobrasileiroNT3Algodao.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, L. O.; GARREFA, F. Estratégias locacionais do setor atacadista no espaço da cidade: o caso de Uberlândia-mg. In: V COLOQUIO INTERNACIONAL SOBRE O COMÉRCIO E

A CIDADE: UMA RELAÇÃO DE ORIGEM, 5., 2016, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Labcom, 2016. p. 1-18.

SILVA, M. A. da. **Brasil ultrapassa EUA e já é maior exportador de algodão do mundo**. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/brasil-ultrapassa-eua-e-ja-e-maior-exportador-de-algodao-do-mundo>. Acesso em: 18 abr. 2024.

SILVEIRA, M. L.. Uma Situação Geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, [s. l], v. 6, p. 21-28, 1999.

SILVEIRA, R. B.; MONTANHA, O. C.. Análise das relações geoeconômicas Brasil – China no período 2013 – 2023. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 15, n. 30, p. 108-139, 12 dez. 2024. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/rel.v15i30.18786>.

SINHA, A.. Understanding the ‘crisis of the institution’ in the liberal trade order at the WTO. **International Affairs**, [S.L.], v. 97, n. 5, p. 1521-1540, set. 2021. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/ia/iiab109>.

SORRISO. CLAUDIA SARUBO. **Vereador requer a expansão dos trilhos da 1ª Ferrovia Estadual até Sorriso**. 2025. Disponível em: <https://sorriso.mt.leg.br/noticia/vereador-requer-a-expansao-dos-trilhos-da-1a-ferrovia-estadual-ate-sorriso-67ab330255019>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SPRENGER, L.. **Saiba Mais Sobre a Exportação de Café**. 2025. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/exportacao-de-cafe-vamos-conhecer-mais/#>. Acesso em: 28 abr. 2025.

STRANGE, S.. The Persistent Myth of Lost Hegemony. **International Organization**, Cambridge, p. 551-574, 1987. <https://doi.org/10.1017/S0020818300027600>

SU, M.. Análise dos Papéis e Estratégias da China e do Brasil na Cooperação Econômica Sob a Competição Sino-Americana. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 15, n. 30, p. 34-54, 12 dez. 2024. <https://doi.org/10.30612/rel.v15i30.18799>

TAVARES, M. da C.. A Retomada da Hegemonia Norte-Americana. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985. <https://doi.org/10.1590/0101-31571985-2005>

TERMINAL 12A. **Serviços**. 2018. Disponível em: https://terminal12a.cofcointernational.com/por/services_por.html. Acesso em: 14 jul. 2025.

VADELL, J.; JABBOUR, E.. Formações Econômicas e Sociais em Disputa e a Globalização com Características Chinesas. In: VADELL, J.; RAMOS, L.; LEITE, A. (org.). **A expansão econômica e geopolítica da China no século XXI**: diferentes dimensões de um mesmo processo. 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023. Livro eletrônico. Posições 487-1108.

VARGAS, P.. Projeto de integração da Transnordestina com Ferrovia Norte-Sul está Parado Há 12 anos: entenda impacto. **Diário do Nordeste**. [online]. 09 jun. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/projeto-de-integracao-da-transnordestina-com-ferrovia-norte-sul-esta-parado-ha-12-anos-entenda-impacto-1.3521172>. Acesso em: 20 mar. 2025.

VARGINHA. PREFEITURA DE VARGINHA. **Varginha**: a força da cafeicultura brasileira no cenário internacional. 2024. A força da cafeicultura brasileira no cenário internacional. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/sp/eptv/espiao/especial-publicitario/prefeitura-de-varginha/noticia/varginha-a-forca-da-cafeicultura-brasileira-no-cenario-internacional.ghml>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VÉRAS, D. B.. Pandemia e Crescimento Econômico Chinês: novos pretextos para a velha sinofobia. **Idéias**, Campinas, v. 14, p. 1-26, 2023. <https://doi.org/10.20396/ideias.v14i00.8671825>.

VLI. **Ferrovia Centro-Atlântica (FCA)**. 2025a. Disponível em: https://www.vli-logistica.com.br/ativos-mapa/ferrovia-centro-atlantica-fca/?gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMI5tjayK2ziQMVB1RIAB3hvDeiEAAYASAAEgIAPD_BwE. Acesso em: 20 mar. 2025.

VLI. **Terminal Integrador Porto Nacional (TIPN)**. 2025b. Disponível em: <https://www.vli-logistica.com.br/ativos-mapa/ferrovia-norte-sul-fns/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

WESZ, V. J.; ESCHER, F.; FARES, T. M. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. **The Journal Of Peasant Studies**, [S.L.], v. 50, n. 4, p. 1376-1404, 10 nov. 2021. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2021.1986012>

WILKINSON, J.; WESZ JR., V. J.; LOPANE, A. R. M.. Brazil and China: the agribusiness connection in the southern cone context. **Third World Thematics: A TWQ Journal**, [S.L.], v. 1, n. 5, p. 726-745, 2 set. 2016. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/23802014.2016.1259581>.

XAVIER, M.. Os Sistemas de Engenharia e a Tecnicização do Território: o exemplo da rede rodoviária brasileira. In: SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **O Brasil**: território e sociedade no início do Séc. XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006. p. 329-343.

ZANINI, F.. **Com Armazéns e Fábricas, China Amplia Presença no Agronegócio**. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/com-armazens-e-fabricas-china-amplia-presenca-no-agronegocio.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2025.

ZEFERINO, M.; RAMOS, S. de F.. Regionalização da Produção de Algodão no Mundo e no Estado de São Paulo. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, São Paulo, v. 17, n. 8, p. 1-7, ago. 2022. Disponível em: <http://www.ica.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=16064>. Acesso em: 18 abr. 2025.

**APÊNDICE A – QUADRO COM OS ESTABELECIMENTOS DA COFCO INTL.
BRASIL SA INAUGURADOS ANTES DE 09/2014**

(continua)

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante	Divisão
São Paulo	SP	09/06/2004	–	Mata Atlântica	-
Cuiabá	MT	25/10/2004	06/08/2013	Cerrado	G&O
Paranaguá	PR	29/11/2004	–	Mata Atlântica	G&O
Santos	SP	14/12/2004	–	Mata Atlântica	G&O
Rio de Janeiro	RJ	18/02/2005	03/09/2008	Mata Atlântica	G&O
Maringá	PR	28/02/2005	–	Mata Atlântica	G&O
Alfenas	MG	10/03/2005	–	Mata Atlântica	G&O
Vitória	ES	12/05/2005	07/12/2018	Mata Atlântica	G&O
Rondonópolis	MT	14/08/2006	05/07/2018	Cerrado	G&O
Nova Maringá	MT	18/12/2006	05/07/2018	Amazônia	G&O
Sorriso	MT	18/12/2006	05/07/2018	Cerrado	G&O
Alto Araguaia	MT	12/03/2007	03/12/2007	Cerrado	G&O
Campo Verde	MT	03/12/2007	05/07/2018	Cerrado	G&O
Japurá	PR	12/03/2008	15/03/2019	Mata Atlântica	G&O
Jussara	PR	12/03/2008	14/10/2013	Mata Atlântica	G&O
Maringá	PR	12/03/2008	–	Mata Atlântica	G&O
Luís Eduardo Magalhães	BA	18/04/2008	–	Cerrado	G&O
Porto Alegre	RS	12/05/2008	–	Pampa	G&O
Luís Eduardo Magalhães	BA	04/06/2008	–	Cerrado	G&O
Cosmorama	SP	10/05/2009	01/08/2019	Mata Atlântica	Açúcar
Cosmorama	SP	10/06/2009	–	Mata Atlântica	Açúcar
Meridiano	SP	10/06/2009	–	Mata Atlântica	Açúcar
Sebastianópolis do Sul	SP	10/06/2009	–	Mata Atlântica	Açúcar
Sebastianópolis do Sul	SP	10/06/2009	–	Mata Atlântica	Açúcar
Lucas do Rio Verde	MT	28/10/2010	05/07/2018	Cerrado	G&O
Primavera do Leste	MT	28/10/2010	05/07/2018	Cerrado	G&O
Rondonópolis	MT	08/11/2010	08/06/2018	Cerrado	G&O
Rio Verde	GO	09/11/2010	–	Cerrado	G&O
Ponta Grossa	PR	06/04/2011	–	Mata Atlântica	G&O
Brasília	DF	25/04/2011	09/05/2013	Cerrado	G&O
Sinop	MT	01/06/2011	–	Amazônia	G&O
Álvares Florence	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Américo de Campos	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Auriflama	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Cardoso	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Dirce Reis	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Estrela d'Oeste	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Fernandópolis	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Floreal	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
General Salgado	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Jales	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Macaubal	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Macedônia	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Magda	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Meridiano	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Monções	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Monte Aprazível	SP	01/07/2011	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Nhandeara	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Parisi	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar

(continuação)

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante	Divisão
Pedranópolis	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Pontalinda	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Pontes Gestal	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
São Francisco	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
São João das Duas Pontes	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
São João de Iracema	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Tanabi	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Turmalina	SP	01/07/2011	11/02/2021	Mata Atlântica	Açúcar
Valentim Gentil	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Votuporanga	SP	01/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Dourados	MS	18/07/2011	22/07/2013	Cerrado	G&O
São José do Rio Preto	SP	27/07/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Nortelândia	MT	16/08/2011	07/03/2017	Amazônia	Açúcar
Nova Ubiratã	MT	16/08/2011	–	Amazônia	G&O
Votuporanga	SP	27/09/2011	–	Mata Atlântica	Açúcar
Corrente	PI	01/12/2011	21/05/2018	Cerrado	G&O
Dianópolis	TO	02/12/2011	01/12/2017	Cerrado	G&O
Pirapora	MG	02/12/2011	12/02/2014	Cerrado	G&O
Adolfo	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Bady Bassitt	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Bálsamo	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	03/10/2014	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	14/03/2012	09/12/2015	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Catiguá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Cedral	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Cedral	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Elisiário	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Elisiário	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Elisiário	SP	14/03/2012	01/08/2019	Mata Atlântica	Açúcar
Embaúba	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Guapiaçu	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar

(continuação)

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante	Divisão
Ibirá	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Ibirá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Ibirá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Ibirá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Ibirá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Ibirá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Ibirá	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Irapuã	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Irapuã	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Irapuã	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Irapuã	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Itajobi	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Itajobi	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Itajobi	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Itajobi	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Itajobi	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Jaci	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
José Bonifácio	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Marapoama	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Mendonça	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Mirassol	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Monte Azul Paulista	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Neves Paulista	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Nipoã	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Nova Aliança	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Novais	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Novais	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Novais	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Novais	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Novais	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Novais	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Paraíso	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Potirendaba	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Potirendaba	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Sales	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
São José do Rio Preto	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
São Paulo	SP	14/03/2012	04/05/2017	Mata Atlântica	Açúcar
Tabapuã	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Tabapuã	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Tabapuã	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Tabapuã	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Uchoa	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Uchoa	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Urupês	SP	14/03/2012	–	Mata Atlântica	Açúcar
Urupês	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Urupês	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Urupês	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Urupês	SP	14/03/2012	09/04/2013	Mata Atlântica	Açúcar
Duque de Caxias	RJ	26/04/2012	26/05/2017	Mata Atlântica	Açúcar
Novo Horizonte	SP	09/04/2013	–	Mata Atlântica	Açúcar
Três de Maio	RS	14/05/2013	10/09/2013	Mata Atlântica	G&O
Catanduva	SP	16/08/2013	03/10/2014	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	16/08/2013	03/10/2014	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	16/08/2013	03/10/2014	Mata Atlântica	Açúcar

(conclusão)

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante	Divisão
Catanduva	SP	09/09/2013	03/10/2014	Mata Atlântica	-
Borborema	SP	01/11/2013	—	Mata Atlântica	Açúcar
Catanduva	SP	01/11/2013	—	Mata Atlântica	Açúcar
Santa Adélia	SP	01/11/2013	—	Mata Atlântica	Açúcar
Itápolis	SP	14/11/2013	—	Mata Atlântica	Açúcar

*Matriz

Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Organização do autor

**APÊNDICE B – QUADRO COM OS ESTABELECIMENTOS DA COFCO INTL.
BRASIL SA INAUGURADOS APÓS 09/2014**

(continua)

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante	Divisão
Gastão Vidigal	SP	03/10/2014	–	Mata Atlântica	Açúcar
Monte Aprazível	SP	03/10/2014	–	Mata Atlântica	Açúcar
Rondonópolis	MT	26/10/2015	15/10/2018	Cerrado	G&O
Matupá	MT	01/03/2016	–	Amazônia	G&O
Petrolândia	PE	24/05/2016	25/08/2023	Caatinga	G&O
Itaituba	PA	16/08/2016	–	Amazônia	G&O
Novo Mundo	MT	20/10/2016	–	Amazônia	G&O
Palmares Paulista	SP	26/10/2016	–	Mata Atlântica	Açúcar
Itanhangá	MT	25/11/2016	05/07/2018	Amazônia	G&O
Marcelândia	MT	25/11/2016	–	Amazônia	G&O
Catalão	GO	06/02/2017	–	Cerrado	G&O
Paragominas	PA	01/03/2017	–	Amazônia	G&O
Três Corações	MG	15/03/2017	05/12/2018	Mata Atlântica	G&O
Diamantino	MT	16/05/2017	05/07/2018	Cerrado	G&O
Pedra Preta	MT	19/06/2017	27/11/2020	Cerrado	G&O
Uberlândia	MG	25/07/2017	–	Cerrado	G&O
Canarana	MT	30/08/2017	–	Cerrado	G&O
Cláudia	MT	30/08/2017	–	Amazônia	G&O
Nova Santa Helena	MT	30/08/2017	–	Amazônia	G&O
Nova Ubiratã	MT	30/08/2017	–	Amazônia	G&O
Querência	MT	30/08/2017	–	Amazônia	G&O
Rondonópolis	MT	30/08/2017	12/12/2017	Cerrado	G&O
Santa Carmem	MT	30/08/2017	–	Amazônia	G&O
Sorriso	MT	30/08/2017	–	Cerrado	G&O
Tangará da Serra	MT	30/08/2017	29/01/2020	Cerrado	G&O
Imbituva	PR	01/09/2017	–	Mata Atlântica	G&O
Bom Jesus de Goiás	GO	05/09/2017	08/02/2022	Cerrado	G&O
Rio Grande	RS	05/09/2017	22/11/2017	Pampa	-
Correntina	BA	06/09/2017	29/01/2020	Cerrado	G&O
Arroio Grande	RS	12/09/2017	–	Pampa	G&O
Unai	MG	14/09/2017	–	Cerrado	G&O
Silvanópolis	TO	18/09/2017	08/02/2022	Cerrado	G&O
Santa Rosa do Tocantins	TO	20/09/2017	–	Cerrado	G&O
Corrente	PI	21/09/2017	14/07/2022	Cerrado	G&O
Irati	PR	21/09/2017	15/03/2019	Mata Atlântica	G&O
Palmeira das Missões	RS	26/09/2017	–	Pampa	G&O
Guaraí	TO	04/10/2017	01/03/2018	Cerrado	G&O
Palmeira d'Oeste	SP	25/10/2017	11/03/2022	Mata Atlântica	Açúcar
Potirendaba	SP	25/10/2017	–	Mata Atlântica	Açúcar
Canoas	RS	22/11/2017	–	Pampa	G&O
Pindorama	SP	22/11/2017	–	Mata Atlântica	Açúcar
Querência	MT	20/03/2018	27/07/2020	Amazônia	G&O
Londrina	PR	02/04/2018	15/03/2019	Mata Atlântica	G&O
Santos	SP	02/04/2018	–	Mata Atlântica	G&O
Nova Mutum	MT	18/04/2018	–	Cerrado	G&O
Patos de Minas	MG	04/06/2018	08/11/2018	Cerrado	G&O
Birigui	SP	26/09/2018	11/02/2021	Mata Atlântica	Açúcar

(conclusão)

Município	UF	Data de Abertura	Data de Encerramento	Bioma Predominante	Divisão
Santo Antônio do Aracanguá	SP	01/10/2018	–	Mata Atlântica	Açúcar
Poloni	SP	10/10/2018	–	Mata Atlântica	Açúcar
Carlinda	MT	06/12/2018	–	Amazônia	G&O
São Paulo	SP	17/01/2019	27/11/2020	Mata Atlântica	-
Olímpia	SP	03/10/2019	–	Mata Atlântica	Açúcar
União Paulista	SP	03/10/2019	–	Mata Atlântica	Açúcar
Botucatu	SP	27/01/2020	–	Cerrado	G&O
Água Boa	MT	02/03/2021	–	Cerrado	G&O
Palmas	TO	22/06/2021	–	Cerrado	G&O
Campo Verde	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Diamantino	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Itanhangá	MT	01/07/2021	–	Amazônia	G&O
Lucas do Rio Verde	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Nova Maringá	MT	01/07/2021	–	Amazônia	G&O
Pedra Preta	MT	01/07/2021	25/08/2023	Cerrado	G&O
Primavera do Leste	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Rondonópolis	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Rondonópolis	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Sorriso	MT	01/07/2021	–	Cerrado	G&O
Rondonópolis	MT	05/07/2021	–	Cerrado	G&O
Rondonópolis	MT	05/07/2021	–	Cerrado	G&O
Confresa	MT	08/12/2021	–	Amazônia	G&O
São José do Rio Preto	SP	11/03/2022	14/10/2024	Mata Atlântica	-
Tangará da Serra	MT	22/07/2022	–	Cerrado	G&O
Ariranha	SP	07/10/2022	–	Mata Atlântica	Açúcar
Ipiguá	SP	07/10/2022	–	Mata Atlântica	Açúcar
Mira Estrela	SP	07/10/2022	–	Mata Atlântica	Açúcar
Mirassolândia	SP	07/10/2022	–	Mata Atlântica	Açúcar
Turiúba	SP	07/10/2022	–	Mata Atlântica	Açúcar
Santos	SP	06/01/2023	–	Mata Atlântica	-
Uruaçu	GO	25/05/2023	–	Cerrado	-
Cruz Alta	RS	15/06/2023	–	Pampa	G&O
Vilhena	RO	11/07/2023	–	Amazônia	G&O
Balsas	MA	06/10/2023	–	Cerrado	G&O
Bom Jesus	PI	12/04/2024	–	Cerrado	G&O

Fonte: IBGE, 2025b; Redesim, 2025. Organização do autor